

Contabilidade & Gestão

Portuguese Journal of Accounting and Management

Revista Científica da Ordem dos Contabilistas Certificados

25

MARÇO 2021





ÍNDICE

Editorial	5
Avaliação das Auditorias Realizadas no Brasil pelo Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde no Âmbito da Assistência Farmacêutica..	7
Reporting Income Tax in Angola Evidence From Banking Institutions	37
Os Contabilistas Certificados e a Educação e Cidadania Fiscal em Portugal...	83
Implementação do Robotic Process Automation em pequenos escritórios de contabilidade em Portugal	117
Determinantes do número de segmentos operacionais pós-adoção da IFRS 8: Evidência em Bancos da União Europeia	167
I. Estatuto da revista «Contabilidade e Gestão».....	203
II. Notas aos autores	207
III. Versão em inglês das notas aos autores.....	211
IV. Conselho Editorial	214
Ficha Técnica	218
Contactos	219



EDITORIAL

O número 25 da «Contabilidade & Gestão» é a prova inequívoca de que esta edição caminha, com passos seguros, para a sua consolidação e afirmação como publicação de referência neste domínio. Os artigos que pode ler nas páginas interiores são assinados por autores de proveniência diversa e os assuntos são, todos eles, pertinentes e de grande atualidade.

«Avaliação das Auditorias Realizadas no Brasil pelo Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde no Âmbito da Assistência Farmacêutica» é a primeira proposta de leitura. Neste caso, analisa-se a correta aplicação dos recursos públicos num sistema tão sensível como é o da saúde.

Seguidamente, apresenta-se «Reporting Income Tax in Angola Evidence From Banking Institutions», uma investigação que analisa o relato do imposto sobre os lucros naquele país africano, com base em informação recolhida dos relatórios e contas anuais das instituições bancárias.

«Os Contabilistas Certificados e a Educação e Cidadania Fiscal em Portugal» é o terceiro artigo publicado. Nele é esmiuçada a perceção dos profissionais acerca do seu papel na promoção da consciência fiscal em Portugal.

«Implementação do Robotic Process Automation (RPA) em pequenos escritórios de contabilidade em Portugal» é outra das propostas que pode ser encontrada nas páginas deste número 25. Uma abordagem do futuro sobre um tema que começa a tomar conta do presente: a tecnologia a apoderar-se de tarefas repetitivas outrora na posse dos humanos.

Para terminar, apresenta-se «Determinantes do número de segmentos operacionais pós-adoção da IFRS 8: Evidência em Bancos da União Europeia», cujo objetivo do estudo passa por identificar as principais características económico-financeiras determinantes do número de segmentos relatados por bancos da União Europeia e analisar o conseqüente efeito da adoção da IFRS 8 - Segmentos Operacionais.

São todas propostas arrojadas e aliciantes, para ler da primeira à última página desta revista. Desfrute e ficamos a aguardar o seu contributo para um futuro número desta publicação.

A Bastonária
Paula Franco



**Avaliação das Auditorias Realizadas
no Brasil pelo Departamento Nacional
de Auditoria do Sistema Único de Saúde
no Âmbito da Assistência Farmacêutica**

**Audits Assessment Carried Out
In Brazil By The Audit Department
Of The Unified Health System
In The Pharmaceutical Assistance Area**

Pâmela Pedroso

Civil Servant of the Ministry of Health
Master's student at the Universidade Federal de Santa Catarina
Postgraduate Program in Management Control
88040-900, Florianópolis, Brazil
pamelapedroso@gmail.com

Fernando Richartz

Universidade Federal de Santa Catarina
Postgraduate Program in Management Control
Department of Accounting
88040-900, Florianópolis, Brazil
fernandorichartz@gmail.com

Audits Assessment Carried Out In Brazil By The Audit Department Of The Unified Health System In The Pharmaceutical Assistance Area

Abstract

Given the value that Pharmaceutical assistance represents within the Unified Health System (*Sistema Único de Saúde - SUS*) to ensure health for all and the fundamental role of the audit carried out by the National Audit Department of the Unified Health System (*Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - DENASUS*) to ensure the correct application of public resources, this research aimed to identify non-conformities of audits made in Brazil in Pharmaceutical assistance. This is qualitative and descriptive research that used the content analysis technique to identify non-conformities through information extracted by the Audit System of the National Audit System from 2015 to 2020. The analysis of the Pharmaceutical assistance cycle encompasses the following stages: selection, programming, acquisition, storage, distribution, prescription, and dispensing. It revealed difficulties at all stages, in which the storage was the most prominent, followed by acquisition. We concluded that the incorporation of the audit, together with the management of the municipalities, can help in the activities of regulation and control, benefiting the services provided to the users of the Unified Health System, and guaranteeing a better quality of care.

Key words: Audits; Pharmaceutical Assistance; Non-Conformities; *Sistema Único de Saúde - SUS*; DENASUS.



Avaliação das Auditorias Realizadas no Brasil pelo Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde no Âmbito da Assistência Farmacêutica

Resumo

Diante do valor que a Assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) representa para garantir a saúde para todos e o papel fundamental da auditoria realizada pelo Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (DENASUS) para garantir a correta aplicação do recurso público, essa pesquisa teve como objetivo identificar as não conformidades das auditorias feitas no Brasil na Assistência farmacêutica. Trata-se de pesquisa qualitativa e descritiva que usou a técnica de análise de conteúdo para identificar as não conformidades através de informações extraídas pelo Sistema de Auditoria do Sistema Nacional de Auditoria no período de 2015 a 2020. A análise do ciclo da Assistência farmacêutica que engloba as seguintes etapas: seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição, prescrição e dispensação, revelou dificuldades em todas elas, sendo o armazenamento a de maior destaque seguida da aquisição. Conclui-se que a incorporação da auditoria aliada à gestão dos municípios, pode ajudar nas atividades de regulação e controle beneficiando assim os serviços prestados aos usuários do Sistema Único de Saúde, garantindo, com isso, uma melhor qualidade na assistência.

Palavras-Chave: Auditorias; Assistência farmacêutica; Não Conformidades; Sistema Único de Saúde – SUS; DENASUS.



1. Introdução

According to article 196 of the Constitution of the Federative Republic of Brazil, 1988 (Brasil, 1988:120-121):

Health is everyone's right and duty of the State, guaranteed through social and economic policies aimed at reducing the risk of disease and other problems and at universal and equal access to actions and services for its promotion, protection, and recovery.

The National Pharmaceutical assistance Policy of 2004 described Pharmaceutical assistance as a “set of actions aimed at the promotion, protection, and recovery of health, both individual and collective, having the medicine as an essential input and aiming at access and its rational use” (Brasil, 2004:1).

Pharmaceutical assistance is a cycle composed of six different systemically interrelated stages. The improper functioning of any of the stages can affect the entire Pharmaceutical assistance management. In addition to the obstacles in the execution of each of the stages of the cycle, there are still other important points that make its management even more provocative. These are, for example, the underfunding, the university training of professionals oriented mainly to the private sector, the informality of Pharmaceutical assistance management in some municipalities, and the prevalent existence of lawsuits (Perez, 2018).

Pharmaceutical assistance in the Unified Health System (*Sistema Único de Saúde - SUS*) composes the activities of “selection, programming, acquisition, storage, distribution, quality control, and use. The use means the prescription and dispensing, which should favor the permanent availability of products according to the needs of the population, identified based on epidemiological criteria” (Brasil, 1998:1).

In this sense, a master instrument must be applied to pharmaceutical care actions in the Unified Health System. The Ministry of Health highlights the importance of adopting the National List of Essential Medicines (*Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME*). It is a list of medicines that must meet the priority health needs of the Brazilian population of a technical-scientific nature and guides the supply, prescription, and dispensing of medicines in the Unified Health System Services. This list is reviewed and updated by the National Commission for the Incorporation of Technologies in the Unified Health System (Brasil, 2021).

Public spending on medicines is progressive and constitutes the second-largest cost item in health care systems, only after hospital care costs (Tribunal de Contas do Estado do Piauí, 2020). However, this expense is not always applied

in the best possible way. On September 29, 2020, the G1 Portal news in Rio de Janeiro reported corruption schemes that have embezzled almost BRL 1.8 billion from Rio de Janeiro public health coffers since 2007 (Brito, 2020).

On September 27 of the same year, *Jornal Metr opoles* also reported, according to the Public Ministry, deviations of R\$ 331 million from the Health of the Federal District in the last 5 years (Alc ntara, 2020). Only in the last eight actions of the Public Ministry of the Federal District and Territories, there are complaints of deviations, corruption and embezzlement analyzed in the area that takes care of lives (Alc ntara, 2020). On April 23, 2021, the *MidiaNews* website reported that two councilors found dozens of expired medicines at the Cuiab  Medicines and Inputs Distribution Center after a complaint about the waste of public money. One of the medicines found was *AmBisome*, an antifungal whose pack of 10 ampoules is more than BRL 22,000 (Borges, 2021). News like these in the mainstream media are common and demonstrate that corruption and fraud schemes occur in the health area. Therefore, it is necessary to audit the management control points so that we can mitigate these situations.

In this sense, the auditing activity, carried out in the sector of the audit units of the Ministry of Health, is fundamental for the growth of the quality of actions and services in the Unified Health Unit. The reports produced by the audits are substantiated in instruments used to identify irregularities and opportunities for improvement in the management of the Unified Health Unit, observing adequate principles, methods, and techniques. For this reason, it constitutes an important material, an informative and constructive instrument of great public credibility, admittedly essential in the decision-making of managers in all areas of the Unified Health Unit (Brasil, 2017).

Showing the importance of auditing, Andrade (2013), in his study with the analysis of 1,916 audits carried out from January 1st to December 30th, 2010, counted 47,468 conformities and non-conformities in these audits. The group of Pharmaceutical assistance had 1,575 conformities and 2,176 non-conformities detected, occupying the fifth place, behind topics such as financial resources, medical and high-complexity care, social control, and primary care. Among the non-conformities pointed out by Andrade (2013), the following situations were highlighted: without justification (situation 1), justification not followed (situation 2), justification partially accepted (situation 3), and justification accepted (situation 4). In this way, situations in which there was no justification and those in which the justifications were not obeyed were effectively considered non-conformities, with a total of 19,726 non-conformities. The Pharmaceutical assistance had 621 in situation 1 and 939 in situation 2, totaling 1,560 and 7.9% of non-conformities.

Non-conformities happen when the institution does not follow a certain established standard and the existence and permanence of non-conformities indicate unsafe



scenarios since they can cause errors that compromise the safety of patients and professionals (Pimenta, 2020).

Thus, given the importance that the Pharmaceutical assistance within the Unified Health System represents in guaranteeing the health of everybody and the fundamental role of the audit carried out by the National Department of Audit of the Unified Health System (*Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - DENASUS*) ensuring the correct application of public resources, this research aims to identify the non-conformities of the audits already completed by with the the National Department of Audit of the Unified Health System purpose of Pharmaceutical assistance from 2015 to 2020.

This research will benefit the Ministry of Health because by identifying which stages of the Pharmaceutical assistance are susceptible to failures, it will be possible to develop improvement plans and propose corrective actions so that the population receives quality care and has access to health. The purchase of medicines, for example, is not able to guarantee this access, much more is needed. Ensuring correct storage, transport, and distribution as well as the correct use are ways to sustain a safe chain for all patients. Monitoring and inspecting where investments are allocated and what results are achieved are part of the audit work that will help both the Ministry and the population to achieve effective health indices.

This work is divided into the following topics: in addition to this introduction that addresses the policy that described Pharmaceutical assistance with its concept and importance within the Unified Health System, we present the theoretical foundation on which there is a contextualization of the subject of auditing and Pharmaceutical assistance. Below, we can find the methodology showing how the work was prepared from research based on data collection from 2015 to 2020 of the audits carried out in Pharmaceutical Assistance. Subsequently, we present and analyze the collected data, which were subdivided into two topics: general analysis, in which we carried out a broad analysis of the collected data, showing the number of findings and evidence, and presenting studies that corroborate the research results. Then, we show the analysis of the Pharmaceutical assistance cycle by stages, in which we will describe the main findings and what we considered to be evidence. Finally, there is a conclusion on the main findings and the importance of the research.

2. Theoretical foundation

According to Resolution 338 of 2004, Pharmaceutical assistance is a set of actions aimed at promoting, protecting, and recovering health, both individual and collective, having the medication as an essential input and aiming at

access and its rational use. This set involves research, development, and production of medicines and supplies, as well as their selection, programming, acquisition, distribution, dispensing, quality assurance of products and services, monitoring and evaluation of their use, obtaining concrete results, and the improvement of the population's quality of life (Brasil, 2004).

“In Latin American and North American countries, the term Pharmaceutical assistance means the pharmaceutical services, showing a more restricted view of the area, focusing on the organization and provision of services and actions that involve the medicine” (Castro et al., 2017:2432).

In Brazil, the inclusion of audit processes in the Unified Health System seeks to preserve the patient and the Union, states, and municipalities, the quality of professional and institutional services, and also to protect the proper use of public money (Azevedo et al., 2018). “The concept of auditing was proposed by Lambeck in 1956 and aims at the ‘assessment of the quality of care based on direct observation, recording and clinical history of the patient’” (Azevedo et al., 2018:2).

According to Unified Health System the Technical Manual and Basic Auditing Guidelines, from the Ministry of Health (MH), the audit consists of:

‘...Auditing consists of the systematic and independent examination of the facts by observation, measurement, testing, or other appropriate techniques of an activity, element, or system to verify the adequacy of the requirements recommended by the laws and regulations in force and to determine if the actions and their results are following the planned arrangements. The audit, through operational analysis and verification, enables the assessment of the quality of processes, systems, and services and the need for improvement or preventive-corrective/corrective/remedial action. It aims to provide the Unified Health System manager with the information necessary to exercise effective control and contribute to the planning and improvement of health action’ (Azevedo et al., 2018:2-3).

The word “Accountability” appears in several concepts found for auditing. For better understanding, it mainly involves transparency and responsibility. To do it right is not an obligation, but it is essential to learn from what is right and to learn in this way, the best way to do it, changing the punitive concept (Azevedo et al., 2018).

According to Santos (2016), who validated 25 audits carried out by the National Department of Audit of the Unified Health System and 10 audits carried out by the Federal Audit Court (*Tribunal de Contas da União* - TCU), in which all of them showed that there was no planning by any state for the implementation and maintenance of Basic Pharmaceutical assistance. Also, there was no effect



on the state funding of this policy and not even these expenses were presented, illustrating the disregard for public money and the lack of accountability by this federated entity. We observed that the audits indicate a violation of the attributions established by the state, which throughout the analyzed period, did not responsibly adopt the Basic Pharmaceutical assistance, causing shortages, waste, and, as a result, diversion of resources intended for assistance to the population, which dies due to lack of medicines and essential care for their life.

Through audits, we can find conformities and non-conformities that can cause corrective actions. Within the scope of Pharmaceutical Assistance, we can find evidence such as differences in transfer of resources; absence of technical documentation; inadequate infrastructure; lack of medication; acquisitions without proper bidding process; lack of inventory control by the pharmacy team; inappropriately stored special control medicines; expired medicines; and absence of the pharmacist. Many of these non-conformities are recurrent and reports can improve the audit process and reduce risks with recommendations that mention current legislation such as pacts, rules, ordinances, decrees, and laws, or even recommendations from regulatory bodies.

The implementation of Pharmaceutical assistance is indicated as one of the challenges for the consolidation of the Unified Health System. One of the aspects that contribute to facing this issue is directly linked to the development of its management in the Unified Health System, ensuring access to medicines and the integrality of therapeutic care. However, Brazilian municipalities demonstrate a series of weaknesses in the decentralization of actions and the ability to manage Pharmaceutical assistance, especially in the primary health care area (Gerlack et al., 2017).

Some authors claim a gap between the legislation and the practice of management in the organization of Pharmaceutical assistance services in primary care and the reality faced by Brazilian municipalities. This is because, according to the National Medicines Policy, the reorientation of the Pharmaceutical assistance model should be based on the decentralization of management. This means that municipalities start to assume responsibilities that require knowledge, technical, managerial, and political skills in pharmaceutical assistance, demonstrating the need to reinforce it and act to make the purpose of this Medicines Policy viable, that is, to guarantee the necessary safety, efficacy, and quality of medicines, the promotion of rational use and the population's access to those services considered essential (Gerlack et al., 2017; Brasil, 1998).

In this sense, actions must be developed to evaluate the management of Pharmaceutical assistance in the Unified Health System, providing support for decision making. Some research recommends the use of indicators of or-

ganizational, operational, and sustainability dimensions. These indicators were considered appropriate to assess Pharmaceutical assistance management since they consider actions of the logistical cycle, and they can represent sustainability and strategic actions of management results (Gerlack et al., 2017).

This small research seems enough to present the many obstacles and challenges imposed mainly on the managers of the Pharmaceutical assistance of the municipalities. Thus, each stage of the Pharmaceutical assistance cycle represents pieces, whose failures result negatively in the final purpose of the population's equal access to medicines. Issues such as underfunding; the lack of attention in promoting rational use; the vulnerability in the organization of the cycle and the logistics system; complications with infrastructure and human resources are conditions frequently observed by managers and that significantly influence the population's access to medicines and health care. Publications referring to Pharmaceutical assistance in the Unified Health System regularly show weaknesses in services and supply of basic medicines at dispensing locations (Perez, 2018).

Despite this growing flow of funding and the expansion of the distribution of medicines, in theory, problems related to medicines can still be distinguished in Brazil, which characterizes the current Pharmaceutical assistance. Socioeconomic development, access to information and medicines without a prescription and over-the-counter, the diversity of prescribers of different specialties, and the high prevalence of chronic diseases and polymedication have created new needs related to medicines that current health services have difficulty attending (Tribunal de Contas do Estado do Piauí, 2020).

3. Methodology

The following research is based on primary and secondary information. The theoretical basis was developed from the reading of scientific articles, theses, dissertations, and books. The practice was developed through Ordinances of the Ministry of Health and information extracted by the Audit System of the National Audit System from 2015 to 2020 and observing the completed audit activities belonging to the Pharmaceutical assistance group with the “non-conformities” type of finding. Therefore, it is qualitative and descriptive research that uses the technique of content analysis to identify non-conformities.

The identification of non-conformities took place in three stages. In stage 1, we considered the description in the evidence because it was more detailed than the findings. From there, we classified them according to the stages of the Pharmaceutical assistance cycle, including a stage called “Others” to show any



situation outside the Pharmaceutical assistance cycle. In stage 2, we carried out a detailed and interpretative analysis of the results and we sought the main findings. Finally, in stage 3, we categorized the main findings into searching for the most relevant words.

We created an analysis protocol with categories to organize the non-conformities found and we inserted them into an Excel spreadsheet to categorize the items of finding and evidence considering the next aspects:

- Selection – Problems related to the choice of medicine based on epidemiological, technical, and economic criteria established by the Pharmacy and Therapeutics Commission;
- Programming - Problems related to the quantities needed to be acquired from methods that analyze the epidemiological profile, historical consumption, the use of the National List of Essential Medicines (*Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME*) and the Municipal List of Essential Medicines (*Relação Municipal de Medicamentos Essenciais - REMUME*) as technical-scientific criteria for decision-making;
- Acquisition – Problems related to the medicine purchase process, according to the established schedule. The following questions must be answered: what to buy, for whom, how to buy, how many, when and how to buy;
- Storage – Problems related to technical and administrative procedures that seek to ensure adequate conditions for reception, storage, conservation, effective stock control, and ensuring the availability of medicines in all patient service locations. It also includes the absence of documentation and stock problems;
- Distribution – Problems related to the delivery of medicines to health units, quantity, quality, and proper time;
- Prescription and Dispensing: Problems related to the absence of the pharmacist in charge, the use of medicines and health documentation such as Permit and Certificate of Good Practices, Standard Operating Procedure (*Procedimento Operacional Padrão - POP*), and Manual of Good Practices;
- Others – It includes other topics found in evidence outside the Pharmaceutical assistance cycle, such as Financing, Management, Counterpart, Proof of expenses, Physical structure, and Human Resources, among others.

4. Data Presentation and Analysis

To disclose the data found in this research made from the analysis of information extracted by the Audit System of the National Audit System from 2015 to 2020, we show graphs that were prepared from the data collected. In the first block, the number of non-conformities found during the analyzed period is presented, divided into findings and evidence. Then, we included the percentage of evidence found in each stage of the Pharmaceutical assistance cycle and later the graphs of each stage of the cycle showing the evidence according to the analyzed period.

4.1 General Analysis

In the data analysis, we observed that the evidence was greater than the findings because the description indicated more findings, therefore, they were taken into account. Another important point was the non-standardization of the description of the evidence in each report and also the evolution during these years. The year 2015 covered more texts and more broadly and in 2020, we noted more objective and cohesive observations.

According to the Ministry of Health manual of Unified Health System Auditing Principles, Guidelines, and Rules (Brasil, 2017:27):

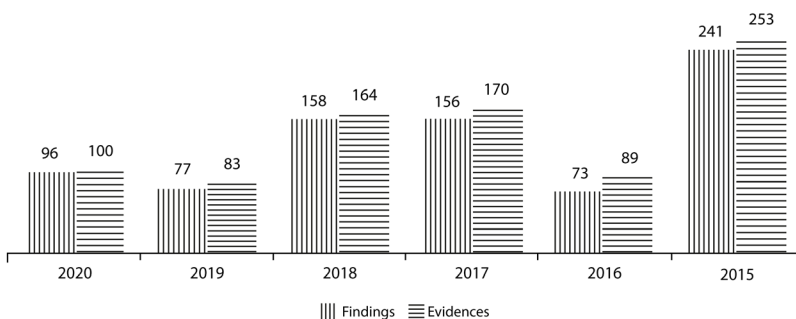
ii. The evidence consistently supports the findings and validates the team's work and must be sufficient, adequate, and relevant to allow the team to obtain findings that support its conclusions, which is why it must contain the following requirements:

- **Validity** – Evidence must be legitimate, that is, based on accurate and reliable information.
- **Reliability** – Assurance that the same results will be obtained if the audit is repeated.
- **Relevance** – Evidence is relevant if it is clearly and logically related to the audit criteria and objectives.
- **Sufficiency** – The quantity and quality of evidence obtained must demonstrate that the audit findings, conclusions, and recommendations are well-founded.

iii. The finding is the result of the comparison between the criterion and the situation found, which must present the following elements: a) the situation found of the object, characterized by evidence; b) the source of the

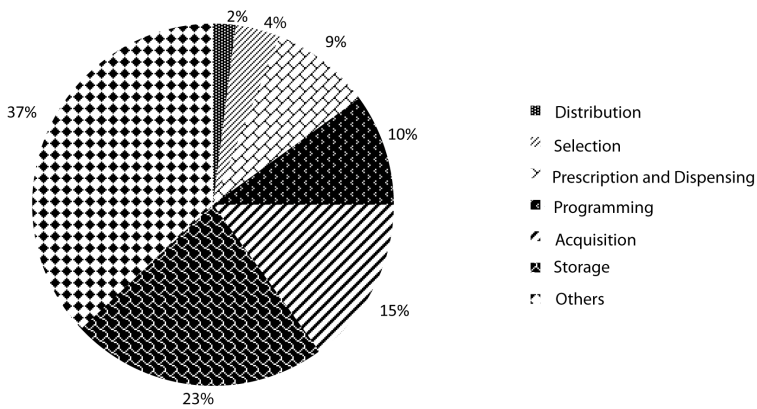
evidence; c) the criterion that defines the ideal situation of the object; d) the cause that led to the situation; e) the effect generated, and f) the recommendations.

Graph 1 – Non-conformities found divided into findings and evidence.



Graph 2 shows the percentages of evidence detected at each stage of the Pharmaceutical assistance cycle: Selection (4%), Programming (10%), Acquisition (15%), Storage (23%), Distribution (2%), Prescription, and Dispensing (9%). A classification called Others (37%) was also elaborated, which includes the other topics found in the evidence outside the Pharmaceutical assistance cycle.

Graph 2 – Percentage of evidence at each stage of the PA cycle



Analyzing the evidence of the entire Pharmaceutical assistance cycle, we observed difficulties at all stages, with the storage stage being the most prominent with 23%, followed by acquisition with 15%. Problems such as lack of infrastructure and poor stock management were recurrent in storage. In the acquisition, the relevant problems were in the bidding processes, lack of funds, and improprieties in the trading sessions. The judicialization of Pharmaceutical assistance was seen on some occasions.

Acquisitions by court demand are usually carried out in an emergency, which can favor fraud and purchases for high values, in addition to the acquisition of medicines outside the clinical protocols or even without registration with ANVISA (*Agência Nacional de Vigilância Sanitária* - National Health Surveillance Agency which is equivalent to FDA – Food and Drug Administration). This fact demonstrates the deficiency of the action of these municipalities to meet the demand of the population, especially in the programming stage of the Pharmaceutical assistance cycle, creating a favorable environment for citizens, holders of the subjective right of access to health, granted by the Constitution, to plead in court the receipt of any type of medication (Tribunal de Contas do Estado do Piauí, 2020).

The supply of medicines by court demand has less social reach since it assists a reduced number of beneficiaries than the citizens assisted by Public Policies (Tribunal de Contas do Estado do Piauí, 2020).

In the selection stage, many municipalities did not have a formalized Pharmacy and Therapeutics Commission and the incorporation of medicine did not comply with epidemiological criteria. The medicine acquisition stage revealed difficulties such as the absence of suppliers interested in offering medication, delay in deliveries of those acquired, and lack of funds as the main problems cited.

The results are in agreement with other studies. In a study by Gerlack et al. (2017), we observed that in about 20% of the municipalities studied in the different regions, Pharmaceutical assistance was not included in the organizational chart of the Municipal Health Department. An important difference was found between the regions of the Pharmaceutical assistance indicator as part of the municipal/district health insurance, in which 18% of the municipalities did not have Pharmaceutical assistance in the health insurance. Most (85.3%) of the interviewees in this study answered that in their municipality, there was a standardized list of medicines. However, only 12.5% declared the existence of the Pharmacy and Therapeutics Commission recognized by ordinance, of which half met more frequently than once a semester (Gerlack et al., 2017).



Some authors point out that the way Pharmaceutical assistance is organized within the Unified Health System limits its area of action and the division of its activities can contribute to the disarticulation with other health actions. Pharmaceutical assistance not included in the health insurance of the municipalities is a problem for Pharmaceutical assistance management since its actions must be planned and organized in the context of other health actions (Gerlack et al., 2017).

According to the National Survey on Access, Use, and Promotion of Rational Use of Medicines, only approximately 55% of Brazilian municipalities have standard operating procedures for the selection, programming, and acquisition of medicines; in 13.4% of the municipalities, the pharmacist was not the one who made the technical specifications for the purchase of medicines; around 30% of respondents reported that the municipality did not have a computerized system for managing Pharmaceutical assistance and less than half were networked with other health units (Tribunal de Contas do Estado do Piauí, 2020).

4.2 Step-By-Step Analysis Of The Pharmaceutical Assistance

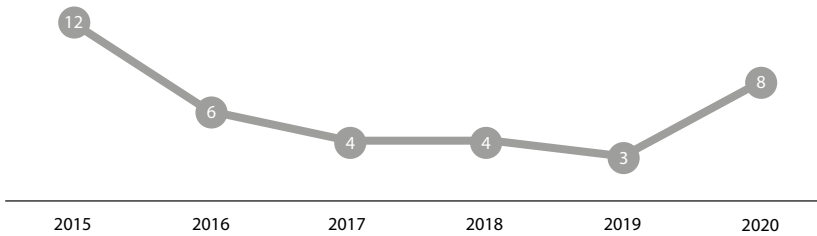
In this session, we will describe the main findings at each stage of the Pharmaceutical assistance cycle, starting with the selection stage, which evaluated problems related to the choice of medicines based on epidemiological, technical, and economic criteria established by the Pharmacy and Therapeutics Commission, which aims to ensure safe, effective, and cost-effective medicines to rationalize use, harmonize therapeutic procedures, directing the process of acquisition, production, and pharmaceutical policies.

The Pharmacy and Therapeutics Commission has a permanent and deliberative character, to advise the manager and the entire health team regarding the medication issue. It also validates therapeutic protocols, develops educational actions with technical, therapeutic, and pharmacological information, and cannot, in any way, replace, perform or manage Pharmaceutical assistance (Perez, 2018).

4.2.1 Selection

As observed in Graph 3, there was a decrease in the evidence over the analyzed period. Among the main findings of the research, we can observe the absence of Pharmacy and Therapeutics Commission or inactive Pharmacy and Therapeutics Commission; non-selection of basic medicines through technical criteria that did not take into account the population's needs; inefficient management of Pharmaceutical assistance at the Pharmaceutical Supply Center and acquisitions made that do not correspond to the epidemiological profile.

Graph 3 – Non-conformities evidence in the selection stage.



Source: Research data (2021).

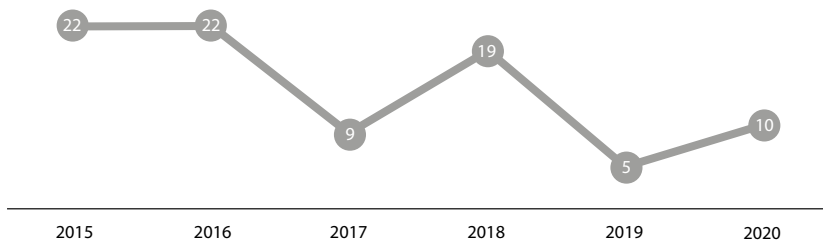
These findings are in agreement with a study with 506 Brazilian municipalities that found the absence of formalized Pharmacy and Therapeutics Commission in 87.5% of them (Perez, 2018). In another study by Gerlack et al. (2017:7):

85.3% of the municipalities interviewed in the different regions responded that they adopt a list of medicines, the vast majority (87.5%) did not have a formalized Pharmacy and Therapeutics Commission and when there was, they did not meet it regularly... It should be noted that only 34.8% of the municipalities surveyed had a specific bidding committee for Pharmaceutical assistance, which could further complicate the management scenario and compromise the availability of safe, effective, and cost-effective medicines to the population.

4.2.2 Programming

In this stage, we considered problems related to the quantities needed to be acquired from methods that analyze the epidemiological profile, historical consumption, National List of Essential Medicines, and the Municipal List of Essential Medicines lists.

As observed in Graph 4, there was a decrease in evidence over the analyzed period. Among the main findings of the research, there are: not having the National List of Essential Medicines list or not being updated; medicines missing from the Basic, Specialized Component, National List of Essential Medicines, and the Municipal List of Essential Medicines; absence of demand studies and historical series in the bidding processes capable of guiding the acquisition process; lack of programming the quantities necessary for the reality of consumption of each unit and acquisition of medicines outside the National List of Essential Medicines list and in products and services other than those agreed such as exams, medical appointments, fuel, and expenses with telephone service.

Graph 4 – Non-conformities evidence in the programming stage.

Source: Research data (2021).

The programming stage in the Pharmaceutical assistance cycle is very important because it has a direct relationship with access to medication. If well elaborated, it avoids shortages, reduces the loss of products, and, consequently, avoids unnecessary expenses with new acquisitions. For adequate and consistent programming, there is a need for those responsible for this action to have secure information on consumption and demands both met and not met, demographic and epidemiological profile, the structure of the local health network, available financial resources, and also systems information and efficient inventory management (Perez, 2018).

Since budgetary resources are limited, the State created the National List of Essential Medicines that should be a guide, which is periodically updated and is the basis for municipalities to develop their relationships. In this way, municipalities try to plan and organize themselves, avoiding possible medicine shortages (Silva, 2018).

The solution to problems in the programming stage is within the reach of municipal entities. Public managers need to recognize that improving the programming stage requires relatively low investments and that it would provide substantial improvements in the regularity of medicine supply (Perez, 2018).

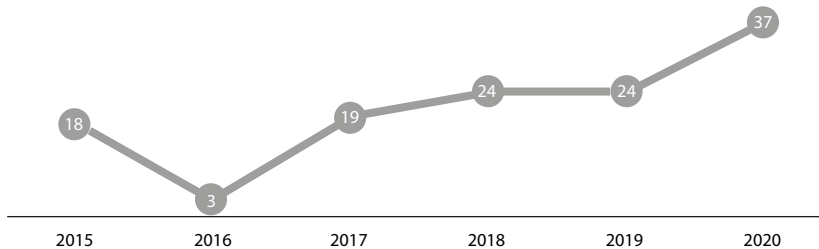
4.2.3 Acquisition

In this stage, we considered problems related to the medicine purchase process, according to the established schedule. The following questions should be answered: what to buy, for whom, how to buy, how many, when, and how to buy.

As observed in Graph 5, there was an increase in the evidence over the analyzed period. Among the main findings of the research, there are lack of motivation regarding the definition of the way of carrying out the auction, direct purchase for the acquisition of medicines, non-presentation of the bidding processes,

absence of price research, price and overpricing, no proof through the invoices the totality of acquisitions, non-existence of the term of reference, absence of invoices, problems in the bidding process, improprieties in the trading sessions and the holding of a face-to-face trading session.

Graph 5 – Non-conformities evidence in the acquisition stage.



Source: Research: data (2021).

The acquisition is a set of procedures in which the medicine purchase process is carried out, based on the established schedule, to supply medicines in quantity, quality, and lower cost-effectiveness, and to maintain the regularity of the supply system (Retto, 2016).

The acquisition or contracting of goods and services by public entities must follow the Law that establishes general rules for bidding and contracting for the direct, autonomous, and foundational Public Administrations of the Union, States, Federal District, and Municipalities, and it is regulated by Law 14,133, of April 1, 2021, known as the bidding and administrative contracts law (Brasil, 2021).

As it is a legal regulation, it may seem obvious that the acquisition of medicines is carried out through public bidding. However, a study published in 2008 analyzed the report of audits carried out by the Comptroller General of the Union (CGU) in 597 Brazilian municipalities and found that 19.4% of them did not comply with the procurement rules. The study considered non-compliance when it was found that the municipality failed to carry out the mandatory procedures for carrying out purchases by the public sector (bidding) or when the bidding was carried out without complying with all the requirements established by law (Vieira, 2008, as mentioned above Perez, 2018:65).

The difficulties in the acquisition of medicines faced by public agencies were the subject of Technical Note 15 of 1014 from the National Council of Health Sec-



retaries (*Conselho Nacional de Secretários de Saúde*) that obtained information from the States and municipalities through the National Council of Municipal Health Secretaries (*Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde*), in which several difficulties in the acquisition of medicines were observed. Some of them are: - Bidding without interest of pharmaceutical companies, manufacturers, and distributors in participating in the bidding processes; - Disproportionate increase in prices compared to previous acquisitions; - Non-compliance with delivery deadlines by suppliers; - Non-compliance with the requirements contained in the notices, such as technical documents; - Frequent requests to cancel commitments (Perez, 2018).

Without alternatives, the municipalities of that state often purchase the medicines at drugstores, which results in a higher cost. The lack of interest of companies in supplying medicines to small municipalities, which generates failures and desertions in bids and non-compliance with delivery deadlines, are problems that will hardly be overcome by each municipality individually. On the other hand, medicine suppliers claim that, given the values established in the purchase processes and the volume destined to assist small municipalities, it does not even compensate for the issuance of the Invoice (Perez, 2018).

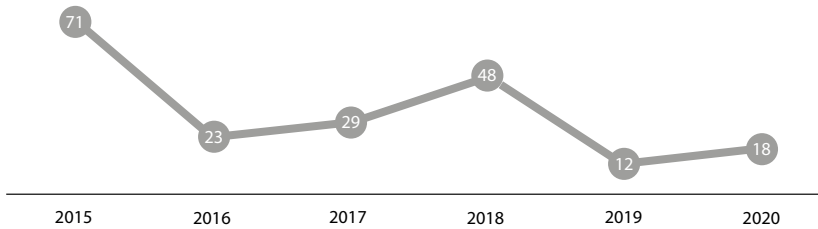
Problems in a bad procurement process result in recurrent shortages of some medicines and excess of others, “irrational” prescriptions, urgent purchases, waste of resources, and availability of low-quality medicines, which compromises the quality of care (Retto, 2016).

4.2.4 Storage

In this stage, we considered the problems related to technical and administrative procedures, which seek to ensure adequate conditions for reception, storage, conservation, and effective stock control, as well as guaranteeing the availability of medicines in all patient service locations. It also includes a lack of documentation and stock problems.

As observed in Graph 6, there was a decrease in the evidence over the analyzed period. Among the main findings of the research, there is a lack of facilities, inadequate facilities, absence of established procedures for receiving and checking medication, inefficient stock control, lack of sanitary documentation, lack of documents with information on the stock position, manual stock control, inadequate storage of thermolabile materials, absence of a specific area for segregation of expired, damaged or suspected change medicines, lack of actions aimed at controlling pests and vectors.

Graph 6 – Non-conformities evidence in the storage stage.



Source: Research data (2021).

The main problems described in the literature related to the storage stage were the lack of physical space, insufficient equipment, inadequate ventilation, and lack of temperature control (Perez, 2018).

Perez (2018:63) cited a research

that analyzed the inspection reports carried out by the CGU, and found that in 71.4% of the 660 investigated municipalities, inventory control was absent or deficient... Information systems are an essential source in the management, control, and auditing process of the entire process and seek to support efficient management of the resources used in the provision of health services.

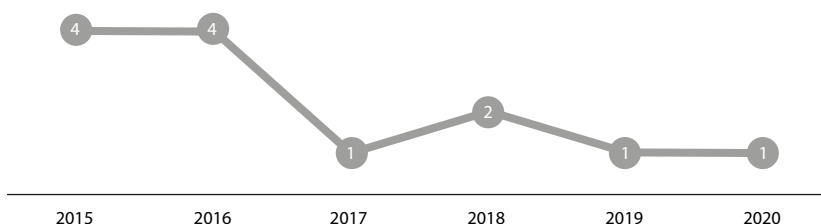
Another option is the use of the HÓRUS System – National System for the Management of Pharmaceutical Assistance, which was prepared and made available free of charge by the Ministry of Health, to qualify the management of Pharmaceutical assistance. In it, it is possible to carry out medication management actions, entry, distribution, and dispensing movements, and generation of different reports with management information, which support the planning and development of Pharmaceutical assistance actions. Its use, although recommended, is not mandatory. Each federative entity can choose to acquire the systems they deem most appropriate for their reality (Perez, 2018).

In 2011, local managers and health professionals from 1,247 municipalities (16 states) that joined HÓRUS System answered questionnaires about Pharmaceutical assistance in primary care and the HÓRUS System. The main changes identified after the implementation of this System were: improvement of the technical and scientific control of the quality of pharmaceutical assistance, drug dispensing, and health care; training of human resources and knowledge management; improvement of the relationship between health managers/drug users; administrative management and greater interfederative management; and improvement of the technological infrastructure (Costa and Nascimento, 2012).

4.2.5 Distribution

In this stage, we considered problems related to the delivery of medicines to health units, quantity, quality, and proper time. As observed in Graph 7, there was a decrease in the evidence over the analyzed period. Among the main findings of the research, there is inefficient distribution, quantity requested not met, lack of strategic planning, failures in receiving logistics, and lack of medicine distribution flow.

Graph 7 – Non-conformities evidence in the distribution stage.



Source: Research data (2021).

This stage must be carried out using information systems for proper management and with an established schedule to avoid delays or shortages. It must also ensure that the medicines reach their destination in the correct quantities and in full. In this way, the transport of medicines is an important factor and must be monitored throughout its process so that adequate conditions are maintained because a failure can bring risks to the stability and integrity of medicines (Perez, 2018).

According to Resolution - RDC 360, of March 27, 2020 (Brasil, 2020:1):

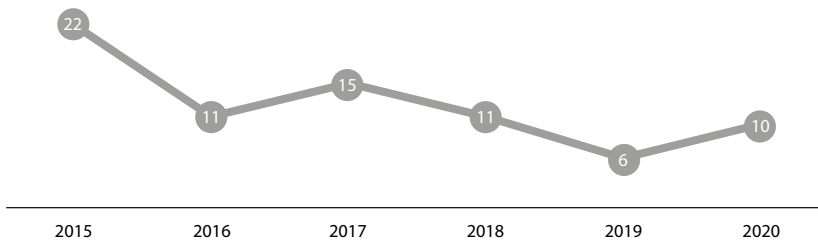
The mandatory monitoring of temperature and humidity provided for in item II can be exempted, when the maximum transport time is proven in the records as less than 8 (eight) hours, this is carried out at the final point of dispensing of the medicine and thermal packaging is used, with qualifications following the time and conditions of transport.

4.2.6 Prescription and Dispensing

In this stage, we considered problems related to the absence of the pharmacist technician in charge, the use of medicines, and health documentation such as Permit, Certificate of Good Practices, Standard Operating Procedure, and Manual of Good Practices.

As observed in Graph 8, there was a decrease in the evidence over the analyzed period. Among the main findings of the research, there is the Absence of a manual on Good Pharmaceutical Practices and Standard Operating Procedure, absence of the Certificate of Technical Regularity, absence of a pharmacist or full-time absence, lack of continuing education process, irregularities in medical prescriptions, lack of standardization in dispensing routine, absence of book-keeping, storage and balances of controlled medicine, very long waiting time for care, absence of pharmacotherapeutic follow-up.

Graph 8 – Non-conformities evidence in the prescribing and dispensing stage.



Source: Research data (2021).

According to the definition of the National Medicines Policy (Brasil, 1998:1) dispensing:

Is the professional pharmaceutical act of providing one or more medicines to a patient, usually in response to the presentation of a prescription prepared by an authorized professional. In this act, the pharmacist informs and guides the patient about the proper use of the medication. Important elements of the guidance are the emphasis on compliance with the dosage, the influence of food, the interaction with other medicines, the recognition of potential adverse reactions, and the conditions of storage of the products, among others.

Dispensing cannot be reduced to a mere delivery of medication, but must be understood as the interaction between the pharmacist and the patient who, in addition to identifying possible prescription errors, ensures compliance and the correct use of the medication, and helps in adherence to the treatment, guarantees the adequate supply of the medicine and provides technical and correct information.

The pharmacist's role in dispensing, in addition to an act of health promotion, is also an act of economy for the patient and the system since the inappropriate use of medicines leads to higher expenses such as new treatments, hospitalizations, and even medication errors that can lead to death.



Pharmacists are not always present in the health units because hiring these professionals means a high expense. The performance in patient care can bring better results in treatments and also generate savings since with the improvement of treatment adherence, there is greater control of diseases.

Sometimes there is an accumulation of roles for the pharmacists, divided both in the area of management and dispensing. These professionals are not exclusive to assisting patients, resulting in the dispensing of medicines carried out by other health professionals, such as doctors and nurses, or, more frequently, by professionals without higher education (Perez, 2018).

A study that was part of the National Survey on Access, Use and Promotion of Rational Use of Medicines – Services, 2015, investigated municipalities in the 5 regions of the country and interviewed 1,139 professionals responsible for dispensing medicines. Among the respondents, only 16.6% were pharmacists and 50.3% had graduated up to high school (Karnikowski et al., 2017, as cited in Perez, 2018:78).

The above result explains some problems found by the absence of the pharmacist in dispensing such as lack of treatment control records, lack of dispensing histories, and lack of traceability of dispensed medicine. Many complaints such as deficiencies in the structure to perform the activities are exposed, in addition to lack of computer and internet, low speed or network instability, inefficient information system in the data entry interface, and the need for a long time to enter all the information of the dispensation (Perez, 2018).

As an example:

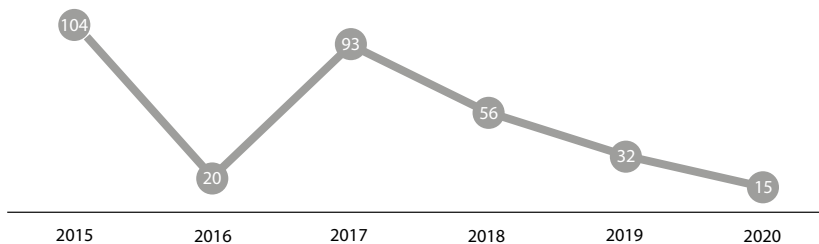
In 2019, more than 50% of the municipalities in Piauí did not have at least one pharmacist responsible for medicine policy on their staff. Of the existing professionals, only about 40% were effective. Almost 90% of the municipalities do not have effective pharmacists (Tribunal de Contas do Estado do Piauí, 2020:5).

4.2.7 Others

At this stage, we considered other topics found in evidence outside the Pharmaceutical assistance cycle, such as Financing, Management, Counter-part, Proof of expenses, Physical structure, Human Resources, etc.

As observed in Graph 9, there was a decrease in the evidence over the analyzed period. Among the main findings of the research, there are financing, counter-part, management, proof of expenses, documentation, registration, payments, human resources, Pharmaceutical assistance plan, physical structure, and meeting the estimated demand/patient.

Graph 9 – Non-conformities evidence in the classification of others.



Source: Research data (2021).

The classification as Others drew attention for being the most prominent (37%) among the other stages of the Pharmaceutical assistance cycle: Selection (4%), Programming (10%), Acquisition (15%), Storage (23%), Distribution (2%), Prescription and Dispensing (9%). During the analyzed period, the evidence decreased, so we can conclude that these were classified within the stages of the Pharmaceutical assistance cycle. This is important to standardize the audit report process.

One point found was the proof of expenses that is not done properly as found in this research and also found by the Court of Auditors of Piauí in 2019. We identified 123 municipalities that launched items with different functions in the same effort, recording together medicines, expedient material, pantry and kitchen, cleaning and sanitizing, hospital, dental, laboratory, foodstuff, and even permanent material. Also, 120 municipalities in the state made mistakes in classifying these expenses, even affecting the calculation of personnel expenses and the municipality's health expenditure limit (Tribunal de Contas do Estado do Piauí, 2020).

Another aspect is that in many places there are still municipalities where both the management and the execution of Pharmaceutical assistance are carried out by professionals other than the pharmacist or places that rely only on the pharmacist for a certain period. Sometimes the absence of a Pharmaceutical assistance plan in management is a reality and many municipalities do not have an organization chart, which compromises planning since Pharmaceutical assistance can only be considered a management unit when it is formalized in the organization chart. Otherwise, it will not have its budget, legal support, and human resources (Barreto and Guimarães, 2010; Magarino-Torres et al., 2013, as cited in Perez, 2018).



5. Conclusion

Auditing as a form of management allows the evaluation and monitoring of the services provided and through them, it is possible to identify findings of non-conformities that can lead to corrective actions. Many of these non-conformities are recurrent and to improve the audit process and reduce risks, reports are made with recommendations that mention current legislation such as pacts, rules, ordinances, decrees, and laws or even recommendations from regulatory bodies.

The incorporation of auditing together with the management of municipalities can help in the activities of regulation, control, and evaluation of the services provided to users of the Unified Health System, ensuring a higher quality of care (Mota et al., 2018).

Pharmaceutical assistance started to have its management decentralized, with responsibilities shared between the spheres of government, and many municipalities have difficulties in carrying out the management. Through this research, we identify the main related aspects. Non-conformities were found in the audits in the municipalities in the pharmaceutical care stages from 2015 to 2020 and classified within the Pharmaceutical assistance cycle.

As limitations of this research, we had the lack of evaluation parameters since there is not a single instrument formalized within the National Department of Audit of the Unified Health System department, that is, each audit used its evaluation instrument. Also, the evidence bases were sometimes extensive, which made it difficult to classify through the stages of the Pharmaceutical assistance cycle, and for this reason, criteria were created that often fit into more than one stage.

During the analysis of the evidence, an evaluation of the performance of health services was not seen according to the criteria used by Albuquerque and Martins (2017) such as Effectiveness; Access; Efficiency; Respect for people's rights; Acceptability; Continuity; Adequacy; Safety.

Over the years, there was a decrease in the evidence, from 253 to 100 evidence. It was clear that there are problems arising from the fragility of management and the need to improve several aspects at the municipal level. The research analyzed the evidence of the entire Pharmaceutical assistance cycle and difficulties were revealed at all stages, with the storage stage as the most prominent with 23% followed by acquisition with 15%.

Among the main findings in the storage stage, we found the lack of facilities and inadequacy, absence of established procedures for receiving and check-

ing medicines, inefficient stock control, lack of sanitary documentation, inadequate storage of thermolabile, absence of a specific area for segregation of expired, damaged, or suspected change medicines.

Medicines can be altered in the storage process if it is done under inappropriate environmental conditions, such as high temperature and relative humidity, and exposed to direct light. Storage aims to ensure the preservation of the quality of medicines in an orderly and efficient manner, under adequate safety and hygiene conditions. Therefore, the place must provide appropriate conditions for maintaining the integrity and conservation of the products and protecting it from all potentially harmful influences.

In the acquisition, the main findings of the research were the lack of motivation regarding the definition of the way of carrying out the auction, direct purchase for the acquisition of medicines, non-presentation of the bidding processes, absence of price research, the inexistence of the term of reference, absence of invoices, problems in the bidding process, improprieties in the trading sessions and the holding of a face-to-face trading session.

In practice, the study is contributing to public entities, as it was possible to identify the main gaps in Pharmaceutical assistance and, from there, outline new strategies for improvement. As an immediate gain to carry out new audits, a new protocol is already being developed to audit Pharmaceutical Services, and allied to this an audit system is also being built.

Thus, studies of this nature can greatly contribute to the improvement of the use of public resources in which, through the identification of the main aspects, we can have a risk-based audit, adding greater value to the organization. We suggest continuing with this theme, expanding the object of study beyond Pharmaceutical Assistance, as these non-conformities can occur in other areas and health services.



References

Albuquerque, C. and Martins, M. (2017). Indicadores de desempenho no Sistema Único de Saúde: Uma avaliação dos avanços e lacunas. *Saúde em Debate* 41(spe), pp. 118-137.

Alcântara, M. (2020, september 27). Corrupção desviou R\$ 331 milhões da Saúde do DF nos últimos 5 anos, diz MP. *Jornal Metrôpoles*.

Andrade, A. de (2013). *Auditoria como estratégia para o fortalecimento do controle interno do SUS* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Azevedo, G. A., Gonçalves, N. S. and Santos, D. C. (2018). A relação entre a auditoria e o sistema público em saúde. *Revista de Administração em Saúde* 18(70), pp. 1-19.

Barreto, J. L. and Guimarães, M. C. (2010). Avaliação da gestão descentralizada da assistência farmacêutica básica em municípios baianos. *Caderno de Saúde Pública* 26(6), pp. 1207-1220.

Borges, C. (2021, april 23). Vereadores flagram remédios vencidos em depósito da Prefeitura. *MídiaNews*.

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília.

Brasil. (2021). *Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021*. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Brasília.

Brasil, Ministério da Saúde. (1998). *Portaria n.º 3.916, de 30 de outubro de 1998*. Aprova a Política Nacional de Medicamentos. Brasília.

Brasil, Ministério da Saúde. (2004). *Resolução n.º 338 de 06 de maio de 2004*. Aprova a Política Nacional de Assistência farmacêutica. Brasília.

Brasil, Ministério da Saúde. (2017). *Princípios, diretrizes e regras da auditoria do SUS no âmbito do Ministério da Saúde*. Brasília.

Brasil, Ministério da Saúde. (2020). *Resolução - RDC n.º 360, de 27 de março de 2020*. Dispõe sobre as boas práticas de distribuição, armazenagem e de transporte de medicamentos. Brasília.

Brasil, Ministério da Saúde. (2021). *Relação Nacional de Medicamentos Essenciais*. Brasília.

Brito, C. (2020, september 29). Esquemas de corrupção que desviaram quase R\$ 1,8 bilhão dos cofres públicos da saúde do RJ desde 2007; este valor supera gastos com a pandemia. *Portal G1 Rio*.

Castro, C. G. S. O. de, Oliveira, M. A. and Vasconcelos, D. M. M. de (2017). Assistência farmacêutica: Um campo em consolidação. *Ciência & Saúde Coletiva* 22(8), pp. 2432-2433.

Costa, S. M. and Nascimento, J. M., Junior. (2012). HÓRUS: Inovação tecnológica na Assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde. *Revista de Saúde Pública* 46(suppl 1), pp. 91-99.

Gerlack, L. F., Karnikowski, M. F. de O., Areda, C. A., Galato, D., Oliveira, A. G. de, Álvares, J., ... and Acurcio, F. de A. (2017). Gestão da Assistência farmacêutica na atenção primária no Brasil. *Revista de Saúde Pública* 51(supl. 2), pp. 1-11.

Karnikowski, M. G. O., Galato, D., Meiners, M. M., Silva, E. V., Gerlack, L. F., Bós, A. J., Leite, S. N., Álvares, J., Guibu, I. A., Soeiro, O. M., Costa, K. S., Costa, E. A., Guerra, A. A., Júnior and Acurcio, F. A. (2017). Caracterização da seleção de medicamentos para a Atenção Primária no Brasil: dados da PNAUM. *Revista de Saúde Pública* 51(Supl 2), pp. 1-9.

Magarino-Torres, R., Pepe, V. L., Oliveira, M. A. and Osorio-de-Castro, C. G. S. (2013). Medicamentos essenciais e processo de seleção em práticas de gestão da assistência farmacêutica em estados e municípios brasileiros. *Ciência & Saúde Coletiva* 19(9), pp. 3859-3868.

Mota, E. M. de A., Carraro, F. M. and Araújo, A. P. S. de (2018). A importância das equipes multiprofissionais nas centrais de regulação e auditoria do SUS. *Revista Uningá* 55(4), pp. 1-6.

Perez, V., Junior (2018). *Análise da gestão da Assistência farmacêutica na região do Vale do Jurumim – SP, sob a perspectiva de conformação das RAS* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Pimenta, D. S. (2020). *Elaboração de uma proposta de integração das auditorias internas: Estudo de caso de um hospital universitário* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Retto, M. P. F. (2016, may 04). *Aula de farmácia hospitalar*. Daros Centro de Qualificações Profissionais.



Santos, H. F. dos S. (2016). *A falha de coordenação na Assistência farmacêutica básica no Brasil: Um estudo sobre accountability e controle de política pública* (Tese de Doutorado). Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, DF, Brasil.

Silva, A. de O. (2018). *Os entraves para aquisição de medicamentos em pequena escala que não fazem parte da relação municipal de medicamentos – REMUME* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade de Integração Internacional, São Francisco do Conde, BA, Brasil.

Tribunal De Contas do Estado do Piauí. (2020). *Diagnóstico da Gestão da Assistência farmacêutica. Municípios – Exercício 2019*.

Vieira, F. S. (2008). Ações judiciais e direito à saúde: Reflexão sobre a observância aos princípios do SUS. *Revista de Saúde Pública* 42(2), pp. 365-369.



Reporting Income Tax in Angola: Evidence From Banking Institutions

Liliana Andrade

Nova School of Business and Economics
Campus de Carcavelos, Rua da Holanda 1, 2775-405 Carcavelos
liliana.smandrade@gmail.com

Leonor Fernandes Ferreira

Nova School of Business and Economics
Campus de Carcavelos, Rua da Holanda 1, 2775-405 Carcavelos
leonor.ferreira@novasbe.pt

Reporting Income Tax in Angola: Evidence from Banking Institutions

Abstract

This research provides an insight into income tax reporting in Angola, based on hand collected data from the annual reports of banks. Empirical studies of Angolan companies are scarce, in part due to limited access to data. The results show that income tax reporting has improved over the years 2010-2013, becoming more reliable and understandable. Angolan banks are boosting the economic growth through tax benefits in investment in public debt, which cause a reduction in the effective tax rate. The new income tax law was expected to reduce the statutory tax rate from 2015 onwards and changed the taxable income, resulting in shifting the focus to promoting private investment.

Key words: Angola, Banking sector, Financial reporting, Income tax.



Relato de Impostos sobre os Rendimentos em Angola: Evidência das Instituições Bancárias

Resumo

Esta investigação analisa o relato do imposto sobre os lucros em Angola, com base em informação recolhida dos relatórios e contas anuais dos bancos. Os estudos empíricos sobre empresas angolanas são escassos, em parte devido ao acesso limitado e à não disponibilidade de dados. Os resultados mostram que o relato de imposto sobre os lucros, aí denominado imposto industrial, melhorou ao longo dos anos 2010-2013, tornando-se mais confiável e mais compreensível. No período analisado, observa-se que os bancos angolanos encorajam o crescimento económico com a ajuda de benefícios fiscais ao investimento em dívida pública, o que causa a redução da taxa efetiva de tributação. Esperava-se que a nova lei do imposto industrial, em vigor a partir de 2015, viesse a reduzir a taxa efetiva de tributação, alterando-se o rendimento tributável e resultando em mudança do foco do investimento para o sector privado da economia.

Palavras-chave: Angola, Sector bancário, Relato financeiro, Imposto industrial.



1. Introduction

Over the last decade, the Angolan banking industry has grown quickly, and new banks have entered in the market. A GDP real growth rate of 4.1 per cent was observed in 2013 (World Bank, 2014) and by that time Angola experienced one of the fastest growing economies, mainly due to the oil production and exports (Jover, Pinto & Marchand, 2012). Given that the stock exchange is not operating in Angola, the banking sector assumes a great importance, as a provider of capital to investors.

The strong economic growth brings new challenges to the sector. In order to satisfy the needs of the country more diversified banking products were created and there was an improvement of the lending instruments. The Angolan National Bank (*Banco Nacional de Angola*) has strengthened supervision with the objective of creating a more stable financial system and thus, improve its credibility. Also, the Angolan government has been implementing legal reforms so that national financial and tax reporting regulations are more in line with the international setting. The endorsement of the Accounting Plan for Financial Institutions (*Plano de Contabilidade das Instituições Financeiras*, CONTIF) in 2010 was a step to approximating the Angolan accounting regulation to the International Financial Reporting Standards / International Accounting Standards (IFRS/ IAS). From 2016 onwards, Angolan banks were required to adopt the International Financial Reporting Standards (Banco Central de Angola, 2018). Despite regulation on the transition was approved in 2014, the endorsement of IFRS by the Angolan banks did not start immediately (Ferreira, 2019). Regarding taxation, the new Angolan Corporate Tax Code (*Código do Imposto Industrial*, ITC) was approved in October 2014 and came into force from 2015 onwards. The four-year period (2010-2013) was immediately prior to the implementation of a new corporate tax code in Angola in 2014. Also of importance, data from before 2010 was either available, or unreliable. Moreover, the accounting regulation remained constant throughout the period 2010-2013. This could not be said of the years before and after the period. We need to assure that the information presented and disclosed by the banks in sample is consistent and thus, comparable, and this is expected in the period of analysis because the accounting regulation that applies to banks (CONTIF) did not change during the chosen period, while this maybe not true for other periods. Some banks started applying the IAS/ IFRS, while others did not, in 2016. In order to achieve consistency in the analysis it was felt that there had to be consistency in the legal framework. Thus, this paper limits the analysis to the years 2010-2013.

Both accounting and tax regulation impact on financial reporting. Preparers and auditors assume distinct roles and responsibilities in reporting information without errors and, at the same time, relevant, comparable,

and understandable. Financial information supports different users in their investing and financing decisions. Taxation assumes an important role in developing countries, like Angola. Moreover, income taxes have been used to influence investment decisions, consumption patterns, economic spill overs, and ultimately, the promotion of economic growth and development (Sutton, 2004). Although investors and financing appraisals demand tax data and financial information from Angolan companies to the best of our knowledge, there is no previous empirical research about this topic. Thus, this paper adds a first insight into accounting, tax regulation and financial reporting in Angola, and provides evidence on income tax reporting by Angolan banks.

The research proceeds as follows: Section 2 provides the key concepts about corporate tax in Angola; Section 3 describes the accounting and tax regulation for corporate tax in Angola. Section 4 reviews the previous research on corporate tax in Angola. Section 5 presents the research questions, methodology and sample information. Section 6 discusses the main results and provides recommendations for improvement of financial and tax reporting. Finally, Section 7 concludes with a summary of the main findings, limitations, and suggestions for future research.

2. Key Concepts on Corporate Tax

This section introduces the key concepts in this paper. These are *corporate tax*, in Angola called ‘industrial tax’ (*imposto industrial*), *taxable income* and *effective income tax rate*.

The corporate tax due is calculated as follows:

$$\text{Income tax} = \text{Statutory income tax rate} \times \text{Taxable income} \quad [1]$$

The statutory rate is stated in the national tax law, and it varies from country to country. This rate is an important variable when discussing tax harmonization in the world.

Taxable profit differs from accounting profit. The latter includes tax benefits and losses from past years. Differences are due either to non-tax-deductible costs or revenues not added to the income for tax purposes (tax deductible costs are more common than revenues exemptions). Thus equation [2] applies:

$$\text{Taxable profit} = \text{Accounting profit} + \text{Costs not accepted for tax purposes} - \text{Revenues not subject to taxes} \quad [2]$$

Differences between Accounting profit and Taxable profit can be grouped into



two categories: permanent and temporary. The former refers to items that may not be deducted from profit for tax purposes at any time under the tax law, while the latter comprises the differences between the tax basis of assets or liabilities and the profit in the income Statement (Elliot, 2013).

Other items may reduce taxable profit, such as tax incentives and tax losses. The extent and form of the relief varies from country to country. Governments usually give tax relief to companies that report losses by permitting them to carry forward losses reported in past years and set off, either partially or totally, against taxable profit in future years, thus reducing tax liability. The income tax law usually states the number of years permitted to carry forward losses, as well as tax benefits. In the most extreme cases, tax benefits can turn a taxable profit to zero or even into a loss. Tax incentives are used to promote certain activities or investment in the economy.

The tax measures can take different forms. For example, tax-based incentives can be a reduction of corporate tax rate or a tax credit as deduction from annual income tax expense. According to Sutton, governments are reluctant “to accept restrictions on their right to use fiscal policy to influence companies’ economic behavior” (Sutton, 2004: 534). This is a clear obstacle to tax harmonization.

An important issue is how companies measure the cost of income taxes and how to account for it. One approach is the tax payable approach, where a company recognizes “as an expense or credit the income tax currently payable or refundable” as a result of the activity during the year. The deferred tax accounting approach overcomes the weaknesses of the tax payable approach by noting that the income tax expense is a function not only of the year’s profit, but also of the tax incentives received and tax penalties incurred (Sutton, 2004: 537). When deferred tax accounting is applied, companies adopting this approach will recognize the tax impact either as an expense or a benefit, now and in the future. Thus, under the deferred tax approach, income tax has two components as stated in equation [3]:

$$\text{Income tax} = \text{Current income tax} + \text{Deferred income tax} \quad [3]$$

The two components of income tax are recognized as a cost (or a benefit if deferred) in the income statement. Current income tax is payable or refundable during the next twelve months and is reported either as a current liability or a current asset. Current income is common to both taxes payable and the accounting deferred tax approach.

Deferred income tax is presented as a non-current balance sheet item, as the current year’s accounting profit or loss will impact the future tax. Regarding measurement of deferred taxes, the balance sheet approach is the most common

nowadays. The *balance sheet approach* is the only one permitted under IAS / IFRS. Other approaches to measure deferred taxes are the *income statement approach* and the *net-of-tax approach*. The former accounts for the deferred taxes, being based on timing differences between tax and book revenues and expense. Under this method, every year companies compare the tax values of assets and liabilities to its carrying amounts in the published accounts (*temporary differences*), and in the balance sheet they recognize the temporary taxable differences (*deferred tax liabilities*). These are presented as a non-current liability, and the deductible tax differences and losses and tax credits not used (*deferred tax assets*) are presented as a non-current asset. “Deferred tax expense or benefit is the net change in the deferred tax balances over the year” (Sutton, 2004, p. 539). On the other hand, current taxes, those from the current year and previous years, should be recognized as current liabilities, while assets should be recognized when the amount paid exceeds the amount of taxes due. In many countries, income taxes are paid in installments throughout the financial year. Companies, therefore, must estimate the taxable income and the current income tax of the year before the year-end, and they must adjust the estimation when the actual taxable profit is known, after closing the accounts.

The concept of effective income tax rate is a consequence of the difference between Accounting profit and Taxable income. Effective income tax rate usually differs from the statutory income tax rate stated in the law. It is calculated as seen in Equation [4]:

$$\text{Effective tax rate} = \text{Income tax} / \text{EBT} \quad [4]$$

EBT stands for Earnings Before Taxes taken from the accounting books, that is, the Accounting profit. Investors and managers monitor the effective income tax rate, as this ratio can give them useful information as to the tax planning activities of a company.

“Countries differ in the way taxable profit is calculated, in the tax incentives available to companies, and the treatment of losses and payment of dividends” (Sutton, 2004: 529). Over time, successive amendments and the approval of new laws on financial reporting and income taxes may have consequences for taxable income, income taxes and statutory and effective tax rates.

3. Angolan Accounting and Tax Regulatory Framework

The CONTIF and the ITC are the two pillars of the accounting and tax regulatory framework which apply to Angolan banks. Both laws concern income taxes. CONTIF became mandatory in 2010 for Angolan banks, and it was applied until



2015. Instruction Nr. 09/07 makes the adoption of the new Accounting Plan CONTIF mandatory in 2009, for all financial institutions under the supervision of the National Bank of Angola. However, the implementation of this law was delayed until 2010.

CONTIF intended to harmonize the financial reporting practices of Angolan financial institutions. It contains standards for recognition, measurement, presentation, and disclosures which Angolan banks should apply in their financial reporting. CONTIF approximates to the IFRS/IAS. According to Directive Nr. 04/DSI/2011, where CONTIF does not mention any information, IFRS should be applied. According to CONTIF, a complete set of financial statements should include the balance sheet, the income statement, the statement of cash flows, the statement of changes in equity, the table of tangible and intangible assets and the notes (CONTIF, §2). The income statement of Angolan banks should not present the income tax separately. Tax expenses must be recognized in the income statement under *Charges in current result*, which would also include *Participations on the result* and *Contributions on the result*. Presentation of income taxes in the balance sheet, either current or deferred and, regardless of whether they are assets or liabilities, are posted under an additional heading *Other Values/Liabilities*.

The chart of accounts provided in the CONTIF states that the account *Other values of fiscal nature* is split into several parts that include among others, *Tax credits*, i.e. the deferred tax assets that can be due to temporary differences (Account code.1.80.20.10.10) and *Tax losses* (Account code 1.80.20.10.20). Equally the account *Other liabilities* is split into *Other liabilities of fiscal nature*, which only includes the account *Provision for payable fiscal charges – deferred* (Account code: 2.80.20.30). The account *Other values of fiscal nature* will also include other items, not related to income taxes. Thus, one may only know further details about income taxes reporting if disclosures are shown voluntarily in the notes. The taxes paid are reported in the statement of cash flows under the heading *Payments of other charges on the current result*, together with other charges.

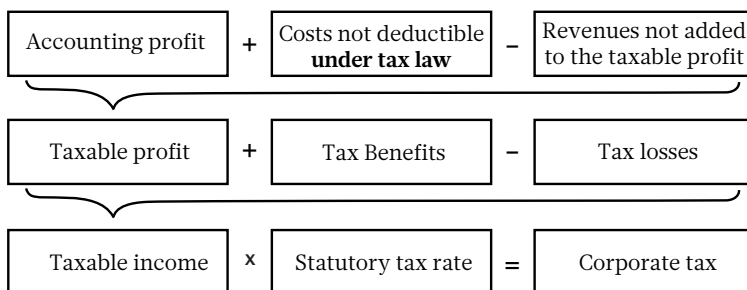
Recognition and measurement of deferred taxes must also comply with accounting regulation included in CONTIF. Unlike deferred tax liabilities, which must be recognized in relation to all taxable temporary differences (except the ones arising from a purchase of an asset not accepted for tax purposes), deferred tax assets must be recognized for the deductible temporary differences, to the extent that future taxable profit is expected to offset the differences or losses (CONTIF, §16, §22 & §23). These taxes are measured using the expected applicable rate in the period in which the assets and liabilities are realized and settled, respectively (CONTIF, §24). The recognition of deferred tax assets should be assessed annually in order to check if the company continues or had started to meet recognition requirements. If not, deferred tax assets should be reduced or even reversed. (CONTIF, §26 & §28).

Additionally, Angolan banks must disclose information about taxes in the notes. Disclosures should include a description of the main accounting criteria (*sic*) applied to income taxes, the existence of tax incentives and qualitative and quantitative information about deferred taxes. These disclosures will include the criteria for the initial and subsequent recognition and measurement of deferred taxes, the sources of tax credits, the amounts registered and cancelled for the period, the tax credits not used, the effects of adjustments on assets, liabilities, current results and equity due to changes in rates and a presentation of a reconciliation between the amount of adjustments done to the accounting profit and the accounting profit multiplied by the applicable rates. (CONTIF, §12 & §28).

Accounting profit calculated in accordance with the CONTIF is the starting point for calculating the taxable income, and thus, the income tax of Angolan banks. The ITC allocates all companies, based on their size and activity, in three groups (A, B and C), to which different tax rules apply. Angolan banks are taxed according to Group A. Figure 1 summarizes the general framework used to calculate the income tax in Angolan companies, banks included. This framework is described in the Industrial Tax Code and it is based on the Tax Form for Corporate Tax Nr 1, *Declaração de Rendimentos Modelo 1 – Imposto Industrial*.

The statutory tax rate in force in Angola is a proportional rate of 35 % (ITC, Art. 72nd, Nr. 1). The Angolan tax regulation imposes adjustments to the accounting profit in order to assess the taxable profit (ITC, Art. 22nd, Nr. 3). However, for a cost to be tax-deductible, a company should show that ‘it is incurred wholly for the purposes of its business’ (ITC, Art. 25th).

Figure 1 – From the Accounting Profit to the Income Tax



Source: paper authors'

Non-deductible costs comprise provisions other than the ones for doubtful debts, the ones resulting from ongoing processes, donations and depreciation



and amortization exceeding the limits accepted by the tax law, tax fines, and representation expenses under certain conditions. Dividends earned are also, under certain conditions, not taxed.

In addition, revenues from public debt treasury bills and bonds are exempt from income taxes (ITC, Art. 23rd, c); Decree Law Nr. 51/03; Decree Law 52/03). In this way, the Angolan government intends to use tax policy to influence companies' behavior. Thus, this should have an economic impact, both through financing and investing decisions.

Furthermore, profits carried forward for the following three years are deducted from the taxable profit should the reserves be reinvested in the company, and provided that the investment benefits the national economy at the conclusion of the investment. (ITC, Art. 46th, Nr. 1).

In Appendix, there is a summary of the main tax adjustments to the accounting profit in order to calculate taxable income, as stated in the Angolan ITC.

Angola has been endorsing tax reforms, with the objective of simplifying the mechanism to assess the taxable profit and consequently the taxable income. In 2013, the Large Taxpayers Statute and the List of the Large Taxpayers were published. This list includes all the Angolan banks. This Statute requires entities to have their accounts audited and certificated by a *perito contabilista* (certified accountant) as well as the preparation of a dossier with the transfer prices policies used. In that way, the tax authorities can have better control over the companies' business.

On October 22nd, 2014, the new Industrial Tax code was published, and applies from 2015 onwards. One noticeable change is that the income tax rate reduces from 35% to 30%, what, *ceteris paribus*, will reduce the income tax of Angolan companies. Another important change is the end of the benefit consisting of the exclusion of revenues earned through investments in Public Debt securities from the taxable income. Investors monitor income tax rates, and these changes are expected to affect the effective tax rate. The new regulation (Law Nr 19/14, of 22nd of October 2014) will promote the investing and financing in Angola differently.

Regarding the taxable profit, the three tax groups (titled A, B and C) will change to two (A and B). Banks maintain in group A in the new corporate tax code. The new law is much more detailed about the valuation criteria for assets: depreciation including (depreciation of real estate, leasing goods, revertible assets, and assets acquired in a state of use, revaluated assets, among others). The Appendix provides a comparative table with the differences between the old and the new tax regulation. It also requires more documentation as proof

that some costs, losses and investments occurred, and strengthens enforcing mechanisms, such as penalties and charging autonomous taxes if the law is disregarded (the latter, only entered in force from January 2017 onwards). The changes introduced by the new law intend to make the Angolan tax system more modern and efficient, being in line with the development of the country and the convenient tax harmonization.

4. Empirical Research on the Angolan Banking Sector'

Research studies about accounting and taxation in Angola are mostly normative. They deal with accounting and taxation together and either describe the regulation or provide instructions on how it should be applied. Magro and Magro (2008) and Magro et al. (2016) published a Manual explaining the accounting and tax regulation in Angola, with examples.

Using a case study methodology, Cabrito and Ferreira (2009) and Santos (2018) analyzed the system of accounting regulation and supervisory bodies in force in Angola. They described the way the various bodies interact and interrelate within the overall system of regulation and enforcement of financial reporting. The authors also found that Portuguese law and regulations strongly influence Angolan tax laws and accounting regulations.

The Angolan Banking Association and two of the *Big Four* companies, KPMG and Deloitte, yearly publish reports analyzing the Angolan banking sector. They provide a macroeconomic framework of the country and an analysis of the banking sector and its challenges for the future, based on financial ratios (Deloitte, 2014; KPMG, 2013; ABANC, 2013).

Another branch of research about Angola are comparative studies. Santos (2006) compares the accounting regulation for non-financial institutions in the Portuguese speaking countries, Angola included. Santos's research analyses Portugal, Angola, Mozambique, Cape Verde, Brazil, São Tomé and Príncipe, Guinea-Bissau. Cruz (2011) presents the differences between the Angolan Accounting General Plan (*Plano Geral de Contabilidade de Angola*, PGCA) and the Portuguese Accounting Normalization System (*Sistema de Normalização Contabilística*, SNC), and concludes that the Angolan Accounting System has Latin characteristics, meaning a great influence of taxation on accounting. Thus, belonging to the 'continental system' group and emphasizes the importance a stock market might have on the development of the country. Nunes, Cruz and Anjos (2013) compare the evolution of income tax in Portugal and Angola and find that the former strongly influenced the latter. All these studies are normative and descriptive.

Empirical research is scarce, due in part to the extreme difficulty in accessing data.

Cabrito and Ferreira (2009) and Santos (2018) depict the Angolan accounting regulation and financial reporting system in the recent past. Both adopted Nobes framework for classification of the financial reporting system and the case study methodology. adopt the case study methodology proposed by Yin (2009). These two qualitative studies rely on primary data collected through semi structured interviews conducted in 2008 and 2018, respectively. Santos (2018) characterized the Angolan accounting regulation and financial reporting system in 2008 to understand the regulation and standards, and their endorsement and enforcement, the issuing bodies and their interaction. The reality of Angola's accounting system has drastically changed over these past ten years, however both Cabrito and Ferreira (2009) and Santos (2018) classify Angola, alongside Portugal, in the Continental European System as per Nobes and Parkers (2008) two-group classification.

Another stream of research has focused on the adoption of IFRS by Angola's banking sector, from the perspective of the regulator, preparer, user or a combination of these. Portas (2018) and Ferreira (2019) studied the impact of mandatory IFRS adoption. While the latter explores the effects of first-time adoption of IFRS on profitability of the Angolan banking institutions, the former examined its impact on the cost of equity of Angolan banks, in the years 2012-2017. The cost of equity is an important variable for investors decision, and it is very high in Angolan banks, However, there is no consensus in the literature regarding the decrease of the cost of capital after IFRS adoption. According to Portas's findings, the adoption of IFRS by the Angolan banks "is not relevant in explaining the cost of equity, in the short-term, contrary to other company-specific variables, such as size, leverage, ROA, auditors' opinion and ownership concentration" (Portas, 2018:2).

From 2014 onwards, all Angolan banks were required to adopt IFRS. Regulation on the transition was put into place in 2014. However, banks only started the process of adoption in 2016. Ferreira (2018) added evidence on the short-term impacts of first-time adoption of IFRS on profitability, by analyzing net income, comprehensive income, and some bank-specific financial ratios. Her paper covers the years 2015-2017 and analyses the transition from CONTIF to IFRS. Based on a sample of 26 banks authorized to operate in Angola (BNA, 2017) in 2017, Ferreira (2018) found that IFRS "brought a more conservative view on net income" due to impairments and the use of fair value measurement instead of historical cost.

A case study by Sebastião (2019) ascertains the stability of Angolan banking in the years 2010-2018. Based on data from the BNA Report, as well as the IMF,

World Bank, FED. Sebastião (2019) applied the CAMELS model (CAMELS is the acronym of (C)apital Adequancy, (A)ssets Quality, (M)anagement, (E)arnings, (L)iquidity and Market Risk (S)ensitivity). In order to evaluate and rank (in the 5-point Likert scale) African banks, indicators for these banks were estimated and compared to the American International Assurance, taken as the benchmark. Qualitative methods were used, and research was supported by interviews with the major players in the Angolan banking system. The conclusion is that the Angolan banking system has been unstable, with emphasis on bad credit, and the urgent need to divest itself from dependence on oil. The research recommends the ratio values to be reached to increase as well as what bank oversight policies should be.

Recently, research on the Angolan banking industry has focused on auditing. Almeida (2019) and Valente (2020) analysed the external audit opinions of banks operating in Angola. Almeida (2018) analyzed the content of annual audit opinions issued by independent and certified external auditors, and whether there was a correlation between the audited banks and external auditors' opinions, where it concerns compliance with the prevailing standards. Almeida (2019) addresses the quality of financial reporting in Angola, based on the review and analyses of 156 audit reports issued between 2010 and 2017. Although the findings provide evidence of some compliance with the industry's prevailing principles, they also suggest that "quality in financial reporting in the Angolan banking industry is improving, the nature of the audit matters is a matter of concern as it indicates that there is still much work to be done on the training of human resources, as the reporting standards continue to evolve and become more sophisticated" (Almeida, 2019:24). Valente (2020) revealed that a modified opinion is determined by the bank's size and the number of impairments recognised, based on a sample of 182 opinions issued by Angolan banks in the years 2010-2018. Moreover, the author also concluded that the transition to IFRS contributed to the emergence of modified opinions in banks in Angola.

As information regarding the banking sector in Angola is scarce in databases, all data for the studies of Portas (2018), Ferreira (2018), Almeida (2019), and Valente (2020) was hand collected from the annual reports of Angolan banks. Moreover, the researchers had to exclude some banks operating in Angola from their studies because the financial statements were not available online, for the whole or part of the selected periods.

Silva (2021) provides an insight into the Supervisory Review and Evaluation Process (SREP), which is a process of analysis and evaluation concerning financial institution risk. Silva (2021) presents a simulation of the SREP in Angola. The simulation was done on three Angolan banks and compared to the program currently in progress in order to obtain the status of equivalence on banking supervision in Angola by the National Bank of Angola. Furthermore,

the paper complements the analysis with a description of similar exercises developed with reference to the European experience.

From the literature review, and to the best of our knowledge, there is no prior research on the relation between accounting and taxation in Angola based on evidence from company financial reports.

Kolk and River-Santos (2016), Lassou (2017) and Lassou, Hopper and Collins (2018) identified a gap in accounting research in Africa, while Angolan investors call for more transparent, reliable and comparable financial reporting, thus boosting foreign investment and the country's economic development. This research bridges this gap, contributing to the literature with evidence from financial reports about taxable income, income taxes and effective tax rate of Angolan banks. It is also noted that these are variables of interest to investors and government. The former monitor them, whereas the latter influences them through fiscal policy, incentivizing investment and financing decisions.

5. Methodology and Data

The purpose of this research is to get an insight into the system of tax regulation and financial reporting in Angola and in special to provide hitherto unfurnished evidence of reporting income taxes in Angola. The research analyses the banking sector in Angola, a crucial sector for the development of the country, as it is an important source of financing public and private economic activities. The four-year period 2010-2013 was immediately prior to the implementation of a new corporate tax code in Angola in 2014. Also of importance, in the moment of writing this paper, data from before 2010 was either unavailable, or unreliable. Moreover, the accounting regulation remained constant throughout the period 2010-2013. This could not be said of the years before and after the period. we need to assure that the information presented and disclosed by the banks in sample is consistent and thus, comparable, and this is expected in the period of analysis because the accounting regulation that applies to banks (CONTIF) did not change during the chosen period, while this maybe not true for other periods. For example, some banks started applying the IAS/ IFRS, while others did not, in 2016. And new tax regulation applies from 2014 onwards. In order to achieve consistency in the analysis it was felt that there had to be consistency in the legal framework. This is the justification for the choice of the analysed period.

Research Questions

The research aims to give evidence on accounting and tax reporting of income taxes by Angolan banks. The research questions (RQ) this paper intends to answer cover the key variables about income taxation, which

were introduced in Section 2, namely income taxes (RQ1), taxable income (RQ2), and effective tax rate (RQ3). Three of these questions concern the current regulation, while a fourth considers the impact on the three key variables as a result of the new ITC to be applied from 2015 onwards. The questions asked are the following:

INCOME TAX: Current income taxes versus deferred income taxes

RQ1: *How do Angolan banks report income taxes?*

TAXABLE INCOME: Accounting profit versus taxable income

RQ2: *Are there differences between accounting profit and taxable income in Angolan banks? (RQ 2.1.)*

What causes the accounting and taxable income to differ in Angolan banks? (RQ 2.2.)

Do these differences change over the period 2010–2013? (RQ 2.3.)

TAX RATE: Statutory tax rate versus effective tax rate

RQ3: *Do effective and statutory income tax differ in Angolan banks? (R.Q.3.1. If so, why? (RQ 3.2.)*

The extent of the influence of taxation on financial reporting is measured by comparing the effective income tax rate with the statutory tax rate stated in the law. Several areas are analyzed, such as depreciation and income taxes, which will sort out possible sources for the differences found between the two rates, and the divergence between accounting and taxable income.

As mentioned in Section 3, the new Income Tax Code will apply to Angolan companies from 2015 onwards. A fourth research question asks about the consequences of this regulatory change, namely its impact in the three key variables of this research.

IMPACT OF CHANGES IN TAX REGULATION: current versus future regulation and their impact in income tax

RQ4: *What is the expected impact on income taxes driven by the regulatory changes in force from 2015 onwards, comparing with the current tax code?*

Source of data

This paper analyses data from the individual financial statements of Angolan banks. The study covers a four-year period, from 2010 to 2013. The reason



for choosing this period is the fact that Angolan banks adopt CONTIF in their financial reports from 2010 onwards, and 2013 is the last year when the Industrial Tax Code was applied without the recent changes. The financial reports of companies in Angola adopt 31st of December as the year end.

In Angola it is not mandatory to disclose the annual financial statements on the internet. They have to be published both in the official gazette (*Diário da República*), as well as either in a newspaper of large circulation or online (CONTIF, §5). Data was hand collected from the annual reports available in the banks' websites, namely from individual balance sheets, income statements and the notes of Angolan financial reports, when these last concerns the key variables (income taxes, tax rate, and taxable income). Individual financial statements and not the consolidated accounts are the relevant ones for this analysis, since income taxes in Angolan banks are calculated based on the individual accounts and not on a group basis. A content analysis was performed when collecting the information disclosed in the notes. A univariate and bivariate statistical analysis was conducted in order to answer the four research questions and helped identify the differences between the accounting and tax reporting of income taxes by Angolan banks.

Sample

According to the list of financial institutions authorized by the Angolan National Bank (*Banco Nacional de Angola*) on March 19th, 2014, 29 banks were registered in Angola. However, 14 banks were excluded from the analysis. Six banks were excluded either because they had not concluded the process of special registration or had not started operating. Another five banks did not have any reports available for the period under study. One bank does not present notes in its report, while one bank only presents consolidated financial statements and another bank only started operating in 2011. The final sample of 15 banks represents 90 per cent of the total assets of the banking sector (in 2013) and is presented in Appendix. In the sample, there are nine Angolan banks, one state owned bank and five foreign subsidiaries. Four of the foreign subsidiaries are Portuguese bank investments in Angola. It should be noted that some Angolan banks operate in Portugal (they are: Banco BIC Portugal, Banco Angolano de Investimentos Europa, Banco Atlântico Europa, Banco Negócios Internacional Europa and Banco Angolano de Negócios e Comércio). Regarding the size (total assets) of the banks in the sample and based on the criteria of the Angolan Banking Association, the sample comprises five small-sized banks, five medium-sized banks and five large-sized banks.¹

¹ Regarding the size of the banks in the sample, proxied by the average total assets for the end of the period under analysis, five banks have less than 50,000,000 thousand kwanzas, five have between 50,000,000 thousand and 500,000,000 thousand kwanzas and five have up to 1,000,000,000 thousand kwanzas.

Qualitative characteristics of the information presented in the financial reports

A preliminary analysis was done in order to assess the qualitative characteristics – such as relevance, reliability, comparability, and understandability – of the annual financial statements of Angolan banks, from which data was obtained. The access to information is a big issue, as the banks are not obliged to put their reports online and databases may not include disaggregated information about income taxes. On one hand, there is no uniform structure establishing the degree of detail for data disclosure and on the other hand the banks did not respond to information requirements in the time allotted (Angolan Banking Association, *Annual report*, 2013). The accounting regulation lists the items that banks should disclose under the notes to the financial statements. In order to assess the degree of tax disclosure, taken as a proxy for the quality of the information reported, a disclosure index was computed for each bank and each year (DI_{ij}), as in Equation [5]:

$$DI_{ij} = D_{ij} / N_{ij} \quad [5]$$

where D_{ij} refers to the total items presented in the bank's report i for year j and N_{ij} means the total of items that each bank i must present for year j . DI ranges from 0 to 9; and j refers to the year of reporting. The index is based on a research paper by Lopes (2014). It compiles all the essential items that should be presented, both the ones mandatory according to CONTIF and others deemed as important. Lopes (2014) calculates a Compliance Index on disclosures regarding deferred taxes, as required by IAS 12. He tries to assess the reporting quality for non-financial listed companies on Euronext Lisbon from 2008 to 2012.

Table 1 shows the components of the disclosure index. This index shows that on average banks increased the quantity of the information disclosed over the years (2010: 90%, 2011: 94%, 2012: 95%, and 2013: 96%).

Table 1 – Components of the Disclosure Index

Item	Mandatory by the CONTIF?
Presentations of financial statements and tables	
1. Balance sheet	
2. Income statement	
3. Statement of cash flows	Yes
4. Statement of changes in equity	
5. Table of tangible and intangible assets	
6. Disclosure of accounting policies	Yes
7. Disclosure of reconciliation	Conditional (Yes, only for banks that recognize deferred taxes)
8. Disclosure of the nature, source and the amount of deferred taxes	Yes
9. Disclosure of current income tax assets and liabilities separately in the caption "Other Values /Liabilities"	No



In the case of *comparability*, it is worth noting that when describing the accounting policies for income taxes, various banks use the same sentences, word for word. Similarities were found in the 2013 reports (a coincidence that does not seem to be directly related to the auditor) and there are some tangible similarities with the IAS 12 wording, such as:

“A deferred tax liability shall be recognized for all taxable temporary differences”,

“A deferred tax asset shall be recognized for all deductible temporary differences to the extent that it is probable that taxable profit will be available against which the deductible temporary difference can be utilized.” (IAS 12, §15 & §24)

In this way, the comparability between financial statements increases, while preparers adopt cautious approach to mandatory disclosures.

All the banks are advised to present the reconciliation between accounting income and taxable income, regardless of the circumstances, since it helps to understand the relationship between them, factors affecting the taxable result. Over the period analyzed, more and more banks have disclosed adjustments made for the reconciliation between the accounting income and the taxable income (from 67% in 2010 to 93% in 2013). Only one bank (Banco Comercial do Huambo) failed to present the reconciliation in any of the years analyzed, although in 2012 and 2013 it did recognize a deferred tax asset in the balance sheet. Thus, this bank did not fully comply with the accounting regulation regarding the accounting disclosures. In contrast, the other banks, Banco de Fomento Angola, Finibanco Angola and Banco Privado Atlântico, though this is not true for the latter in 201, first calculated the income tax and then adjusted the components according to the specificities of income tax regulation.

As required, all the banks disclosed qualitative information on the reason for recognition of deferred taxes, despite being at times generic, and quantified this information. Nevertheless, banks have to disclose in detail the reasons for recognition of deferred taxes as well as the part of deferred tax that corresponds to each reason. In the case of disclosure of current taxes in the balance sheet, every year, one or two banks in the sample do not disclose if the taxes presented are related to income. In addition, the online version of report of Banco Espírito Santo Angola for 2011 contains illegible financial statements. It is certainly the case that these omissions prevent the *understandability* of the financial reporting of Angolan banks.

In the case of *reliability* of the data retrieved, it is worth noting that a few inconsistencies and errors were found in the items related to income taxes presented and disclosed in the annual reports. When possible, the errors and the inconsistencies were corrected crossing data among the years. In the cases

of Banco Millennium Angola and Banco Privado Atlântico the data from the most recent report was considered (since all reports always present data from the two consecutive years). Regarding inconsistencies and errors in balance sheet items the total of assets was used as a basis, while in the ones related to income statement items the common size was “Revenues of assets financial instruments”. To assess *materiality*, the common-sized basis was used.

Table 2 summarizes these inconsistencies.

Table 2 – Inconsistencies and errors in the financial reports of Angolan banks (2010–2013)

Type of error	Bank	Year	Materiality	Auditor
Typing	Banco Comercial do Huambron (BCH)	2010	10.7%	Big Four
Inconsistent income tax in the income statement and reconciliation	Banco Regional do Keve (BRK)	2010	6.47%	Non-Big Four
Disclosure of the amount corresponding to provisional settlement (Tax payable <i>minus</i> Tax due: <i>Dedução à colecta</i>)	Banco Regional do Keve (BRK)	2012	0.46%	Non-Big Four
Inconsistent adjustments to the accounting result of the same year between two reports	Banco Privado Atlântico (BPA)	2010 2011	HUGE (Adjustments completely different)	Big Four
More detailed information regarding one year in the next year's report than in the corresponding year's report	Banco Millennium Angola (BML)	2011 2012	0.03%	Big Four
Calculation of current tax expense	Banco de Negócios Internacional (BNI)	2013	0.09%	Big Four

The errors found are of various types, yet with low materiality levels, apart the typing error in Banco Comercial do Huambo and the inconsistent income tax in the income statement and reconciliation in Banco Regional do Keve, both in 2010 financial reports.

Moreover, no clear link was found between the prevalence of mistakes or inconsistencies in the banking reports and who did the auditing. The four banks audited by *Big Four* companies presented inconsistencies/errors in the financial reports. The only bank with two types of mistakes in its reports (Banco Regional do Keve) was not audited by a *Big Four* company. Efforts were made to overcome the obstacles faced, namely through information requests sent to the banks. However, only one response was received, from Banco BIC Angola. Despite the obstacles to access data and disclosure failure, there was reliable, comparable, understandable, and sufficient information to conduct this research.

Data Analysis

When analysing income tax, it is necessary to refer to accounting income. Apart from Banco Regional do Keve in 2010 and Banco Comercial do Huambo in 2011

and 2012, all the Angolan banks report accounting profit in the four years. This is only perceived once the reconciliation was analyzed. The number of banks not reporting current income tax expenses in the income statement decreased over the period analyzed- 2010: six banks (40%), 2011: five banks (33%), 2012 and 2013: 3 banks (20%). In the last three years, the banks reporting in the profit and loss account, taxes to be received in the future vary from three in 2011 (30%) to two in 2012 and 2013 (13%). The accounting income is adjusted under the tax law and differs from the taxable income, which is the basis for the income tax calculation.

Table 3 – Accounting income (EBT)

	2010	2011	2012	2013
Minimum	-14,453	-214,539	-158,454	132,093
Average	8,468,738	8,604,498	6,755,439	6,710,898
Maximum	30,548,781	33,199,721	20,975,647	25,091,399

Thousand Kwanzas

Income tax is reported in different headings in the balance sheet and the income statement. The income tax is recognized mostly as a liability. Furthermore, in 2010, eight banks (53%) did not recognize any income taxes in the balance sheet whereas in 2012 and 2013 this only happened in one bank (7%). In the income statement the number of banks not presenting any income tax decreased from six in 2010 to two banks in 2013.

Table 4 – Current income tax expenses

	2010	2011	2012	2013
Minimum	0	0	0	0
Average	432,777	637,932	848,310	905,099
Maximum	3,038,855	3,833,100	2,674,201	2,292,942

Thousand Kwanzas

6. Results

Reporting Income Tax (Research Question 1)

Regarding *presentation*, Angolan banks present income taxes in the income statement and in the balance sheet. However, in the balance sheet, income tax is not reported in a separate section, and it is necessary to read the notes to know the detailed balance of the account titled “Other values/Liabilities”, where it is included. Exceptions are the following: Banco Regional do Keve presented “Other Values of Fiscal Nature” separately in balance sheet, for all the period under analysis; BES Angola in 2012; Banco Privado Atlântico in 2013 presented an account titled “Current Tax Liabilities” in the balance sheet and the latter additionally presented deferred tax assets in 2012.

In the case of *recognition*, Angolan banks adopt the deferred tax approach when recognising income taxes. Thus, tax assets and tax liabilities presented by the banks can be split into two groups: deferred and current items. However, the number of banks presenting deferred taxes in the balance sheet is extremely low, ranging from one bank (7%), Banco Regional do Keve, in 2010 to five banks (33%) in 2013. Prudent accounting recommends that deferred tax assets should be restricted when there are severe doubts about whether the company will generate profits or not in the future. Despite having tax losses, two banks in 2010 and one bank in 2011 and 2013 did not recognize deferred taxes since they did not expect to have profits in the near future to set off those taxes.

In the income statement, only Banco Angolano de Investimentos, Banco Sol and Banco Privado Atlântico have recognized deferred taxes in 2011. In 2012, Banco de Fomento Angola also did the same with the first two banks mentioned also presenting them in 2013, all as assets. Contrary to what happened in previous years, in 2013, Banco Privado Atlântico and Banco Sol recognized deferred taxes as liabilities, i.e., a reversal of the tax assets previously recognized in 2012. On one hand, deferred tax liabilities arise from the calculation of the fair value of assets. On the other hand, deferred tax assets arise from losses, unused tax benefits and provisions not accepted temporarily.

Most banks recognized income taxes as current liabilities in the balance sheet. The number of banks recognizing taxes as current liabilities increased between 2010 and 2012, from six to twelve (40 to 80 per cent) but decreased to eleven (73%) in 2013. Only one bank (Banco Regional do Keve) presented taxes as current assets in the 2010 balance sheet and two banks did the same in 2011 (Banco Regional do Keve and Banco Angolano de Investimentos). The latter also recognized them as such in the remaining years analyzed. When disclosed, current tax assets refer to the excess of advanced payments. Only one bank (Finibanco Angola) recognized taxes both as current assets and current liabilities in 2013.

Table 5 – Number of Angolan banks presenting corporate taxes

	Balance Sheet (under the notes)				Income Statement		
	Deferred Taxes		Current Taxes		Deferred Taxes		Current tax Expenses
	Liabilities	Assets	Liabilities	Assets	Liabilities	Assets	
2010	0	1	6	1	0	0	9
2011	0	3	8	2	0	3	10
2012	1	4	12	1	2	2	12
2013	1	4	12	2	0	2	12

Some banks do not present current tax expenses essentially because of tax losses or a taxable result equal to zero. However, other reasons prevail: Banco de Negócios Internacional benefits from an exemption authorized by the Ministry of Finance and Banco Regional do Keve reports accounting losses in 2010,



while Banco Comercial do Huambo reports them in 2011 and 2012, and losses carrying forward to 2013. In 2010 no reason is disclosed in the annual report. It is worth noting that, despite its taxable result, Banco de Fomento Angola has a tax payable below zero due to the deduction of a provisional settlement paid in 2009 and therefore, it does not present income tax expenses in 2012.

Reporting Taxable Income (Research Question 2)

The accounting income and the taxable income differ in all four years under analysis, this being true for every bank. The gap between the two incomes is presented in Table 6.

Table 6 – Gap between accounting income and taxable income

2010	2011	2012	2013
115,985,809	109,456,272	69,554,325	73,935,306

Thousand Kwanzas

Even crossing data among the reports available for each bank, it was impossible to obtain the adjustments of three banks in 2010, two banks in 2011 and one bank in 2012 and 2013. Taking into account that the number of reconciliations had increased, one may conclude that in the first two years under analysis the differences in value are so much higher. This may indicate that banks were complying more with the tax rules and there was an approximation between accounting and taxable income.

The categories “costs not accepted for tax purposes” and “revenues not taxed”, which are permanent differences between taxable and accounting profit, comprise a huge number of adjustments, yet each of them is almost close to zero. A wide variety of adjustments explain the differences between the accounting and taxable income, such as deductions and rebates, donations not accepted, depreciation and amortization not accepted, tax fines, tax benefits from public debt securities investments, and losses from prior years, among others. In addition, banks also made deductions to tax due in order to calculate the actual amount of tax payable (*deduções à colecta*). These are sporadic over the four years and mainly corresponded to provisional settlement and capital tax and real estate tax.

Table 7 shows the reasons for these adjustments. It is noticeable that usually some banks (Banco Espírito Santo Angola, Banco Angolano de Investimentos, Banco Millennium Angola and Banco de Negócios Internacional) only disclose the *aggregated* adjustments (deductions and rebates, deductible temporary differences, and additions). Even though this represents a material percentage of the total differences, especially the deduction and rebates in 2010 and 2011, which amounted to about a quarter of the total adjustments, the detailed adjustments were undisclosed, and thus, not understandable.

Table 7 – Adjustments between Accounting Income and Taxable Income

	2010	2011	2012	2013
Agreggated Adjustments	26.21%	26.74%	15.93%	2.12%
Revenues not taxed	0.00%	0.98%	0.00%	0.00%
Costs not accepted for tax purposes	0.85%	1.49%	13.95%	3.94%
Tax benefits – Income from public debt securities (treasury bonds and bills)	54.39%	58.70%	70.01%	87.28%
Other Tax Benefits	5.59%	5.75%	5.84%	0.52%
Losses from previous years	10.46%	6.97%	3.85%	0.00%
Others	2.50%	0.33%	0.88%	2.18%

From the analysis of the rates for depreciation and amortization disclosed in the notes, it is concluded that Angolan banks usually apply the maximum annual tax rates permitted by the fiscal law, with the exception of two banks: the Banco Espírito Santo Angola, which applies other depreciation rates (useful life), and Finibanco Angola, which adopts the minimum depreciation rates accepted for tax purposes for tangible fixed assets. All the banks use the straight-line depreciation method, as recommended by the tax law. This indicates a close relationship between accounting income and taxable income, and therefore a reason for the fewer adjustments made to the accounting income.

The main source of differences between accounting and taxable income are the tax benefits resulting from investment in public debt securities. This explains more than half of the total gap, ranging from 54.39% to 87.28% of the total adjustments. All the banks present these tax benefits under a separate heading, except, of course, those that disclose aggregated categories and do not disclose reconciliation.

There are other kind of tax benefits, such as a reduction in the tax rate that impact on the income tax. Banco Angolano de Investimentos benefits from a tax rate reduction of fifty percent in 2010. The amount of income from public debt securities is strongly and positively correlated to the size of the bank (from 0.88 in 2010 to 0.56 in 2013) with a level of significance of 5% (010: p -value = 0.006; 2011: p -value=0.009; 2012: p -value= 0.004; 2013: p -value= 0.003).

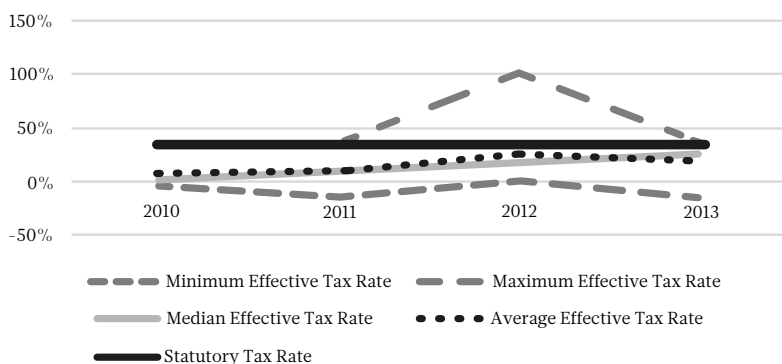
Another item which explains a large part of the gap between the accounting and the taxable income are the losses from previous years carried forward. By that time, Angola was strongly promoting the financing of the State through tax benefits. Banks are recovering from past tax losses by carrying them forward and thus, reducing the taxes to be paid.

Effective Tax Rate (Research Question 3)

Chart 1 shows the evolution of the effective tax rate in the Angolan banks for the years 2010 to 2013. The effective tax rate shows the banks' income tax expense as a proportion of its accounting income. Investors use the effective

tax rate to monitor taxation and comparing it with the statutory tax in order to discover how managers succeed in lowering the tax cost of a company. Apart from Banco Comercial do Huambo, in 2012 and 2013, and Banco Sol in 2013, all the banks in the sample present an effective tax rate below the statutory tax rate, which is 35%. The effective tax rate can diverge from the statutory rate for various reasons: the existence of permanent differences, i.e. costs not accepted and revenues not taxed for tax purposes, the existence of tax benefits and the recognition of deferred tax assets.

Chart 1 – Statutory income tax rate versus effective income tax rate



A very high effective tax rate is presented by Banco Comercial do Huambo in 2012 (99.43%). This can be explained by the fact that it presented a negative EBT (Earnings Before Taxes) and a negative Net Income, i.e. an accounting loss, while in 2013 this bank already reported a profit. No further analysis is possible since the bank does not disclose the reconciliation and the respective adjustments on the accounting-taxable result in any year in the analysis. In 2013, Banco Sol records a small amount of tax benefits (56,000 thousand kwanzas), while it presents a huge amount not accepted under the tax law recognized under the heading “Others” (381,612 thousand kwanzas), which increases the effective tax rate.

In two other banks, the effective tax rate was very close to the statutory tax rate, which amounts to 35%. This is the case of Finibanco Angola in the period 2010-2013. The reasons for that are unknown in the years 2010 and 2011, given that this bank’s reports do not disclose a reconciliation in those years. However, it is possible to conclude in 2012 and 2013 that the bank deducted a low amount of tax benefit from public debt and added some non-tax-deductible expenses to its accounting income, namely unjustified representation expenses and tax fines. A similar situation happened with Banco VTB Africa in 2012 and 2013, the reasons being the same as for Finibanco Angola.

The banks with negative effective tax rates either present tax losses (Banco Angolano de Investimentos, Banco Privado Atlântico and Banco Sol) or no taxable result (Banco de Fomento Angola). This was mainly due to investment tax credits, as these banks deducted huge amounts of tax benefits from public debt securities investments to the accounting income, and from credit operations. These banks recognized deferred tax assets in at least one year, but not in 2010. Banco de Fomento Angola and Banco Angolano de Investimentos have extremely low effective tax rates throughout the four years.

Impact of the New Income Tax Code on the Income Taxes (Research Question 4)

The new corporate tax code introduced new rules as stated in section 3. The statutory tax rate was reduced from 35% to 30%. Besides that, corrections to the previous income would not be accepted as costs, revenues from investment in public debt were taxed and autonomous taxation was introduced in some items (donations, expenses not properly or not documented at all). The total expected impact could be split into two expected changes: (i) deviation due to change in the tax rate, and (ii) deviation due to changes in the taxable income.

$$\text{Total Deviation} = \text{Tax Rate Deviation} + \text{Taxable Income Deviation} \quad [6]$$

and

$$\text{Tax Rate Deviation} = \text{Taxable Income}_N \times (\text{Tax Rate}_N - \text{Tax Rate}_O) \quad [7]$$

$$\text{Taxable Income Deviation} = \text{Tax Rate}_O \times (\text{Taxable Income}_N - \text{Taxable Income}_O) \quad [8]$$

where $_N$ stands for the new regulation in force from January 1st, 2015, and $_O$ stands for the old regulation in force till December 31st, 2014.

In the case of autonomous taxation, an additional term adds to equation [6]:

$$\begin{aligned} & \text{Total Deviation (including autonomous taxes)} = \\ & = \text{Taxable Income Deviation} + \text{Tax Rate Deviation} + \text{Amount of Autonomous Taxation} \quad [7] \end{aligned}$$

To evaluate the impact of the deviation estimated it is necessary to consider the legislation in force from 2015 onwards, affecting the taxable income, and the autonomous taxation in force from 2017 onwards. For the latter, a pessimistic scenario was created: donations taxed autonomously at 15% and representation expenses and non-specified expenses assumed to be not documented expenses thus, taxed autonomously at a rate of 4% since it comprises all the items with autonomous taxation. In the worst situation, this change has a strong impact on income taxes when comparing with other changes. Only the data from 2014 was used.

Table 8 - Impact of changes in the new regulation on Income taxes

A pessimist scenario t

Bank	In force from 2015 onwards			In force from 2017 onwards		
	Income Tax Total Deviation	Taxable Profit Deviation	Tax Rate Deviation	Total Income tax Deviation	Total Income tax Deviation	Tax Rate Deviation
BCH	-6,848	0	-6,846	-6,848	0	-6,848
BAI	4,249,866	4,781,034	-531,168	4,279,044	4,788,890	-532,291
FNB	-74,285	36,184	-110,469	-73,912	36,284	-110,483
TOTAL SAMPLE	17,716,653	22,602,360	-4,885,706	17,750,441	22,611,457	-4,887,006

BAI presented donations and unspecified expenses.

Thousand Kwanzas

FNB presents representation expenses not justified.

All the situations were calculated taking into account 2013.

As expected, the banks reporting investment in government securities are the most affected, since it greatly increases the taxable income. Banks that disclose donations and expenses subject to autonomous taxation (Banco Angolano de Investimentos, Finibanco Angola and Banco de Poupança e Crédito) would be in a slightly worse situation from 2017 onwards. Others, for which there is no information about any of the situations, including tax benefits of this nature (for instance, Banco Comercial do Huambo) would have a lower income tax. It is worth mentioning that banks like Banco de Fomento Angola, Banco Angolano de Investimentos and Banco BIC who recorded large amount of tax benefits would see income taxes increasing by a lot, despite the reduction in the tax rate. The opposite occurs for Banco VTB Africa and Finibanco Angola since these banks have a reduced amount of tax benefits. These situations are proved by the tax rate deviation that is negative in opposition to the taxable profit deviation. Overall, had the new law been applied at the time of writing, the majority of the banks would not have benefited from the reduction in the new tax rate.

Furthermore, the effective tax rate would increase significantly, compared to the situation at the time. Almost all the banks have effective tax rates close to 30% in 2015 (on average, 29.99%). In this way, the Angolan State was making companies pay more income taxes, increasing its own revenues from 2016 onwards, since the taxes would be paid the year after.

In conclusion, Angolan fiscal policy seemed to discourage public investment made by the private companies. On the other hand, through the reduction of the tax rate, it hoped to attract foreign investors to Angola, and consequently promote the creation of businesses and thus the development of the economy with, for instance, the creation of new jobs.

7. Conclusion

This paper provided the first insight into the relationship between financial reporting and taxation in Angola, based on evidence from the financial reports of Angolan banks. The increasing importance of the country in the global economic landscape and the role of the banking sector in a then fast-growing economy, where the stock market was still not operating is something that required information about Angola, namely its income taxes, when deciding about investing or financing. Those were the motivations for conducting this study. Within the accounting and tax regulatory framework then in force in Angola and using hand-collected data from the annual reports of the Angolan banks for the period 2010-2013, a detailed analysis of the income taxes, taxable income and effective tax rate was done.

The results show that despite Angola is improving the quality of the information provided to users, data availability was still a matter of concern. When referring to the Angolan financial and tax reporting, the access to data was indeed a delicate issue in this research and this may well be a reason why empirical research based on Angolan companies is scarce. Still, there was room for improvement, such as increasing the availability of data through the disclosure of the financial reports online, and providing more reliable information, free of mistakes. In this sense, the revision of CONTIF (taking place in 2015) may have helped, as it added more detailed and strict rules towards the convergence with the IAS/IFRS which came into force from 2016 onwards.

Moreover, the results show that Angolan regulation was giving a huge amount of tax benefits to banks, especially due to their investments in public debt as a response to the objective of boosting the economic growth and, as a consequence, banks' effective tax rates reduced. Thus, the fiscal policy appears to reduce the tax burden of banks. Investors monitor the income taxes figures and the introduction of changes in the income tax law from 2015 onwards, namely the reduction of the statutory tax rate and the end of the non-taxation of the revenues from public debt securities. This appeared to shift Angolan fiscal policy towards promoting private investment rather than public investment.

This study created a database of financial data from Angolan banks and provided a general overview on taxation and financial reporting that could be useful for future research. This database can be updated with more banks and extended to other industries and countries where the information on this subject is also scarce, like Mozambique. Future research could also extend this study to other industries relevant to the Angolan economy, which moreover have specificities regarding income taxation and other industry-based taxes, such as mining and oil industries.



References

Almeida, J. (2019). *Exploring the characteristics of audit opinions – Evidence from the Angolan banking institutions (2010-2017)*. [Master thesis, Nova School of Business and Economics].

Cabrito, S. & Ferreira, L. (2009, August 1-5) *Insight into the accounting regulation and financial reporting system in Angola*. American Accounting Association Congress, New York, NY, United States.

Cruz, C. (2011). *Principais diferenças entre o Plano Geral de Contabilidade de Angola e o Sistema de Normalização Contabilística de Portugal*. [Master Thesis, Instituto Superior de Economia e Gestão]. <http://hdl.handle.net/10400.5/3494>

Dionísio, T. (2014, September 19). *Angolan banks – Consolidation about to kick-off?* Eaglestone Securities. <https://www.eaglestone.eu>

Elliot, B. & Elliott, J. (2013). *Financial accounting and reporting*. 16th ed., Harlow, Pearson.

Ferreira, M (2019). *First-time adoption of the International Financial Reporting Standards in Angola: Evidence from the banking sector*. [Master thesis, Nova School of Business and Economics]. Unpublished.

Hopper, T., Soobaroyen T. & Lassou, P. (2017). Globalisation, accounting and developing countries. *Critical Perspectives on Accounting*, 43(C), 125-148. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2016.06.003>

Jover, E., Pinto A., & Marchand A. (2012). Angola: private sector country profile. African Development Bank. <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Evaluation-Reports/Angola%20-%20Private%20Sector%20Country%20Profile.pdf>

Kolk, A. & Rivera-Santos; M. (2018). The state of research on Africa in business and management: Insights from a systematic review of key international journals. *Business & Society*, 57(3), 415–436. <https://doi.org/10.1177/0007650316629129>

Lassou, P., Hopper T., & Ntim, C. (2021). *Accounting and development in Africa*. *Critical Perspectives on Accounting*. Special issue. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2020.102280>

Lassou, P., Hopper T., & Ntim, C. (2017). *Critical Perspectives on Accounting: Call for papers*. Special Issue: African Accounting and Development, Retrieved October 10, 2019. <https://www.journals.elsevier.com/critical-perspectives->

on-accounting/call-for-papers/special-issue-african-accounting-and-development-

Lopes, I. (2014). The information compliance indexes: The case illustrative of income taxes. *Contaduría y Administración* 59(4), 11-37. [http://dx.doi.org/10.1016/S0186-1042\(14\)70153-6](http://dx.doi.org/10.1016/S0186-1042(14)70153-6)

Magro, J. & Magro, A. (2008). *Manual de contabilidade angolano*. Luanda: Valor Acrescentado Prestação de Serviços, Lda.

Magro, J., Faria, L. & Magro, A. (2016). *Manual de contabilidade angolano*. 2.^a ed., Luanda, Valor Acrescentado Prestação de Serviços, Lda.

Nobes, C. & Parker, R. (2008) *Comparative International Accounting*. 10th ed., Pearson Educational

Nunes, R., Cruz, S. & Anjos, C. (2013). Evolução do imposto sobre as sociedades em Portugal e em Angola. Comunicação a Conferência, Universidade de Aveiro. <http://hdl.handle.net/10773/11287>

Portas, A. (2018). *The Impact of mandatory adoption of the International Financial Reporting Standards on the cost of equity: Evidence from Angolan banks*. [Master thesis, Nova School of Business and Economics]. <http://hdl.handle.net/10362/51782>

Santos, L. (2006). *Contabilidade internacional, Comparação das normas contabilísticas para as empresas não financeiras nos países lusófonos*. Vida Económica, Porto.

Santos, T. (2018). *The reality of the Angolan accounting regulation and financial reporting system*. [Master thesis, Nova School of Business and Economics]. <https://run.unl.pt/handle/10362/37608>

Sebastião, O. (2019). *Estudo de caso sobre estabilidade bancária angolana: aplicação do modelo CAMELS*. [Master thesis., ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa]. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/19129>

Silva, J. (2021). *The supervisory review and evaluation process for Angolan financial institutions*. [Master thesis, Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão]. <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/23089>

Sutton, T. (2004). *Accounting for income taxes. in corporate financial accounting and reporting*. 2nd Ed., Prentice Hall, Glasgow.



Valente, A. (2020). Exploring and Understanding the Determinants of Audit Opinions: Evidence from the Angolan Banking Sector (2010-2018). [Master thesis, Nova School of Business and Economics]. <https://run.unl.pt/handle/10362/107185>

Vasques, S., Carvalho-Esteves, J. & Gonçalves, C. (2014). Código do Imposto Industrial in *Colectânea de legislação fiscal - Angola*. PwC, Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Escola de Lisboa) (pp. 161-283).

Yin, R. K. (2009). *Case study research: Design and methods* (4th Ed). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Legislation and Reports

Associação Angolana de Bancos (2013). *Relatório anual 2009-2013*. Angolan Banking Association. 3rd edition. Retrieved on January 25, 2022. <http://www.abanc.ao/publicacoes/relatorios/>

Associação Angolana de Bancos (2014). *Compatibilidade entre o PCIF e CONTIF*. Retrieved on February 18, 2022. <http://www.abanc.ao/legislacao-e-regulamentacao/quadro-regulamentar-e-legislativo/2020?page=5>

Banco Nacional de Angola. (2007). Instrutivo N.º 09/07. Plano de Contas das Instituições Financeiras. Retrieved on June 16, 2014. http://academy.goldman.com.pt/document/LEGISLACAO_BNA/LEGISLACAO_BNA_2007/BNA_INSTRUTIVO_09-2007.pdf

Banco Nacional de Angola (2009). Manual do Plano Contabilístico das Instituições Financeiras – CONTIF. Banco Nacional de Angola. Retrieved on January 25, 2022. <http://www.abanc.ao/publicacoes/relatorios/>

Banco Nacional de Angola (2011). *Avaliação de desempenho do sistema financeiro angolano do 2º semestre de 2011*. Departamento de Supervisão das Instituições Financeiras. Retrieved December 2, 2014 <https://silo.tips/download/banco-nacional-de-angola-departamento-de-supervisao-das-instituioes-financeiras>

Banco Nacional de Angola (2014). Bancos Comerciais Autorizados. Departamento de Supervisão Prudencial das Instituições Financeiras. Retrieved on July 16, 2014. <http://www.bna.ao/uploads/%7Bff919699-b07f-493a-9e28-a9e7be2f189d%7D.pdf>

Banco Nacional de Angola (2015a). Apresentação ao mercado do modelo de adopção plena das IAS/IFRS e outras matérias inerentes ao processo de adopção plena das IAS/IFRS no sector bancário nacional. BNA. Retrieved on January 25, 2022. <https://docplayer.com.br/2371441-Apresentacao-ao-mercado-do-processo-de-adopcao-plena-das-ias-ifrs.html>

Banco Nacional de Angola (2015b). Matriz de conversão do plano de contas entre o CONTIF e o CONTIF Ajustado. BNA. BNA. www.bna.ao

Banco Nacional de Angola (2016). *Princípios gerais a serem observados a partir do exercício de 2016*. Retrieved on June 14, 2014. <https://www.bna.ao/uploads/%7Be6cec560-538a-4e49-a167-1db1f75fd555%7D.pdf>

Deloitte (2014). *Banca em análise: O padrão da qualidade com base no crescimento*. Deloitte. <http://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/ao/Documents/financial-services/banca-em-analise-2014.pdf>. Retrieved September 12, 2014.

Deloitte (2018). *Banca em análise. Governança da banca angolana*. Retrieved March 8, 2015. [Deloitte_BA2018_Completo-Digital-v09.pdf](http://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/ao/Documents/financial-services/banca-em-analise-2018-completo-digital-v09.pdf).

Despacho n.º 471/14 de 28 de fevereiro in Diário da República de Angola, I Série – N.º 41. KPMG Publications.

<http://www.kpmg.com/PT/pt/IssuesAndInsights/ArticlesPublications/TaxNews/Documents/2014/140307.pdf>. Acces on August 5 2014.

European Commission (2012). International Standard 12: Income Taxes. (2012) http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/docs/consolidated/ias12_en.pdf. Access on June 12, 2014.

Focus Economics (2020, February 18). Angola - Interest Rate. *Focus Economics* <https://www.focus-economics.com/countries/angola>

IFRS Foundation (2018). *Use of IFRS Standards around the world*. IFRS. <https://www.ifrs.org/>

IFRS Foundation (2019). *IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards*. <https://www.ifrs.org/>

KPMG Angola (2012). *Análise do sector bancário angolano*. KPMG research. Retrieved on June 12, 2014. <https://home.kpmg/PT/pt/IssuesAndInsights/Documents/kpmg-bank-ao-2012pt.pdf>

KPMG Angola (2013). *Angolan banking survey*. KPMG Research. Retrieved June 12, 2014. <https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/PT/pt/IssuesAndInsights/Documents/bank-ao-2013en.pdf>

Lei n.º 8/12 de 18 de janeiro in Diário da República de Angola, I Série – n.º 12. *Código dos Benefícios Fiscais*. <https://www.lexlink.eu>



Lei n.º 19/14 de 22 de outubro, in Diário da República de Angola, I Série – n.º 192.
Código do Imposto Industrial. <https://www.lexlink.eu>

World Bank (2014, March 4). *Angola: GDP growth (annual %)*. <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=AO>

Appendices

Appendix 1 – Final Sample

Acronym	Name of the Bank	Website
BAI	Banco Angolano de Investimentos	http://www.bancobai.ao
BANC	Banco Angolano de Negócios e Comércio	http://www.banc.co.ao
BIC	Banco BIC	http://www.bancobic.ao
BCA	Banco Comercial Angolano	http://www.bca.co.ao
BCH	Banco Comercial do Huambo	https://www.bch.co.ao
BESA	Banco Espírito Santo Angola	http://www.besa.ao
BFA	Banco de Fomento Angola	http://www.bfa.ao
BMA	Banco Millennium Angola	http://www.millenniumangola.ao
BNI	Banco de Negócios Internacional	http://www.bni.ao
BPC	Banco de Poupança e Crédito	http://www.bpc.ao
BPA	Banco Privado Atlântico	http://www.atlantico.ao
BPK	Banco Regional do Keve	http://www.bancokeve.ao
SOL	Banco Sol	http://www.bancosol.ao
VTB	Banco VTB Africa	http://www.vtb.ao
FNB	Finibanco Angola	http://www.finibancoangola.co.ao

Appendix 2 – Sample and Respective Criteria for Sample Exclusion

	Initial sample	29 banks	
Reasons for exclusion from the sample	Process of registration not concluded at the date of 19 th March, 2014	5 banks	Banco de Activos e Créditos de Angola Banco de Investimento Rural Banco Prestigio Banco Pungo Andongo Ecobank de Angola
	The bank had not yet started its activity	1 bank	Banco de Poupança e Promoção Habitacional
	The Financial Reports do not contain notes to the financial statements in 2010 and 2011	1 bank	Banco Caixa Geral Totta de Angola
	Non-availability of at least one report for the period 2010–2013	5 banks	Banco Comércio e Indústria (2010, 2011) Banco Desenvolvimento de Angola (2010, no notes in 2012, 2013) Banco Micro-Finanças (2010, 2013) Banco Kwanza Investimento (2010, 2011) Standard Bank Angola (2010, 2011)
	Start of activity in 2011	1 bank	Banco Valor
	Presentation of group financial statements only in the group's website	1 bank	Standard Chartered Angola
	Final Sample	15 banks	

**Appendix 3 – Classification of the Banks in the Sample by Type**

State-owned Banks	Angola Domestic Banks	Foreign Banks Subsidiaries
Banco de Poupança e Crédito	Banco Angolano de Investimentos Banco Angolano de Negócios e Comércio Banco BIC Banco Comercial Angolano Banco Comercial do Huambo Banco de Negócios Internacional Banco Privado Atlântico Banco Regional do Keve Banco Sol	Banco Espírito Santo Angola Banco de Fomento Angola Banco Millenium Angola Finibanco Angola Banco VTB Africa

Source: Financial Supervision Report, Angolan National Bank (2011).

Appendix 4 – Classification of Banks in the Sample by Size

Large	Medium	Small
Banco Espírito Santo Angola	Banco Privado Atlântico	Finibanco Angola
Banco Angolano de Investimentos	Banco Millennium Angola	Banco Comercial Angolano
Banco de Poupança e Crédito	Banco Sol	Banco Angolano de Negócios e Comércio
Banco de Fomento Angola	Banco de Negócios Internacional	Banco VTB Africa
Banco BIC	Banco Regional do Keve	Banco Comercial do Huambo

Source: Angolan Banking Association Report (2013).

Appendix 5 – Banks in the Sample Grouped by Typology and Size

		Dimension		
		Small	Medium	Large
Type of Banks	Stated Owned	0	0	1
	Angolan Domestic	3	4	2
	Foreign Subsidiaries	2	1	2

Appendix 6 – Evolution of Total Assets per Bank year and Assets Average (2010–2013)

	Average Total Assets (as of 31st December)			
	2010	2011	2012	2013
Banco Angolano de Investimentos	775,691,557	1,131,410,416	1,033,428,376	1,039,693,038
Banco Angolano de Negócios e Comércio	10,639,351	13,927,407	15,154,243	16,362,289
Banco BIC	450,951,640	525,314,974	664,190,796	751,324,280
Banco Comercial Angolano	23,500,873	36,512,824	36,650,811	30,854,273
Banco Comercial do Huambo	729,642	1,448,049	3,155,660	4,057,647
Banco Espírito Santo Angola	731,150,780	843,653,949	1,007,218,429	1,107,139,014
Banco de Fomento Angola	597,575,169	672,921,096	759,902,101	868,032,195
Banco Millennium Angola	123,569,588	170,863,594	175,526,580	223,483,034
Banco de Negócios Internacional	112,604,538	115,716,592	162,144,578	184,175,934
Banco de Poupança e Crédito	673,106,071	749,266,145	919,368,725	988,181,395
Banco Privado Atlântico	178,932,481	223,165,911	293,409,178	357,006,228
Banco Regional do Keve	44,147,407	61,524,447	85,814,879	98,200,349
Banco Sol	120,428,002	133,152,746	178,638,155	205,840,068
Banco VTB Africa	4,729,492	7,624,916	11,294,600	14,358,382
Finibanco Angola	15,152,633	21,311,624	28,698,463	54,602,893

Unit: 10³ kwanzas

Appendix 7 – Accounting Profit versus Taxable Income

Accounting expenses not tax-deductible	Accounting revenues not added to taxable income
<p><u>Depreciation and amortization</u> with exceptions accepted by the Accounting Authorities:</p> <ul style="list-style-type: none"> - exceeding the maximum rates established by law (ITC, Art. 29th); - exceeding the maximum useful life (ITC, Art. 311b)).* <p><u>Provisions</u> (ITC, Art. 36th):</p> <p>Not accepted, except:</p> <ul style="list-style-type: none"> - doubtful credits. - expenses and charges resulting from ongoing judicial obligations. <p><u>Donations</u> exceeding 2% of the previous taxable profit for entities:</p> <ul style="list-style-type: none"> - with teaching and scientific research purposes and others such as libraries, museums, charity institutions. - deemed as important for the development of the country (ITC, Art. 39th) <p><u>Fines</u> and other expenses resulting <u>from tax infringements</u> (ITC, Art. 40th, c))</p> <p><u>Representation expenses</u> recognized in any way and, even properly documented, considered overstated by the authorities (ITC, Art. 40th, a))</p> <p><u>Industrial Tax</u> and other obligations that the company is not legally obliged to pay (ITC, Art. 40th, b))</p>	<p>Revenues from registered shares, quotas of <u>domestic companies</u> subject to corporate tax (<i>imposto industrial</i>) which the taxable person holds:</p> <ul style="list-style-type: none"> - at least, either <u>two years</u> or since the formation of the company (in the case of companies with less than two years) and - <u>25% minimum participation</u> (ITC Art. 45th, a)) <p>Revenues from activities subject to real estate tax (<i>Imposto Predial Urbano</i>) or other tax or revenues exempt from taxes (ITC, Art. 45th, c))</p> <p>Dividends and interest from domestic shares invested in technical reserves of insurance companies, and which</p> <ul style="list-style-type: none"> - belonging to companies with capital amounting to at least 50,000 contos** and which only manage portfolios of shares (ITC, Art. 45th, b))

Notes:

*The maximum useful life of an asset refers to the assets from which is deducted half of the maximum depreciation rates accepted under the tax regulation (ITC, Art. 31st, Number 3). This corresponds to the minimum depreciation rate accepted for tax purposes.

** This is a Portuguese denomination for the currency used before the adoption of the Euro.



Appendix 8 – Comparison between the Legislative Diploma Nr. 35/72 from 29 of April and the Law Nr. 19/14 from 22 of October) – Costs not accepted for tax purposes.

	Legislative Diploma Nr. 35/72 (and subsequent amendments)	Law Nr. 19/14 from 22nd of October
Tax Groups	Three (A, B and C)	Two (A and B)
Interests	Not mentioned	The interest from loans of the capital holders (ITC, Art. 16th, Nr.1)
Documentation of costs	Only refers to representation expenses (ITC, Art. 40th a))	Costs not documented (ITC, Art. 17th. Nr. 7) or not properly documented (ITC, Art. 17th. Nr. 6)
Costs not properly documented	Only refers to the representation expenses: not accepted for the part considered overstated. (ITC, Art. 40th a))	Autonomous tax rate at 2% (ITC, Art. 17th, Nr. 2)
Costs not documented	Only the representation expenses	Autonomous tax* rate at 4% (ITC, Art. 17th, Nr. 3)
Confidential expenses	Not mentioned	Autonomous tax rate at 30% (50% when the taxable person is either not subject or exempt from industrial tax payment)
Fines	Fines and other expenses resulting from tax infringements (ITC, Art. 40 c)	Fines and other charges resulting from infringements of any nature (ITC, Art. 18th , Nr.1, d))
Corrections of taxable profit from previous years	Not mentioned	Not accepted as costs (ITC, Art. 18th, Nr. 1, g))
Donations	Donations exceeding the limit of 2% of the previous taxable profit for entities: - with teaching and scientific investigation purposes and others such as libraries, museums, charity institutions. - deemed as important for the development of the country (ITC, Art. 39th)	The acceptability of donations is regulated by the Sponsorship Law** All the costs that do not abide by the law are subject to autonomous tax rate at 15%- (ITC, Art. 19th, Nr. 1 and 2)
Depreciation and amortization of goods subject to registration	Not mentioned	Not accepted when the taxable person does not have the sale declaration (ITC, Art. 25th, Nr. 4)
Maximum limitation for provisions	In the impairment of inventories and provisions for doubtful debt only (ITC, Art. 36, Nr. 2)	For the doubtful debts, expenses and obligations resulting from ongoing judicial obligations and impairment of inventories (ITC, Art. 45th, Nr. 1, e)
Period of deductibility of tax losses	Next three years (ITC, Art. 46th, Nr 1)	Next three years The losses from activities that have exemption or reduction of the tax rate cannot be deducted from the profits of other activities subject to the general tax regime The losses during the period of exemption or reduction of tax rate can only be deducted after the period of exemption (ITC, Art. 48th).
Reinvestment of profit	The profits carried to reserves and reinvested in the company with benefit for the national economy in the next three years are deducted from the taxable profit during the three years after the conclusion of the investment (ITC, Art. 47th, Nr. 1).	The profits carried to reserves and reinvested in the company in the next three years are deducted up to half of the value from the taxable profit during the three years after the conclusion of the investment and available on request by the taxable person (ITC, Art. 49th, Nr. 1).
Tax Benefits from the investment in Public Debt Securities	All the revenues from public debt investment were exempted from industrial tax (ITC, Art. 23rd, Nr. 1 c)).	These revenues are subject to taxation like any other revenues.

Notes: *The items subject to autonomous taxation were added at the applicable rates to the taxable profit (ITC, Art. 17th, Nr.9); ** Law Nr. 8/2012 (Sponsorship Law) establishes the tax incentives and the support given by the State, to the sponsor (companies who finance and help institutions and activities). In many cases, donations are totally accepted for tax purposes, since they were given to institutions or activities that fulfill the objectives stated in the Law.

Appendix 9- Disclosure Index on Income Taxes, per Bank and Year

2010													
	Balance Sheet	Income Statement	Statement of Cash Flows	Statement of Changes in equity	Map of Tangible and Intangible Assets	Accounting Policies	Reconciliation	qualitative and quantitative information about deferred taxes	clear indication of current tax liabilities/assets under the other values/liabilities	Di	Number of 'N/A'	Ni	Index
Banco Angolano de Investimentos	1	1	1	1	1	1	1	2	2	7	2	7	100%
Banco Angolano de Negócios e Comércio	1	1	1	1	1	1	1	2	1	8	1	8	100%
Banco BIC	1	1	1	0	1	1	1	2	1	7	1	8	88%
Banco Comercial Angolano	1	1	1	1	1	1	1	2	1	8	1	8	100%
Banco Comercial do Huambo	1	1	1	1	1	1	0	2	2	6	2	7	85%
Banco Espírito Santo Angola	1	1	1	1	1	1	0	2	1	7	1	8	88%
Banco de Fomento Angola	1	1	1	1	1	1	1	2	0	7	1	8	88%
Banco Millennium Angola	1	1	1	1	1	1	1	2	1	8	1	8	100%
Banco de Negócios Internacional	1	1	1	1	1	1	0	2	2	6	2	7	85%
Banco de Poupanca e Crédito	1	0	0	0	1	1	1	2	1	5	1	8	63%
Banco Privado Atlântico	1	1	1	1	1	1	1	2	2	7	2	7	100%
Banco Regional do Keve	1	1	0	0	1	1	1	1	1	7	0	9	78%
Banco Sol	1	1	1	1	1	1	1	2	2	7	2	7	100%
Banco VTB Africa	1	1	1	1	1	1	0	2	2	6	2	7	85%
Finbanco Angola	1	1	1	1	1	1	0	2	1	7	1	8	88%

2= N/A; 1= YES; 0= NO

2011													
	Balance Sheet	Income Statement	Statement of Cash Flows	Statement of Changes in equity	Map of Tangible and Intangible Assets	Accounting Policies	Reconciliation	qualitative and quantitative information about deferred taxes	clear indication of current tax liabilities/assets under the other values/liabilities	Di	Number of 'N/A'	Ni	Index
Banco Angolano de Investimentos	1	1	1	1	1	1	1	1	2	8	1	8	100%
Banco Angolano de Negócios e Comércio	1	1	0	1	1	1	1	2	1	7	1	8	88%
Banco BIC	1	1	1	0	1	1	1	2	1	8	1	8	100%
Banco Comercial Angolano	1	1	1	0	1	1	1	2	1	7	1	8	88%
Banco Comercial do Huambo	1	1	1	1	1	1	0	2	0	6	1	8	75%
Banco Espírito Santo Angola	1	1	1	1	1	1	1	2	1	8	1	8	100%
Banco de Fomento Angola	1	1	1	1	1	1	1	2	2	7	2	7	100%
Banco Millennium Angola	1	1	1	1	1	1	1	2	0	7	1	8	88%
Banco de Negócios Internacional	1	1	1	1	1	1	0	2	1	7	1	8	88%
Banco de Poupanca e Crédito	1	1	1	1	1	1	1	2	1	8	1	8	100%
Banco Privado Atlântico	1	1	1	1	1	1	1	2	1	8	1	8	100%
Banco Regional do Keve	1	1	1	1	1	1	1	1	2	8	1	8	100%
Banco Sol	1	1	1	1	1	1	1	1	2	8	1	8	100%
Banco VTB Africa	1	1	1	1	1	1	1	2	1	8	1	8	100%
Finbanco Angola	1	1	1	1	1	1	0	2	1	7	1	8	88%

2= N/A; 1= YES; 0= NO

2012													
	Balance Sheet	Income Statement	Statement of Cash Flows	Statement of Changes in equity	Map of Tangible and Intangible Assets	Accounting Policies	Reconciliation	qualitative and quantitative information about deferred taxes	clear indication of current tax liabilities/assets under the other values/liabilities	Di	Number of 'N/A'	Ni	Index
Banco Angolano de Investimentos	1	1	1	1	1	1	1	1	0	8	0	9	89%
Banco Angolano de Negócios e Comércio	1	1	0	1	1	1	1	2	2	6	2	7	85%
Banco BIC	1	1	1	1	1	1	1	2	1	8	1	8	100%
Banco Comercial Angolano	1	1	1	1	1	1	1	2	1	8	1	8	100%
Banco Comercial do Huambo	1	1	1	1	1	1	0	1	2	7	1	8	88%
Banco Espírito Santo Angola	1	1	1	1	1	1	1	2	1	8	1	8	100%
Banco de Fomento Angola	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	0	9	100%
Banco Millennium Angola	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	0	9	100%
Banco de Negócios Internacional	1	1	1	0	1	1	0	2	1	6	1	8	75%
Banco de Poupanca e Crédito	1	1	1	1	1	1	1	2	1	8	1	8	100%
Banco Privado Atlântico	1	1	1	1	1	1	1	2	1	8	1	8	100%
Banco Regional do Keve	1	1	1	1	1	1	1	2	1	8	1	8	100%
Banco Sol	1	1	1	1	1	1	1	2	1	8	1	8	100%
Banco VTB Africa	1	1	1	1	1	1	1	2	1	8	1	8	100%
Finbanco Angola	1	1	1	1	1	1	1	2	0	7	1	8	88%

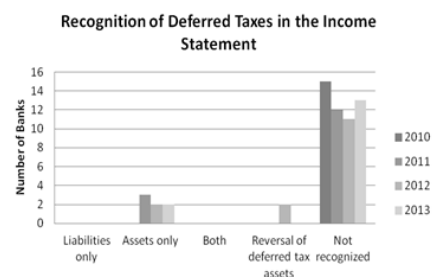
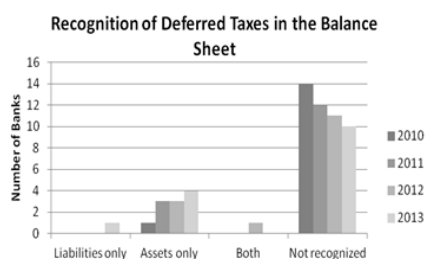
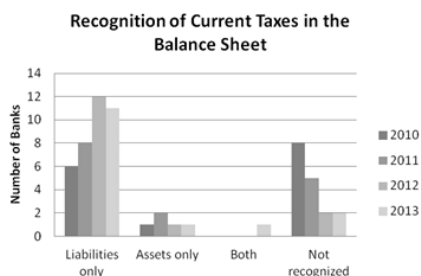
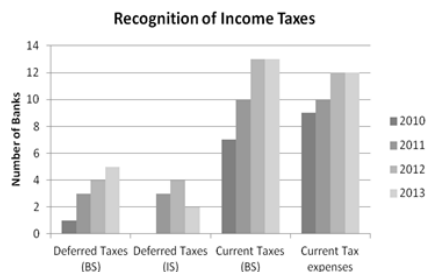
2= N/A; 1= YES; 0= NO

2013													
	Balance Sheet	Income Statement	Statement of Cash Flows	Statement of Changes in equity	Map of Tangible and Intangible Assets	Accounting Policies	Reconciliation	qualitative and quantitative information about deferred taxes	clear indication of current tax liabilities/assets under the other values/liabilities	Di	Number of 'N/A'	Ni	Index
Banco Angolano de Investimentos	1	1	1	1	1	1	1	1	0	8	0	9	89%
Banco Angolano de Negócios e Comércio	1	1	0	1	1	1	1	2	1	7	1	8	88%
Banco BIC	1	1	1	1	1	1	1	2	1	8	1	8	100%
Banco Comercial Angolano	1	1	1	0	1	1	1	2	1	7	1	8	88%
Banco Comercial do Huambo	1	1	1	1	1	1	0	1	2	7	1	8	88%
Banco Espírito Santo Angola	1	1	1	1	1	1	1	2	0	7	1	8	88%
Banco de Fomento Angola	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	0	9	100%
Banco Millennium Angola	1	1	1	1	1	1	1	2	1	8	1	8	100%
Banco de Negócios Internacional	1	1	1	1	1	1	1	2	1	8	1	8	100%
Banco de Poupanca e Crédito	1	1	1	1	1	1	1	2	1	8	1	8	100%
Banco Privado Atlântico	1	1	1	1	1	1	1	2	1	8	1	8	100%
Banco Regional do Keve	1	1	1	1	1	1	1	2	0	7	1	8	88%
Banco Sol	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	0	9	100%
Banco VTB Africa	1	1	1	1	1	1	1	2	1	8	1	8	100%
Finbanco Angola	1	1	1	1	1	1	1	2	1	8	1	8	100%

2= N/A; 1= YES; 0= NO



Appendix 10 – Income Taxes



Appendix 11 – Reasons for Not Incurring Current Tax Expense

	Taxable result equal to or below zero	Accounting losses	Losses carried forward	Exemption from the Ministry of Finance	Negative tax payable	Not referred
2010	3	1	0	1	0	1
2011	4	1	0	0	0	0
2012	2	1	0	0	1	0
2013	2	0	1	0	0	0

Appendix 12– Income Taxes per Year and Bank

Recognition Bank	2010						
	Recognized in the Balance Sheet				Recognized in the Income Statement		
	Deferred Tax Assets	Deferred Tax Liabilities	Current Tax Assets	Current Tax Liabilities	Deferred Tax Assets	Deferred Tax Liabilities	Current Tax Expenses
Banco Angolano de Investimentos							158,277
Banco Angolano de Negócios e Comércio				34,623			34,623
Banco BIC				3,038,855			3,038,855
Banco Comercial Angolano				143,410			143,410
Banco Comercial do Huambo							0
Banco Espírito Santo Angola				60,000			60,000
Banco de Fomento Angola							0
Banco Millennium Angola							477,411
Banco de Negócios Internacional							0
Banco de Poupança e Crédito				1,038,245			1,952,709
Banco Privado Atlântico							0
Banco Regional do Keve	198,499		112,472				0
Banco Sol							0
Banco VTB África							186,959
Finibanco Angola				439,410			439,410

Unit: 10³ kwanzas



		2011					
		Recognized in the Balance Sheet				Recognized in the Income Statement	
Bank \ Recognition	Deferred Tax Assets	Deferred Tax Liabilities	Current Tax Assets	Current Tax Liabilities	Deferred Tax Assets	Deferred Tax Liabilities	Current Tax Expenses
Banco Angolano de Investimentos	1,166,208		254,875		1,166,208		0
Banco Angolano de Negócios e Comércio				79,946			79,946
Banco BIC				1,830,799			1,830,799
Banco Comercial Angolano				147,853			147,853
Banco Comercial do Huambo							0
Banco Espírito Santo Angola				1,379,572			1,379,572
Banco de Fomento Angola							0
Banco Millennium Angola	49,693						375,866
Banco de Negócios Internacional				869,118			869,118
Banco de Poupança e Crédito				3,833,100			3,833,100
Banco Privado Atlântico					576,765		0
Banco Regional do Keve	72,001		112,472				126,496
Banco Sol					602,083		0
Banco VTB Africa				465,749			465,749
Finibanco Angola				460,486			460,486

Unit: 10³ kwanzas

		2012						
		Recognized in the Balance Sheet				Recognized in the Income Statement		
Bank	Recognition	Deferred Tax Assets	Deferred Tax Liabilities	Current Tax Assets	Current Tax Liabilities	Deferred Tax Assets	Deferred Tax Liabilities	Current Tax Expenses
Banco Angolano de Investimentos		1,198,740		666,313		1,198,740		1711903
Banco Angolano de Negócios e Comércio								0
Banco BIC					2,222,603			2,222,603
Banco Comercial Angolano					117,333			154,002
Banco Comercial do Huambo		157,553						0
Banco Espírito Santo Angola					2,472,111			197,439
Banco de Fomento Angola		68,289			68,239	68,239		0
Banco Millennium Angola		21,962	308,888		1,333,566			1,335,954
Banco de Negócios Internacional					750,151			750,151
Banco de Poupança e Crédito					3,312,706			2,674,201
Banco Privado Atlântico					1,289,418		576,765	1,289,418
Banco Regional do Keve					311,767			496,742
Banco Sol					517,581		602,083	517,581
Banco VTB Africa					751,179			751,179
Finibanco Angola					555,233			555,233

Unit: 10³ kwanzas



		2013						
		Recognized in the Balance Sheet				Recognized in the Income Statement		
Bank \ Recognition		Deferred Tax Assets	Deferred Tax Liabilities	Current Tax Assets	Current Tax Liabilities	Deferred Tax Assets	Deferred Tax Liabilities	Current Tax Expenses
Banco Angolano de Investimentos		2,824,690		616,611		1,576,248		0
Banco Angolano de Negócios e Comércio					107,876			107,876
Banco BIC					587,765			587,765
Banco Comercial Angolano					338,009			338,009
Banco Comercial do Huambo		109,614						0
Banco Espírito Santo Angola								0
Banco de Fomento Angola		409,966			1,247,836			1,247,836
Banco Millennium Angola			508,099		1,410,555			1,442,494
Banco de Negócios Internacional					1,458,254			1,458,254
Banco de Poupança e Crédito					2,016,576			2,292,942
Banco Privado Atlântico					2,288,544			2,288,544
Banco Regional do Keve					223,579			383,213
Banco Sol		91,453			1,992,522	91,453		1,992,522
Banco VTB Africa					699,932			699,932
Finibanco Angola				233,893	737,099			737,099

Unit: 10³ kwanzas

Appendix 13 – Sources for the Recognition of Deferred Taxes

	2010	2011	2012	2013
Temporary differences (not specified)			BMA	
Tax losses not used, and provisions not accepted temporarily			BAI	BAI
Tax benefits not used	BRK	BAI		
Provisions for contingent liabilities			BFA	BFA
Losses not used		SOL BPA		BCH SOL
Positive fair value reserve of assets available for sale				BMA
Calculation of the fair value of assets*			BMA	

*Source for the recognition of a deferred tax liability. All the others are for the recognition of deferred tax assets
The acronyms in the table above stand for: BAI – Banco Angolano de Investimentos; BCH – Banco Comercial do Huambo; BFA; Banco de Fomento Angola; BMA; Banco Millennium Angola; BPA – Banco Privado Atlântico; BPK – Banco Regional do Keve; SOL – Banco Sol.

**Appendix 14– Adjustments from the Accounting Income to the Taxable Income
(for the total sample)**

		2010	2011	2012	2013
Aggregated adjustments	Deductions and abatments	26,19%	26,73%	10,55%	3,96%
	Additions	0,02%	0,01%	0,45%	1,87%
	Deductible Temporary Differences	0,00%	0,00%	4,92%	0,25%
	TOTAL	26,21%	26,74%	15,93%	2,12%
Costs not accepted for tax purposes/Revenues not taxed	Costs not accepted	0,00%	0,00%	0,05%	0,17%
	Donations not accepted for tax purposes	0,33%	0,37%	0,76%	0,18%
	Taxes fines	0,01%	0,01%	0,19%	0,31%
	Taxes	0,00%	0,00%	0,00%	0,26%
	Representation expenses not justified	0,00%	0,02%	0,01%	0,01%
	Representation expenses and donations not accepted	0,00%	0,10%	0,00%	0,00%
	Expenses not specified	0,44%	0,00%	0,01%	0,20%
	Depreciations and Amortizatiois in excess/not accepted	0,07%	0,00%	0,40%	0,18%
	Provisions not accepted	0,00%	0,00%	0,00%	0,30%
	Provision for contingent liabilities	0,00%	0,00%	2,08%	2,33%
	Fees charged to the Ministry of Finance	0,00%	0,96%	0,00%	0,00%
	Rents received subject to real estate tax	0,00%	0,02%	0,00%	0,00%
	TOTAL	0,85%	1,49%	3,49%	3,94%
	Tax benefits	Tax benefits	0,00%	0,00%	0,59%
Income from public debt securities (treasury bonds and bills)		54,39%	58,70%	70,01%	87,28%
Tax benefits (credits)		0,00%	5,75%	0,00%	0,00%
Revenues from credit operations		5,59%	0,00%	5,25%	0,52%
TOTAL		59,98%	64,46%	75,85%	87,80%
Losses	Losses from previous years	10,46%	6,97%	3,85%	0,00%
	TOTAL	10,46%	6,97%	3,85%	0,00%
Others	Corrections from prior yeares	2,50%	0,00%	0,04%	0,11%
	Effect of deferred taxes	0,00%	0,25%	0,00%	0,00%
	Others	0,00%	0,08%	0,84%	2,07%
	TOTAL	2,50%	0,33%	0,88%	2,18%

Appendix 15 – Effective Tax Rate per Year and Bank

	2010	2011	2012	2013
Banco Angolano de Investimentos	0.74%	-6.13%	2.89%	-15.00%
Banco Angolano de Negócios e Comércio	7.83%	21.51%	0.00%	34.30%
Banco BIC	18.76%	10.94%	12.13%	2.90%
Banco Comercial Angolano	17.22%	14.07%	18.53%	33.54%
Banco Comercial do Huambo	0.00%	0.00%	99.43%	36.29%
Banco Espírito Santo Angola	0.20%	4.16%	3.50%	0.00%
Banco de Fomento Angola	-4.02%	0.00%	0.00%	4.75%
Banco Millennium Angola	13.66%	8.34%	21.69%	22.64%
Banco de Negócios Internacional	0.00%	21.25%	18.17%	34.58%
Banco de Poupança e Crédito	10.21%	22.38%	25.49%	24.10%
Banco Privado Atlântico	0.00%	-13.86%	24.98%	27.11%
Banco Regional do Keve	0.00%	16.75%	26.37%	22.72%
Banco Sol	0.00%	-34.17%	28.02%	35.43%
Banco VTB Africa	17.32%	33.24%	34.65%	34.43%
Finibanco Angola	34.92%	34.36%	33.80%	33.48%



Os Contabilistas Certificados e a Educação e Cidadania Fiscal em Portugal

Maria de Lurdes Ribeiro Silva

Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave
lsilva@ipca.pt

Liliana Ivone Silva Pereira

Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave
lpereira@ipca.pt

Liliana Matos Pereira

Escola Técnica Superior Profissional do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave
lpereira@ipca.pt

Ana Catarina Moreira Siva

Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave
catarinassmoreira@icloud.com

Os Contabilistas Certificados e a Educação e Cidadania Fiscal em Portugal

Resumo

Ao longo dos últimos anos, os estudos no âmbito da consciência e da educação fiscal têm vindo a aumentar. Contudo, encontra-se em falta na literatura uma análise ao papel dos Contabilistas Certificados no processo de promoção de consciência fiscal. O objetivo deste estudo é analisar a perceção dos Contabilistas Certificados acerca do seu papel na promoção da consciência fiscal em Portugal. Adotamos uma metodologia quantitativa, através da aplicação de um inquérito por questionário aos Contabilistas Certificados que exercem a sua atividade profissional em Portugal. Como conclusão geral, verificou-se que os Contabilistas Certificados estão cientes da sua importância no âmbito da educação fiscal. Estes profissionais compreendem a importância que os impostos e o seu pagamento voluntário representam para o bem comum da sociedade. Desta forma, consideram extremamente importante, atuar junto dos seus clientes/entidade patronal através de várias medidas de consciencialização que vão contribuir para o aumento da consciência fiscal dos cidadãos.

Palavras-chave: Educação fiscal; cidadania fiscal; consciência fiscal; Contabilistas Certificados; impostos

1. Introdução

Na sociedade moderna, o cumprimento das obrigações tributárias pode constituir uma fonte de conflitos e insatisfação. É comum os cidadãos considerarem que os impostos pagos não são aplicados adequadamente e não se traduzem em benefícios para o bem-estar comum da sociedade. Esta perceção faz com que haja uma atitude de resistência ao pagamento dos impostos. Em resposta a esta problemática surge a educação fiscal, como forma de aumentar a consciência cívico-fiscal dos cidadãos e consequentemente contribuir para a diminuição da evasão e da fraude fiscal. A educação fiscal constitui uma prática educativa com objetivo de desenvolvimento de valores, atitudes e competências dos cidadãos essenciais para o cumprimento voluntário das obrigações tributárias (Franco, 2019; Lopes, 2008).

O processo de educação fiscal envolve vários atores da sociedade, entre os quais se incluem os Contabilistas Certificados. Estes profissionais, agindo como um ente informado e qualificado, são um interlocutor privilegiado entre o Estado e os cidadãos, podendo contribuir de modo eficaz no desenvolvimento da cidadania fiscal dos contribuintes (Franco, 2019).

Neste contexto, a questão de investigação que norteia o nosso estudo é: qual a perceção dos Contabilistas Certificados acerca do seu papel na promoção da consciência fiscal em Portugal? De forma a dar resposta a esta questão consideramos importante avaliar a perceção destes profissionais acerca do seu papel na promoção da consciência fiscal em Portugal. Recorremos à metodologia quantitativa com a aplicação de um inquérito por questionário aos Contabilistas Certificados que exercem a sua atividade profissional em Portugal.

O trabalho inicia-se com uma análise aos conceitos de Estado fiscal, educação fiscal e sobre os Contabilistas Certificados como atores da educação fiscal. Seguimos com uma breve explicação sobre a metodologia de investigação utilizada, a amostra e os procedimentos estatísticos adotados no estudo, seguida da apresentação e interpretação dos resultados obtidos. Por fim, são apresentadas as principais conclusões e limitações da investigação, bem como as sugestões para investigações futuras.

2. O Estado Fiscal

O homem é um ser social que necessita de viver em sociedade. Dessa vivência é natural surgirem conflitos e interesses divergentes que precisam de ser resolvidos e, para tal, é necessária a existência de regras implementadas e garantidas por uma autoridade superior. Surge, assim, a ideia de Estado pela necessidade de se estabelecer um acordo entre os indivíduos que vivem em comunidade, com a finalidade de diminuir os conflitos que venham a acontecer entre estes (Rocha, 2017).

O Estado é “uma instituição que tem por objetivo organizar a vontade do povo politicamente constituído, dentro de um território definido, tendo, como uma de suas características, o exercício do poder coercitivo sobre os membros da sociedade. É, portanto, a organização político-jurídica de uma coletividade, objetivando o bem comum” (Programa Nacional de Educação Fiscal, caderno ii, 2009, p. 29). Na Constituição da República Portuguesa (CRP) encontra-se prevista, entre outras tarefas fundamentais do Estado, a de: “promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais” (art. 9.º, al. d) da CRP). Para cumprir com esta e todas as restantes tarefas que lhe são atribuídas, o Estado necessita de obter recursos surgindo, desta forma, a figura do imposto, como a parcela do património dos cidadãos que o Estado retira para se financiar (Nabais, 1998). Como refere Pereira (2011, p. 113), “o Estado desenvolve uma atividade financeira caracterizada pela realização das despesas derivadas da satisfação das necessidades coletivas e pela arrecadação das receitas para a cobertura dessas despesas”. Por outras palavras “a chamada atividade financeira dos entes públicos, isto é, a atividade de obtenção e gestão das receitas e de realização das despesas públicas, reconduz-se basicamente à perceção, gestão e dispêndio de dinheiro ou meios pecuniários obtidos junto dos agentes económicos” (Nabais, 2015, p.31). Com efeito, as receitas públicas constituem uma contrapartida da realização das despesas públicas sendo obtidas por meio da atividade financeira do Estado. Segundo Catarino (2015), as receitas públicas podem distinguir-se em três tipos fundamentais: receitas creditícias; receitas tributárias e receitas patrimoniais. As receitas creditícias são as que derivam da dilação temporal entre duas prestações, podendo o Estado assumir um papel de credor ou de devedor, sendo mais habitual a situação de recurso ao crédito por parte do Estado. As receitas tributárias correspondem aos tributos, os quais contemplam os impostos, as taxas e as contribuições especiais. Por fim, as receitas patrimoniais são as que advêm da posse de património pelo Estado, podendo resultar da prática de atos de gestão, de mera administração ou de atos praticados sobre ele ou da efetivação ou exercício de direitos patrimoniais.

Os impostos sintetizam a relação económica entre o Estado e a sociedade e, na medida em que se apresentam como a principal fonte de receita, o Estado apresenta-se do ponto de vista do seu financiamento como um Estado fiscal, o qual



se afasta do Estado patrimonial e do Estado empresarial. O Estado patrimonial constituiu a forma característica de financiamento do Estado na Idade Média, assente nos rendimentos proporcionados pelos bens, nomeadamente imóveis, do Monarca ou da Coroa. O Estado empresarial concretizou-se sobretudo nos Estados socialistas do século XX, apesar de ter tido alguma expressão no Estado iluminista. Tanto no Estado patrimonial como no Estado empresarial, o seu suporte financeiro não assentava, ao menos a título principal, na figura dos impostos ou tributos (Nabais, 2014).

Como enfatiza Vasques (2012), os Estados modernos dizem-se Estados fiscais, na medida em que já não se alimentam da exploração do seu próprio património, mas antes da exploração da riqueza dos cidadãos, que arrecadam regularmente através dos vários tipos de tributos.

Segundo Nabais (1998), à semelhança do que acontece nas Constituições dos Estados fiscais, também a Constituição portuguesa não contém afirmações expressas da natureza fiscal do Estado português. Contudo, esta contém diversas disposições constitucionais que, por um lado, rejeitam um Estado patrimonial, nomeadamente através da garantia dos direitos fundamentais dos indivíduos, principalmente das suas liberdades económicas e da consagração do princípio do Estado social e, por outro lado, mostram os impostos como o suporte financeiro dominante da sociedade. O autor refere ainda que a rara referência na CRP à figura das taxas e outros tributos e a dimensão constitucionalmente assumida pelo nosso Estado social, refletida nas várias tarefas e prestações estaduais financiadas por toda a população, constituem expressões dessa natureza. Por isso, segundo Nabais (2010, p. 112), um Estado social é um “Estado que para além de assegurar os clássicos direitos, liberdades e garantias fundamentais, realiza também um núcleo essencial dos chamados direitos e deveres económicos, sociais e culturais” e os custos financeiros do Estado implicam a existência de um Estado fiscal, o que se concretiza para os cidadãos no dever fundamental de pagar impostos.

Para Sanches (1989) o Estado fiscal é a condição necessária para o funcionamento do Estado social, constituindo uma forma de este obter recursos para o seu financiamento, assim como um modo de atuação pública para o alcance de certos objetivos de política económica e social.

O pagamento dos impostos constitui uma obrigação pública constitucionalmente consagrada entre nós, designadamente no artigo 103.º da CRP. No entanto, como obrigação, está sujeita a regras e limites impostos pelos direitos fundamentais, tais como o princípio da universalidade (art. 12.º, n.º 1 da CRP) e o princípio da igualdade (art. 13.º, n.º 2 da CRP). Portanto, como referem Sá e Martins (2013) todos, sem discriminação, de acordo com a sua capacidade contributiva, devem contribuir para o financiamento das despesas públicas, sendo esse o critério utilizado para a repartição justa da carga fiscal.

Apesar disso, os contribuintes exibem comportamentos diferentes no que respeita ao grau de cumprimento das suas obrigações fiscais. Por um lado, existem contribuintes que não empreendem qualquer esforço na procura de mecanismos para reduzir os seus encargos fiscais e que não estão predispostos a praticar evasão ou fraude. Por outro lado, existem contribuintes que procedem com o claro intuito de reduzir os seus encargos fiscais, nomeadamente através da realização intencional de práticas fraudulentas (Sá & Martins, 2013).

A diminuição dos impostos a pagar pode fazer-se por diversas vias. Uma delas é o designado planeamento ou gestão fiscal, designados na terminologia inglesa por *tax planning* e que têm como objetivo diminuir o montante de imposto a pagar de acordo com a lei existente, ou seja, é um direito que assiste a qualquer contribuinte que está previsto na própria lei tributária, não constituindo, por isso, uma fraude à lei (Amorim, 2010). Outra forma é a diminuição dos impostos a pagar por evasão ou elisão fiscal, ou na terminologia anglo-saxónica, de *tax avoidance*. Esta traduz-se na prática de atos ou negócios lícitos, mas que a lei fiscal qualifica como não sendo conformes com a substância da realidade económica que lhes está subjacente ou serem anómalos, anormais ou abusivos (Pereira, 2005); ou seja, os contribuintes contornam a lei fiscal sem a violar expressamente (Amorim, 2010). Por fim, a diminuição dos impostos a pagar pode ser realizada através do que se designa fraude fiscal, ou na terminologia anglo-saxónica de *tax evasion*, que consiste na prática de atos ou negócios ilícitos, infringindo ou violando frontalmente a lei fiscal quer por ação quer por omissão (Pereira, 2005).

São várias as causas que levam o contribuinte a fugir das suas obrigações fiscais, o que torna a fraude e a evasão fiscal dois graves problemas das sociedades modernas. Torna-se imperativo a consciencialização dos cidadãos para a importância do pagamento dos impostos, onde destacamos a adoção de uma estratégia psicológica (Lopes, 2008), nomeadamente na transparência da aplicação das receitas do Estado, aumentando a perceção de justiça e equidade fiscal, de forma a aumentar a consciência cívico-fiscal de todos os cidadãos.

3. Cidadania Fiscal e Educação Fiscal

No âmbito do Estado fiscal, o tributo constitui a principal receita do Estado, que permite garantir aos cidadãos um vasto conjunto de direitos. Deste modo, o imposto, para além de ser entendido como uma obrigação para o cidadão-contribuinte, deve também ser visto como um dever de cidadania, constituindo um elemento inerente à existência do próprio Estado (Lopes & Brites, 2016). Portanto, o dever fundamental de pagar impostos constitui também um dever ético-social de todos os cidadãos, assim como uma importante manifestação da cidadania fiscal numa sociedade moderna (Marques, 2011).



Como contrapartida do dever de pagar impostos, os cidadãos têm o direito de exigir que todos os cidadãos paguem de acordo com a respetiva capacidade contributiva, o que por sua vez resulta para o Estado no dever de este combater eficazmente a evasão e a fraude fiscais (Costa, 2016). Neste âmbito, a cidadania fiscal desempenha um papel preventivo fundamental na luta contra a evasão e fraude fiscais, uma vez que, os cidadãos imbuídos de uma consciência fiscal, derivada da educação fiscal, e consubstanciada na cultura fiscal, identificam o cumprimento das obrigações fiscais como um dever cívico como outro qualquer, não sendo assim tentados ao incumprimento (Marques, 2016). Como evidenciam Delgado Lobo et al. (2005, p. 5), “el cumplimiento fiscal es una cuestión de ciudadanía.”

Marques (2019) reforça que a cidadania fiscal só poderá ser exercida se existir transparência nas finanças públicas, uma vez que não basta os cidadãos compreenderem os impostos, necessitam também de saber como estes são aplicados.

A educação fiscal inclui-se na problemática da educação para a cidadania democrática e dos direitos humanos, constituindo um dos instrumentos que as administrações fiscais de quase todo o mundo fornecem à sociedade em geral, e em particular, aos professores, pais e alunos, com o propósito de envolver os mesmos num processo de transformação social, que leve à criação de uma maior consciência fiscal e, consequentemente, a uma diminuição da fraude e da evasão fiscais (Soares, 2011).

Segundo Martins (2019) a educação fiscal permitirá aos cidadãos compreender que a evasão e a fraude fiscais podem implicar que as estruturas e os serviços do Estado se degradem, o que prejudicará fortemente os mesmos. O autor acrescenta que a educação fiscal é essencial para a criação de uma consciência de cidadania fiscal que leve o próprio cidadão a uma atitude autocrítica dos comportamentos evasivos e fraudulentos. Assim, a educação fiscal é fundamental para que os contribuintes compreendam que pagar impostos é essencial para que os serviços públicos funcionem nas devidas condições. Para Soares (2011), a educação fiscal tem como fundamento a consciencialização da sociedade acerca da estrutura e funcionamento das Administrações Públicas, assim como da função socioeconómica dos impostos, tornando-se fundamental a sensibilização dos poderes públicos portugueses para a implementação desta prática educativa, uma vez que o desenvolvimento de uma sociedade em todos os seus domínios (económico, financeiro, científico, tecnológico, jurídico, cultural, político, etc.) requer o aperfeiçoamento dos sistemas educativos e fiscal.

Para Soares (2011), na sociedade portuguesa predomina uma baixa consciência do dever ético e moral de pagar impostos, sendo essencial desenvolver uma forte sensibilização de modo a promover a implementação de projetos/programas de educação fiscal que possam levar a processos de mudança de valores, atitudes e cultura fiscal. Segundo Palma e Pita (2016) os programas de educação fiscal

constituem, assim, uma estratégia que visa o aumento das receitas fiscais, com conteúdos sobre as razões do pagamento dos impostos, a importância de todos os cidadãos contribuírem e a sua ligação com a despesa pública, sendo o objetivo incutir nos cidadãos uma cultura de cumprimento do imposto. As autoras referem ainda que o sucesso de tais programas implica o envolvimento de vários parceiros a nível nacional e internacional, sendo fundamental a associação a este tipo de programas dos Ministérios das Finanças, Educação, e porventura da Cultura, assim como entidades privilegiadas relacionadas, como a Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC). Estes programas são essenciais na medida em que permitem que as responsabilidades com o cumprimento das normas fiscais passem a fazer parte do conjunto de valores de todos os cidadãos, independentemente da sua idade (Pereira, 2016).

Entende-se por consciência fiscal a interiorização, pelos contribuintes, dos deveres tributários fixados legalmente, para que se cumpram de forma voluntária e que este cumprimento conduza a um benefício comum para a sociedade, da qual são parte integrante (Matteucci, 1995; Luttmer & Singhal, 2014; Kemme et. al., 2020). Para os autores referidos, este conceito assente, assim, em três elementos: a interiorização da obrigação fiscal pelos contribuintes; o cumprimento das obrigações fiscais de forma voluntária; o conhecimento que o contribuinte possui sobre o benefício que a sua conduta cumpridora voluntária faz para o bem comum da sociedade. A moral fiscal é um conceito complexo que representa o conjunto de deveres e direitos que, expressos do ponto de vista do contribuinte, é a motivação intrínseca para pagar os impostos (Torgler, 2003) e cumprir as suas responsabilidades fiscais de forma completa e voluntária, de acordo com os princípios e normas do sistema fiscal. Assim, como a moral fiscal pressupõe o cumprimento dos deveres fiscais de forma voluntária, a fraude e evasão fiscais são comportamentos totalmente contrários à moral fiscal (Giarrizzo & Sivori, 2010).

Quanto à educação fiscal, é preciso esclarecer que quando falamos de educação fiscal não estamos a tratar da transmissão de conhecimentos técnicos acerca dos impostos, não se trata de ensinar Fiscalidade no sentido de uma mera exposição académica do sentido e finalidade dos impostos numa sociedade democrática (Delgado Lobo et al., 2005).

O objetivo da educação fiscal não é, por isso, ensinar a técnica dos impostos, não se trata de ensinar a quantificar os impostos, mas sim fazer com que os cidadãos compreendam os impostos que pagam e o porquê de se pagarem esses impostos. Nesse sentido, tal como referimos no ponto anterior, a educação fiscal deverá conduzir a uma consciência fiscal coletiva. Nesse sentido, conforme afirmam Palma e Pita (2016) “a educação fiscal consiste num método de ensino e aprendizagem que tem em vista consciencializar o cidadão sobre a função social do tributo, de como este pode promover a justiça social, incentivando-o a participar na aplicação, arrecadação e fiscalização do dinheiro público (...)”.



No mesmo sentido, Martinello e Nascimento (2013) entendem a educação fiscal como o processo de ensino e aprendizagem que tem como objetivo a formação de uma consciência fiscal virada para o exercício da cidadania.

Em termos específicos, a educação fiscal deve resultar numa abordagem de temas como (Delgado Lobo et al., 2005): a identificação dos bens e serviços públicos; o conhecimento do valor económico, da repercussão e das diferentes fontes de financiamento desses bens e serviços públicos; a interiorização das atitudes de respeito pelo que é público e, como tal, financiado pelo esforço de todos; a perceção da responsabilidade fiscal como um dos valores em que assenta a construção da convivência em sociedade e da cultura democrática; a compreensão do sentido da Fiscalidade, na sua dupla vertente de receitas e gastos públicos, como um dos âmbitos em que operam valores como os da equidade, justiça, solidariedade numa sociedade democrática.

Assim, a educação fiscal tem sido estudada e analisada na perspetiva do seu impacto e influência no desenvolvimento de uma moral e consciência fiscais coletivas (Mellado-Silva et al., 2020). Para Martins (2019), a educação fiscal permitirá aos cidadãos compreender que a evasão e a fraude fiscais podem implicar que as estruturas e os serviços do Estado se degradem, ou seja, é essencial para a criação de uma consciência de cidadania fiscal que leve o próprio cidadão a uma atitude autocrítica dos comportamentos evasivos e fraudulentos. Assim, a educação fiscal é fundamental para que os contribuintes compreendam que pagar impostos é essencial para que os serviços públicos funcionem nas devidas condições. Também Palma e Pita (2016) referem que os programas de educação fiscal constituem uma estratégia que visa o aumento das receitas fiscais, com conteúdos sobre as razões do pagamento dos impostos, a importância de todos os cidadãos contribuírem e a sua ligação com a despesa pública, sendo o objetivo incutir nos cidadãos uma cultura de cumprimento do imposto.

Em suma, a educação fiscal surge como processo educativo para a construção e para o exercício da cidadania tornando-se “a ponte que liga a administração tributária e os cidadãos e é uma ferramenta essencial para transformar a cultura tributária” (OECD/FIIAPP, 2015). Isto é, o objetivo é o desenvolvimento de valores, atitudes e competências essenciais ao exercício de direitos e deveres na relação entre o Estado e o cidadão, provocando mudanças culturais nessa relação e contribuindo para uma sociedade mais empenhada, mais participativa e mais justa (Soares, 2011).

4. Os Contabilistas Certificados como Atores da Educação Fiscal

O processo de educação fiscal deve ser o mais abrangente possível, envolvendo vários atores da sociedade e começando na base da formação da personalidade e dos valores dos cidadãos. Só com um plano abrangente e concertado em que

todos sejam parte envolvida, se poderá obter os resultados no sentido da criação de uma consciência fiscal responsável, em que os cidadãos compreendem a necessidade do pagamento de impostos para o financiamento dos bens e serviços públicos e se sintam motivados a um comportamento cumpridor, de forma espontânea. O Estado deverá responder com uma atitude de transparência e com a construção de um sistema fiscal o mais justo possível (Palma & Pita, 2016; Pereira & Cruz, 2016; Yubero, 2009).

A instabilidade e complexidade da lei fiscal poderá ser um fator inibidor do conhecimento para uma eficaz atuação dos intervenientes na cidadania e educação fiscal no sentido de um maior cumprimento tributário. Lopes (2008) considera ser fundamental que o objetivo de uma estratégia de simplificação legislativa fiscal esteja inserido numa estratégia mais global e estruturante de simplicidade e facilidade de cumprimento do sistema tributário. Franco (2018) acrescenta que seria fundamental a existência de algum conservadorismo e segurança fiscal, defendendo um compromisso pelas autoridades fiscais para uma maior estabilidade fiscal pelo menos num prazo de cinco anos.

Um dos atores relevantes são os profissionais ligados à área da contabilidade e da fiscalidade, pela intervenção que têm junto dos contribuintes, singulares e coletivos, assim como pelos conhecimentos técnicos que têm no domínio dos impostos devendo, por isso, desempenhar um papel preponderante no processo de educação e cidadania fiscal.

Muitas vezes é referido que os profissionais (Contabilistas Certificados), aos quais os contribuintes recorrem para cumprimento das suas obrigações fiscais, têm interesse na complexidade da legislação fiscal, uma vez que lhes permite assegurar mais clientes. Esta posição é, na maioria das vezes, refutada com a alegação de que até estes profissionais consideram que a complexidade legislativa aumenta a probabilidade de os mesmos cometerem erros, os quais se podem tornar muito dispendiosos (Lopes, 2008).

Os Contabilistas Certificados também são fundamentais no processo de educação fiscal, pois os mesmos são interlocutores privilegiados dos seus clientes com a administração fiscal. Tendo em conta que o cumprimento das obrigações fiscais se deve mais à máquina tributária do que à vontade e educação fiscal dos contribuintes, os Contabilistas Certificados, agindo como um ente informado e qualificado, poderão contribuir de uma forma muito eficaz para o desenvolvimento da cidadania fiscal dos contribuintes (Franco, 2019).

A contabilidade constitui uma das profissões mais antigas do mundo e tem evoluído a par com a nossa sociedade, o que faz desta uma das profissões mais requisitadas (Sá, 2000). Farinha (2018), à data, vogal do conselho diretivo da OCC, numa entrevista para a OCC, acrescenta que a profissão de contabilista

é das mais importantes da sociedade, tendo em conta que são os Contabilistas que produzem a informação financeira que serve de suporte a todos os atores da economia. Reforça também que a OCC tem um papel fundamental na formação dos Contabilistas para que estes assumam o seu verdadeiro papel na sociedade e na economia.

Fruto da evolução tecnológica, as funções dos Contabilistas alteraram-se e passaram a ser, não apenas tarefas rotineiras de tratamento de documentos contabilísticos, mas também funções de análise e interpretação de informação financeira e de gestão, de participação no processo de tomada de decisão e de diálogo com os diferentes agentes sociais da empresa (Beltrán, 2010; Vicente, 2013), sendo as exigências do mercado de trabalho para estes profissionais cada vez mais notórias, face à evolução e às mudanças quer sociais quer económicas. Tal tornou-se ainda mais evidente nos últimos dois anos em que a pandemia Covid-19 e as consequências que tem tido para as empresas e empresários enfatizou mais ainda o papel importante dos Contabilistas Certificados (Bogasiu, 2021; Faisal e Hakim, 2020; Frumușanu, 2020). Os Contabilistas devem, assim, procurar, de forma contínua, melhorar o seu desempenho através da busca de novos conhecimentos que lhes permitam desenvolver competências, habilidades e, de uma forma eticamente responsável, realizar as suas funções (Silva, 2018).

Os Contabilistas Certificados assumem, assim, uma posição de interlocutores privilegiados no contacto entre as entidades por cuja contabilidade são responsáveis e a Autoridade Tributária e Aduaneira (Matos, 2016; Palma & Pita, 2016; Pereira & Fernandes, 2016; Silva, 2018; Vicente, 2013)

Lopes (2008) refere também que estes profissionais atuam como agentes dos seus clientes, mediando a relação entre o contribuinte e as autoridades fiscais, contribuindo para melhorar o relacionamento entre ambos. Para Tavares (2016) estes profissionais constituem parte ativa na operacionalização do sistema fiscal, cooperando para o seu bom funcionamento, sendo ao mesmo tempo um agente de comunicação essencial entre o contribuinte e a Autoridade Tributária e Aduaneira, ao que acresce ainda o facto de ser um elo fundamental para o contribuinte na salvaguarda das suas garantias.

Venâncio (2018) apresenta o exemplo da declaração de IRS, que com o recurso a um Contabilista Certificado, os contribuintes ficam com a certeza da fiabilidade da sua declaração. O autor acrescenta que o facto destes profissionais se encontrarem dotados de meios e de conhecimentos capazes de dar resposta às necessidades dos contribuintes faz gerar uma segurança que permite evitar a comunicação inexata de informação relevante para a Autoridade Tributária e Aduaneira e que pode levar à aplicação de coimas. Matos (2016) refere que constitui também exemplo do papel de intermediário qualificado do contabilista e da natureza pública da profissão, a alteração ao art.º 24º da Lei Geral Tributária

que contempla a responsabilidade dos membros de corpos sociais e responsáveis técnicos pelas dívidas tributárias operada pela Lei nº 60-A/2005, de 30/12, em vigor desde 1/1/2006, a qual passou a contemplar no n.º3 que “a responsabilidade prevista neste artigo aplica-se aos técnicos oficiais de contas desde que se demonstre a violação dos deveres de assunção de responsabilidade pela regularização técnica nas áreas contabilística e fiscal ou de assinatura de declarações fiscais, demonstrações financeiras e seus anexos”. Esta alteração aumenta assim a responsabilização tributária dos Contabilistas Certificados que, ao assinar as demonstrações financeiras e as declarações fiscais das entidades por cuja contabilidade são responsáveis, atestam a conformidade e veracidade das mesmas face à regulamentação legal contabilística e fiscal (Matos, 2016). O Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados, no seu art. 10º refere que que são atividades dos Contabilistas Certificados a responsabilidade pela regularidade técnica, nas áreas contabilística e fiscal, das entidades públicas ou privadas, que possuam ou que devam possuir contabilidade organizada.

Tendo em conta que o contabilista é um intermediário entre os contribuintes e Autoridade Tributária e Aduaneira, torna-se fundamental que a relação entre todos estes agentes seja pacífica, o que nem sempre foi assim. Numa entrevista realizada em 2017, António Mendonça Mendes, à data, Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, foi questionado acerca da perspetiva de Domingues de Azevedo, então bastonário da OCC, que afirmava que havia uma espécie de “in dúbio pro fisco”, isto é, que a vontade da Autoridade Tributária e Aduaneira prevalecia sempre sobre a vontade do contribuinte. A resposta do Secretário de Estado foi a de que na Autoridade Tributária e Aduaneira trabalham sempre para que a justiça tributária possa reconhecer a razão a quem a tem, quer seja o contribuinte, quer seja a Autoridade Tributária e Aduaneira. No mesmo sentido, acrescentou ainda que a Autoridade Tributária e Aduaneira tem uma função muito relevante na sociedade e existe em prol dos cidadãos e dos seus interesses, sendo essencial na arrecadação de receita fiscal, uma condição essencial para a prestação de serviços públicos por parte do Estado, acrescentando que a OCC é um parceiro privilegiado do governo e as propostas que apresenta são sempre tomadas em conta (Mendes, 2017). A atual bastonária da OCC, Paula Franco, questionada recentemente sobre o relacionamento entre a Ordem e a Autoridade Tributária e Aduaneira, respondeu que acredita que é muito positivo tendo em conta que têm em comum um objetivo que é melhorar as obrigações dos contribuintes. Para isso, afirma ser fundamental a Autoridade Tributária e Aduaneira deixar os Contabilistas Certificados trabalharem em melhores condições, o que passa pela diminuição das obrigações acumuladas atualmente, eliminando as que já não fazem sentido. Reforçou, ainda, que a OCC está disponível para ajudar a Autoridade Tributária e Aduaneira a ser mais eficaz e a obter mais resultados no que respeita à arrecadação dos impostos (Franco, 2018).

Na conferência “Cidadania Fiscal 2.0” foram assinados protocolos de cooperação importantes entre a Ordem e a Autoridade Tributária e Aduaneira, que



demonstram a melhoria da relação entre ambos. A bastonária da OCC considerou a participação dos contabilistas nesta conferência fundamental, tendo em conta que são interlocutores privilegiados nestas matérias, acrescentado que se tratou da primeira vez que a Autoridade Tributária e Aduaneira e o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais convidaram a Ordem para este protocolo, o que considera o reconhecimento público do trabalho dos Contabilistas Certificados. A Bastonária destacou ainda o compromisso do governo em respeitar mais toda a litigância entre os contribuintes e a Autoridade Tributária e Aduaneira e de ter um serviço de apoio ao contribuinte. Considera que estes passos são essenciais para que o cidadão sinta confiança e para que o contabilista, como interlocutor entre ambos, possa também garantir essa mesma segurança.

Do exposto revela-se fundamental que a OCC e a Autoridade Tributária e Aduaneira mantenham uma relação pacífica, pois como refere, Franco (2019), na atual sociedade em que vivemos, profissionais da contabilidade e Estado, ao trabalharem unidos e comprometidos, podem contribuir de forma expressiva para melhorar a arrecadação de receitas tributárias e, juntos, criarem condições mais justas para todos desenvolverem a sociedade civil de que todos somos parte integrante.

Podemos, por isso, afirmar que apesar de a relação entre a OCC e a Autoridade Tributária e Aduaneira nem sempre ter sido a mais pacífica, atualmente ambas as entidades têm reunido esforços no sentido de melhorar esta relação, o que contribui de forma muito positiva para melhorar o cumprimento das obrigações fiscais, que constitui objetivo de ambas. O protocolo de cooperação assinado entre a OCC e a Autoridade Tributária e Aduaneira no âmbito de matérias relacionadas com a educação fiscal demonstra que a Autoridade Tributária e Aduaneira visualiza na OCC um reconhecimento público do trabalho dos Contabilistas Certificados e da importância que estes profissionais podem assumir no que toca a estas matérias.

Como exposto anteriormente, o Contabilista Certificado é o interlocutor privilegiado entre o contribuinte e a Autoridade Tributária e Aduaneira. Neste sentido, segundo Baialardi *et al.*, (2015) é fácil compreender que o Contabilista Certificado aparece como membro dilatador no processo de consciencialização fiscal, uma vez que o exercício da sua profissão exige que o mesmo conheça plenamente a legislação tributária e atua diretamente com os principais envolvidos no processo de tributação, os contribuintes. O Contabilista Certificado apresenta-se, assim, como o elemento mais indicado para agir no desenvolvimento da contribuição espontânea e consciente dos cidadãos, exercendo a responsabilidade social.

Franco (2019) reforça a mesma ideia afirmando que é responsabilidade social dos Contabilistas Certificados a criação da consciencialização dentro das organizações quanto à importância de se cumprir com as obrigações fiscais, acres-

centando que os Contabilistas Certificados, no exercício da sua profissão, junto do tecido empresarial, dos empresários e da sociedade civil (e como conhecedores da legislação contabilística e fiscal) devem desempenhar um papel ativo no âmbito da educação fiscal.

Pereira e Fernandes (2016) referem que a proximidade dos Contabilistas Certificados com os contribuintes e o seu papel de ligação entre as organizações e a Autoridade Tributária e Aduaneira transforma-os num elemento muito relevante no processo de construção de uma cultura fiscal assente na responsabilidade e, por isso, devem-se assumir como participantes ativos do processo de educação fiscal. Assim sendo, o papel destes profissionais no processo de consciencialização das empresas e da sociedade em geral resulta no exercício da responsabilidade fiscal e social, sendo certo que, independentemente da profissão exercida, agir com responsabilidade social e fiscal deveria ser uma questão básica para todos os cidadãos (Baialardi *et al.*, 2015).

Têm sido realizados alguns estudos sobre a importância e o papel dos contabilistas no processo de educação fiscal e a sua participação em estratégias dentro desse processo. Pertuzatti e Merlo (2005) fizeram uma análise da metodologia do Programa de Educação Fiscal do Estado de Santa Catarina no Brasil, com o propósito de analisar o público atingido pelo programa e a importância do profissional da contabilidade no contexto deste programa. Segundo os autores, este programa teve como objetivo sensibilizar o cidadão para a função socioeconómica do tributo, proporcionar aos cidadãos conhecimentos sobre o Estado e incentivar a sociedade a acompanhar a aplicação das receitas públicas de modo a criar condições para uma relação harmoniosa entre Estado e cidadão e teve como público-alvo os educadores e os alunos da educação básica. Assim, tendo em conta o âmbito deste programa, os autores consideram uma falha na elaboração do mesmo o facto de o contabilista não ser parte integrante do processo, pois se o objetivo é atingir uma maior consciência fiscal por parte dos cidadãos, colocar o contabilista como participante ativo seria fundamental para consciencializar um número maior de contribuintes.

Baialardi *et al.*, (2015) realizaram um estudo no Brasil, cujo objetivo era verificar se os contabilistas de empresas de contabilidade localizadas no bairro de Campinas, em São José, contribuíam ou não para a consciencialização tributária e de que forma estes influenciam os seus clientes neste processo. Deste estudo foi possível concluir que os contabilistas têm conhecimento do processo de consciencialização e assumem o seu papel na condução do mesmo, orientando e fiscalizando os seus clientes para que recolham os tributos regularmente, incentivando à participação destes nos processos ocorridos na gestão pública e convencendo-os de que sem a arrecadação dos impostos por parte do Estado não existe o retorno social e demais aplicações. Do exposto, os autores constataam a importância que este profissional assume no processo de conscienciali-



zação fiscal. Com base nestes estudos entende-se que, seja qual for o programa de educação fiscal, assente na mudança de valores e atitudes por parte dos cidadãos, deve contar com a colaboração dos Contabilistas Certificados, que são uma peça fundamental na mudança de valores dos cidadãos. Contudo, importa mencionar que tal como afirma Franco (2019) não é suficiente os esforços dos Contabilistas Certificados, é também necessário que o Estado ganhe a confiança dos contribuintes, gerindo da melhor forma os recursos arrecadados.

Conforme tivemos oportunidade de salientar, um dos aspetos que também influencia a atitude perante os impostos é a relação entre o Estado e os seus contribuintes, sendo que esta relação deve assentar na confiança e transparência e depende, entre outros fatores, da qualidade dos serviços públicos prestados. Nesse sentido, consideramos oportuno fazer também referência a alguns estudos realizados mais especificamente sobre alguns aspetos dessa dimensão relacional entre o Estado e os contribuintes e sobre a justiça fiscal. Relativamente à perceção que os profissionais da fiscalidade têm em relação aos serviços prestados pelas autoridades fiscais, um estudo realizado na Malásia através da aplicação de um questionário, analisou as opiniões dos profissionais sobre doze aspetos dos serviços prestados pelas autoridades fiscais. O arquivo eletrónico foi considerado o serviço mais eficiente fornecido pelas autoridades fiscais, enquanto o serviço menos eficiente está relacionado com a burocracia. Os comentários dos profissionais oferecem espaço para uma maior colaboração com as autoridades fiscais na melhoria dos serviços prestados por estas, especificamente relacionados com as diferentes tarefas diárias enfrentadas pelos profissionais, no sentido de um maior entendimento entre ambos (Manaf *et al.*, 2013).

Por sua vez, na Turquia, Benk *et al.* (2012) realizaram um estudo sobre as dimensões da justiça tributária existentes naquele país. Segundo os autores, o conceito de justiça tributária, que indica a distribuição igualitária da carga tributária, parece ser o fator mais importante para garantir o cumprimento voluntário dos impostos. O estudo consistiu na aplicação de um questionário de pesquisa sobre justiça tributária desenvolvido por Gilligan e Richardson e foi aplicado a uma amostra de 180 Contabilistas Públicos Certificados tendo sido identificadas as dimensões de justiça tributária que mais influenciam o cumprimento fiscal. Este estudo foi apenas realizado na realidade turca sendo, como tal, influenciado pelos aspetos culturais e do sistema tributário do próprio país.

Em Portugal têm sido realizados alguns estudos também no âmbito da educação fiscal, embora não dirigidos especificamente a Contabilistas Certificados.

Arsénio (2014) realizou um estudo com o tema “A educação fiscal e a pedagogia dos impostos – um estudo exploratório em Portugal” cujo objetivo passou por averiguar se o comportamento fraudulento dos contribuintes nasce da ausência de práticas de educação fiscal e de pedagogia fiscal ou se, se trata de uma questão enrai-

zada e essencialmente cultural. Através da análise e comparação das divergências de percepções, acerca do sistema fiscal português, de futuros contribuintes – alunos do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra – com e sem formação fiscal, foi possível concluir que o comportamento e as percepções dos contribuintes acerca do sistema fiscal e dos impostos não estão relacionados com a sua formação fiscal, mas sim com o meio em que estão inseridos, o que demonstra a importância que os fatores culturais e sociais podem assumir nas atitudes dos contribuintes em relação ao sistema fiscal. Tendo em conta que estes fatores são comportamentais e demoram anos a produzir efeitos, o investigador sugere como programa de educação fiscal para Portugal a introdução de conteúdos escolares desde logo, no ensino primário e básico, de forma a tornar os futuros contribuintes responsáveis e conscientes da importância do dever de pagar impostos.

Simões (2016) realizou também um estudo no âmbito da educação fiscal que versou o tema “Educação Fiscal - um contributo para uma política de Cidadania Fiscal”, cujo objetivo passou por avaliar se a implementação de um programa de educação fiscal nas escolas do ensino básico e secundário poderá ser favorável ao exercício da cidadania e se a educação fiscal pode transformar a relação entre o Estado e o cidadão. Deste estudo foi possível concluir que a implementação de um programa de Educação Fiscal nas escolas de ensino básico e secundário beneficia o exercício da cidadania, tendo em conta que desenvolve uma cultura voltada para a consciencialização dos direitos e deveres dos cidadãos e, concluíram ainda que a Educação Fiscal pode transformar a relação entre o Estado e o cidadão. Tal como no estudo anterior, é sugerido pelo investigador a introdução de conteúdos escolares no ensino básico e secundário para preparar os jovens para o momento do cumprimento das obrigações fiscais.

Podemos verificar que existem vários estudos realizados em Portugal sobre a educação fiscal, mas não direcionados para a percepção dos Contabilistas Certificados sobre este processo. Por outro lado, existem também estudos dirigidos a Contabilistas Certificados em Portugal, mas não com a temática da educação fiscal, debruçando-se essencialmente sobre aspetos técnicos da Contabilidade e da Fiscalidade. Assim, apesar de ser cada vez maior a existência de estudos no âmbito da educação fiscal, o nosso estudo apresenta-se com caráter inovador para a literatura dada a novidade do tema associada à metodologia e público-alvo.

Em suma, de acordo com os estudos realizados no Brasil sobre a percepção dos Contabilistas Certificados em relação ao seu papel no âmbito da educação fiscal, é possível constatar a importância que estes profissionais assumem no processo de educação fiscal e, conseqüentemente no aumento da consciência fiscal dos cidadãos, sendo, portanto, fundamental a inclusão destes profissionais em programas no âmbito da educação fiscal. Neste sentido, segue-se no capítulo seguinte a parte empírica da nossa investigação que pretende analisar o papel dos Contabilistas Certificados na promoção da consciência fiscal em Portugal.

5. Método de Investigação

De entre os atores de educação e cidadania fiscal, os Contabilistas Certificados, enquanto interlocutores privilegiados na relação entre os contribuintes e a Autoridade Tributária e Aduaneira, poderão dar um contributo muito eficaz para o desenvolvimento da cidadania fiscal dos contribuintes (Franco, 2019), apresentando, na sociedade, uma posição facilitadora do desenvolvimento da contribuição espontânea e consciente dos cidadãos e no exercício da responsabilidade social (Baialardi *et al.*, 2015).

O estudo que levamos a cabo tem como questão de investigação: qual a perceção dos Contabilistas Certificados sobre o seu contributo na criação de uma consciência fiscal responsável em Portugal?

Para respondermos a esta questão definimos como objetivos o de aferir da perceção que os Contabilistas Certificados em Portugal têm sobre os impostos e sobre a cidadania e educação fiscal e também avaliar a perceção que têm sobre a importância do seu papel na consciência e compromisso fiscal dos seus clientes/entidade patronal.

Os questionários foram criados através da aplicação Google docs, sendo a sua divulgação efetuada através da partilha do link do questionário em vários grupos de Contabilistas nas redes sociais, pedindo para o efeito autorização aos administradores dos grupos para aceder aos mesmos. Contamos também com a colaboração da OCC para a divulgação do questionário, através da sua página no Facebook, bem como na newsletter diária da Ordem. O questionário foi ainda divulgado por e-mail a estudantes e ex-estudantes Contabilistas Certificados inscritos na OCC, que frequentam o curso de Mestrado em Fiscalidade da Escola Superior de Gestão (ESG) do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA).

Era nosso objetivo entregar questionários em formato papel através da participação em ações de formação da OCC, nomeadamente nas ações calendarizadas sobre o Orçamento do Estado 2020, onde se reúnem centenas de Contabilistas Certificados a nível nacional. Porém, tal não foi possível devido à pandemia provocada pela Covid19, tendo esta coincido com os meses de recolha de respostas, ou seja, fevereiro e março de 2020.

Realizámos um pré-teste de forma a validarmos as questões, o qual foi enviado a seis Contabilistas Certificados. Segundo Sousa e Baptista (2014, p.100) o pré-teste ao questionário consiste num “conjunto de verificações feitas, de forma a confirmar que ele é realmente aplicável com êxito, no que diz respeito a dar uma resposta efetiva aos problemas levantados pelo investigador”. O autor refere que o pré-teste deverá permitir verificar se as questões são entendidas da

mesma forma pelos inquiridos, se a ordem das questões é a mais adequada na troca de um assunto para outro, e também se a linguagem usada se encontra adequada e é compreensível pelos inquiridos.

A versão final do questionário tem vertidas todas as sugestões e contributos que nos foram remetidos.

O questionário aplicado divide-se, assim, em quatro grupos de questões, num total de 49 questões: (1) caracterização do inquirido com três questões, de natureza qualitativa; (2) perceção dos Contabilistas Certificados sobre os impostos com oito questões, definidas segundo uma escala de Likert de quatro opções; (3) perceção dos Contabilistas Certificados sobre educação e cidadania fiscal, subdividido em três grupos, (3.1) educação fiscal com oito questões definidas segundo uma escala de Likert de quatro opções, (3.2) relevância do papel dos intervenientes na educação fiscal com seis questões definidas segundo uma escala de Likert de três opções e (3.3) iniciativas de educação fiscal desenvolvidas em Portugal com dezasseis questões definidas segundo uma escala de Likert de quatro opções; (4) perceção sobre o papel dos Contabilistas Certificados na educação e cidadania fiscal, com quatro questões segundo uma escala de Likert de quatro opções.

A metodologia utilizada para a prossecução dos objetivos propostos no presente trabalho é de natureza quantitativa e exploratória, com base na análise às respostas válidas obtidas.

6. Análise dos Resultados

A população alvo de estudo são os 68.642 Contabilistas Certificados em exercício de funções em Portugal em 2019 (OCC, Relatório e Contas, 2019). A amostra aleatória obtida é constituída por 470 respostas válidas, ou seja, cerca de 0,68% da população e foi recolhida via Google docs através da divulgação por redes sociais e email. A amostra é representativa da população uma vez que considerando a dimensão populacional e fixando o nível de confiança em 95%, o tamanho mínimo da amostra deveria ser de 382 respostas válidas, número claramente ultrapassado neste estudo.

Por forma a caracterizar a amostra em análise e para responder às questões de investigação, foram aplicados procedimentos estatísticos descritivos e inferenciais. Em particular, foram obtidas as distribuições de frequências absoluta e relativas e medidas estatísticas sumárias como a média e desvio padrão. Tendo em conta os fatores previamente definidos no próprio questionário, foi desenvolvida uma Análise Fatorial com número de fatores previamente fixado. Para

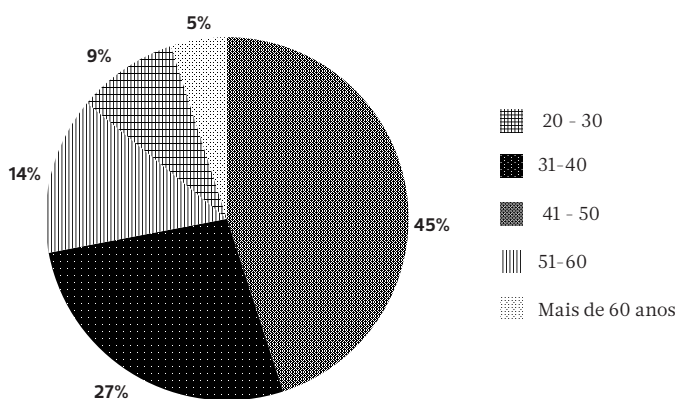
efeitos de comparação entre médias foram aplicados Testes t para amostras independentes para comparações entre gêneros e Anova de Medições Repetidas a um fator para compararmos o comportamento dos Contabilistas Certificados em cada uma das dimensões da consciência fiscal. Já para avaliar as correlações entre variáveis aplicaram-se as Correlações de Pearson e de Spearman.

As análises estatísticas foram desenvolvidas com recurso ao Microsoft Excel e ao IBM SPSS Statistics versão 24.0.

6.1. Resultados da estatística descritiva

Do total das respostas validadas, verificou-se que 45% dos inquiridos têm idade compreendida entre os 41 e os 50 anos; 27% entre os 31 e 40 anos; 14% entre os 51 e 60 anos; 9% entre os 20 e 30 anos e 5% têm mais de 60 anos.

Figura 1 – Idade dos inquiridos



Relativamente ao género, verificou-se que 70% dos inquiridos são do género feminino e 30% do género masculino.

No que diz respeito ao número de anos de experiência profissional, verificamos que 37% dos inquiridos possuem uma experiência profissional entre 11 e 20 anos; 25% entre 21 e 30 anos; 16% entre 5 e 10 anos; 13% exercem a atividade há mais de 30 anos e 9% há menos de 5 anos.

Do exposto, poderemos afirmar que os resultados apresentados de seguida serão maioritariamente referentes a mulheres com idades compreendidas entre os 41 e os 50 anos e que exercem a profissão de Contabilista Certificada há mais de 11 e menos de 20 anos.

- Percepção dos Contabilistas Certificados sobre os impostos

Na análise aos resultados das respostas dos Contabilistas Certificados sobre a percepção que têm sobre os impostos em geral foi pedido aos Contabilistas Certificados para indicarem o seu grau de concordância (concordo em absoluto, concordo em certa medida, discordo, sem opinião) relativamente a oito afirmações. Os resultados obtidos encontram-se sintetizados no quadro 1.

Quadro 1 – Percepção dos Contabilistas Certificados sobre os impostos

	Concordo em absoluto		Concordo em certa medida		Discordo		Sem opinião	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1. Os impostos são indispensáveis para o bom funcionamento de uma sociedade moderna.	335	71,3%	129	27,4%	5	1,1%	1	0,2%
2. Existe uma predisposição inata dos indivíduos para a fuga aos impostos.	180	38,3%	257	54,6%	29	6,2%	4	0,9%
3. Todos devem contribuir para o financiamento das despesas públicas através do pagamento de impostos.	328	69,8%	123	26,2%	16	3,4%	3	0,6%
4. O pagamento de impostos deve assentar na capacidade contributiva dos cidadãos.	360	76,6%	94	20,0%	13	2,8%	3	0,6%
5. O desconhecimento sobre a política fiscal no que respeita à aplicação que é dada às receitas fiscais, influencia o não cumprimento no pagamento de impostos.	212	45,1%	198	42,1%	50	10,6%	10	2,1%
6. A ausência de preocupações/fatores éticos e morais pode influenciar o não cumprimento no pagamento de impostos.	231	49,1%	196	41,6%	36	7,3%	7	2,0%
7. A impunidade de grandes contribuintes faltosos conduz a uma menor predisposição para o pagamento de impostos.	324	68,9%	114	24,3%	26	5,5%	6	1,3%
8. A complexidade e instabilidade do sistema fiscal são constrangimentos ao cumprimento do pagamento de impostos.	235	50,0%	182	38,7%	47	10,0%	6	1,3%
Média		58,6%		34,4%		5,9%		1,1%

Uma média de 58,6% dos inquiridos concordou em absoluto com as afirmações apresentadas, sendo a afirmação que obteve maior consenso a de que o pagamento de impostos deve assentar na capacidade contributiva dos cidadãos. Apenas a afirmação de que existe uma predisposição inata dos indivíduos para a fuga aos impostos fez os Contabilistas Certificados concordarem em certa medida.

- Percepção dos Contabilistas Certificados sobre a educação e cidadania fiscal

Quadro 2 – Perceção dos Contabilistas Certificados sobre a educação e cidadania fiscal

	Concordo em absoluto		Concordo em certa medida		Discordo		Sem opinião	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1. A educação fiscal tem como objetivo transmitir conhecimentos técnicos acerca dos impostos.	215	45,7%	205	43,6%	45	9,6%	5	1,1%
2. A educação fiscal devia ser integrada nos conteúdos curriculares do ensino em Portugal no âmbito da formação para a cidadania.	335	71,3%	118	25,1%	12	2,6%	5	1,1%
3. A educação fiscal poderá contribuir para aumentar a consciência fiscal dos cidadãos.	357	76,0%	103	21,9%	9	1,9%	1	0,2%
4. Já ouvi falar em educação fiscal e consciência fiscal no exercício das minhas funções.	211	44,9%	149	31,7%	79	16,8%	31	6,6%
5. A Autoridade Tributária, em Portugal, tem uma estratégia de comunicação próxima dos cidadãos na promoção da consciência e do cumprimento fiscal.	31	6,6%	210	44,6%	209	44,5%	20	4,3%
6. Os meios de comunicação social, em Portugal, deveriam ter um papel mais ativo na promoção da consciência fiscal dos cidadãos.	253	53,8%	177	37,7%	23	4,9%	17	3,6%
7. O sistema educativo deve preparar os jovens para terem uma perceção sobre a forma como os impostos contribuem para o bem comum.	359	76,4%	98	20,9%	10	2,1%	3	0,6%
8. Os Contabilistas Certificados são fundamentais no processo de educação fiscal.	367	78,1%	89	18,9%	10	2,1%	4	0,9%
Média		56,6%		30,5%		10,6%		2,3%

Com base nos dados apresentados no Quadro 2 verificamos o seguinte: 56,6% dos inquiridos classificou todas as afirmações apresentadas como “Concordo em absoluto”; 30,5% como “Concordo em certa medida”; quase 11% dos respondentes discorda com as perguntas formuladas e pouco mais e 2% não tem qualquer opinião.

A afirmação em que os Contabilistas Certificados mais convergiram em absoluta concordância foi a de que os mesmos são fundamentais no processo de educação fiscal (reuniu 78,1% das opiniões). Estes profissionais dividiram-se entre uma concordância em certa medida e uma opinião discordante na afirmação de que “a Autoridade Tributária, em Portugal, tem uma estratégia de comunicação próxima dos cidadãos na promoção da consciência e do cumprimento fiscal”, revelando um afastamento das práticas da Autoridade Tributária e Aduaneira para a promoção de uma maior consciência fiscal.

- Relevância do papel dos Contabilistas Certificados no processo de educação fiscal

No quadro seguinte apresentam-se os resultados apurados na questão que permite concluir acerca da percepção sobre o papel do Contabilista Certificado na educação e cidadania fiscal.

Quadro 3 – Relevância do papel dos Contabilistas Certificados no processo de educação fiscal

	Concordo em absoluto		Concordo em certa medida		Discordo	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Relevância do papel dos Contabilistas Certificados no processo de educação fiscal.	380	80,9%	83	17,7%	7	1,5%

Como é visível no quadro 3, a maioria dos inquiridos considera muito relevante o seu papel enquanto profissionais de contabilidade e fiscalidade no processo de educação fiscal. Os mesmos profissionais foram confrontados com questões mais específicas sobre o papel que desempenham neste processo. As afirmações encontram-se definidas de acordo com o grau de importância dos inquiridos (extremamente importante, importante, pouco importante, sem importância).

A resposta que reuniu maior consenso em importância pelos inquiridos foi a de que “o Contabilista Certificado deve informar periodicamente os clientes/entidade patronal, incentivando-os ao pagamento voluntário dos seus impostos, alertando-os para os riscos que uma prática faltosa pode acarretar”. Verificou-se também que a maioria dos respondentes consideraram todas as afirmações acerca do papel do Contabilista Certificado no processo de educação fiscal como extremamente importantes. De ressaltar, no entanto, que a afirmação que menor consenso reuniu foi a de que “o Contabilista Certificado devia ter, para além da formação técnica sobre impostos, uma componente de formação sobre cidadania e educação fiscal”.

6.2 Resultados da estatística inferencial

Com o objetivo de analisarmos as diferentes percepções que os Contabilistas Certificados apresentam e atendendo a que estavam previamente identificados os itens relativos a cada uma das percepções, foi desenvolvida uma Análise Fatorial, fixando o número de fatores a obter em um, para cada um dos procedimentos efetuados.

**Quadro 4 – Percepção sobre o papel do Contabilista Certificado na educação e cidadania fiscal**

	Extremamente importante		Importante		Pouco importante		Sem importância	
	Fr.	%	Fr.	%	Fr.	%	Fr.	%
1. O Contabilista Certificado devia ter, para além da formação técnica sobre impostos, uma componente de formação sobre cidadania e educação fiscal.	219	46,6%	202	43,0%	41	8,7%	8	1,7%
2. O Contabilista Certificado devia ser reconhecido como entidade fundamental na transmissão das iniciativas do Estado na aplicação das receitas fiscais.	339	72,1%	108	23,0%	19	4,0%	4	0,9%
3. O Contabilista Certificado tem um papel ativo relativamente à prevenção de condutas de fraude e evasão fiscal.	348	74,0%	112	23,8%	6	1,3%	4	0,9%
4. Junto dos seus clientes/entidade patronal o Contabilista Certificado deve defender ativamente que o pagamento de impostos é um dever inerente à vida em comunidade.	331	70,4%	120	25,5%	14	3,0%	5	1,1%
5. No âmbito da sua atividade profissional, o Contabilista Certificado deve transmitir aos seus clientes/entidade patronal a mensagem de que pagar impostos, para além de uma imposição legal, constitui um dever moral e um exercício de cidadania.	322	68,5%	119	25,3%	21	4,5%	8	1,7%
6. Através de reuniões periódicas com os clientes/entidade patronal, o Contabilista Certificado deve elucidá-los sobre a importância da arrecadação dos impostos por parte do Estado, realçando que estes são essenciais para assegurar o retorno social em bens e serviços.	250	53,2%	170	36,2%	39	8,3%	11	2,3%
7. Nas reuniões com os clientes/entidade patronal o Contabilista Certificado deve incentivá-los a terem uma palavra ativa no que diz respeito a iniciativas realizadas pelo governo nas quais o cidadão pode dar a sua opinião acerca dos impostos.	250	53,2%	178	37,9%	33	7,0%	9	1,9%
8. O Contabilista Certificado deve informar periodicamente os clientes/entidade patronal, incentivando-os ao pagamento voluntário dos seus impostos, alertando-os para os riscos que uma prática faltoza pode acarretar.	370	78,7%	80	17,0%	16	3,4%	4	0,9%
Média		64,6%		29,0%		5,0%		1,4%

Quadro 5 – Anova para medições repetidas entre as percepções dos Contabilistas Certificados

Percepção	Média ± Desvio padrão	F(gl)	p
Percepção dos Contabilistas Certificados sobre os impostos	0,008 ± 1,005	0,096 (2, 784)	0,906
Percepção dos Contabilistas Certificados sobre a Educação e Cidadania Fiscal	0,019 ± 0,988		
Percepção sobre o papel dos Contabilistas Certificados na Educação e Cidadania Fiscal	0,035 ± 0,994		

A Anova para medições repetidas, com a correção de Greenhouse-Geisser, mostrou que não existem diferenças ($F(2, 784) = 0,096$; $p=0,906$) entre a percepção que os profissionais da contabilidade e fiscalidade têm sobre o âmbito dos impostos, da cidadania e educação fiscal e sobre o seu papel na promoção de uma maior consciência fiscal, o que revela que atribuem igual importância a cada um destes fatores enquanto promotores da consciência fiscal em Portugal.

Quadro 6 – Coeficientes de Correlação de Pearson para percepções dos Contabilistas Certificados

Percepção	Percepção dos Contabilistas Certificados sobre os impostos	Percepção dos Contabilistas Certificados sobre a Educação e Cidadania Fiscal	Percepção sobre o papel dos Contabilistas Certificados na Educação e Cidadania Fiscal
Percepção dos Contabilistas Certificados sobre os impostos	---		
Percepção dos Contabilistas Certificados sobre a Educação e Cidadania Fiscal	0,225**	---	
Percepção sobre o papel dos Contabilistas Certificados na Educação e Cidadania Fiscal	0,166**	0,335**	---

* $p<0.05$ ** $p<0.01$

Os resultados à Correlação de Pearson revelam que a percepção sobre os impostos está correlacionada com percepção sobre a educação e cidadania fiscal, verificando-se que quanto maior é a percepção que os profissionais têm sobre os impostos, maior é a percepção sobre a educação e cidadania fiscal ($R_p=22.5\%$; $p<0.001$). Por outro lado, a percepção sobre os impostos está também associada à percepção que os Contabilistas Certificados têm sobre o seu papel na promoção de educação e cidadania fiscal e, quanto maior é a percepção que estes profissionais têm sobre os impostos, maior é a percepção que têm sobre o seu papel na educação e cidadania fiscal ($R_p=16.6\%$; $p<0.001$). Verifica-se ainda que quanto maior é a percepção que os Contabilistas Certificados têm sobre a educação e cidadania fiscal maior também é a percepção dos mesmos sobre o papel que desempenham na educação e cidadania fiscal ($R_p=33.5\%$; $p<0.001$).

Estes dados mostram que aqueles Contabilistas Certificados que percecionam de forma mais elevada um dos fatores avaliam de forma mais elevada, também, cada um dos outros fatores, o que reforça que atribuem, com intensidade semelhante e, ainda que de forma fraca, a importância a cada um destes fatores enquanto promotores da consciência fiscal em Portugal.

Quadro 7 – Coeficientes de Correlação de Spearman para perceções dos Contabilistas Certificados, idade e experiência profissional e relevância do papel dos Contabilistas Certificados enquanto ator da Educação e Cidadania Fiscal

Perceção	Contabilistas Certificados enquanto atores da Educação e Cidadania Fiscal
Perceção dos Contabilistas Certificados sobre os impostos	0,142**
Perceção dos Contabilistas Certificados sobre a Educação e Cidadania Fiscal	0,269**
Perceção sobre o papel dos Contabilistas Certificados na Educação e Cidadania Fiscal	0,270**
Nº anos de experiência profissional	0,093*
Idade	0,127**

* $p < 0.05$ ** $p < 0.01$

O resultado anteriormente apresentado é verificado ainda numa análise de correlação entre as perceções e a relevância atribuída aos Contabilistas Certificados como atores da educação e cidadania fiscal (quadro 7). Em particular, tem-se que a perceção sobre os impostos ($R_s = 14.2\%$; $p = 0.003$) a perceção sobre a educação e cidadania fiscal e a relevância atribuída ao papel dos Contabilistas Certificados numa maior promoção desses valores ($R_s = 26.9\%$; $p < 0.001$) e a perceção sobre o papel dos Contabilistas Certificados na educação e cidadania fiscal ($R_s = 27.0\%$; $p < 0.001$) estão significativamente correlacionadas com o papel dos Contabilistas Certificados enquanto interveniente no âmbito da educação fiscal. Assim, quanto maior é a perceção sobre os impostos, sobre a educação e cidadania fiscal e sobre o seu próprio papel nesta matéria, maior é a relevância que atribuem aos Contabilistas Certificados neste processo de capacitação.

Por outro lado, quanto mais velhos são os próprios Contabilistas ($R_s = 12.7\%$; $p = 0.006$) e quanto maior for a sua experiência profissional ($R_s = 9.3\%$; $p = 0.044$) maior é a relevância atribuída ao papel dos Contabilistas Certificados enquanto interveniente no âmbito da educação fiscal.

Analisadas estas variáveis em função da idade dos inquiridos (quadro 8), os resultados revelam que os mais velhos têm maior perceção sobre a educação e cidadania fiscal ($R_s = 11.4\%$; $p = 0.021$). A experiência profissional não se revelou associado à perceção sobre os impostos, sobre a educação e cidadania fiscal e sobre o papel dos Contabilistas Certificados na promoção de educação e cidadania fiscal.

Quadro 8 – Coeficientes de Correlação de Spearman para percepções dos Contabilistas Certificados, papel dos intervenientes, experiência profissional e idade

Percepção	Nº de anos de experiência profissional	Idade
Percepção dos Contabilistas Certificados sobre os impostos	0,006	0,061
Percepção dos Contabilistas Certificados sobre a Educação e Cidadania Fiscal	0,088	0,114*
Percepção sobre o papel dos Contabilistas Certificados na Educação e Cidadania Fiscal	-0,005	0,038

O género não se revelou associado à percepção sobre os impostos ($t(441)=-0,026$; $p=0,979$), sobre a educação e cidadania fiscal ($t(405)=0,629$; $p=0,530$) e sobre o papel dos Contabilistas Certificados na promoção de educação e cidadania fiscal ($t(468)=1,620$; $p=0,106$).

Em suma, podemos afirmar que quanto maior é a percepção apresentada pelos Contabilistas Certificados sobre os impostos e sobre a educação e cidadania fiscal, bem como quanto mais elevada for a concordância com o papel desempenhado por eles próprios nessas matérias, maior é a relevância atribuída ao papel dos Contabilistas na promoção da educação fiscal. De facto, confirma-se que os Contabilistas Certificados têm a percepção de que poderão dar um contributo muito eficaz para o desenvolvimento da cidadania fiscal dos contribuintes (Franco, 2019), revelando a consciência de que, enquanto profissionais, exercem um papel de facilitadores do desenvolvimento de uma participação espontânea e consciente dos cidadãos no exercício da responsabilidade social e fiscal (Baialardi *et al.*, 2015; Pereira & Fernandes, 2016).

Os resultados revelam que os Contabilistas mais velhos e mais experientes valorizam mais o papel que podem assumir enquanto atores e promotores de consciência fiscal. A idade dos Contabilistas também está associada a uma melhor percepção sobre a educação e cidadania fiscal, sendo os mais velhos aqueles que melhor percebem este fator. Por outro lado, a percepção atribuída a cada um dos fatores (impostos, educação e cidadania fiscal e ao seu papel na capacitação sobre esta temática) é valorizada no mesmo sentido, não se verificando a desvalorização de uma percepção quando a outra é valorizada.

7. Conclusões

A educação fiscal é um processo de transmissão de valores cívicos e de responsabilidade fiscal dos cidadãos para o cumprimento dos seus deveres no pagamento dos impostos. Este cumprimento está associado ao sentimento de justiça social, ou seja, ao reconhecimento de que as receitas fiscais serão aplicadas pelo Estado em serviços para o bem comum e para o desenvolvimento de uma socie-



dade moderna. A educação fiscal procura promover uma maior compreensão do papel do sistema fiscal na obtenção e aplicação da receita. É, por isso, um atributo importante para que se desenvolva no cidadão uma consciência fiscal, de modo a que possa existir cultura fiscal e para que se viva em cidadania fiscal (Pereira & Cruz, 2016).

Este estudo apresenta a seguinte questão de investigação: qual a perceção dos Contabilistas Certificados sobre acerca do seu papel na promoção da consciência fiscal em Portugal?

Para respondermos a esta questão definimos como objetivos o de aferir da perceção que os Contabilistas Certificados em Portugal têm sobre os impostos e sobre a cidadania e educação fiscal e também avaliar a perceção que têm sobre a importância do seu papel na consciência e compromisso fiscal dos seus clientes/entidade patronal. Ou seja, procurou-se analisar a perceção dos Contabilistas Certificados acerca dos impostos, da educação e cidadania fiscal e também do seu papel na promoção de uma maior consciência fiscal em Portugal.

Para cumprir os objetivos propostos e responder à nossa questão de investigação sobre qual a perceção dos Contabilistas Certificados acerca do seu papel na promoção da consciência fiscal em Portugal, recolhemos, através de um inquérito por questionário, 470 respostas válidas que correspondem maioritariamente a Contabilistas Certificados do género feminino com idades superiores a 41 anos. Os resultados revelaram que, relativamente à perceção dos Contabilistas Certificados sobre os impostos, os profissionais apresentam grande concordância com o facto de que o pagamento de impostos deve assentar na capacidade contributiva dos cidadãos e concordam, apenas em certa medida, de que existe uma predisposição inata dos indivíduos para a fuga aos impostos. Já no que diz respeito à perceção dos Contabilistas Certificados sobre a educação e cidadania fiscal estes entendem que são fundamentais no processo de educação fiscal, registando-se uma tendência para um afastamento das práticas da Autoridade Tributária e Aduaneira para a promoção de uma maior consciência fiscal. A maioria dos Contabilistas Certificados considera muito relevante o seu papel enquanto profissionais no processo de educação fiscal.

Quando comparadas as perceções dos Contabilistas Certificados (sobre os impostos, sobre a Educação e a Cidadania Fiscal e sobre o seu papel na Educação e Cidadania Fiscal), verifica-se que estes atores atribuem igual importância a cada um destes fatores enquanto promotores da consciência fiscal em Portugal. Por outro lado, verifica-se que quanto maior é a perceção que os profissionais têm sobre os impostos, maior é a perceção sobre a educação e cidadania fiscal e sobre o seu papel nesta matéria. Além disso, quanto maior é a perceção que os Contabilistas Certificados têm sobre a educação e cidadania fiscal maior também é a perceção dos mesmos sobre o papel que desempenham na educação e cidadania fiscal.

No que diz respeito à relevância que atribuem aos Contabilistas Certificados neste processo de capacitação para a promoção da consciência fiscal em Portugal, quanto maior é a perceção sobre os impostos, sobre a educação e cidadania fiscal e sobre o seu próprio papel nesta matéria, maior é a relevância atribuída ao papel destes profissionais. Também esta é superior quanto mais velhos são os próprios Contabilistas e quanto maior for a sua experiência profissional. Considera-se assim que esta consciencialização dos cidadãos para a importância do pagamento dos impostos deve ser efetuada através de estratégias psicológicas (Lopes, 2008; Baialardi *et al.*, 2015) mas também pela confiança nos profissionais através da ajuda do esclarecimento da função dos impostos e da sua aplicação (tal como referido por Franco, 2019; Lopes, 2008; Palma & Pita, 2016; Pereira & Fernandes, 2016; Tavares, 2016).

Este estudo apresenta-se com algumas limitações. Consideramos que questionários realizados a Contabilistas Certificados possam apresentar como limitação a pouca disponibilidade destes profissionais para a participação em questionários, dada a quantidade de obrigações a que estão sujeitos. A elaboração de questionários como técnica de coleta de dados pode apresentar-se igualmente como uma limitação, podendo o mesmo não conseguir revelar a verdadeira perceção dos inquiridos.

Estas limitações podem constituir propostas de investigação futura. Consideramos que pode ser complementada uma análise de perceção com a realização de entrevistas a uma amostra de profissionais. Consideramos ainda importante realizar estudos que promovam o reforço da sensibilização no âmbito da cidadania e educação fiscal para estes profissionais, sendo relevante realizar estudos que afirmem desta necessidade junto destes profissionais.

Este trabalho apresenta como contributos a discussão do papel dos diferentes atores na promoção da cidadania e educação fiscal, dando especial ênfase aos Contabilistas Certificados. Consideramos que este estudo revela um carácter inovador em Portugal pelos objetivos que apresenta e pela população inquirida. Não existem outros estudos no nosso país que pretendam analisar a perceção dos Contabilistas Certificados sobre a importância do seu papel no âmbito da educação e consciência fiscal.

Referências bibliográficas

Amorim, J.C. (2010). *Responsabilidade dos promotores do planeamento fiscal* (Amorim, J.C. (Coord.). Planeamento e Evasão – Jornadas de Contabilidade e Fiscalidade. Porto: Vida Económica.



Arsénio, L.S.P. (2014). *A educação fiscal e a pedagogia dos impostos – um estudo exploratório em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Fiscalidade Empresarial, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Baialardi, C. F., Rosa, P. A., & Petri, S. M. (2015). O contador como colaborador da conscientização tributária. *Revista Ambiente Contábil*, 7(1), 18-34.

Beltrán, J. E. O. (2010). Relevancia de la formación del contador público en los aspectos del régimen tributario especial. *Económicas CUC*, 31(1), 149-156.

Benk, S., Budak, T. & Cakmak, A. F. (2012). Tax professionals' perceptions of tax fairness: survey evidence in Turkey. *International Journal of Business and Social Science*, 3 (2) [Special Issue – January 2012], 12-117.

Bogasiu, I. R. (2020). The Financial-Accounting Decision in the Crisis Generated by COVID-19. The Role of the Professional Accountant in the Company. *EIRP Proceedings*, 15(1).

Catarino, J.R. (2015). *Teoria Fiscal* (Catarino, J. R; Guimarães, V. B. (Coord.). Lições de Fiscalidade. Coimbra: Almedina.

Constituição da República Portuguesa - Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10 – última alteração pela Lei n.º 1/2005, de 12/08.

Costa, P.N. (2016). Estado, democracia, impostos e cidadania fiscal. *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, VIII (2), 63-72.

Delgado Lobo, M. L.; García-Verdugo, A. M.; Valdenebro García, M. L.; Roldán Muñío, C.; Fernández-Cuartero Paramio, M. (2005). *La educación fiscal en España*. Documentos - Instituto de Estudios Fiscales, ISSN 1578-0244, n.º 29, 1-34.

Faisol, I. A., & Hakim, T. I. R. (2021). Analysis of the Participation of Micro, Small, and Medium Enterprises (MSMEs) Taxpayers in Utilizing Tax Incentives Affected by the COVID-19 Pandemic. *TIJAB (The International Journal of Applied Business)*, 5(1), 71-80.

Farinha, J. (2018). A Ordem estará onde for necessário para que os empresários percebam a importância dos contabilistas (Entrevista a José Pedro Farinha). *Revista Contabilista*, 221, 7-17.

Franco, P. (2018). Trazer os profissionais para dentro da instituição e ir ao encontro das suas necessidades (Entrevista a Paula Franco). *Revista Contabilista*, 216, 6-17.

Franco, P. (2019). *O papel do contabilista certificado na cidadania e educação fiscal* (Palma, C.C. (Coord.). Políticas de Cidadania e Educação Fiscal na Lusofonia. Coimbra: Almedina.

Frumuşanu, N. M., Marin, A. M., & Martin, M. (2020). The impact of COVID-19 pandemic on the activity of the professional accountant. *Annals Economic Sciences Series*, 20(2), 922-931.

Giarrizzo, V., & Sivori, J. S. (2010). Las Inconsistencias de la Moral Tributaria. El caso de los Moralistas Evasores. Pevnia: *Revista de la Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales Universidad de Leon*(10), 95-124.

Kemme, D. M.; Parikh, B. & Steignerc, T. (2020). Tax Morale and International Tax Evasion. *Journal of World Business*, 55(3), 101052.

Lei-Geral Tributária. Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro.

Lei nº 60-A/2005, de 30/12. Orçamento do Estado para 2006.

Lopes, C. (2008). *Quanto Custa Pagar Impostos em Portugal? Os custos de cumprimento da tributação do rendimento*. Coimbra: Almedina.

Lopes, C., & Brites, R. (2016). O conhecimento fiscal, as perceções fiscais e a educação fiscal em Portugal. *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, VIII (4), 13-29.

Manaf, N. A. A., Udin, N. M., Rusniza, Z. I. & Rahman, A. (2013). Tax Professionals' Perceptions toward Tax Authority: Ways to Strengthen The Malaysian Tax Administrative System. *Journal of Governance and Development*, 9, 1-13.

Marques, A. C. L. (2016). As Finanças Públicas e a Cidadania e a Educação Fiscal. *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, VIII (2), 49-62.

Marques, A. C. L. (2019). *A Transparência Orçamental e os Orçamentos Participativos como medidas para estimular a Cidadania Fiscal – o caso de Portugal* (Palma, C.C. (Coord.). Políticas de Cidadania e Educação Fiscal na Lusofonia. Coimbra: Almedina.

Marques, P. (2011). *Elogio do imposto – A relação do Estado com os contribuintes*. Coimbra: Coimbra Editora.

Martinello, D. & Nascimento, E. (2013). É possível construir a cidadania através do programa de educação fiscal?, *Tributação em Revista*, n.º 64, Sindifisco Nacional, Brasil.



Martins, J. A. (2019). *Cidadania e Educação Fiscal: a ação da Administração Tributária* (Palma, C.C. (Coord.)). Políticas de Cidadania e Educação Fiscal na Lusofonia. Coimbra: Almedina.

Matos, C.G. de (2016). *A Responsabilidade dos Contabilistas Certificados no Exercício da sua Atividade Profissional*. Coimbra: Almedina.

Matteucci, M. A. (1995). La Definicion de Conciencia Tributaria Y los Mecanismos Para Crearla. *Analisis Tributario*, VIII(90), 37-38.

Mellado-Silva, R., Faúndez-Ugalde, A., & Lobos, M. B. (2020). Learning tax regulations through rules-based chatbots using decision trees: a case study at the time of COVID-19. In *2020 39th International Conference of the Chilean Computer Science Society (SCCC)*, 1-8.

Nabais, J. C. (1998). *O dever fundamental de pagar impostos*. Coimbra: Almedina.

Nabais, J. C. (2014). Crise e sustentabilidade do estado fiscal. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*, 11, 95-126.

Nabais, J.C. (2010). *Por um Estado Fiscal Suportável – Estudos de Direito Fiscal*, III, Coimbra: Almedina.

Nabais, J.C. (2015). *Direito Fiscal*, 8, Coimbra: Almedina.

OCC (2019). Relatório e Contas 2019 Ordem dos Contabilistas Certificados. Obtido em <https://www.occ.pt/news/Diversos/RC2019.pdf> (Acedido em 30 março 2020).

OECD/FIIAPP (2015). *Building Tax Culture, Compliance and Citizenship: A Global Source Book on Taxpayer Education*. OECD Publishing, Paris. Obtido em <https://doi.org/10.1787/9789264205154-en> (Acedido em 5 janeiro 2020).

Palma, C. C., & Pita, M. (2016). Para uma Política de Educação e Cidadania Fiscal – Os casos do Brasil, de Espanha e de Portugal. *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, VIII (2), 29-48.

Pereira, D. & Cruz, S.R. (2016). *Educação Fiscal – Revisão da literatura*. Estudos do ISCA, série IV, nº 14, 1-18.

Pereira, L.I. da S., & Fernandes, M.J. (2016). Algumas reflexões em torno do processo de educação fiscal. *Revista da AECA*, 115, 18-22.

Pereira, M. H. de F. (2005). *Fiscalidade*. Coimbra: Almedina.

Pereira, M. H. de F. (2011). *Fiscalidade*. Coimbra: Almedina.

Pertuzatti, E., & Merlo, R. (2005). O programa de educação fiscal do estado de Santa Catarina: uma reflexão sobre o papel do contador. *Revista Universo Contábil*, 1(3), 48-62.

Programa Nacional de Educação Fiscal (2009). *Relação Estado e Sociedade*. Caderno 2, Escola de Administração Fazendária, Brasília/DF.

Rocha, E. M. H. M. (2017). *O Estado Fiscal e a Cidadania Fiscal*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. Obtido em <http://hdl.handle.net/10451/37270> (Acedido em 7 novembro 2019).

Sá, A. L. (2000). *Ética profissional*. São Paulo: Atlas.

Sá, C., & Martins, A. (2013). *A Moralidade Fiscal e as obrigações tributárias* (Santos, A.C.dos.; Lopes, C.M.da M. (Coord.)). *Fiscalidade outros olhares*. Porto: Vila Económica Editorial.

Sanches, J.L.S. (1989). A reforma fiscal portuguesa – numa perspetiva constitucional. *Boletim da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos*, 354, 41-73.

Silva, E.S. (2018). O futuro do perfil do contabilista. *Revista Contabilista*, 219, 51-53.

Simões, L.M.G. (2016). *Educação Fiscal - um contributo para uma política de Cidadania Fiscal*. Dissertação de Mestrado em Fiscalidade, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Soares, D. D. (2011). *Educação Fiscal em Portugal, que futuro?* (Sousa, L. de.; Soares, D. (Org.)).

Transparência, Justiça e Liberdade - Em memória de Saldanha Sanches. Lisboa: Rui Costa Pinto Edições.

Sousa, M.J., & Baptista, C.S. (2014). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios: Segundo Bolonha*, 5, Lisboa: Pactor.

Tavares, A. (2016). Justiça lenta? A Autoridade Tributária dá uma ajuda. *Revista Contabilista*, 197, 14-19.

Torgler, B. (2003). To Evade Tax or not to Evade; That is the Question. *Journal of Socio Economics*, 32(3), 283-302.

Vasques, S. (2012). *Manual de Direito Fiscal*. Coimbra: Almedina.



Vicente, C. (2013). *A profissão de contabilista em Portugal: evidência empírica em alunos e profissionais*. Tese de doutorado, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Yubero, F. D. (2009). *La experiencia educativa de la administración tributaria española*. Documentos - Instituto de Estudios Fiscales, 13.



Implementação do *Robotic Process Automation* em pequenos escritórios de contabilidade em Portugal

Sandra Gonçalves Pedras

Faculdade de Economia da Universidade do Porto
sandra.pedras.1@gmail.com

João Oliveira

Faculdade de Economia da Universidade do Porto
Rua Dr. Roberto Frias, 4200-464 Porto, Portugal
joao.oliveira@fep.up.pt

Implementation of Robotic Process Automation in small accounting offices in Portugal

Abstract

Robotic Process Automation (RPA), a recent and emerging automation technology, consists of software that allows replacing human labor, namely in repetitive and routine administrative processes, that performs tasks without human intervention. RPA has mainly been applied in large accounting organizations, and its implementation in small organizations, often called accounting offices, is still at an early stage.

This exploratory study explores the implementation of RPA in small accounting offices in Portugal, in particular with regard to its conditions of applicability, necessary maintenance and inherent implementation risks. For this, perceptions of three groups of specialists were gathered through semi-structured individual interviews, and a short questionnaire survey was carried out.

Results suggest that RPA can be implemented in small accounting offices, although with some limitations. The perceptions identified indicate, in a general way, that RPA contributes to the efficiency of processes and the reliability of the information produced. Although the results show that RPA is not yet used as a specific software by small accounting offices, the incorporation of this tool in the functionalities of the accounting and Enterprise Resource Planning (ERP) systems has been the first and main way for the adoption of this technology.

Keywords: RPA, Robotic Process Automation, Small Accounting Offices, Automation, Efficiency

Implementação do *Robotic Process Automation* em pequenos escritórios de contabilidade em Portugal

Resumo

O *Robotic Process Automation* (RPA), tecnologia recente e emergente de automação, consiste num *software* que substitui a mão de obra humana, nomeadamente em processos administrativos repetitivos e rotineiros, executando as tarefas sem necessitar da intervenção humana. O RPA tem sido aplicado sobretudo em grandes organizações de contabilidade, estando a sua implementação em pequenas organizações, frequentemente designadas por escritórios de contabilidade, numa fase ainda embrionária.

Este estudo exploratório foca a implementação do RPA em pequenos escritórios de contabilidade em Portugal, nomeadamente quanto às condições de aplicabilidade, à manutenção necessária e aos riscos inerentes à implementação. Para tal, recolheram-se as perceções de três grupos de especialistas através de entrevistas individuais semiestruturadas e realizou-se um inquérito por questionário. Os resultados sugerem que o RPA poderá ser implementado em pequenos escritórios de contabilidade, embora com algumas limitações. As perceções recolhidas indicam, genericamente, que o RPA apresenta um contributo positivo para a eficiência dos processos e para a fiabilidade da informação produzida. Apesar de ainda não se verificar a utilização do RPA enquanto *software* específico por parte dos pequenos escritórios de contabilidade, a incorporação desta ferramenta nas funcionalidades dos sistemas contabilísticos e *Enterprise Resource Planning* (ERP) tem sido a primeira e principal via de adoção desta tecnologia.

Palavras-Chave: *Robotic Process Automation*, Pequenos escritórios de Contabilidade, Automação, Eficiência

1. Introdução

Atualmente assiste-se à introdução de tecnologias em variados campos de atividade para incrementar a eficiência dos processos de gestão, nomeadamente assumindo um número crescente de tarefas nas indústrias e nos escritórios (Raissa et al., 2019), e as organizações enfrentam o desafio de acompanhar a crescente era digital (Leopold et al., 2018). Os Contabilistas Certificados (ou “CC”) assumem a elevada responsabilidade de gerir e tratar um número elevado de dados e informações. No entanto, algumas das suas atividades diárias traduzem-se em tarefas rotineiras e repetitivas sem elevado valor acrescentado, e relativamente pouco exigentes. De facto, há décadas que se vêm introduzindo ferramentas para automatizar os processos diários, de forma a otimizar o trabalho dos CC e da organização como um todo.

Um dos desenvolvimentos recentes é o *Robotic Process Automation* (RPA), “frequentemente o primeiro passo de uma empresa em transformação digital” (Hartley e Sawaya, 2019). O RPA consiste num *software* que executa tarefas envolvendo uma grande quantidade de trabalho manual (Bourgouin et al., 2018). Esta ferramenta encontra-se já aplicada em muitos setores de atividades e diversos contextos (Montero et al., 2019). No entanto, a literatura é ainda escassa quanto à sua implementação na área da contabilidade, e, particularmente, nos escritórios de contabilidade de pequena dimensão.

De acordo com o Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) e o Código Deontológico dos Contabilistas Certificados, os escritórios de contabilidade são sociedades cujo objeto social consiste na prestação de serviços de contabilidade, podendo ser sociedades profissionais de Contabilistas Certificados ou sociedades de contabilidade. De um modo geral, ambas as sociedades têm, na classificação das atividades económicas (CAE), o código 69200 – Atividades de contabilidade e auditoria; consultoria fiscal. Segundo o Banco de Portugal, em 2020, 95% das empresas de contabilidade (com esse código CAE) em Portugal eram micro entidades e 4,72% eram pequenas empresas, o que evidencia a representatividade do tipo de empresas sobre o qual este estudo incide.

Hofmann et al. (2019) referem que, embora o RPA seja um tópico popular no mundo empresarial, a investigação académica acerca deste tema é ainda escassa, nomeadamente quanto à aplicação desta tecnologia na contabilidade, e, em particular, em organizações de pequena dimensão. Daqui surgiu a motivação para este artigo, que visa estudar a implementação do RPA em pequenos escritórios de contabilidade.

Em primeiro lugar, este artigo analisa se o RPA poderá ser aplicado num contexto mais pequeno do que nas grandes / médias empresas de contabilidade, estudando pequenos escritórios de contabilidade em Portugal. Assim, por um lado, averigua a perceção dos utilizadores atuais desta tecnologia, em empresas de maior dimensão, quanto às condições de aplicabilidade nos pequenos escritórios de contabilidade, a forma como os fabricantes e programadores estão a abordar o mercado, e em que medida existem soluções adequadas para os pequenos escritórios. Por outro lado, analisa a perceção e a recetividade dos CC de pequenos escritórios, nomeadamente se percebem que algumas das tarefas diárias podem ser automatizadas e se estariam disponíveis para a implementar nos seus escritórios. Em segundo lugar, este artigo analisa a manutenção desta tecnologia, visto que uma utilização eficaz requer o seu ajuste à realidade de cada organização e a sua atualização ao longo do tempo, analisando, por exemplo, a questão da internalização das competências específicas necessárias. Em terceiro e último lugar, este estudo averigua os riscos associados à utilização do RPA nos pequenos escritórios e a forma como estas organizações os devem gerir.

Para responder a estas questões, efetuou-se um estudo qualitativo exploratório, focando a realidade portuguesa, com recurso a entrevistas a especialistas, analisando as suas perceções e opiniões acerca do tema. Foram efetuadas entrevistas individuais semiestruturadas a três grupos: utilizadores atuais da tecnologia; programadores do RPA; e Contabilistas Certificados. Esta abordagem foi complementada por um pequeno estudo quantitativo, baseado num inquérito por questionário.

Após a presente introdução, a secção 2 revê a literatura e a secção 3 detalha a metodologia utilizada. As secções 4 e 5 apresentam, respetivamente, a análise empírica qualitativa e quantitativa. Por fim, a secção 6 apresenta as principais conclusões, os contributos teóricos e práticos, as limitações e as pistas de investigação.

2. Revisão da literatura

Esta secção começa por analisar a tecnologia RPA, expondo o seu conceito, implementação, resultados e riscos. Em seguida, analisa o contexto específico da sua adoção em pequenos escritórios de contabilidade e a sua incorporação nos sistemas contabilísticos e ERP existentes. Por fim, reflete sobre o potencial impacto do RPA na qualidade da informação e sobre a internalização das competências relativas a esta tecnologia.



2.1. *Robotic Process Automation*: conceito, implementação e resultados

O RPA baseia-se em três conceitos principais: robô, processo e automação. Robô refere-se a um *software* programável (e não um robô de existência física) para executar uma tarefa específica. Um processo envolve uma sucessão de etapas para alcançar um determinado resultado específico. Automação significa a modificação de uma operação executada manualmente, com o objetivo de esta ser executada automaticamente (Montero et al., 2019).

Simplificando, o RPA surge como uma solução baseada num *software* que executa automaticamente tarefas repetitivas e rotineiras (Aguirre e Rodriguez, 2017), operando na interface do utilizador, como um ser humano faria. O RPA visa substituir a mão de obra humana pela automação, operando através de regras e etapas programadas para executar as tarefas de forma sistemática, não necessitando da intervenção humana durante a sua execução (van der Aalst et al., 2018). A automação de processos repetitivos e rotineiros potencia a redução de custos e a libertação de recursos humanos para desenvolver processos de negócio mais exigentes e relevantes.

O RPA pode efetuar uma tarefa numa menor fração do tempo que uma pessoa levaria e pode estar programado para efetuar várias etapas em vários sistemas de informação (Hradecká, 2019). Assim, esta ferramenta pode ter duas formas genéricas: pode ser instalada no computador de um funcionário como uma ferramenta digital para realizar tarefas rotineiras que consomem muito tempo; ou, alternativamente, pode ser implementada centralmente na empresa, substituindo os funcionários por robôs em determinadas áreas operacionais (Raissa et al., 2019).

A aplicação do RPA pode trazer vantagens significativas ao nível organizacional, promovendo a eficiência operacional. Ludacka et al. (2019) estudam uma organização com presença em vários países, no que respeita à implementação de diversas tecnologias, nomeadamente, o RPA. Essa organização, perante a exigência legal de manter os documentos contabilísticos arquivados durante 10 anos, promoveu a implementação do RPA ao nível do SAP (sistema *Enterprise Resource Planning* – ERP, que inclui um módulo de contabilidade) para automatizar a anexação dos documentos. Devido à alta taxa de erros e à perda de tempo necessário para trabalhos qualitativamente mais exigentes (um Contabilista pode demorar 3 minutos nesta tarefa), a empresa desenvolveu um *software* que arquiva os documentos automaticamente sem necessitar da intervenção humana, aumentando significativamente a produtividade dos contabilistas.

A implementação do RPA no SAP é também estudada por Dekker et al. (2019), focando os Recursos Humanos (RH). Foi implementada uma ferramenta que cria os contratos dos novos colaboradores, através da introdução dos dados

pessoais e outras informações necessárias. Após a validação de um responsável dos RH, a ferramenta inicia o processo de assinatura do contrato e arquiva todos os elementos. Esta implementação, além de reduzir o tempo de execução da tarefa, permitiu uma redução do erro humano (Dekker et al., 2019).

As empresas que fornecem RPA referem que, nos últimos anos, a procura aumentou significativamente e surgiram novos fornecedores, devido à constante necessidade de redução de custos, particularmente através da automação de processos (van der Aalst et al., 2018). No entanto, estas empresas tendem a não enfatizar o facto de os robôs substituírem os humanos, referindo, em vez disso, que o RPA liberta recursos humanos para desenvolver processos de negócio mais criativos, complexos e que exigem tomada de decisão. Contudo, um indicador chave de desempenho do RPA é o número de horas de trabalho humano poupadas por mês ou o número de trabalhadores a tempo integral substituídos por robôs (Moffitt et al., 2018). Assim, apesar de não ser um tema usualmente abordado, o risco de substituição de trabalhadores de facto existe. Chappell (2017) refere o mesmo, ainda que indiretamente, afirmando que o RPA permite às empresas expandirem-se sem contratar mais funcionários.

As consequências finais do RPA estão ainda por estabelecer, e provavelmente serão assimétricas entre organizações e entre indivíduos. Em alguns casos, poderá haver uma focalização em tarefas de maior valor acrescentado, com melhoria na remuneração (das organizações, através das avenças e serviços faturados; e dos indivíduos que abraçam essas tarefas) (ver exemplos em Cooper et al., 2019). Em outros casos, poderá haver redução de contratações ou mesmo de efetivos (novamente, ver exemplos em Cooper et al., 2019). Estes cenários divergentes sobre a adoção do RPA enquadram-se num contexto mais amplo, relacionado com a adoção de novas tecnologias na área contabilística e financeira, e que têm dado origem a antevisões antagónicas entre consequências dramáticas e oportunidades fantásticas para a profissão (Schmidt et al., 2020)

Nesse sentido, e focando a realidade portuguesa, Figueiredo (2019) estudou o processo de implementação de soluções de robótica em Centros de Serviços Partilhados portugueses e a sua implicação na substituição de trabalhadores. Concluiu que a introdução do RPA nestes centros está a permitir substituir trabalhadores, ainda que numa escala limitada, dado que as políticas de recursos humanos das organizações estudadas tendem a ser mais reativas do que proativas: em vez de promover a rescisão de contratos, procuram situações naturais de aposentação, promovem a mobilidade interna ou reduzem a terciarização.

Um processo de implementação do RPA começa normalmente com a análise do processo candidato para automação. Os processos a automatizar devem ser pormenorizadamente detalhados, por forma a conter todas as ações, fluxos de dados, entre outros aspetos, que devem ser codificados. Após a identificação

e delimitação do processo, as ferramentas são programadas e implementadas em contexto individual, por exemplo, em máquinas virtuais, para executar as tarefas para que foram desenhadas. Durante a implementação e na fase de teste, as operações do robô são controladas e monitorizadas, permitindo parar a execução se for detetado um erro grave. Habitualmente, o ambiente de teste não está disponível no RPA, o que implica um alto risco de implementação. Por fim, mediante o desempenho na fase de teste e os erros apresentados, os robôs são novamente avaliados, de modo a melhorar a execução ou corrigir os erros. Assim, é necessária formação específica para gerir, diariamente, os erros e as exceções, de modo a minimizar os riscos e retirar o maior proveito da tecnologia (Montero et al., 2019).

Consequentemente, a automação através do RPA não se baseia na separação das pessoas dos robôs; pelo contrário, a interação mantém-se e é essencial (van der Aalst et al., 2018). Por exemplo, os robôs podem dar suporte aos indivíduos em trabalhos preliminares, como a recolha e o pré-processamento dos dados (Hofmann et al., 2019).

O RPA pode melhorar os indicadores de desempenho do processo. No entanto, quando os robôs executam tarefas com base em processos com ineficiências, eles também efetuam as etapas ineficientes, causando custos adicionais e uso supérfluo de recursos. Assim, a melhoria e a otimização dos processos antes da implementação do RPA são etapas cruciais. Além de redesenhar o processo antecipadamente, é essencial promover melhorias contínuas nas ferramentas, mesmo depois de implementadas, para garantir a eficiência dos processos (Hofmann et al., 2019).

Desta forma, o RPA é visto como uma forma rápida de atingir um retorno elevado e a curto prazo dos investimentos (van der Aalst et al., 2018). No entanto, as empresas devem considerar também os benefícios a longo prazo, baseando a sua decisão num foco estratégico. Em particular, a medição do impacto deve incluir dois grupos de indicadores: os internos, como a produtividade e satisfação dos funcionários, a aceleração de processos e as economias de escala; e os externos, como a satisfação dos clientes e a cooperação com parceiros e fornecedores (Hofmann et al., 2019).

Apesar das vantagens enunciadas, as organizações devem estar cientes dos riscos, erros e limitações. A Ernst & Young (2016) refere que 30 a 50% dos projetos iniciais de implementação dos RPA falham - salientando, todavia, que estes valores não devem ser observados como o reflexo da tecnologia, mas apenas refletem erros cometidos que impedem uma correta implementação. Alguns dos motivos para as falhas são a má qualidade dos dados, a definição insuficiente das regras subjacentes aos processos ou o facto de estes não estarem otimizados, comprometendo as melhorias de desempenho esperadas (Kirchmer, 2017).

Outro erro prende-se com a implementação em processos errados, nomeadamente processos extremamente complexos, com um custo significativo de automação, que poderia alternativamente ser usado para vários outros processos de implementação mais simples; no entanto, algumas organizações acabam por automatizar esses processos por serem fatigantes para os funcionários, apesar de tal implementação não gerar grandes proveitos para a organização (Ernst & Young, 2016). Finalmente, as empresas devem estar conscientes que se o processo apresenta, recorrentemente, erros ou exceções, pode não ser eficiente implementar o RPA (Huang e Vasarhelyi, 2019). Deste modo, a minimização prévia destes riscos, erros e limitações é essencial para que a implementação possa gerar os resultados esperados.

Finalmente, os fornecedores do RPA argumentam que a simplicidade das suas ferramentas dispensa especialistas internalizados nas organizações. No entanto, uma automação totalmente eficiente exige ajustes contínuos às ferramentas, pelo que pode existir de facto a necessidade de ter especialistas integrados nas organizações (Kirchmer, 2017), assunto que será aprofundado no final desta secção.

2.2. Implementação do RPA em pequenos escritórios de contabilidade

A implementação do RPA em tarefas contabilísticas e financeiras está em plena expansão, e a difundir-se das empresas maiores para as de menor dimensão. Aliás, é expectável que esta difusão se acentue, baseada no maior conhecimento e experiência dos fabricantes, consultores e das próprias empresas, nomeadamente através da identificação mais rigorosa das tarefas que podem ser automatizadas e das melhorias no desempenho individual e organizacional potenciadas pelo RPA (IT Central Station, 2020; Kokina e Blanchette, 2019).

Não foi identificada literatura sobre a implementação de RPA especificamente em pequenos escritórios de contabilidade, sobretudo quando considerada a realidade portuguesa, constituída maioritariamente por micro e pequenas entidades, como já acima caracterizada. A literatura tende a definir “pequenas” entidades como tendo menos de 500 trabalhadores (p.ex.: IT Central Station, 2020, sobre adoção de RPA na área contabilística e financeira; e Rikhardsson e Dull, 2016, sobre adoção de tecnologias de auditoria contínua nos sistemas de informação (ERPs) de pequenas empresas de auditoria). A escala muito mais reduzida dos pequenos gabinetes de contabilidade em Portugal leva à inexistência de literatura, académica ou profissional, sobre a realidade específica investigada neste trabalho.

No entanto, a literatura sobre diversas tecnologias utilizadas na área da contabilidade evidencia algum potencial da sua transferência de organizações de maior dimensão e complexidade para organizações menores e menos complexas. Esta transferência está consolidada para tecnologias já maduras, como os ERPs (Oli-

veira, 2018), e outras mais recentes, como o *cloud computing* aplicado aos sistemas de controlo de gestão (Kristandl et al., 2015). Rikhardsson e Dull (2016) concluíram que a implementação de tecnologias de auditoria contínua nos sistemas de informação (ERPs) de pequenas empresas permitiu ganhos de qualidade dos dados, garantindo a integridade e segurança da informação, uma monitorização mais rigorosa dos processos e uma alocação de recursos humanos a atividades de maior valor acrescentado, devido à maior eficiência. Por paralelismo, e sobretudo considerando a menor complexidade do RPA face às outras tecnologias supra, estes estudos sugerem que o RPA poderá ser aplicável também em pequenos escritórios de contabilidade. Finalmente, Cooper et al. (2019) referiram que a implementação do RPA na contabilidade teve particular expressividade nas tarefas fiscais – salientando assim o potencial do RPA para os pequenos escritórios de contabilidade em Portugal, onde as tarefas fiscais assumem uma particular relevância. A título exemplificativo, em entrevista do Jornal i, a atual bastonária da OCC, Dra. Paula Franco, salientou que a contabilidade é “*uma profissão que lida todos os dias com impostos e obrigações fiscais*” (Pinto, 2018, Agosto 6).

2.3. Incorporação do RPA nos sistemas contabilísticos e ERP

O conceito de RPA surge normalmente associado a um *software* específico e autónomo, fornecido por entidades frequentemente especializadas, e que irá interagir com os restantes sistemas das organizações. Todavia, o conceito surge igualmente quando existe a incorporação das suas funcionalidades nos *Softwares* de Contabilidade existentes no mercado – i.e., surgindo como uma funcionalidade adicional desses sistemas.

Atualmente alguns *softwares* usados na contabilidade não são apenas sistemas contabilísticos tradicionais (*standalone*, i.e., não integrados), mas integram-se em plataformas *Enterprise Resource Planning* (ERP). Isto é, são parte de sistemas de gestão integrados que incluem módulos essenciais à gestão, como a produção, a gestão de Recursos Humanos, a faturação ou a contabilidade financeira. A utilização de um *software* integrado (ERP) em alternativa a um sistema contabilístico *standalone* cria valor através da integração dos vários módulos, melhorando análises e relatórios, a comunicação interna e o planeamento e controlo, o que, por sua vez, promove a produtividade dos utilizadores e a satisfação do cliente (Ruivo et al., 2014). Um dos principais e primeiros exemplos de um *software* integrado (ERP), e que tipicamente engloba um módulo de contabilidade, é o SAP, tendo surgido outros, em particular no contexto português, como o SAGE, o CentralGest ou o Primavera. Os desenvolvimentos dos sistemas de informação ajudaram a contabilidade a melhorar a sua eficiência, nomeadamente quanto a tarefas rotineiras e ao processo de fecho de contas (Granlund, 2011).

Os fornecedores de *software* (ERPs, e até mesmo os de contabilidade *standalone*), para satisfazer os utilizadores, podem efetuar várias pequenas mudanças

ao sistema (“customizações”). No entanto, ao longo do tempo, o *software* pode ficar muito personalizado, afastando-se do *standard*, o que dificulta a manutenção e as próprias atualizações, pois todas as personalizações têm de ser re-feitas. Assim, autores como Dekker et al. (2019) defendem manter-se o sistema o mais próximo possível do padrão, de forma a evitar problemas e um elevado custo com a manutenção. Para obter este resultado, de minimizar o número de personalizações do *software*, uma das formas é precisamente a adoção do RPA (Dekker et al., 2019). De facto, uma das características principais do RPA traduz isso mesmo: tratando-se de um sistema de fácil configuração, interage com os sistemas e aplicações já existentes, sem lhes efetuar alterações. Deste modo, o RPA automatiza processos que requeriam intervenção manual no ERP, eliminando trabalho redundante e repetitivo e reduzindo custos, a utilização de recursos e riscos (Fernandez e Aman, 2018).

2.4. Qualidade da informação financeira produzida e o RPA

O RPA promove mais do que a eficiência, pois promove igualmente uma melhoria da qualidade dos dados produzidos (Dekker et al., 2019). Assim, importa analisar se a implementação do RPA em tarefas contabilísticas poderá melhorar a qualidade da informação financeira produzida.

A qualidade da informação financeira depende das características qualitativas que tornam as demonstrações financeiras úteis aos utentes, ou seja, em linha com os elementos da Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilística, nos parágrafos 24 a 46. As características qualitativas principais são identificadas no parágrafo 24: a compreensibilidade, a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade. Os parágrafos seguintes definem estas características: [1] a compreensibilidade significa que a informação proporcionada nas demonstrações financeiras é rapidamente compreensível pelos utentes; [2] a relevância significa que a informação, para ser útil, tem de ser relevante para a tomada de decisão de os utentes; [3] a fiabilidade significa que a informação está isenta de erros materiais e de preconceitos; [4] e a comparabilidade consiste na possibilidade de os utentes compararem as demonstrações financeiras de uma entidade ao longo do tempo e com diversas entidades. Todavia, não foi identificada literatura que estudasse estas características qualitativas da informação produzida num contexto de implementação de RPA, sendo assim este aspeto igualmente um foco desta investigação.

2.5. Internalização das competências

Como já sumariamente referido, para a manutenção do RPA é necessário analisar as vantagens e desvantagens da internalização das competências em RPA nas empresas que o implementem - em alternativa à terciarização, em que uma organização externa é contratada para realizar uma atividade antes realizada

internamente (Kalaighnam e Varadarajan, 2012). Assim, uma organização internaliza competências quando tem colaboradores internos dedicados ao desenvolvimento e/ou manutenção da ferramenta, em alternativa à terciarização, i.e., a subcontratar uma empresa que lhe preste esse serviço.

De uma forma geral, as principais vantagens associadas à terciarização são: (1) a partilha de risco com a entidade externa que presta os serviços; (2) a redução dos custos operacionais e de recrutamento; (3) os ganhos de conhecimento e de rapidez, pois os fornecedores tendem a ter mais competências e conhecimento técnico das tarefas terceirizadas do que a própria organização, permitindo uma execução mais rápida e com mais qualidade; (4) e permitir que a organização se concentre na sua atividade principal, em detrimento das atividades de suporte. Por outro lado, as principais desvantagens da terciarização são: (1) a potencial divulgação de dados confidenciais; (2) a escolha do parceiro errado pode levar a incumprimento dos prazos estipulados e perda da qualidade na execução das tarefas; (3) e a perda de foco no cliente (Aswini, 2018).

Diversos estudos analisam como, numa lógica de internalização, os profissionais da contabilidade podem assumir diversas funções relacionadas com a implementação de RPA (p.ex., Kokina e Blanchette, 2019). No entanto, e mais uma vez, a realidade empírica focada neste trabalho, dos pequenos escritórios de contabilidade em Portugal, é muito específica. Deste modo, importa investigar a opção a tomar por este tipo de organizações sobre a questão da internalização das competências em RPA.

3. Metodologia

Este artigo adota duas metodologias para investigar a implementação do RPA nos pequenos escritórios de contabilidade, focando a realidade portuguesa, permitindo uma triangulação metodológica através da comparação dos dados e resultados obtidos através de cada metodologia (Hoque et al., 2013). A sua componente principal consiste num estudo qualitativo exploratório, adotando uma abordagem indutiva para descrever, compreender e interpretar o fenómeno em estudo, com base nas perceções de diversos grupos de especialistas. Para complementar esta abordagem, foi efetuado um estudo quantitativo, analisando de forma mais abrangente, ainda que numa escala limitada, as perceções dos profissionais de pequenos escritórios de contabilidade.

3.1. Estudo qualitativo

A abordagem qualitativa consistiu num estudo exploratório através do método de entrevistas a especialistas. Este método é frequentemente utilizado para ob-

ter conhecimento sobre temas novos ou pouco conhecidos, junto de entrevistados que podem fazer parte da área de interesse ou servir como uma fonte externa para obter conhecimento sobre o grupo-alvo (Bogner e Menz, 2009). O foco são as percepções e as opiniões dos indivíduos. Este método é particularmente adequado para este estudo por este abordar uma tecnologia recente sobre a qual há escassa informação, nomeadamente quanto à sua aplicação na contabilidade e no contexto específico dos pequenos escritórios, atribuindo um alto grau de atualidade à investigação.

A investigação qualitativa foca normalmente um conjunto relativamente reduzido de elementos, nomeadamente indivíduos selecionados com um determinado propósito, o que pode ser descrito, por analogia aos estudos quantitativos, como uma amostra não probabilística por conveniência (Park e Park, 2016). Foram selecionados entrevistados, numa primeira fase a partir de conhecimentos pessoais e profissionais do primeiro autor, e posteriormente por *snowball sampling* (Remenyi e Williams, 1995), a partir de indicações de entrevistados, seguindo critérios consistentes com o objeto de estudo, para obter um grupo de entrevistados qualificados e relevantes. A recolha de dados assentou em entrevistas individuais semiestruturadas. Esta escolha visou seguir uma estrutura predefinida, com questões de base para assegurar os temas chave e evitar desvios, mas permitindo flexibilidade se surgirem outras questões pertinentes.

Definiram-se três grupos de entrevistados. O primeiro é composto pelos utilizadores atuais da tecnologia (doravante “utilizadores”). São peritos na tecnologia, que utilizam diariamente na sua atividade profissional, tipicamente em organizações de maior dimensão. A sua opinião informada permitiu investigar se o RPA poderá ser aplicado num contexto organizacional mais pequeno. O segundo grupo é constituído por indivíduos que trabalham em empresas que fabricam e instalam os RPA (doravante “Programadores”). Junto destes entrevistados analisou-se como estas empresas estão a abordar o mercado e em que medida existem soluções para os pequenos escritórios de contabilidade, especialmente quanto a aspetos técnicos (por exemplo, a possibilidade de ajustar as ferramentas a empresas de dimensão reduzida). O terceiro grupo é composto por CC - especificamente, os diretores técnicos ou responsáveis de escritórios de contabilidade de pequena dimensão, o que neste estudo se considerou como se referindo a micro ou pequenas entidadesⁱ. Com estes entrevistados pretendeu-se investigar a percepção, recetividade, percepção de viabilidade de implementação e mesmo uso do RPA pelos CC. Este grupo é primordial, pois são os potenciais utilizadores desta tecnologia, sendo também sobre este tipo de entrevistados que incide o estudo quantitativo. Foram igualmente colocadas duas questões transversais aos três grupos, sobre a manutenção do RPA nos pequenos escritórios, nomeadamente quanto à internalização das competências, e sobre os principais riscos.

Para cada grupo de entrevistados, foi elaborado um guião de entrevista (previamente testado) para garantir a recolha das perceções e opiniões em função do pretendido em cada grupo (anexos 1 a 3). As entrevistas ocorreram através de plataformas virtuais, entre junho e agosto de 2020, tendo sido gravadas em formato áudio e, posteriormente, transcritas para análise. Não foram necessários contactos posteriores para esclarecimentos adicionais. Os entrevistados foram assegurados do anonimato e confidencialidade e assinaram uma declaração confirmando a sua participação voluntária e permitindo a gravação do áudio. A Tabela 1 identifica os entrevistados, as suas funções e a data e duração das entrevistas.

Tabela 1 – Entrevistados, função, data e duração das entrevistas

Grupo	Entrevistado	Função do Entrevistado	Data da entrevista	Duração (minutos)
Utilizadores	1	Técnico de Contabilidade – Área Contabilidade Geral	08/06/2020	20
	2	Técnico de Contabilidade – Área Contabilidade Geral	16/06/2020	25
	3	Técnico de Contabilidade – Área Receita	04/07/2020	20
Programadores	1	Chefe de equipa do RPA	26/06/2020	25
	2	Chefe de equipa do RPA	31/07/2020	35
Contabilistas Certificados	1	Gerente e Contabilista Certificado	26/06/2020	30
	2	Gerente e Contabilista Certificado	01/07/2020	40
	3	Gerente e Contabilista Certificado	11/08/2020	35
	4	Gerente e Contabilista Certificado	13/08/2020	20

Fonte: Elaboração própria

3.2. Estudo quantitativo

A abordagem quantitativa complementou a análise qualitativa, usando o método de recolha de dados através de inquérito por questionário, para medir a incidência de vários pontos de vista numa amostra selecionada através de métodos estruturados (Park e Park, 2016). Esta abordagem foi adotada pois os contactos para obtenção das entrevistas junto do terceiro grupo (CC) revelaram bastante desconhecimento sobre o tema. Assim, apesar de esta investigação não visar a generalização dos resultados, este inquérito por questionário permite uma visão mais ampla, ainda que numa escala limitada, da perceção dos CC de pequenos escritórios de contabilidade. Foi utilizada uma amostra não probabilística por conveniência, selecionando-se uma amostra que se encontra acessível (ainda que de dimensão significativa), e não através da aplicação de um critério estatístico sobre a população total.

O questionário foi baseado no guião das entrevistas ao terceiro grupo (CC), para garantir a consistência das questões (anexo 4). Para validar o perfil do inquirido, a primeira questão focava o seu ramo de atividade. A partir das respostas a essa e outras questões, o indivíduo era direcionado para as perguntas seguintes adequadas. Seguindo as recomendações de Günther (2006), incluíram-se perguntas fechadas e, também, perguntas abertas. Nas questões visando classificar as respostas em categorias, foram utilizadas escalas nominais para agrupar os dados. Nas questões visando avaliar percepções ou juízos de valor, foram utilizadas escalas ordinais com cinco alternativas. Nas questões visando obter a opinião em termos amplos, foram utilizadas perguntas abertas. O questionário baseou-se no *Google Forms* e foi testado por uma especialista em Psicologia (cujos conhecimentos académicos e profissionais foram considerados relevantes para o desenvolvimento de um questionário eficaz e acessível) e, em seguida, por sete CC (visto pertencerem ao público-alvo).

O questionário esteve disponível de 13 a 30 de junho 2020. O link de acesso foi publicado num grupo da rede social *Facebook* denominado “MGC – Grupo de Contabilistas” a 13 e, como insistência, 18 de junho. Na data da publicação, o grupo tinha cerca de 16 mil membros. Este grupo foi o selecionado pois tem critérios de admissão, mediante as respostas a algumas questões, para que o grupo agregue apenas profissionais da contabilidade, validando assim, *a priori*, a amostra – ainda que, reconhece-se, de forma potencialmente imperfeita. A amostra final incluiu 160 respondentes, 1% da população. Quanto ao ramo de atividade, 85,6% (137 dos 160 respondentes) trabalha em contabilidade e auditoria ou consultoria fiscal – uma elevada percentagem, relacionada com a inquirição de um grupo com as características indicadas acima (amostra por conveniência).

4. Análise dos resultados do estudo qualitativo

A análise das entrevistas visou identificar elementos comuns e distintos nas percepções e opiniões, apresentando-se os resultados para cada grupo de entrevistados, cujas características demográficas e de experiência profissional estão indicadas no anexo 5.

4.1. Entrevistas aos utilizadores atuais da tecnologia

Os três entrevistados deste grupo são técnicos de contabilidade em sociedades ou departamentos de contabilidade com mais de 50 colaboradores, que se podem considerar de grande dimensão. O utilizador 1 colaborou na implementação de uma ferramenta de RPA para a produção de lançamentos contabilísticos e atualmente dá suporte a essa ferramenta, havendo outros elementos da equi-

pa a executar o robô. O utilizador 2 utiliza esta ferramenta diariamente para a produção de lançamentos contabilísticos. O utilizador 3 utiliza o robô mensalmente para o carregamento e validação do SAF-T de faturação numa plataforma *online*.

Genericamente, os três entrevistados referem que a utilização do robô reduz o tempo de execução das tarefas. Por exemplo, o utilizador 3 reporta ter poupado 4 horas na execução da tarefa (mensal). No entanto, o utilizador 1 refere que *“numa fase inicial, o trabalho é sempre maior porque existem muitos erros e aspetos a acertar”*.

Quanto à exigência de manutenção e adaptação constante do RPA, dois entrevistados consideraram que a manutenção exigida é reduzida e que não existe a necessidade de adaptação constante, pois não existem alterações significativas das normas contabilísticas ou das plataformas utilizadas. Contudo, o utilizador 2 acredita que *“este tipo de ferramentas tem de ser seguido de perto, pois podem ter um impacto grande na organização”*.

Relativamente à internalização das competências, todos os entrevistados consideraram que esta oferece vantagens competitivas, pelo acompanhamento próximo e constante das ferramentas, sendo mais fácil adaptá-las à realidade da organização pois os responsáveis pela execução e manutenção dos robôs conhecem o negócio e os processos. No entanto, o utilizador 2 também refere desvantagens devido à falta de conhecimentos por apenas ter colaboradores internos a desenvolver os robôs, face à alternativa de uma empresa externa, que pode ter uma visão mais ampla do que pode ser efetuado.

Os principais riscos identificados foram: (1) as validações na implementação não serem suficientes; (2) não existir uma correta manutenção e ser produzida informação contabilística menos correta; e (3) as plataformas onde o RPA é implementado sofrerem alterações. Os três entrevistados consideraram que o nível de risco de implementação é reduzido. O utilizador 2 acredita que *“a implementação em si não é um risco”*, desde que exista uma correta monitorização, e o utilizador 3 refere que *“no início talvez tenha atrasado o envio da informação que o robô extrai devido à fase de teste”*, porque *“se o robô correr mal”* a tarefa tem de ser executada manualmente.

Todos os entrevistados consideraram que na sua organização o RPA não foi aplicado a processos errados ou com ineficiências. No entanto, o utilizador 1 descreve que *“se pode cair no risco de tentar automatizar tudo e no final de contas não ficar nada devidamente automatizado”*. O utilizador 3 refere que, na sua organização, os robôs *“são aplicados às tarefas que têm maior poupança de tempo”* e considera *“que todas as tarefas são bem avaliadas antes de passar para RPA”*.

Relativamente à implementação do RPA em pequenos escritórios de contabilidade, em geral, os entrevistados consideram que tal será exequível, pois executam bastantes tarefas repetitivas e rotineiras. O utilizador 2, que já trabalhou num pequeno escritório, considera que *“é uma ferramenta (...) muito versátil: tanto pode ser muito complexa e feita para grandes escalas como pode ser aplicada a um processo muito simples. (...) Os pequenos escritórios, como têm muitas tarefas mecânicas, facilmente ganhariam com a implementação”*.

Quanto à melhoria da eficiência na execução das tarefas nos pequenos escritórios, os entrevistados consideram que, embora numa escala diferente, estas ferramentas podem melhorar a eficiência. Todavia, relativamente à melhoria da qualidade da informação produzida, não há total consenso. Por um lado, os utilizadores 1 e 3 consideram que os seus robôs não melhoraram a qualidade, pois executam exatamente da mesma maneira do ser humano – ainda que percecionem poderem existir situações de melhoria. Por outro lado, o utilizador 2 refere que o RPA pode melhorar todos os aspetos da qualidade (compreensibilidade, relevância, fiabilidade e comparabilidade, como descrito na seção 2.4), desde que a ferramenta esteja bem implementada e exista monitorização constante. Especifica ainda que, *“em termos de fiabilidade, melhora sem dúvida”*, visto que as pessoas são mais propensas a cometer erros, sobretudo quando executam sucessivamente muitas tarefas mecânicas.

Por último, os entrevistados consideram que o facto de os escritórios efetuarem a contabilidade de diversas empresas pode ser dissuasor, mas não impeditivo, de implementar RPA. O utilizador 3 considera que existem tarefas semelhantes para todos os clientes, até pelo *“facto de os normativos contabilísticos não serem tão exigentes em empresas de menor dimensão”* (em geral, a dimensão dos clientes dos pequenos escritórios). Todavia, o utilizador 2 refere que a *“ferramenta que estiverem a utilizar (nos escritórios de contabilidade) pode não estar adaptada à empresa e pode necessitar (...) de uma nova adaptação a um novo processo, podendo ser mais lento do que o processo manual”*, além de gerar custos adicionais.

4.2. Entrevistas aos programadores

Os dois entrevistados pertencentes a este grupo são Chefes da Equipa de Implementação do RPA, exercem funções em empresas de grande dimensão.

No que respeita ao nível de exigência de manutenção do RPA, genericamente, os dois entrevistados consideram ser reduzido. No entanto, salientam que será necessário ajustar a ferramenta sempre que as aplicações ou regras de contabilização sofram alterações. O programador 1 refere que na sua organização têm *“por hábito e boa prática (...) apenas automatizar processos que sejam por natureza estáveis”*.

Relativamente à adaptação constante da ferramenta à organização, as respostas foram discordantes. O programador 1 considera não haver necessidade de ajustar constantemente, pois os RPA “*são implementados em processos estáveis ao longo do tempo*”, ainda que seja necessário algum ajuste em função das pequenas alterações que ocorrem. Pelo contrário, o programador 2 refere que o dinamismo atual nas organizações exige ajustes constantes. Contudo, concordam que o RPA é mais facilmente ajustável do que outro tipo de tecnologias mais exigentes em termos de programação, o que representa uma vantagem. O programador 2 elucida: “*o RPA é facilmente ajustável, isso não exige uma pessoa que domine a tecnologia*”.

Quanto à internalização das competências, os dois entrevistados acreditam ser um fator de vantagem competitiva. O programador 1 refere que “*é muito mais fácil efetuar algum tipo de robotização quando se conhece o processo, a empresa e as pessoas envolvidas*”. O programador 2 explica que o processo de implementação de um robô tem, normalmente, três fases: planeamento, gerando a ideia do robô a desenvolver; desenvolvimento; e manutenção. Quanto às fases de planeamento e de manutenção, considera que “*mesmo em pequenos negócios (...) as competências têm de ser internalizadas*”, pois apenas quem conhece os processos e o negócio pode detetar as oportunidades (tarefas manuais, repetitivas e estáveis) e reconhecer o que é ou não vantajoso. Defende que “*no futuro as equipas vão ser compostas por humanos e por força virtual, existindo trabalho distribuído entre humanos e robôs*”, exigindo espírito de equipa para garantir e acompanhar a manutenção. Quanto à fase de desenvolvimento, considera que depende do número de robôs. Em empresas de média/grande dimensão, acredita ser um “*fator crítico*”. Por um lado, porque é mais barato, dado que “*os custos de desenvolvimento estão inflacionados*” visto que “*é uma tecnologia que está na moda*”. Por outro lado, sendo uma ferramenta que se adapta muito facilmente às necessidades, “*existem grandes vantagens que alguém conhecedor dos processos da organização desenvolva os robôs*”. Uma pessoa externa pode ter muito conhecimento da tecnologia, mas pode não conseguir criar um robô suficientemente flexível para aqueles processos específicos. No entanto, não considera crítico que nos pequenos escritórios estes conhecimentos sejam internalizados.

O principal risco identificado é existir demasiada confiança no robô, i.e., não acompanhar a sua execução e assumir que esta está correta, nomeadamente porque quando o robô começa a executar mal uma tarefa, irá fazê-lo muitas vezes. O programador 1 refere que na sua organização “*existe a função de controlo da execução dos robôs*”. O programador 2 defende a criação de alarmes e validações na execução do robô para que este examine o seu “*próprio*” trabalho. Adicionalmente, o programador 2 identificou o risco de as máquinas falharem, por exemplo, por uma falha de energia no seu computador, e os humanos não estarem preparados para desempenhar a função manualmente. Para mitigar este

risco, preconiza um “*plano de contingência, indicando o que efetuar quando o robô avaria*” em função do nível de criticidade da tarefa que o robô estava a executar.

No que respeita ao nível de risco de implementação, salientaram-se dois aspectos. O primeiro relaciona-se com o facto de não serem efetuados testes suficientes e não existir controlo e validação da execução do robô, podendo levar a que este falhe. O programador 1 elucida que um programador deve pensar nas duas vertentes, i.e., quando o robô executa devidamente, mas sobretudo quando falha, para que este esteja preparado para “reagir” às várias situações. O segundo aspeto está relacionado com os custos de implementação do robô poderem ser maiores do que os benefícios do aumento da produtividade. Todavia, o programador 2 refere que, apesar dos riscos e “*depois de 200 robôs implementados*”, não identificou nenhuma equipa que preferisse executar a tarefa manualmente.

O programador 1 percebe que, por vezes, se pretende implementar RPA em processos errados ou ineficientes, mas que é responsabilidade do programador analisar as tarefas que as equipas querem automatizar e “*perceber as que podem não trazer vantagens significativas*”. O programador 2 esclarece que o maior problema é quando os processos têm muitas exceções, pelo que o robô apenas funcionará em 10% dos casos porque os restantes 90% são exceções ao processo definido; assim, “*antes de robotizar tem de se padronizar o processo, minimizar o número de exceções (...). Depois é necessário otimizar o processo (...) e só depois robotizar*”. Refere ainda que “*sem estas etapas, um processo ineficiente só está a ser ineficiente mais rapidamente*”.

Os dois entrevistados consideram que o RPA poderá ser implementado em pequenos escritórios de contabilidade e gerar ganhos de eficiência, mas que o facto de efetuarem a contabilidade de diversas empresas pode ser um entrave à implementação. O programador 1 considera que existem técnicas para adaptar os robôs a empresas de menor dimensão. O programador 2 esclarece que, nesse tipo de organizações, deve atender-se às tarefas e não ao processo em si (“*que tarefas são iguais para todas as empresas e conseguiria pôr um robô a fazer*”). No entanto, percebe que “*se num escritório de contabilidade cada cliente for (visto como) um cliente (único) com especificidades próprias, não se consegue implementar RPA de todo ou com muito pouco espetro de implementação*”. Ambos os entrevistados identificam que os automatismos relacionados com sites ou aplicações serão exequíveis neste tipo de organização, por exemplo, a submissão de declarações no Portal das Finanças ou da Segurança Social.

Quanto à procura e às soluções existentes no mercado para este tipo de organização, os entrevistados desconhecem, pois trabalham em empresas de grande dimensão. O programador 2 refere que, apesar de o RPA ser uma ferramenta flexível, exige pessoas alocadas ao seu desenvolvimento, sendo esse o maior desafio das grandes empresas. Esclarece não se tratar de “*tema de tecnologia*”,

mas sim de “*comprar um conceito*” e que a parte mais difícil é mudar as mentalidades e ter uma equipa dedicada a isso. “*Até se pode contratar alguém que desenvolva os RPA, mas se não tiver internalizadas as competências de definir processos e estruturar a informação, os robôs não entram*”. Acrescenta que este *software* está a expandir-se para as médias empresas e daqui a uns anos chegará às pequenas, e reforça que nessa altura sê-lo-á nos escritórios de contabilidade.

4.3. Entrevistas aos Contabilistas Certificados

Os quatro entrevistados têm inscrição em vigor na OCC e são os responsáveis dos escritórios de contabilidade de pequena dimensão onde exercem funções. A tabela 2 apresenta a dimensão destas organizações e os *softwares* utilizados. O termo ERP é comumente utilizado nestas empresas, ainda que apenas direcionado para tarefas contabilísticas e fiscais (ou seja, não correspondendo exatamente ao conceito de ERP), pelo que esta será a designação doravante utilizada.

Estes *softwares* são os utilizados pelos CC e analisados no âmbito desta investigação. Esta investigação não visa comparar as suas características e funcionalidades, mas apenas avaliar a perceção dos CC acerca dos automatismos dos *softwares* com características idênticas ao *software* dedicado RPA, e do seu impacto na atividade profissional.

Tabela 2 – Entrevistas aos Contabilistas Certificados

Entrevistado	Dimensão da organização	ERP	Softwares complementares
Contabilista 1	Pequena empresa	Primavera	GestObrig
Contabilista 2	Microempresa	Primavera	C-Lab
Contabilista 3	Microempresa	CentralGest	GestObrig
Contabilista 4	Microempresa	SAGE	-

Fonte: Elaboração própria

Genericamente, os quatro CC percecionam que o seu nível de conhecimento acerca do RPA é Médio-Alto a Alto. Nenhum utiliza o RPA enquanto *software* específico, mas apenas incorporado nas funcionalidades dos ERPs ou de outros *softwares* não integrados nos ERPs. Estes outros *softwares* não integrados nos ERPs (o GestObrig e o C-Lab) são adquiridos e utilizados como um adicional aos ERPs, não o substituindo, mas auxiliando em algumas tarefas anteriormente executadas de forma manual. De referir, que esta nuance, da incorporação do RPA nos ERPs, não foi identificada na literatura revista, tendo sido detetada neste estudo através de questões colocadas por alguns indivíduos contactados para obtenção de entrevista (e também no âmbito do próprio inquérito por questionário).

No que respeita às tarefas onde utilizam o RPA, as tarefas comuns aos quatro entrevistados, neste caso enquanto automatismo do próprio ERP, são a impor-

tação de ficheiros SAF-T(PT) de faturação e a importação das faturas de compra diretamente do e-fatura, conforme descrito na tabela 3. Importa salientar que as funções descritas apenas representam as referidas pelos entrevistados; naturalmente, os *softwares* possuem outras características não referenciadas pelos entrevistados.

Tabela 3 – Tarefas onde utilizam o RPA enquanto automatismo do próprio ERP, indicadas pelos entrevistados

	ERP utilizado	Tarefas
Contabilista 1	Primavera	(1) Integração do ficheiro SAF-T de vendas e registo contabilístico automático da faturação; (2) Integração das compras e despesas (através do e-fatura) e respetiva contabilização.
Contabilista 2	Primavera	(1) Integração do ficheiro SAF-T de faturação; (2) Integração das compras através do e-fatura.
Contabilista 3	CentralGest	(1) Integração do ficheiro SAF-T de faturação;
Contabilista 4	SAGE	(1) Importação do ficheiro SAF-T de vendas; (2) Importação das faturas de fornecedor através do e-fatura; (3) Preparação das declarações fiscais com possibilidade de submissão diretamente do programa.

Fonte: Elaboração própria

Adicionalmente, outra função referida por mais de um entrevistado é a preparação das declarações fiscais no programa, facilitando a execução das declarações, mesmo que seja para posterior validação manual.

Outro aspeto referido por vários entrevistados é a otimização do tempo na execução das tarefas. O Contabilista 2 refere que estes automatismos permitem executar “*os lançamentos (...) de uma forma muito mais rápida*” do que quando efetuado manualmente. O Contabilista 3 descreve o ganho de tempo por o seu *software* ter uma ferramenta que prepara as declarações fiscais, i.e. gera um ficheiro com a informação a enviar. Assim, na preparação e entrega da Informação Empresarial Simplificada (“IES”), no ano em causa já tratou sozinho de todo o processo e entregou 90 declarações numa semana, visto ter “*muitos ficheiros sem quaisquer erros*”; isto contrasta com os anos anteriores, em que com outro *software* demorava duas semanas a entregar menos declarações, e exigindo ainda o auxílio de duas funcionárias.

Os *softwares* complementares utilizados pelos CC, visam, essencialmente, o apoio à gestão das obrigações fiscais (GestObrig) e a automação do lançamento dos movimentos bancários - e respetiva reconciliação bancária - e de faturas de fornecedores (C-Lab), conforme descrito na tabela 4. Denota-se, assim, a preocupação dos CC em procurar soluções para automatizar os processos que consideram automatizáveis e que possivelmente não se encontravam automatizados nos ERPs. O Contabilista 3 refere que trabalham em conjunto com os dois *softwares*, retirando “*todos os ficheiros do CentralGest*” e arrastando “*todos*

para o GestObrig que submete em lote e envia um email para o cliente a avisar o valor a pagar”.

Tabela 4 – Tarefas onde utilizam o RPA enquanto automatismo de Softwares complementares indicadas pelos entrevistados

	Softwares Complementares	Tarefas
Contabilista 1	GestObrig	(1) Gestão da relação dos clientes com as entidades públicas (Portal das Finanças, Banco de Portugal, Segurança Social, ...); (2) Geração de relatórios por cliente (permitindo o controlo das submissões) e comunicação com o cliente através do próprio software.
Contabilista 2	C-Lab	(1) Automatização dos lançamentos dos movimentos bancários e reconciliação bancária (por integração de ficheiros Excel); (2) Automatização da contabilização de faturas de fornecedores (digitalização, extração dos dados e sugestão de lançamento do Primavera).
Contabilista 3	GestObrig	(1) Gestão das obrigações fiscais dos clientes

Fonte: Elaboração própria

Não houve unanimidade quanto às tarefas contabilísticas/fiscais que consideram apresentar um maior potencial para automação através do RPA, pois cada Contabilista identificou uma tarefa distinta. O Contabilista 1 considera, para além das tarefas que já automatizaram, que a integração dos Ficheiros Bancários e reconciliação bancária automática irá trazer vantagens, por ser uma tarefa que exige muito trabalho humano; no entanto, *“ainda existem algumas limitações, nomeadamente a forma de gerar ficheiros bancários, pois ainda não está uniforme entre os bancos”*. O Contabilista 2 esclarece que uma das tarefas que considera ter potencial de automação é o preenchimento das declarações fiscais, e reflete que o grau de automação do *software* que utiliza é bastante bom, exceto na IES, *“onde existem outros softwares que preenchem mais rapidamente e com menos erros”*. Por sua vez, o Contabilista 3 considera que o maior potencial de automação, para além das automatizações que já utiliza, é a introdução da leitura pelo reconhecimento ótico de caracteres (OCR), indicando que permitirá ganhar clientes a nível nacional. Por último, o Contabilista 4 percebe que o *“grande ganho está na importação das compras do e-fatura”*.

No que respeita às melhorias a nível da eficiência pela implementação do RPA, as respostas foram unânimes e todos os entrevistados consideram que melhorou significativamente, sobretudo por evitar erros humanos. Denota-se, assim, que os CC consideram que melhora a produtividade, a organização e o rigor pela ausência de erros. Por exemplo, o Contabilista 4 refere que a *“importação do e-fatura visou sobretudo corrigir estes erros (humanos)”*.

Quanto às melhorias na qualidade da informação, a característica identificada por todos os entrevistados é a fiabilidade. O Contabilista 4 esclarece que *“evi-*

tando os erros, melhora a informação produzida, tornando-a mais fiável”. Nas restantes características qualitativas descritas na secção 2.4 (compreensibilidade, relevância e comparabilidade), os CC acreditam que não se verificaram grandes alterações, dado que as contabilizações não sofreram alterações, apenas o processo se tornou mais rápido.

Genericamente, os CC não consideram que se implementou o RPA em processos com erros, mas percebem que com estas ferramentas os processos tornaram-se mais eficientes.

Quanto ao nível de manutenção exigida, os CC julgam ser reduzida. O Contabilista 4 esclarece que *“no início requer alguns ajustes, para cada cliente. Mas depois as regras ficam gravadas e torna-se mais simples”*. O Contabilista 3 percebe que poderá ser necessário algum tipo de manutenção, quando existirem alterações na legislação, como aconteceu no caso da introdução do SAF-T da contabilidade. De uma forma geral, os CC não percebem que as ferramentas tenham de ser ajustadas constantemente à organização, mas salientam ser necessário um esforço inicial de parametrização do processo.

Relativamente à internalização das competências enquanto vantagem competitiva, os CC que responderam a esta questão consideram, genericamente, que, se as suas organizações tivessem mais colaboradores, faria sentido ter colaboradores dedicados aos automatismos, para garantir a eficiência no processo. O Contabilista 1 tem, na sua organização, alguns técnicos avançados do Primavera com autonomia ao nível da parametrização e da configuração do Primavera, o que considera ser um fator de vantagem competitiva, por conseguir dar apoio aos clientes que também utilizam o Primavera, de uma forma rápida e rigorosa. Quando necessita de alguma alteração ao nível da programação e dos automatismos, recorre a uma entidade externa, dado identificar que não tem *“autonomia para tratar internamente”*.

O principal risco identificado pelos entrevistados é o técnico/Contabilista reduzir o nível de atenção na execução das tarefas. O Contabilista 4 esclarece poder haver *“demasiada confiança no que está parametrizado”* e o técnico/Contabilista *“não analisar o documento devidamente”*. O Contabilista 2 considera que *“não se pode diminuir o nível de atenção”*. O Contabilista 3 ainda refere que *“ao não passar por um técnico, se um erro estiver a ser feito e não for detetado, ele (robô) vai repetir esse erro inúmeras vezes”*.

Foram identificados, genericamente, dois riscos de implementação. O processo de implementação de projetos e processos associados a automatismos, poderá exigir parametrizações e adaptações que, se não forem devidamente efetuadas, associadas ao facto de ainda não existir pleno conhecimento da ferramenta, pode gerar implementações iniciais com erros. Além disso, há riscos quanto à

qualidade dos recursos humanos, pois eventuais lacunas informáticas dificultam o processo.

Relativamente à questão das soluções apresentadas no mercado, todos os CC percebem que, genericamente, todos os *softwares* que utilizam também são pensados para pequenos escritórios de contabilidade.

Por fim, refira-se que um aspeto transversal referido por vários entrevistados é a melhoria do controlo dos documentos físicos enviados pelos clientes. O Contabilista 1 refere que “*permite um conjunto de validações, como dos documentos físicos que temos e o que está no e-fatura; e na falta de documentos, o programa envia uma mensagem para o cliente com os documentos em falta*”. Para o Contabilista 2, antes de existir a importação das compras do e-fatura, “*apenas na conciliação das contas correntes dos clientes e fornecedores se poderia identificar a falta de algum documento*”.

4.4. Principais conclusões transversais aos três grupos de entrevistados

Das entrevistas aos três grupos de indivíduos retiram-se algumas principais conclusões.

Os entrevistados que são utilizadores atuais da tecnologia consideram que o principal ganho obtido foi a redução do tempo de execução das tarefas. Em geral, consideram que o RPA poderá ser implementado em pequenos escritórios de contabilidade, por estes executarem tarefas repetitivas e rotineiras; que estas ferramentas podem melhorar a eficiência destes pequenos escritórios; e que o facto de estes efetuarem a contabilidade de diversas empresas pode ser um fator dissuasor, mas não impeditivo à implementação do RPA.

Os programadores entrevistados acreditam que o RPA poderá ser implementado em pequenos escritórios de contabilidade, gerando ganhos de eficiência. Apesar de considerarem que a realização da contabilidade de diversas empresas possa ser um entrave, consideram que, ainda assim, a implementação poderá ocorrer, pois a tecnologia pode ser adaptada para empresas de menor dimensão. Um dos entrevistados referiu que esta tecnologia está a começar a ser implementada nas médias empresas e que dentro de alguns anos chegará às pequenas empresas, começando nos escritórios de contabilidade.

Verifica-se que os CC entrevistados não utilizam o RPA enquanto *software* específico, mas incorporado nas funcionalidades dos ERPs ou de outros *softwares* não integrados nos ERPs que permitem a automatização de alguns processos. Enquanto automatismo do próprio ERP, as tarefas que os quatro entrevistados executam são a importação de ficheiros SAF-T(PT) de faturação e a importação das faturas de compra diretamente do e-fatura. Quanto aos *softwares* comple-

mentares utilizados pelos CC, aqueles visam, essencialmente, o apoio à gestão das obrigações fiscais e a automação do lançamento dos movimentos bancários e respetiva reconciliação bancária. Denota-se, assim, preocupação em procurar soluções no mercado para automatizar os processos que consideram ser automatizáveis e que, possivelmente, não se encontravam automatizados no ERP. Quanto às tarefas contabilísticas/fiscais com maior potencial para automação através do RPA, não se encontrou um padrão. Os CC consideram que a implementação do RPA melhorou significativamente a eficiência, sobretudo por evitar erros humanos, o que, naturalmente, melhorou a fiabilidade da informação produzida. Quanto às restantes características qualitativas da informação (compreensibilidade, relevância e comparabilidade), os CC não identificam grandes alterações. Ainda identificam que, genericamente, todos os *softwares* utilizados também são pensados para pequenos escritórios de contabilidade.

Por fim, no que respeita às questões transversais aos três grupos, genericamente:

1) os três grupos percebem que o nível de manutenção exigida é reduzido e não existe a necessidade de adaptação constante à organização; ainda assim, os programadores salientam que será necessário ajustar a ferramenta sempre que as aplicações ou regras de contabilização sofram alterações, e que uma das vantagens do RPA é ser mais facilmente ajustável à organização face a outro tipo de tecnologias mais exigentes em termos de programação.

2) os entrevistados consideram que a internalização das competências traz um fator de vantagem competitiva.

3) os principais riscos identificados variam em função do grupo: (1) os utilizadores identificam o risco de as validações poderem não ser suficientes ou não existir uma correta manutenção, e assim ser produzida informação menos correta, e o risco de as plataformas onde o RPA é implementado sofrerem alterações; (2) os programadores identificam o risco de poder existir demasiada confiança no robô, i.e., não existir o acompanhamento da sua execução e o facto de as máquinas falharem e os humanos não estarem preparados para desempenhar a função manualmente; (3) os CC identificam o risco de redução do nível de atenção na execução das tarefas.

4) no que respeita ao nível de risco de implementação: (1) os utilizadores consideram ser reduzido; (2) os programadores salientam poderem não ser efetuados testes suficientes e não existir controlo e validação da execução do robô, podendo levar a que o robô falhe; e os custos de implementação poderem serem maiores do que os benefícios do aumento da produtividade; e (3) os CC destacaram o risco das parametrizações e adaptações iniciais não serem devidamente efetuadas, gerando implementações iniciais com erros.

5) Os utilizadores e os CC consideram que o RPA não foi aplicado a processos errados ou com ineficiências nas suas organizações; no entanto, os programadores percebem que, por vezes, o RPA é aplicado a processos errados ou com ineficiências.

5. Análise dos resultados do estudo quantitativo

Os resultados reportados em seguida referem-se aos 137 inquiridos que trabalham em contabilidade e auditoria ou consultoria fiscal (85,6% da amostra final de 160 respondentes, como referido na secção 3.2ⁱⁱ), sendo indicada para cada resultado a pergunta respetiva do inquérito. Cerca de 60% dos inquiridos são CC, 35% são técnicos de Contabilidade ou exercem outras funções administrativas ligadas à Contabilidade, e apenas cerca de 5% são auditores ou consultores fiscais (Perg.6). Para classificar a dimensão das organizações onde os inquiridos trabalham (ver nota i), aplicou-se, por simplificação, apenas o critério do número de colaboradores (Perg.7). Assim, 66,4% (91 dos 137) exercem funções em micro entidades (até 10 colaboradores); 16,1% (22) em pequenas entidades (10-50 colaboradores); e os restantes 17,5% (24) em médias/grandes entidades (mais de 50 colaboradores).

Quanto ao conhecimento do RPA (Perg.8), 75,9% dos inquiridos (104 dos 137 respondentes) não conhecem a ferramenta. Dentro dos apenas 24,1% (33) que conhecem o RPA, 60,6% (20) exercem funções em micro ou em pequenas empresas e 39,4% (13) trabalham em empresas de maior dimensão.

Entre os 33 respondentes que conhecem o RPA, o grau médio de conhecimento do RPA (Perg.9) é ligeiramente inferior nos 20 inquiridos das empresas menores (3,0, numa escala de 1-5) quando comparado com os 13 das empresas maiores (3,8, de 1-5). No mesmo sentido, a utilização do RPA (Perg.10) é inferior nas empresas menores (apenas é referida por 6 dos 20 inquiridos, i.e., 30%) quando comparado com as empresas de maior dimensão (9 dos 13 inquiridos, i.e., 69.23%). Por outro lado, os inquiridos de empresas menores encontram-se mais envolvidos diretamente nas tarefas/áreas que utilizam o RPA (Perg.12) (todos os 6 inquiridos estão envolvidos diretamente), do que nas empresas de maior dimensão (apenas 2 dos 9 inquiridos).

As tarefas/áreas onde o RPA é utilizado são distintas em função da dimensão da organização (Perg.13): nas pequenas, as tarefas identificadas por mais inquiridos foram as vendas e a gestão de recursos humanos; nas grandes, foram as tarefas fiscais, suporte documental e compras. O resultado mais relevante da aplicação do RPA (Perg.15), em ambos os tipos de organização, foi a eficiên-

cia, seguido da melhoria da fiabilidade da informação produzida. O aspeto menos relevante nas empresas mais pequenas foi a comparabilidade das demonstrações financeiras; nas maiores, foi a compreensibilidade das demonstrações financeiras.

As organizações de diferentes dimensões apresentam diferenças muito pequenas entre si quanto às perceções sobre as três perguntas seguintes (Perg. 17, 18 e 21), comparando os resultados médios, numa escala 1-5. Comparando as médias das empresas mais pequenas com as médias das maiores, elas são respetivamente: 3,5 vs. 3,2, quanto à perceção do nível de exigência de manutenção; 2,3 vs. 2,8, quanto à perceção do nível de risco na utilização do RPA; e 2,7 vs. 2,9 quanto às soluções existentes no mercado serem adequadas também para os pequenos escritórios de contabilidade.

Por último, no que se refere aos aspetos identificados como subjacentes à não adequação da oferta (Perg.22), os inquiridos de empresas maiores identificaram o preço. Os inquiridos de empresas menores identificaram que o *software* ainda é inadequado para a dimensão das organizações, que as principais empresas têm investido de uma forma lenta nos ERPs e que os custos de implementação e acompanhamento são elevados (sendo necessário o acompanhamento interno).

6. Conclusões, contributos, limitações e pistas de investigação

6.1. Conclusões

Esta investigação, focando a realidade portuguesa, sugere que o RPA poderá ser implementado em pequenos escritórios de contabilidade, embora com algumas limitações. Retira-se de seguida um conjunto de conclusões, começando pelas entrevistas.

Os utilizadores atuais da tecnologia e os programadores consideram que o RPA poderá ser implementado em pequenos escritórios de contabilidade e poderá gerar ganhos de eficiência, embora o facto de os escritórios efetuarem a contabilidade de diversas empresas possa ser um entrave à implementação. Foi sugerido que a difusão desta tecnologia para as pequenas empresas começará precisamente nos escritórios de contabilidade, dado o peso das tarefas de natureza repetitiva aí realizadas.

Todos os CC entrevistados utilizam apenas o RPA de forma incorporada nas funcionalidades dos ERPs (ou de outros *softwares* não integrados nos ERPs), mas não enquanto *software* específico. As principais tarefas automatizadas são a importação de ficheiros SAF-T(PT) de faturação e a importação das faturas de

compra diretamente do e-fatura. Foi manifestada a preocupação de os CC procurarem soluções no mercado para automatizar os processos que consideram ser automatizáveis e que, possivelmente, não se encontravam automatizados no ERP. Finalmente, reportou-se que a implementação do RPA melhorou a eficiência dos processos e a fiabilidade da informação produzida.

Os entrevistados dos três grupos percebem que o nível de manutenção exigido é reduzido, que não existe a necessidade de adaptação constante à organização e que a internalização das competências traduz um fator de vantagem competitiva para uma organização que implemente o RPA. Os principais riscos identificados variam em função do grupo de entrevistados, sendo que um aspeto comum identificado é o risco de se colocar demasiada confiança no robô. O nível percebido de risco de implementação é reduzido e, genericamente, os entrevistados consideram que o RPA não foi aplicado a processos errados ou com ineficiências.

Quanto ao inquérito por questionário, este revelou que uma larga maioria (75,9%) dos inquiridos que trabalham em atividades de contabilidade e auditoria ou consultoria fiscal reconhece desconhecer o RPA. Quanto aos restantes 24,1% que conhecem o RPA, os inquiridos de empresas de menor dimensão encontram-se mais envolvidos diretamente nas tarefas/áreas que utilizam o RPA, o que pode ser explicado pela maior polivalência dos colaboradores nestas organizações. O aspeto que se revelou mais relevante pela aplicação do RPA foi a eficiência. No que respeita ao grau médio de conhecimento do RPA, da percepção sobre o nível de exigência de manutenção, sobre o nível de risco na utilização do RPA, e sobre as soluções existentes no mercado serem adequadas também para os pequenos escritórios de contabilidade, são muito pequenas as diferenças entre organizações de maior e menor dimensão.

A triangulação das duas metodologias de investigação (quantitativa e qualitativa), e respetivos métodos de geração e análise de dados (entrevistas e inquérito), incidindo sobre o mesmo tema e o mesmo grupo-alvo, permitiu uma comparação, ainda que limitada, dos respetivos resultados.

Ambos os estudos evidenciaram a preocupação dos entrevistados e dos inquiridos em automatizar alguns processos. Nas entrevistas denotou-se, pelo conhecimento partilhado, que os CC se encontravam familiarizados com os processos que foram automatizados nos seus escritórios, dado que os utilizam diariamente; na mesma linha, no inquérito evidenciou-se o facto de que todos os inquiridos de empresas que utilizam o RPA estão envolvidos diretamente nas tarefas/áreas que utilizam o RPA.

Os dois estudos evidenciam a importância da área de vendas / importação de ficheiros SAF-T(PT) na utilização do RPA nas pequenas empresas. Também as tarefas fiscais assumiram relevância em ambos os estudos. Salientam-se outras áreas

de utilização identificadas no questionário (em particular, a gestão de recursos humanos, nas pequenas empresas), mas que, devido às funções específicas do reduzido número de CC entrevistados, podem ter acabado por não ser referidas no estudo qualitativo. Assim, nesta pergunta as indicações do questionário são potencialmente mais relevantes do que as obtidas pelas entrevistas.

Ambos os estudos evidenciam que o resultado mais relevante da implementação de RPA foi o aumento da eficiência, seguido da melhoria da fiabilidade da informação produzida. Quanto às exigências de manutenção do RPA, apesar de haver algum desvio nas conclusões (segundo as entrevistas, essas exigências têm importância reduzida; segundo os questionários, essa importância é média – 3,5/5), salienta-se que em nenhum dos estudos este fator foi identificado como altamente exigente - o que poderia ser um fator dissuasor para a adoção da tecnologia pelas pequenas empresas. Apesar de as conclusões quanto ao nível de risco associado não serem diretamente comparáveis, os elementos de risco identificados nas entrevistas, e o tom genérico dos entrevistados quanto a este aspeto, são genericamente compatíveis com o nível de risco relativamente baixo (2,3) identificado através dos inquéritos.

6.2. Contributos teóricos e práticos

De um modo geral, as evidências empíricas obtidas reforçam as conclusões obtidas em vários dos estudos referidos na secção 2. Todavia, um dos aspetos contrários à literatura refere-se à manutenção contínua e constante da ferramenta. Enquanto Hofmann et al. (2019) e Kirchmer (2017) concluíram ser essencial promover melhorias contínuas nas ferramentas, para manter a máxima eficiência dos processos, nesta investigação foi identificada a perceção de que esta necessidade era reduzida. Quanto aos riscos da implementação do RPA em tarefas contabilísticas, acrescenta-se à literatura os riscos de poder existir demasiada confiança no robô e os técnicos/CC reduzirem a atenção na execução das tarefas. Quanto à implementação do RPA em pequenos escritórios de contabilidade, esta investigação contribuiu para colmatar uma lacuna na literatura nesta área (que, tanto quanto foi possível investigar, é inexistente), ao sugerir que, genericamente, existem condições de aplicabilidade neste tipo de organizações, muito embora se tenha verificado que ainda existe bastante desconhecimento do tema por parte dos CC.

Este estudo exploratório não tem a pretensão de generalização dos seus resultados a todas as organizações, mas, ainda assim, pode fornecer importantes contribuições práticas. Por um lado, é relevante para os fornecedores da tecnologia, dado que permitiu observar que, genericamente, existem condições de aplicabilidade neste tipo de organização e que se trata de um mercado que aparenta estar ainda por explorar, nomeadamente no que se refere ao RPA enquanto *software* específico, mas que tem sido ocupado pelos sistemas de con-

tabilidade e sistemas integrados, ao integrarem em si funcionalidades de RPA. Por outro lado, é relevante para os escritórios de contabilidade e CC, uma vez que sugere que esta tecnologia permite a otimização do trabalho diário destes profissionais, nomeadamente ao nível da eficiência de processos e da melhoria da fiabilidade da informação produzida.

Como reflexão final, considera-se significativo que os níveis de conhecimento e adoção de RPA sejam ainda reduzidos neste tipo de organizações, sobretudo quando comparado com a grande divulgação de novas tecnologias, como o RPA, por parte de vendedores de *software*, académicos e organizações profissionais – podendo citar-se, pela sua relevância, a própria organização reguladora da profissão, a Ordem dos Contabilistas Certificados. Este contraste pode ser atribuído à muito reduzida dimensão deste tipo de organizações, a uma formação ainda reduzida, e ecoa alguma resistência à adoção de novas tecnologias identificada em estudos internacionais (p.ex., Schmidt et al., 2020). Tal sugere que a divulgação das tecnologias e a formação dos profissionais deve continuar, incluindo também tecnologias mais recentes como o RPA, para que as alterações cheguem, de forma vantajosa, também às organizações de menor dimensão e complexidade, como os pequenos gabinetes de contabilidade.

6.3. Limitações e pistas de investigação

Reconhecem-se limitações a esta investigação. Teria sido vantajoso entrevistar mais indivíduos, dos três grupos identificados, mas tal foi inviável por limitações de tempo e pelo contexto pandémico. Teria sido igualmente interessante estudar as condições comerciais e contratuais praticadas no mercado para este tipo de organização, por exemplo, analisando as ofertas comerciais e as condições de faturação e de pagamento. A aplicação do inquérito num único grupo da rede social *Facebook* restringiu a amostra e esta pode não ser suficientemente representativa da população; no entanto, a grande dimensão do grupo e a existência de critérios de seleção para o ingresso tornaram-no particularmente adequado enquanto população de estudo. Reconhece-se que o inquérito poderia ter explicitado que no conceito de RPA também se incluem automatismos existentes nos sistemas contabilísticos e ERP (como referido, esse aspeto foi apenas identificado durante a investigação qualitativa). Essa indicação poderia influenciar as respostas, sobretudo dos inquiridos que desconhecem o conceito de RPA mas conhecem e utilizam os automatismos incluídos nos ERPs com características idênticas ao *software* dedicado RPA.

Por fim, para além das pistas para futuras investigações fornecidas pelas limitações deste projeto, uma perspetiva relevante, e referida por alguns CC, é a da evolução da profissão do Contabilista nesta era digital, face à automação e às competências a desenvolver. Ainda poderá ser interessante avaliar os benefícios efetivos obtidos nos pequenos escritórios de contabilidade pela implementação do RPA, nomeada-

mente quanto à eficiência gerada pela redução do tempo despendido em tarefas rotineiras e repetitivas. Relacionando-se com estes aspetos, investigação futura poderá focar aspetos como o impacto na prestação de serviços de consultoria de natureza estratégica, nas avenças e preços de serviços praticados, e na redução ou alteração do número e características dos profissionais empregues.

Referências bibliográficas

Aguirre, S. e Rodriguez, A. (2017) Automation of a business process using robotic process automation (RPA): a case study. *Applied Computer Sciences in Engineering: 4th Workshop on Engineering Applications (WEA 2017)*, 27-29 September, Cartagena, Columbia, pp.65-71. https://doi.org/10.1007/978-3-319-66963-2_7.

Aswini, K. (2018) Advantages and Disadvantages of Outsourcing. *Shanlax International Journal of Commerce*, 6, pp.7-9. <https://doi.org/10.5281/zenodo.1438164>.

Bogner, A. e Menz, W. (2009) The theory-generating expert interview: Epistemological Interest, forms of knowledge, interaction. In A. Bogner, B. Littig, and W. Menz (eds.), *Interviewing experts*, pp.43-80. UK: Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1057/9780230244276>.

Bourgouin, A., Leshob, A. e Renard, L. (2018) Towards a Process Analysis Approach to Adopt Robotic Process Automation. *2018 IEEE 15th International Conference on e-Business Engineering (ICEBE 2018)*, 12.14 October, Xi'An, China, pp.46-53. <https://doi.org/10.1109/ICEBE.2018.00018>.

Chappell, D. (2017) Introducing Blue Prism, Robotic Process Automation for the Enterprise. Disponível em http://www.davidchappell.com/writing/white_papers/Introducing_Blue_Prism_v2--Chappell.pdf.

Cooper, L. A., Holderness Jr, D. K., Sorensen, T. L. e Wood, D. A. (2019) Robotic process automation in public accounting. *Accounting Horizons*, 33(4), pp.15-35. <https://doi.org/10.2308/acch-52466>.

Dekker, M., van der Meulen, S., Cherenkova, L. e Cligge, M. (2019) Address functional and technical challenges during SAP implementation projects with RPA. *Compact*, 1, pp.42-49. Disponível em <https://www.compact.nl/articles/robotics-process-automation/>.

Ernst & Young (2016) Get ready for robots: Why planning makes the difference between success and disappointment. Disponível em <https://eyfinancialservices-houghtgallery.ie/wp-content/uploads/2016/11/ey-get-ready-for-robots.pdf>.



Fernandez, D. e Aman, A. (2018) Impacts of Robotic Process Automation on Global Accounting Services. *Asian Journal of Accounting and Governance*, 9, pp.123-131. <http://dx.doi.org/10.17576/AJAG-2018-09-11>.

Figueiredo, A. (2019) “Robotic Process Automation nos Centros de Serviços Partilhados e suas Implicações para a Gestão de Recursos Humanos: Uma Ilustração Empírica (em Portugal)”, Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto. Disponível em https://sigarra.up.pt/fep/en/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=343943.

Granlund, M. (2011) Extending AIS research to management accounting and control issues: a research note. *International Journal of Accounting Information Systems*, 12, pp.3-19. <https://doi.org/10.1016/j.accinf.2010.11.001>.

Günther, H. (2006) Qualitative research versus quantitative research: is that really the question? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22, pp.201-210. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722006000200010>.

Hartley, J.L. e Sawaya, W.J. (2019) Tortoise, not the hare: Digital transformation of supply chain business processes. *Business Horizons*, 62, pp.707-715. <https://doi.org/10.1016/j.bushor.2019.07.006>.

Hofmann, P., Samp, C. e Urbach, N. (2019) Robotic process automation. *Electronic Markets*, 30, pp.99-106. <https://doi.org/10.1007/s12525-019-00365-8>.

Hoque, Z., Covaleski, M. A. e Gooneratne, T.N. (2013) Theoretical triangulation and pluralism in research methods in organizational and accounting research. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 26(7), pp.1170-1198. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-May-2012-01024>.

Hradecká, M. (2019) Robotic Internal Audit – Control Methods in the Selected Company. *Economics and Informatics*, 11, pp.31-42. <https://doi.org/10.7160/aol.2019.110204>.

Huang, F. e Vasarhelyi, M. A. (2019) Applying robotic process automation (RPA) in auditing: A framework. *International Journal of Accounting Information Systems*, 35, 100433. <https://doi.org/10.1016/j.accinf.2019.100433>.

IT Central Station (2020) Realizing the Benefits of RPA in Accounting and Finance. Disponível em: <https://www.uipath.com/resources/automation-white-papers/it-central-station-peer-paper-finance-accounting>.

Kalaiganam, K. e Varadarajan, R. (2012) Offshore outsourcing of customer relationship management: conceptual model and propositions. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 40, pp.347-363. <https://doi.org/10.1007/s11747-011-0291-0>.

Kirchmer, M. (2017) Robotic Process Automation – Pragmatic Solution or Dangerous Illusion? Disponível em: <http://insights.btoes.com/risks-robotic-process-automation-pragmatic-solution-or-dangerous-illusion>.

Kokina, J. e Blanchette, S. (2019) Early Evidence of Digital Labor in Accounting. *International Journal of Accounting Information Systems*, 12, pp.99-115. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3409268>.

Kristandl, G., Quinn, M. e Strauß, E. (2015) Controlling und Cloud Computing – Wie die Cloud den Informationsfluss in KMU ändert. *ZfKE – Zeitschrift für KMU und Entrepreneurship*, 63, pp.281-304. <http://dx.doi.org/10.3790/zfke.63.3-4.281>.

Leopold, H., van der Aa, H. e Reijers, H. A. (2018) Identifying Candidate Tasks for Robotic Process Automation in Textual Process Descriptions. *Lecture Notes in Business Information Processing*, 318, pp.67-81. https://doi.org/10.1007/978-3-319-91704-7_5.

Ludacka, F., Duell, J. e Waibel, P. (2019) Global accounting with the TIM BPM Suite at Deutsche Bahn Group. *CEUR Workshop Proceedings*, 2428, pp.130-141.

Moffitt, K., Rozario, A. e Vasarhelyi, M. (2018) Robotic Process Automation for Auditing. *Journal of Emerging Technologies in Accounting*, 15(1), pp.1-10. <https://doi.org/10.2308/jeta-10589>.

Montero, J. C., Ramírez, A. J. e Enríquez, J. G. (2019) Towards a Method for Automated Testing in Robotic Process Automation Projects. *2019 IEEE/ACM 14th International Workshop on Automation of Software Test (AST 2019)*, 27 May, Montreal, QC, Canada, pp.42-47. <https://doi.org/10.1109/AST.2019.00012>.

Oliveira, J. (2018) Accountants' roles and accounting-related technologies. In M. Quinn e E. Strauss (eds.), *The Routledge Companion to Accounting Information Systems*, pp.133-144. Routledge.

Park, J. e Park, M. (2016) Qualitative versus Quantitative Research Methods: Discovery or Justification? *Journal of Marketing Thought*, 3, pp.1-7. <https://doi.org/10.15577/jmt.2016.03.01.1>.

Pinto, S. (2018, Agosto 6) Paula Franco. “Hoje já há noção de que em Portugal não é fácil fugir aos impostos”. Jornal i. Disponível em: https://ionline.sapo.pt/artigo/621544/paula-franco-hoje-ja-ha-nocao-de-que-em-portugal-nao-e-facil-fugir-aos-impostos-?seccao=Dinheiro_i.



Raissa, U., Zhyldyz, K., Ryskhan, S., Aiman, M. e Aizhan, K. (2019) Applying of RPA in administrative processes of public administration. *2019 IEEE 21st Conference on Business Informatics (CBI 2019)*, 15-17 July, Moscow, Russia, pp.9-12. <https://doi.org/10.1109/cbi.2019.10089>.

Remenyi, D. e Williams, B. (1995) Some aspects of methodology for research in information systems. *Journal of Information Technology*, 10, pp.191-201. <https://doi.org/10.1177/026839629501000307>.

Rikhardsson, P. e Dull, R. (2016) An exploratory study of the adoption, application and impacts of continuous auditing technologies in small businesses. *International Journal of Accounting Information Systems*, 20, pp.26-37. <https://doi.org/10.1016/j.accinf.2016.01.003>.

Ruivo, P., Oliveira, T. e Neto, M. (2014) Examine ERP post-implementation stages of use and value: Empirical evidence from Portuguese SMEs. *International Journal of Accounting Information Systems*, 15, pp.166-184. <http://dx.doi.org/10.1016/j.accinf.2014.01.002>.

Schmidt, P., Riley, J. e Church, K. (2020) Investigating Accountants' Resistance to Move beyond Excel and Adopt New Data Analytics Technology. *Accounting Horizons*, 34(4), pp.165-180. <https://doi.org/10.2308/HORIZONS-19-154>.

van der Aalst, W. M. P., Bichler, M. e Heinzl, A. (2018) Robotic Process Automation. *Business and Information Systems Engineering*, 60(4), pp.269-272. <https://doi.org/10.1007/s12599-018-0542-4>.

Legislação, Normas e Regulamentos

Banco de Portugal (2018) Mapa dos quadros do setor. Disponível em <https://www.bportugal.pt/QS/qsweb/Dashboards>.

Comissão das Comunidades Europeias (2003) Recomendação da Comissão de 6 de Maio de 2003 relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas. *Jornal Oficial da União Europeia*, nº L 124 de 20/05/2003, pp.36-41. Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32003H0361&from=PT>.

Ordem dos Contabilísticos Certificados (2019) Estatuto da Ordem dos Contabilísticos Certificados e Código Deontológico dos Contabilísticos Certificados. Disponível em: https://www.occ.pt/fotos/editor2/estatuto2017_v2019_final_v2.pdf.

Ministério das Finanças (2015) Homologação da Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilística. *Diário da República n.º 146/2015, Série II de 29/07/2015, Aviso n.º 8254/2015 de 29/07/2015*, pp.20735-20742. Disponível em: <https://dre.pt/home/-/dre/69889534/details/maximized>.



Anexos

Anexo 1: Guião de entrevista a utilizadores atuais da tecnologia

Parte A - Introdução à entrevista

1. Informar, de forma breve, os objetivos da investigação;
2. Solicitar a colaboração do entrevistado dado que o seu contributo é imprescindível na realização da investigação;
3. Garantir a confidencialidade da entrevista (assegurar que o consentimento informado está devidamente assinado);
4. Solicitar autorização para gravar a entrevista em suporte áudio, apenas com o intuito de facilitar a transcrição.

Parte B - Entrevista

1. Gostaria de a(o) questionar acerca da sua atividade profissional:
 - a. Que cargo ocupa?
 - b. Qual a dimensão da organização em que trabalha (n.º de colaboradores)?
2. Em termos da utilização do RPA na sua atividade profissional:
 - a. Com que frequência utiliza esta ferramenta?
 - b. Que tarefas executa através do RPA?
 - c. Em que medida, e de que modo, o RPA influencia a execução dessas tarefas ou outras tarefas na área da contabilidade na sua organização, mesmo que não por si executadas?
3. No que respeita à manutenção da ferramenta:
 - a. Qual o nível de exigência de manutenção do RPA?
 - b. Em que medida a ferramenta tem de ser ajustada constantemente à organização?
 - c. Em que medida a internalização das competências é um fator de vantagem competitiva para uma organização que implemente o RPA?

i. *Por internalização das competências, neste contexto, deve entender-se que uma organização tem colaboradores internos que se dedicam ao desenvolvimento da ferramenta em detrimento de subcontratar uma empresa que lhe preste os serviços.*

4. Importa, agora, analisar os riscos inerentes à utilização do RPA:

a. Quais os principais riscos na utilização desta ferramenta?

b. Qual o nível de risco de implementação?

c. Em que medida o RPA é aplicado a processos errados ou com ineficiências?

5. Focando a implementação do RPA em pequenos escritórios de contabilidade:

a. Considera que o RPA pode ser aplicado em pequenos escritórios de contabilidade?

b. Em que medida, e de que modo/em que aspetos, a implementação do RPA nestes escritórios pode melhorar:

i. a eficiência?

ii. a qualidade da informação produzida? (informação detalhada relacionada com este ponto na nota abaixo)

c. Em que medida, e de que modo, o facto de os escritórios efetuarem a contabilidade de diversas empresas tem influência sobre a implementação do RPA neste tipo de organizações?

Parte C – Conclusão da entrevista

Nota:

As características qualitativas aqui consideradas são as identificadas no parágrafo 24 como as quatro principais, isto é, a compreensibilidade, a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade. Segundo a Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilística, nos parágrafos 24 a 46, genericamente: [1] a compreensibilidade significa que a informação proporcionada nas demonstrações financeiras é rapidamente compreensível pelos utentes; [2] a relevância significa que a informação para ser útil, tem de ser relevante para a tomada de decisão dos utentes; [3] a fiabilidade significa que a informação é fiável quando estiver isenta de erros materiais e de preconceitos; [4] e a comparabilidade consiste no facto de ser possível aos utentes comparar as demonstrações financeiras de uma entidade ao longo do tempo e de diversas entidades.



Anexo 2: Guião de entrevista a programadores

Parte A - Introdução à entrevista (ver guião do anexo 1)

Parte B - Entrevista

1. Gostaria de a(o) questionar acerca da sua atividade profissional:
 - a. Que cargo ocupa?
 - b. Qual a dimensão da organização em que trabalha (nº de colaboradores)?
2. No que respeita à manutenção da ferramenta:
 - a. Qual o nível de exigência de manutenção do RPA?
 - b. Em que medida a ferramenta tem de ser ajustada constantemente à organização?
 - c. Em que medida a internalização das competências é um fator de vantagem competitiva para uma organização que implemente o RPA?
 - i. Por internalização das competências, neste contexto, deve entender-se que uma organização tem colaboradores internos que se dedicam ao desenvolvimento da ferramenta em detrimento de subcontratar uma empresa que lhe preste os serviços.*
3. Importa, também, analisar os riscos inerentes à utilização do RPA:
 - a. Quais os principais riscos na utilização desta ferramenta?
 - b. Qual o nível de risco de implementação?
 - c. Em que medida o RPA é aplicado a processos errados ou com ineficiências?
4. Focando a implementação do RPA em pequenos escritórios de contabilidade:
 - a. Considera que o RPA pode ser aplicado em pequenos escritórios de contabilidade?
 - b. Em que medida, e de que modo/em que aspetos, a implementação do RPA nestes escritórios pode melhorar a eficiência?
 - c. Em que medida, e de que modo, o facto de os escritórios efetuarem a contabilidade de diversas empresas tem influência sobre a implementação do

RPA neste tipo de organizações?

5. Relativamente as soluções existentes para os pequenos escritórios de contabilidade (opcional):

a. Como caracteriza a procura por parte deste tipo de organização? Como esta procura tem evoluído?

b. Existem soluções no mercado especificamente pensadas para estas empresas de menor dimensão?

Parte C – Conclusão



Anexo 3: Guião de entrevista a Contabilistas Certificados

Parte A - Introdução à entrevista (ver guião do anexo 1)

Parte B - Entrevista

1. Gostaria de a(o) questionar acerca da sua atividade profissional:
 - a. Que cargo ocupa?
 - b. Qual a dimensão da organização em que trabalha (nº de colaboradores)?
2. Em que grau conhece o RPA? (Níveis de conhecimento: nulo, reduzido, médio, alto ou muito alto)
3. Utiliza a ferramenta no seu escritório?
 - a. Se sim:
 - i. Em que áreas?
 - ii. Há quanto tempo (para as diferentes áreas)?
 - b. Se não, passar para a questão 7.
4. Tendo por base as tarefas/áreas do seu escritório que utilizam o RPA e as tarefas a que tenciona ainda implementar esta ferramenta:
 - a. Que tarefas contabilísticas/fiscais considera apresentarem um maior potencial para automação através do RPA?
 - b. Em que medida, e de que modo/em que aspetos, a implementação desta ferramenta no seu escritório melhorou:
 - i. a eficiência?
 - ii. a qualidade da informação produzida? (informação detalhada relacionada com este ponto na nota abaixo)
 - c. No seu escritório, em que medida considera que o RPA foi implementado a processos errados ou ineficientes?
5. No que respeita à manutenção da ferramenta:

- a. Qual o nível de exigência de manutenção do RPA?
 - b. Em que medida a ferramenta tem de ser ajustada constantemente à organização?
 - c. Em que medida a internalização das competências é um fator de vantagem competitiva para uma organização que implemente o RPA?
 - i. *Por internalização das competências, neste contexto, deve entender-se que uma organização tem colaboradores internos que se dedicam ao desenvolvimento da ferramenta em detrimento de subcontratar uma empresa que lhe preste os serviços.*
6. Importa analisar os riscos inerentes à utilização do RPA:
- a. Quais os principais riscos na utilização desta ferramenta?
 - b. Qual o nível de risco de implementação?
7. Relativamente às soluções existentes no mercado para os pequenos escritórios de contabilidade:
- a. (apenas se respondeu não à questão 3): Já recorreu a alguma empresa para obter mais informações acerca da implementação desta ferramenta?
 - b. Se sim, em que medida considera que as soluções apresentadas são pensadas especificamente para as pequenas empresas?

Parte C – Conclusão da entrevista

Nota: (ver guião do anexo 1)



Anexo 4: Questionário

Implementação do *Robotic Process Automation* (RPA) em pequenos escritórios de contabilidade

Este estudo visa analisar uma possível implementação do *Robotic Process Automation* (RPA) em pequenos escritórios de contabilidade. A participação no inquérito é anónima e voluntária. Agradecemos o tempo disponibilizado, que não deverá ser superior a 5 minutos.

1. Qual o ramo de atividade da área/empresa em que trabalha?

- Atividades de contabilidade e auditoria; consultoria fiscal
- Outra

Se a resposta for “Atividades de contabilidade e auditoria; consultoria fiscal” segue automaticamente para a Q.6

2. Qual o ramo de atividade da área/empresa em que trabalha?

3. Em que grau considera que conhece o *Robotic Process Automation* (RPA)?

- | | | | | | | |
|------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|---------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | |
| Nulo | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | Elevado |

4. Utiliza o RPA no âmbito de tarefas contabilísticas e fiscais?

- Sim
- Não

Se a resposta for “Não” o questionário termina aqui. “O restante inquérito está direcionado para os profissionais que utilizam o RPA na sua atividade profissional”.

5. O restante inquérito está direcionado para as pessoas que exercem funções no ramo de “Atividades de contabilidade e auditoria; consultoria fiscal”, pelo que não será apresentado. No entanto, gostaríamos de realizar entrevistas a pessoas de outros perfis, por forma a obter mais informação acerca do tema. Essas entrevistas são muito importantes para garantir a viabilidade da investigação. Asseguramos o cumprimento de todos os aspetos relativos à confidencialidade e anonimato. Se estiver disponível para colaborar, indique, por favor, endereço de email, *LinkedIn* ou contacto telefónico.

Opcional

Termina o questionário para os inquiridos que responderam que não trabalham em Atividades de contabilidade e auditoria; consultoria fiscal.

6. Qual a função que exerce na organização em que trabalha?

- Contabilista Certificado
- Técnico de Contabilidade e/ou outras funções administrativas ligadas à Contabilidade
- Auditor
- Consultor Fiscal
- Outra: _____

7. Qual a dimensão da organização em que trabalha?

- Até 10 colaboradores (≤ 10)
- Entre 10 e 50 colaboradores
- Mais de 50 colaboradores (> 50)

8. Conhece o *Robotic Process Automation* (RPA)?

- Sim
- Não



Se a resposta for “Não” o questionário termina aqui. “O restante inquérito está direcionado para os profissionais que utilizam o RPA na sua atividade profissional”.

9. Em que grau considera que conhece o *Robotic Process Automation* (RPA)?

	1	2	3	4	5	
Nulo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Elevado

10. Na organização em que exerce funções, utilizam o RPA?

Sim

Não

Se a resposta for “Não” segue automaticamente para a Q.19

11. Em que grau considera que utilizam o RPA?

Neste contexto, “processos organizacionais elegíveis” são os processos organizacionais ligados à contabilidade e áreas conexas que considera serem suscetíveis de automatização através do RPA.

Utilização reduzida - ainda em fase de exploração / até 25% dos processos organizacionais elegíveis

Utilização média - 25% a 50% dos processos organizacionais elegíveis

Utilização elevada - 50% a 75% dos processos organizacionais elegíveis

Utilização muito elevada - 75% a 100% dos processos organizacionais elegíveis

12. Relativamente aos processos organizacionais indicados acima:

Está envolvido diretamente nas tarefas/áreas que utilizam o RPA

Não está envolvido diretamente nas tarefas/áreas que utilizam o RPA

Nesta secção, responda com base na sua experiência na organização que exerce funções (esteja diretamente ou indiretamente envolvido nas tarefas/áreas que utilizam o RPA).

13. Em que área(s)/tarefa(s) utilizam o RPA?

Marcar tudo o que for aplicável.

- Tesouraria
- Compras
- Vendas
- Suporte documental
- Gestão de ativos
- Tarefas Fiscais
- Gestão de Recursos Humanos (Salários)
- Outra: _____

14. Há quanto tempo utilizam o RPA (para as diferentes áreas/tarefas)?

Introduzir um número em anos (pode indicar partes do ano) para as diferentes áreas/tarefas que indicou na questão anterior --> Sugestão de resposta: Área/Tarefa – N.º anos

15. Em que medida considera que a implementação do RPA melhorou:

Marcar apenas uma opção por linha.

	Não melhorou nada	Melhorou razoavelmente	Melhorou muito
1. a eficiência?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. a compreensibilidade das demonstrações financeiras?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. a relevância da informação produzida?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. a fiabilidade da informação produzida?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5. a comparabilidade das demonstrações financeiras?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



16. Que tarefas contabilísticas/fiscais considera apresentarem um maior potencial para automação através do RPA?

Opcional

17. Qual considera ser o nível de exigência de manutenção do RPA?

	1	2	3	4	5	
Reduzido	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito elevado

18. Qual considera ser o nível de risco na utilização do RPA?

	1	2	3	4	5	
Reduzido	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito elevado

Avançar para a Q.20

19. Já recorreu a alguma empresa para obter mais informações acerca da implementação do RPA?

- Sim
- Não

Se a respondeu “Não” na questão anterior, o questionário termina aqui.

20. A que tipo de empresa recorreu para obter mais informações acerca da implementação do RPA?

- Consultoria
- Contabilidade/Fiscalidade
- Outra: _____

21. Em que medida considera existirem pelo menos algumas soluções no mercado adequadas também para os pequenos escritórios de contabilidade?

	1	2	3	4	5	
Nada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito

22. Em que principais aspetos considera existir (ou não) adequação na oferta apresentada pelo mercado?

Poderá ter como base os seguintes aspetos: funcionalidades, preço, tipo de contrato, entre outros aspetos que considere relevante --> Indique expressamente se existe ou não adequação na oferta.

23. No âmbito desta investigação, também realizamos entrevistas, por forma a obter mais informação acerca do tema. Essas entrevistas são muito importantes para garantir a viabilidade da investigação. Asseguramos o cumprimento de todos os aspetos relativos à confidencialidade e anonimato. Se estiver disponível para colaborar, indique, por favor, endereço de email, *LinkedIn* ou contacto telefónico para podermos entrar em contacto consigo.

Opcional

O questionário termina aqui.



Anexo 5: Caracterização dos entrevistados

Tipo	Entrevistado	Idade	Experiência	Sexo
Utilizador	Utilizador 1	24	3	Feminino
	Utilizador 2	28	7	Masculino
	Utilizador 3	27	6	Masculino
Programador	Programador 1	30	9	Masculino
	Programador 2	41	20	Masculino
Contabilista Certificado	Contabilista Certificado 1	38	17	Masculino
	Contabilista Certificado 2	37	16	Masculino
	Contabilista Certificado 3	43	22	Masculino
	Contabilista Certificado 4	43	22	Masculino

ⁱ A recomendação da Comissão das Comunidades Europeias n.º 2003/361/CE, de 6 de maio de 2003, define os limites para classificar as empresas como micro, pequenas e médias, em função do número de colaboradores e do volume de negócios anual ou balanço total. Aplicou-se, por simplificação, apenas o critério do número de colaboradores.

ⁱⁱ Os inquiridos que não trabalham em atividades de contabilidade e auditoria ou consultoria fiscal, mas em áreas como Banca, Metalomecânica ou Ensino (23, 14,4% do total), indicaram um conhecimento sobre RPA reduzido (52,2% responderam ser nulo), pelo que não se aprofundam as suas respostas.



Determinantes do número de segmentos operacionais pós-adoção da IFRS 8: Evidência em Bancos da União Europeia

Ana Isabel Lopes*

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL),
Business Research Unit (BRU-IUL), Lisboa, Portugal
Endereço: ISCTE-IUL, Avenida das Forças Armadas,
Edif. II, Gab. D517, 1649-026 LISBOA Portugal.
Telefone: +351 937200064
ana.isabel.lopes@iscte-iul.pt

Anastasia Trofimova

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal
Email: atrofimova0488@gmail.com

*Autor para envio de correspondência



Determinantes do número de segmentos operacionais pós-adoção da IFRS 8: Evidência com Bancos da União Europeia

Resumo

Os objetivos deste estudo são identificar as principais características económico-financeiras determinantes do número de segmentos relatados por Bancos da União Europeia e analisar o consequente efeito da adoção da IFRS 8 - Segmentos Operacionais. Esta norma permite entender melhor o desempenho de uma entidade, facilitando julgamentos e avaliação de riscos e oportunidades. Contudo, a investigação sobre impactos da adoção da IFRS 8 não tem abrangido o setor bancário, pese embora a sua adoção num período em que, devido à crise do *subprime*, se passou a exigir mais transparência a este sector. Com uma amostra de 146 Bancos da UE com ações admitidas à cotação em Bolsa e uma janela temporal de 13 anos com início em 2005, o presente estudo revela-se oportuno. Os resultados demonstram que o número de segmentos operacionais será tanto maior quanto maior for a diversidade de bolsas de valores onde o capital está admitido, a dimensão do Banco e o seu nível de crescimento, e quanto menor for a sua alavancagem e a dispersão do capital dos acionistas, não sendo a rentabilidade ou o tipo de auditor um factor determinante. Separando-os por linha de negócios e por área geográfica, evidenciam-se algumas diferenças (e.g., dispersão de capital, dimensão do banco, alavancagem). Por outro lado, os resultados comprovam que o número de segmentos aumentou depois da adoção da IFRS 8, e que a associação de alguns determinantes com o número de segmentos também se altera, sendo essa alteração mais significativa quando estes são apresentados por geografias.

Palavra-chave: IFRS 8; Segmentos operacionais; Sector bancário; Instituições financeiras; Bancos da União Europeia; Relato por segmentos; Determinantes.

Abstract

The objectives of this study are to identify the main economic and financial characteristics determining the number of segments reported by European Union Banks and analyze the consequent effect of the adoption of IFRS 8 - Operating Segments. This standard allows a better understanding of an entity's performance, facilitating judgments and evaluation of risks and opportunities. However, the research of the impacts of IFRS 8 adoption has not covered the banking sector, despite its adoption in a period when, due to the subprime crisis, more transparency was demanded from this sector. With a sample of 146 EU listed banks and a time window of 13 years starting in 2005, this study is timely. The results show that the number of operating segments will be greater the more diversity of stock exchanges, the size of the Bank and its level of growth, and the lower its leverage and the dispersion of shareholders' capital, with profitability or type of auditor not being a determining factor. Separating them by business line and geographic area, some differences (e.g., capital dispersion, bank size, leverage) are evident. On the other hand, the results show that the number of segments increased after the adoption of IFRS 8, and that the association of some determinants with the number of segments also changes, with this change being more significant when they are presented by geographies.

Keywords: IFRS 8; Operating Segments; Banking Sector; Financial Institutions; European Union Banks; Segment Reporting; Determinants.

Introdução

Os investidores e os analistas financeiros têm procurado em crescendo informações relevantes para tomar decisões de investimento e precisam entender como uma empresa se comporta economicamente. Nesta análise, já há alguns anos que se reconhece que a informação desagregada é extremamente útil e importante para os utilizadores das demonstrações financeiras (Berger e Hann, 2003), sendo as informações sobre segmentos operacionais essenciais para os investidores (Alfaraih e Alanezi, 2011; Palepu, 1999). Neste sentido, todas as entidades cujos instrumentos de dívida ou de capital sejam negociados num mercado público na União Europeia, são obrigadas a divulgar informação sobre segmento com base na IFRS 8 – Segmentos Operacionais. Esta norma tornou-se obrigatória para períodos iniciados em, ou após, 1 de janeiro de 2009, embora a aplicação antecipada fosse permitida. Exceto para diferenças menores (eIFRS, BC.60) e mudanças na terminologia, a IFRS 8 é muito semelhante à SFAS 131 – Segment Reporting, em vigor nos Estados Unidos da América. Esta aproximação dos dois normativos responde aos projetos de convergência a curto prazo e ao Memorandum of Understanding entre o International Accounting Standards Board (IASB) e Financial Accounting Standards Board (FASB).

A IFRS 8 altera substancialmente o relato por segmentos em entidades que aplicam as normas do IASB, já que revoga a anterior International Accounting Standard (IAS) 14, na qual os segmentos primários e secundários eram determinados através de “riscos e retornos” potenciais e reais, exigindo agora que as empresas identifiquem segmentos de acordo com a estrutura organizacional interna da empresa e a maneira pela qual o *entity's chief operating decision maker* (CODM) aloca recursos e avalia o desempenho, numa lógica de management approach. Desta forma, espera-se que sejam mais consistentes com a estrutura organizacional da empresa (Herrmann e Thomas, 2000) e que se divulgue um maior número de segmentos (Street *et al.*, 2000). O efeito de aplicação deste management approach foi examinado em estudos anteriores e os resultados mostram que depois de aplicação da IFRS 8 as empresas começaram divulgar mais segmentos operacionais e menos itens de informação por cada segmento (Aleksanyan e Danbolt, 2015; Bugeja *et al.*, 2015; Franzen e Weißenberger, 2015; Leung e Verriest, 2015; Lucchese e Di Carlo, 2016; Kang e Gray, 2013; Nichols *et al.*, 2012).

Em relação aos fatores explicativos que influenciam o nível de divulgação de informações por segmento (número de segmentos relatáveis e/ou número de itens de informação por segmento relatado), os estudos anteriores examinaram principalmente características específicas da empresa, como: dimensão, crescimen-

to, rentabilidade, alavancagem, influência dos auditores ou setor/indústria (Alfaraih e Alanezi, 2011; Herrmann e Thomas, 1996; Pardal et al., 2015; Prencipe, 2004; Chavent *et al.*, 2006; Lucchese e Di Carlo, 2016; Inchausti, 1997; Prather-Kinsey e Meek, 2004; Wallace *et al.*, 1994). Contudo, denota-se a ausência de estudos sobre os fatores explicativos do nível de divulgação por segmentos operacionais exclusivamente no setor bancário da Europa, num período em que se passou a exigir mais transparência ao setor bancário. De facto, o sistema financeiro internacional, do qual o sistema bancário faz parte, sofreu uma forte contaminação do que ficou internacionalmente conhecido como a crise financeira de 2008. O período crítico da crise, curiosamente, coincidiu com a aplicação da IFRS 8, embora não haja uma relação direta entre estes dois acontecimentos. Tendo em atenção os *gaps* na investigação anterior relativamente à ausência do setor bancário na maioria das amostras, e o facto de este sector passar a aplicar a IFRS 8 num período em que se passou a exigir mais transparência ao setor bancário, permite identificar o principal objetivo deste trabalho.

Neste contexto, os objetivos do presente estudo são: i) identificar a associação entre o número de segmentos operacionais relatado pelo setor bancário da União Europeia e as características dos Bancos que as divulgam, identificando quais os determinantes desse relato, abrangendo a rentabilidade, a alavancagem, o tipo de acionista, a diversidade de bolsas de valores, dimensão do banco, crescimento do banco e o tipo de auditor; ii) analisar o efeito da adoção da IFRS 8 na identificação dos determinantes do número de segmentos. A amostra da presente investigação compreende 146 Bancos da Europa com ações admitidas à cotação em Bolsas de Valores, numa janela temporal de 13 anos, com início em 2005.

Os principais resultados indicam que existe uma associação direta positiva entre o número de segmentos a reportar por um Banco e as suas características económico-financeiras. Bancos com maior percentagem de ações em circulação livre no mercado, com dispersão do capital, com cotação em mais de uma bolsa de valores, com maior dimensão e em maior crescimento, divulgam mais segmentos operacionais. A rendibilidade e o tipo de auditor não permitiram concluir por uma associação estatisticamente válida a níveis convencionais. Por outro lado, os Bancos com maior alavancagem divulgam menos segmentos operacionais.

Decompondo posteriormente os segmentos numa abordagem por linha de negócios ou por geografias, os resultados sugerem: i) maior número de segmentos por linha de negócio em Bancos com menor alavancagem, com maior dimensão, em maior crescimento e auditados por BIG 4; ii) maior número de segmentos geográficos em Bancos com maior dispersão do capital, com cotação em mais de uma bolsa de valores, com maior dimensão, com maior crescimento, e auditados por “non-BIG 4”.



Os resultados também demonstram que apesar da altura de adoção da IFRS 8 ter sido coincidente com o período de início da denominada crise financeira, o número de segmentos operacionais começou a aumentar durante, e continuou a aumentar depois, da aplicação da norma (quer por negócio, quer por geografias), havendo diferenças na intensidade e na direção da associação com algumas das características económico-financeiras dos Banco. Este estudo tem particular utilidade para os reguladores e investidores que se movimentam no sector bancário, já que a transparência da informação sectorial é importante para a comparabilidade e tomada de decisão, principalmente num tipo de entidades suscetível de influenciar o financiamento das economias a nível macro-económico. Os reguladores, principalmente as autoridades de supervisão bancária, porque avaliam até que ponto os Bancos cumprem as regras que lhes são impostas, nas quais as referentes ao relato financeiro se incluem. Os investidores, principalmente porque a adoção do novo normativo distingue-se do anterior porque passa a exigir dados baseados nos relatórios internos das entidades, refletindo uma visão de gestão, destacando informação considerada relevante para os decisores. Por outro lado, este estudo tem potencialidade para contribuir para o debate acerca das análises pós-implementação de novos normativos liderados pelos principais organismos que as criam. Em particular, destaca-se o IASB, uma vez que a IFRS 8 resultou de um processo de convergência com o Financial Accounting Standard Board (FASB), organismo americano, mas resultando numa norma na sua versão final com algumas diferenças.

O remanescente deste estudo está organizado da seguinte forma. A secção seguinte apresenta a revisão da literatura e o desenvolvimento de hipóteses, na qual também se apresenta um enquadramento conceptual e normativo da IFRS 8. Posteriormente, a secção 2 descreve a metodologia e o desenho da investigação. A secção 3 analisa e discute os resultados empíricos e a secção 4 apresenta as considerações finais.

1. Revisão de Literatura e Desenvolvimento de Hipóteses

1.1. Enquadramento conceptual e normativo

O relato por segmentos permite aos utilizadores entender melhor o desempenho passado de uma empresa e facilita os julgamentos sobre a empresa como um todo, incluindo uma melhor avaliação de riscos e oportunidades (Street e Nichols, 2002). Os criadores de normas de contabilidade e reguladores de mercado em todo o mundo têm vindo a introduzir e atualizar a forma como o relato por segmentos deve ser efetuado, para atender ao exigido pelos utilizadores quanto a informações por segmento consideradas de qualidade. A evolução sentiu-se, sobretudo, até ao ano de 2009.

O SFAS 14 “Financial Reporting for segments of a Business Enterprise” foi a primeira norma contábilística relativa a segmentos, que foi publicada pelo FASB em 1976, nos Estados Unidos, após o crescimento de conglomerados industriais. De acordo com a SFAS 14, as empresas estavam obrigadas a divulgar os segmentos operacionais por linha de negócios e por área geográfica sem qualquer relação com estrutura interna da empresa. Isto levou as empresas a preparar dois tipos de relatórios por segmentos: relatório interno para uso pela gestão da empresa e relatório externo de acordo com SFAS 14 (Herrmann e Thomas, 2000). Em 1981, o International Accounting Standards Committee (entretanto, substituído pelo IASB e identificado como tal deste ponto em diante) emitiu a primeira norma internacional dedicada a relatório sobre segmentos, sob nome IAS 14 “Reporting Financial Information by Segment”, que se tornou efetiva para exercícios fiscais que iniciaram em 1º de janeiro de 1983. O IAS 14 seguiu bastante de perto os requisitos da SFAS 14 (Prather-Kinsey e Meek, 2004). As duas normas e a qualidade de divulgação no relatório por segmentos daí resultantes foram criticados por vários grupos (Street *et al.*, 2000; Prather-Kinsey e Meek, 2004; Botosan e Stanford, 2005; McConnell e Pacter, 1995). As críticas, em particular sobre o IAS 14, relacionaram-se com a falta de orientação de como definir o segmento operacional, com a linguagem utilizada para a sua definição, com a latitude permitida para interpretação e com a falta de abrangência e clareza (Prather-Kinsey e Meek, 2004). Em resposta às críticas, os responsáveis pela definição das normas passaram a obrigar as empresas a divulgar os segmentos operacionais de acordo com a estrutura interna usada para avaliação do desempenho. Nos Estados Unidos, o FASB substituiu o SFAS 14 pelo SFAS 131 - “Disclosures about Segments of an Enterprise and Related Information”, que requer que os segmentos relatados sejam definidos com a estrutura interna de relatório sobre negócio e tem por base informações revistas regularmente pela gerência. A razão para adotar esta denominada *management approach* era permitir que os utilizadores das demonstrações financeiras vissem uma empresa “através dos olhos da gerência” (Martin, 1997). O *management approach* significa que os segmentos devem ser relatáveis na forma como a administração organiza a empresa internamente para fins de tomada de decisões operacionais e avaliação de desempenho.

Ao mesmo tempo, o IASB começou a rever a norma de relatório por segmentos IAS 14, mas discordou da aplicação rigorosa do *management approach* adotada pelo FASB (Pacter, 1995). Embora, em princípio, a *management approach* tivesse que ser aplicada de acordo com a IAS 14 Revista em 1997 (posterior IAS 14R) também para identificar os segmentos relatáveis, foi limitado por uma *risks-and-rewards safety net* para assegurar a avaliação de riscos e recompensas como objetivo primordial (McConnell e Pacter, 1995; Kwok e Sharp, 2005; Nichols e Street, 2007). De acordo com o IAS 14R, as empresas foram obrigadas a divulgar a informação sobre segmentos por linha de negócios e



por área geográfica, e distinguir os segmentos primários e secundários de informação, embora as divulgações abrangentes (mais detalhadas) fossem necessárias apenas para os segmentos primários. Para identificar esta base principal de segmentação, as empresas tinham que determinar a fonte dominante dos seus riscos e retornos tendo em consideração a sua estrutura interna de reporte.

No entanto, como parte do projeto de convergência de curto prazo com o FASB, o IASB decidiu passar para um *pure management approach* em novembro de 2006, e publicou a nova norma IFRS 8 “Operating Segments”, referindo-se à maior utilidade das informações por segmento derivadas da adoção do SFAS 131 em 1997 (eIFRS, BC.9). A IFRS 8 substitui e revoga a IAS 14R e torna-se obrigatório para as demonstrações financeiras anuais das empresas cujos instrumentos de dívida ou de capital sejam negociados num mercado público, para períodos iniciados a ou após 1 de janeiro de 2009, embora a aplicação antecipada fosse permitida. Exceto para diferenças menores (eIFRS, BC.60) e mudanças na terminologia, a IFRS 8 é muito semelhante à SFAS 131 (Epstein e Jermakowicz, 2009). Ao introduzir a IFRS 8 e a *management approach* o IASB quer aumentar o número de segmentos relatáveis e contribuir para divulgação de informação mais relevante, permitindo aos utilizadores analisar o desempenho das empresas através da visão de gestão, para suportar uma melhor consistência entre as informações do segmento representadas nas demonstrações financeiras e as informações divulgadas nos relatos internos de gestão, bem como a capacidade de promover uma redução de custos através da produção deste tipo de informação (eIFRS, BC9; Nichols *et al.*, 2013). O IASB também observou que, se os valores em IFRS pudessem ser preparados de maneira confiável e de forma atempada sob o *management approach*, essa abordagem forneceria informações mais úteis (IFRS 8, BC13).

De acordo com a IFRS 8, os segmentos primários e secundários já não são determinados através de “riscos e retornos” potenciais e reais mas, numa lógica de *management approach*, as informações por segmento passam a ser fornecidas para cada segmento operacional. Segmentos operacionais são definidos como componentes da empresa: (1) que se envolvem em atividades comerciais que auferem receitas e incorrem em despesas, (2) que são regularmente revistas pelo CODM, (3) para as quais informações financeiras separadas estão disponíveis (IFRS 8, 5). A IFRS 8 exige que as empresas identifiquem segmentos de acordo com a estrutura organizacional interna da empresa e a maneira pela qual o CODM aloca recursos e avalia o desempenho. A apresentação da informação por segmentos para todos os stakeholders deve ser idêntica àquela oferecida à gerência. A leitura da Tabela 1 permite sintetizar as principais diferenças entre a norma atual (IFRS 8) e a revogada (IAS 14R).

Tabela 1 – Principais diferenças entre a IFRS 8 e a IAS 14R

	IFRS8	IAS14
Identificação do segmento	Identificação dos segmentos operacionais tem a sua base no relatório interno da informação financeira para CODM.	Os segmentos primários e secundários são identificados com base na fonte dominante e natureza de um risco e retorno da empresa, que são os produtos/ serviços ou áreas geográficas.
	Os segmentos operacionais podem incluir aqueles que vendem exclusivamente aos clientes internos	Os segmentos operacionais são aqueles que geram a maioria dos rendimentos dos clientes externos.
Mensuração da informação do segmento	Os segmentos operacionais são mensurados como são reportados à gerência.	Informação dos segmentos tem que ser divulgada de acordo com políticas contabilísticas do grupo.
	A norma exige a explicação como os itens relatáveis foram mensurados.	A norma determina como divulgar os itens relatáveis como o rendimento e as despesas do segmento, os ativos e passivos do segmento.
Divulgação	Devem ser divulgados os fatores que foram usados para identificar os segmentos operacionais e as explicações sobre tipo do produto/serviço dos quais o segmento operacional de que derivou o rendimento.	Não tem requisito similar.
	Informação do segmento operacional divulgada é revista pelo CODM.	Não tem requisito similar.
	A divulgação de certas informações por segmentos é obrigatória. Todas as empresas têm de divulgar algumas informações sobre as áreas geográficas e os detalhes sobre os principais clientes.	A divulgação de certas informações por segmentos é obrigatória. Não tem requisitos sobre divulgações entity-wide, embora algumas divulgações de segmentos de relatórios secundários sejam obrigatórias.
Limites quantitativos	Por segmento: a) O rédito relatado do segmento, incluindo as vendas a clientes externos e as vendas ou transferências intersegmentos, é igual ou superior a 10% do seu rédito combinado, interno e externo, de todos os segmentos; b) Quantia em termos absolutos dos seus lucros/prejuízos relatados é igual ou superior a 10% do maior, em termos absolutos, dos seguintes valores: i) os lucros relatados combinados de todos os segmentos operacionais que não relataram prejuízos; e ii) os prejuízos relatados combinados de todos os segmentos operacionais que relataram; c) Os seus ativos são iguais ou superiores a 10% dos ativos combinados de todos os segmentos operacionais. Por conjunto de segmentos: Se o redito externo total relatado por segmentos operacionais representar menos de 75% do redito da entidade, segmentos operacionais adicionais devem ser identificados como segmentos relatáveis (mesmo que eles não atendam aos limites quantitativos estabelecidos acima) até que pelo menos 75% o redito da entidade seja incluído nos segmentos relatáveis.	Limites semelhantes
	Um segmento pode obter a maior parte do redito das vendas para clientes externos ou internos.	Um segmento deve obter a maior parte do redito das vendas para clientes externos.

1.2. O impacto da mudança para *management approach* em número dos segmentos e itens divulgados e fatores explicativos do nível de divulgação

O impacto da aplicação do *management approach* em número de segmentos e itens divulgados foi alvo de investigação um pouco por todo o mundo. Os resultados da maioria dos estudos são consistentes e mostram que o número de segmentos operacionais relatáveis aumentou e que as empresas fornecem mais informação desagregada (Berger e Hann, 2003; Nichols *et al.*, 2013; Berger e Hann, 2007; Herrmann e Thomas, 2000).

Nos Estados Unidos e em consequência da adoção da SFAS 31, há estudos que demonstram que não só aumentou o número dos segmentos (e.g., Berger e Hann, 2003), como também o número de empresas que passaram a divulgar informação sobre segmentos (e.g., Hermann e Thomas, 2000). Outros estudos evidenciam que depois de aplicação da IFRS 8 as empresas começaram a divulgar mais segmentos operacionais e menos itens de informação por cada segmento (Aleksanyan e Danbolt, 2015; Bugeja *et al.*, 2015; Franzen e Weißenberger, 2015; Leung e Verriest, 2015; Lucchese e Di Carlo, 2016; Kang e Gray, 2013; Nichols *et al.*, 2012).

A decisão de aumentar ou diminuir a divulgação de informação, de acordo com a IFRS 8, parece estar relacionada com a compensação entre os custos dessas divulgações adicionais e os possíveis benefícios da avaliação resultantes da mitigação da assimetria de informações entre administradores e investidores (Hope *et al.*, 2009). Diversos estudos anteriores (pré e pós IFRS 8) indicam que há fatores explicativos que influenciam o nível de divulgação de informações por segmento (número de segmentos relatáveis e/ou número de itens de informação por segmento relatado) e que estão relacionados com características específicas da empresa. A maioria destes estudos utilizou principalmente como referenciais teóricos a teoria de agência (*agency theory*), a teoria de sinalização (*signalling theory*) e a teoria dos custos de proprietários (*proprietary costs theory*).

De acordo com a teoria de agência, a gerência é vista como o agente e os acionistas como o principal. Considera-se que os gerentes das empresas atuam com interesse próprio (Jensen e Meckling, 1976), podendo gerar conflitos por interesses pessoais entre os envolvidos na empresa (Fama e Jensen, 1983). A teoria da agência afirma que o conflito de interesses provoca custos de agência, cujos proprietários têm motivos para reduzir (Morris, 1987). Os custos de capital próprio ocorrem quando os investidores observam os gestores a não seguir o interesse dos investidores e, como resultado, o valor da empresa diminui (possivelmente refletido através do baixo preço das ações) e quando ocorrem custos excessivos de monitorização para vincular os gestores para que estes sigam os interesses dos investidores (Healy e Palepu, 2001; Morris, 1987). Alanezi *et al.*, (2015) mencionam que em virtude de os gestores terem incentivos para con-

vencer os acionistas de que estão a tomar as medidas corretas, a identificação e avaliação dos segmentos operacionais (IFRS 8), poderá ser, possivelmente, um mecanismo pelo qual se podem divulgar mais informações por segmento para moderar os custos de agência.

A teoria da sinalização é relevante para a divulgação de informações contabilísticas (Watts e Zimmerman, 1983). Considera-se que surge especialmente na assimetria de informação, quando uma parte ou um indivíduo tem mais informação que outro cerca de um evento (Spence, 1973). De acordo com Morris (1987) a sinalização propõe-se a explicar como a assimetria de informação pode ser reduzida pelas ações da parte que detém o maior número de informações, sinalizando para outras. Presume-se que aqueles com informações superiores sinalizem informações e divulgam informações adicionais para alcançar benefícios económicos (Verrecchia, 1983). Alanezi *et al.* (2015) com base na teoria de sinalização, sugerem que as empresas, através das informações sobre segmentos divulgadas de acordo com a IFRS 8, podem estar a enviar sinais favoráveis sobre sua disposição para fazer divulgações aos investidores atuais e potenciais de acordo com a melhor prática contabilística atual, aumentando assim a possibilidade de acesso aos mercados de capitais e a redução do custo de capital.

Verrecchia (1983) analisou extensivamente o custo da divulgação de informações e sugeriu que a teoria de custos de proprietários se preocupa com o impacto dos custos relacionados com a divulgação dos limites estabelecidos pelas empresas sobre a quantidade de divulgação voluntária para o mercado financeiro. Segundo Berger e Hann (2007) quando um segmento gere altos ganhos anormais em relação a seus pares do setor, os concorrentes podem seguir as suas estratégias de negócios/marketing ou entrar nos mercados de produtos específicos (dentro da indústria) em que o segmento opera. Consequentemente os gerentes estão dispostos a reter informações proprietárias valiosas com medo de perder a sua vantagem competitiva. Gisbert *et al.* (2014) sugerem que, de acordo com a nova filosofia de relatórios do IFRS, os custos dos proprietários podem ter perdido relevância devido à introdução de requisitos obrigatórios de informações por segmento.

Os estudos anteriores examinaram principalmente a relação entre os níveis de divulgação de informações por segmentos e as características específicas da empresa, tais como: dimensão, crescimento, rentabilidade, alavancagem, influência dos auditores ou setor, especificamente:

Dimensão da empresa. Alfaraih e Alanezi (2011), Herrmann e Thomas (1996), Pardal *et al.* (2015), Prencipe (2004) argumentam que as empresas maiores são mais complexas, têm mais experiência, os custos de acumulação de informação são menores por causa do sistema extenso de relatórios internos, e têm mais responsabilidade em relação aos acionistas, a fim de evitar conflitos (custos de

agência). Os resultados da investigação de Alfaraih e Alanezi (2011), Herrmann e Thomas (1996) e Alanezi *et al.* (2015) mostram que há uma relação positiva entre a dimensão da empresa e nível de divulgação por segmentos.

Crescimento. Prencipe (2004) indica que os potenciais custos decorrentes da divulgação de informações por segmentos tendem a ser particularmente altos para empresas em crescimento, uma vez que os concorrentes poderiam usar informações para comprometer o seu potencial de crescimento. Chavent *et al.* (2006) também sugerem que as empresas em crescimento estão mais inclinadas a esconder informação sensível, porque a divulgação completa pode comprometer as suas posições competitivas.

Rentabilidade. Alfaraih e Alanezi (2011) afirmam que as empresas podem responder com um nível diferente de divulgação de informações neste contexto. Por exemplo, as empresas altamente lucrativas podem divulgar menos informações se a prioridade não é estar em desvantagem competitiva (custos de proprietários). Pelo contrário, se as entidades com níveis de rentabilidade mais alto ou mais baixo dão prioridade à imagem a ser transmitida ao mercado e aos donos do capital (custos de agência), então estes podem divulgar mais ou menos informações, respetivamente. Alfaraih e Alanezi (2011) e Pardal *et al.* (2015) obtêm resultados estatisticamente significativos com uma relação positiva entre a rentabilidade e mais informação por segmentos, enquanto Lucchese e Di Carlo (2016) encontram uma relação significativamente negativa.

Alavancagem. Os gestores nem sempre agem no melhor interesse dos credores. De acordo com McKinney *et al.* (2010) e Entwistle *et al.* (2006), um dos caminhos para resolver esse problema é através da monitorização, e um dos sistemas de monitorizar é a divulgação financeira pela empresa. É esperado que à medida que a alavancagem financeira aumente, as empresas estejam mais motivadas a divulgar informação por segmentos para reduzir os custos da agência em relação aos credores financeiros, procurando mais financiamento e mantendo a confiança de longo prazo (Alfaraih e Alanezi, 2011; Prencipe, 2004). A existência de uma relação positiva significativa é confirmada por Inchausti (1997), Prencipe (2004), Alfaraih e Alanezi (2011), enquanto Kelly (1994) não alcançou resultados estatisticamente significativos.

Influência dos auditores. As empresas de auditoria maiores têm incentivos para fornecer um nível mais alto de qualidade de auditoria, enfrentando um risco maior de perda de reputação se estiverem associadas a clientes com relatórios financeiros de “má qualidade” (DeAngelo, 1981). Enquanto as empresas de auditoria de menor dimensão são mais sensíveis às exigências dos seus clientes por causa das consequências económicas da perda de um cliente (Malone *et al.*, 1993), a falta de vínculo com os clientes permite que as empresas de auditoria maiores exijam maior divulgação nos relatórios anuais dos seus clientes (Walla-

ce *et al.*, 1994). Alanezi *et al.* (2015), Alfaraih e Alanezi (2011), Prather-Kinsey e Meek (2004) obtiveram resultados estatisticamente significativos com uma relação positiva entre nível de divulgação por segmentos e tipo de auditor.

Setor/indústria. Wallace *et al.* (1994) indicam que empresas de um setor específico podem divulgar voluntariamente mais informação, além das práticas gerais de divulgação obrigatória para todas as empresas. É provável que grandes empresas pertençam a setores dominantes, embora também em setores emergentes estejam pequenas empresas que exigem uma boa imagem de divulgação para atrair financiamento. Os resultados sobre a relação entre o grau de divulgação e o tipo de setor/indústria variaram. Alfaraih e Alanezi (2011) indicam uma relação significativa positiva entre o nível de divulgação e o tipo de indústria. Os autores apontam que a associação positiva ocorre no contexto de entidades do setor financeiro, pois a maioria delas possui sistemas de informação que permitem facilmente, com custos mínimos, coletar e processar informação. Em contraste, Alanezi *et al.*, (2015) não obtiveram resultados estatisticamente significativos entre tipo de setor e nível de divulgação por segmentos.

Em resumo, os estudos anteriores indicam que as empresas que divulgaram mais informações por segmentos, são maiores, não estão em crescimento e são auditadas por empresas de auditoria maiores. Os resultados sobre características da empresa como rentabilidade, alavancagem e setor variam nos estudos anteriores, não havendo conclusões unânimes sobre o seu efeito na divulgação de informação por segmentos operacionais. A Tabela 2 resume a relação entre os níveis de divulgação de informações por segmentos e as características específicas da empresa dos estudos anteriores.

1.3. Objetivo da investigação e desenvolvimento das hipóteses

Muitos dos estudos sobre o impacto da IFRS 8 não incluem na amostra as empresas do setor bancário (e.g., Aleksanyan & Danbolt, 2015; Franzen e Weißenberger, 2015; Leung e Verriest, 2015, Lucchese e Di Carlo, 2016). Outros, não excluem da amostra empresas do setor bancário, mas também não as diferenciam das restantes (e.g., Mardini e Almujaed, 2016; Bugeja *et al.*, 2015; Kang e Gray, 2013; Nichols *et al.*, 2012). Acresce ainda que a maioria dos estudos anteriores sobre os fatores explicativos do nível de divulgação por segmentos operacionais também não incluem o setor bancário nas amostras (e.g., Herrmann e Thomas, 1996; Prencipe, 2004; Pardal *et al.*, 2015, Lucchese e Di Carlo, 2016; Kelly, 1994; Prather-Kinsey e Meek, 2004), exceto um envolvendo entidades com ações admitidas à cotação na Bolsa de Valores em Kuwait (Alfaraih e Alanezi, 2011; Alanezi *et al.*, 2015). O presente estudo contribui para o desafio lançado por Birt *et al.* (2007) ao apelarem a que futuras investigações identifiquem as implicações de adoção da IFRS 8 no setor bancário.

Tabela 2 – Resumo da associação previsível e estudos identificados

Característica	Associação Previsível	Estudos
Dimensão da empresa	+	Alfaraih e Alanezi (2011), Herrmann e Thomas (1996), Pardal <i>et al.</i> (2015), Prencipe (2004), Alanezi <i>et al.</i> (2015)
Crescimento Rentabilidade	- ?	Prencipe (2004), Chavent <i>et al.</i> (2006). Alfaraih e Alanezi (2011), Lucchese e Di Carlo (2016), Pardal <i>et al.</i> (2015)
Alavancagem	?	Inchausti (1997), Prencipe (2004), Alfaraih e Alanezi (2011), Kelly (1994)
Influência dos auditores	+	Alanezi <i>et al.</i> (2015), Alfaraih e Alanezi (2011), Prather-Kinsey e Meek (2004)
Sector/Indústria	?	Alfaraih e Alanezi (2011), Alanezi <i>et al.</i> , (2015)

O sistema bancário representa o principal canal de financiamento da economia da União Europeia (Sargu e Roman, 2012). Estudos empíricos têm apoiado fortemente que um sistema bancário em bom funcionamento é muito importante no desenvolvimento económico de um país. Ao longo da história, os Bancos impulsionaram o crescimento a nível nacional (King e Levine, 1993; Levine e Zervos, 1998; Beck *et al.*, 2000; Beck e Levine, 2004), a nível da indústria (Cetorelli e Gambera, 2001; Beck e Levine, 2002) e a nível da empresa (Demirgüç-Kunt e Maksimovic, 1998, 2002).

Recentemente, o sistema financeiro internacional, do qual o sistema bancário faz parte, sofreu uma forte contaminação do que ficou internacionalmente conhecido como a crise financeira (*subprime*) de 2008. Esta crise já estaria prevista por alguns bancos centrais e pelo Fundo Monetário Internacional (e.g., Goodhart, 2008) e por alguns economistas (e.g., Krugman, 2009; Shiller, 2005). O período crítico da crise, curiosamente, coincidiu com a aplicação da IFRS 8, embora não haja uma relação direta entre estes dois acontecimentos. Tendo em atenção os *gaps* na investigação anterior relativamente à ausência do setor bancário na maioria das amostras, e o facto de este sector passar a aplicar a IFRS 8 num período em que se passou a exigir mais transparência ao setor bancário, permite identificar o principal objetivo deste trabalho. Assim, o presente trabalho tem por objetivo identificar a associação entre o número de segmentos operacionais relatado pelo setor bancário da União Europeia e as características dos bancos que as divulgam, sendo estes os seus determinantes, ao mesmo tempo que analisa os efeitos da adoção da IFRS 8 neste mesmo assunto. Utiliza-se, assim, uma dupla abordagem: i) A associação entre o número de segmentos e as características do banco; ii) A alteração no número de segmentos após um período específico de adoção e de crise financeira.

Em relação à primeira abordagem, e tendo em conta a secção anterior na qual se identifica a literatura que demonstra a existência de características das empresas que influenciam o número ou o detalhe de informação sobre segmentos, a primeira hipótese debruça-se sobre o total de número de segmentos, assim como o seu relato por linha de negócio e por geografias. Com base na literatura que identifica os determinantes sobre o número de segmentos em entidades não bancárias, a aplicabilidade dessa literatura ao setor bancário na União Europeia é testada através da Hipótese 1:

Hipótese 1: Há uma associação direta entre características económico-financeiras e o número de segmentos (total, por linha de negócios ou por geografia) a reportar por um Banco.

As características económico-financeiras que vamos usar são as que a literatura anterior (ver Tabela 2) identificou como tendo influência positiva (dimensão do banco e tipo de auditor), negativa (crescimento do banco) ou mista (rentabilidade, alavancagem) no nível de divulgação por segmentos. No entanto, vamos também explorar os efeitos da inclusão de tipo de acionista e a diversidade de bolsas de valores onde o Banco está admitido à cotação, considerando os potenciais impactos das estruturas acionistas e da regulação de mercados na atividade bancária.

Quanto à segunda abordagem, a expectativa do IASB, como descrita na IFRS 8 Basis for Conclusions, movendo-se na direção do *management approach*, é que aumente o número de segmentos relatáveis. No entanto, esta expectativa do IASB é genérica, e justifica-se analisar se se confirma no sector bancário pela comparação direta do número médio de segmentos antes e após a adoção da IFRS 8. Após essa análise, será avaliado se os determinantes que se identificam com associação direta entre as características dos Bancos e o número de segmentos são diferentes após a adoção da IFRS 8. Assim, a segunda hipótese justifica-se em coerência com o segundo objetivo do presente estudo quanto à análise dos efeitos da adoção da IFRS 8, particularmente no que respeita à alteração dos determinantes do número de segmentos, tema caro para reguladores, decisores e organismos normalizadores, principalmente para análise das consequências da alteração de normativos. Em conformidade, a segunda hipótese é formulada da seguinte forma:

Hipótese 2: A associação direta entre as características dos bancos e o número de segmentos (total, por linha de negócios ou por geografia) reportados pelos bancos altera-se após a adoção da IFRS 8.

2. Metodologia

2.1. Modelo da análise

Para testar as hipóteses, é estimado um modelo de regressão linear múltipla, no qual as variáveis independentes representam características econômico-financeiras dos Bancos. A Equação base para testar a Hipótese 1 é a seguinte:

$$SO = \alpha_0 + \alpha_1 ROE + \alpha_2 LEV + \alpha_3 OWN + \alpha_4 XLIST + \alpha_5 SIZE + \alpha_6 GRW + \alpha_7 AUD\epsilon \quad (1)$$

Na qual,

SO - Variável dependente, que representa o número total de segmentos operacionais. A Equação vai ser testada substituindo SO por SLN e por SG, que representa o número de segmentos apenas por linha de negócios e apenas por geografias respetivamente.

ROE – Rentabilidade, medida pelo indicador Return On Equity. Tendencialmente há divulgação de informação mais detalhada quando a rentabilidade da empresa é elevada para sinalizar a capacidade de maximizar o valor das acionistas (Singhvi e Desai, 1971). Os administradores de empresas lucrativas podem sentir-se orgulhosos de seu sucesso e divulgar mais informações ao público para promover uma impressão positiva de seu desempenho (Alsaed, 2006). Por outro lado, as empresas com rentabilidade baixa podem divulgar menos informação para esconder as razões da diminuição de rentabilidade ou prejuízos. Espera-se que Bancos com elevada rentabilidade divulguem mais segmentos do que Bancos com baixa rentabilidade;

LEV – Alavancagem, calculada pela relação entre a dívida total e o ativo total. De acordo com Ali *et al.* (2004), empresas altamente alavancadas, através de divulgação de mais informação, podem assegurar aos credores que são menos inclinadas a contornar as suas reivindicações de compromisso. Também Wallace *et al.* (1994) afirmam que empresas de alta alavancagem têm uma obrigação maior de satisfazer as necessidades informacionais dos seus credores de longo prazo e, assim, podem fornecer informações mais detalhadas em seus relatórios anuais do que as empresas de baixa alavancagem;

OWN – Dispersão de capital, medida pela percentagem de ações que se encontram em circulação livre no mercado, detidas por pequenos acionistas que as podem transacionar a qualquer momento. Este indicador foi examinado em estudos anteriores como um fator que influencia o nível de divulgação (Mckinnon e Dalimunthe, 1993);

XLIST – Variável binária, codificada com 1 se o capital do Banco estiver cotado em mais de uma bolsa de valores; 0 em caso contrário. Pesquisas anteriores apoiam a alegação de que as empresas cotadas em várias bolsas de valores divulgam mais informações do que as empresas que cotadas apenas nas bolsas de valores domésticas (Gray *et al.*, 1994; Cooke, 1989);

SIZE – Dimensão, calculada pelo logaritmo natural do total dos ativos. A dimensão do Banco é um importante determinante do seu desempenho devido aos crescentes retornos de escala no setor bancário (Demirguc-Kunt *et al.*, 2004) e à maior visibilidade de Bancos maiores. Sendo o fornecimento de informações dispendioso, entende-se que Bancos de grande dimensão podem suportar o custo de informação mais detalhada, ao contrário dos pequenos Bancos, sendo expetável que reportem mais segmentos operacionais;

GRW – Crescimento, representada pelo *Market-to-Book* rácio. O crescimento da empresa pode ser considerado como um indicador de qualidade de investimento (Farías, 2014; Prencipe, 2004), demonstrando a existência de mercados em crescimento ou a entrada em novos mercados lucrativos. Entretanto, de acordo com a IFRS 8, o relato por segmentos pode revelar a existência de oportunidades de negócios para os concorrentes, com a potencial desvantagem da empresa divulgadora. Espera-se que os Bancos em maior crescimento divulguem menos informação (segmentos);

AUD – Variável binária, codificada com 1 se as demonstrações financeiras do Banco forem auditadas por uma empresa de auditoria BIG 4; 0 em caso contrário. Uma relação positiva entre o nível de divulgação e a qualidade da auditoria externa tem sido relatada em vários estudos (Alanezi *et al.*, 2015; Alfaraih e Alanezi, 2011; Prather-Kinsey e Meek, 2004; Palmer, 2008; DeAngelo, 1981);

Relativamente à Hipótese 2, a Equação anterior é estendida para a seguinte:

$$SO = \alpha_0 + \alpha_1 ROE + \alpha_2 LEV + \alpha_3 OWN + \alpha_4 XLIST + \alpha_5 SIZE + \alpha_6 GRW + \alpha_7 AUD + \alpha_8 DPS + \alpha_9 DPS * ROE + \alpha_{10} DPS * LEV + \alpha_{11} DPS * OWN + \alpha_{12} DPS * XLIST + \alpha_{13} DPS * SIZE + \alpha_{14} DPS * GRW + \alpha_{15} DPS * \varepsilon \quad (2)$$

Nesta equação, DPS é uma variável binária, que assume o valor 1 para representar o período após a adoção da IFRS 8 (ie, 2009-2017), e 0 nos restantes. A variáveis DPS*ROE, DPS*LEV, DPS*OWN, DPS*XLIST, DPS*SIZE, DPS*GRW, DPS*AUD são interações que permitem analisar o efeito das características económico-financeiras (rentabilidade, alavancagem, tipo de acionista, cotação em bolsa de valores, dimensão, crescimento, tipo de auditor) do Banco após a adoção da IFRS 8 e após a crise financeira. Os coeficientes da regressão são estimados por α_1 , α_2 .. α_{15} e ε representam o erro padrão.

2.2. Amostra

A amostra deste estudo compreende os Bancos da Europa com ações admitidas à cotação em Bolsas de Valores num horizonte temporal entre 2005 e 2017, que pode ser segregada em dois períodos diferentes: i) 2005-2008, que é o período antes da adoção da IFRS 8; ii) 2009-2017, é o período após a adoção da IFRS 8.

A principal fonte dos dados é a Thomson Reuters Database (Datastream), da qual extraímos dados para os quais as variáveis que necessitamos estavam disponíveis. Os dados recolhidos da amostra foram aleatoriamente verificados com a confirmação dos seus valores diretamente nas demonstrações financeiras desses Bancos que, para o efeito, foram recolhidas por download diretamente dos seus *websites*.

Os dados financeiros, nomeadamente, as características económico-financeiras dos bancos e informação sobre segmentos operacionais foram coletadas para o período completo da amostra. A Tabela 3, Painel A, detalha a construção da amostra. Só foram extraídos dados para Bancos que não estiveram envolvidos em operações de fusão, aquisição, ou suspensão de atividades, num total de 180. Destes, 87 foram eliminados por não terem informação disponível na Base de dados, e 32 por não terem atividade relatada em todos os anos da amostra. Ficamos, assim, com um painel total de 146 Bancos e 1,898 observações para uma janela temporal de 13 anos.

O Painel B da Tabela 3 mostra a separação da amostra por tipo de banco e sua dispersão geográfica, sendo que 92% do total da amostra são Bancos comerciais nacionais (National commercial banks) e abrange 24 países da Europa, sendo Dinamarca o mais representativo (13.7%), seguido de França (12.3%).

2.3. Mensuração das variáveis

A Tabela 4 apresenta a definição das variáveis utilizadas no presente trabalho, assim como a literatura relevante onde as referidas variáveis foram também utilizadas por outros investigadores nesta área sobre divulgação dos segmentos operacionais. Para além destas variáveis, e indo de encontro aos objetivos do presente estudo foram ainda criadas três variáveis de interação (*dummies*) que permitem separar a amostra nos três períodos distintos.

Tabela 3 – Seleção e caracterização da amostra

Painel A: Seleção da Amostra					
Seleção da amostra					#
Bancos não envolvidos em fusão, aquisição, suspensão					180
Bancos sem informação disponível					(87)
Bancos sem atividade em todos os anos da amostra					(32)
Amostra final (# Bancos)					146
Amostra final (# observações = # Bancos x 13 anos)					1.898
Painel B: Caracterização da amostra por tipo de banco e dispersão geográfica					
País	Nº Bancos	Bancos da Reserva Federal(1)	Bancos Comerciais Nacionais(2)	Instituições de Poupança(3)	Outros Bancos Depositários(4)
Alemanha	12		11		1
Áustria	7		7		
Bélgica	3		2	1	
Bulgária	3		3		
Chipre	1		1		
Croácia	6		6		
Dinamarca	20		20		
Eslováquia	4		4		
Eslovênia	1		1		
Espanha	6		6		
Finlândia	1		1		
França	18		18		
Grécia	6	1	5		
Holanda	4		3		1
Hungria	1		1		
Irlanda	2		2		
Itália	16		15	1	
Malta	4		3	1	
Polónia	10		10		
Portugal	1		1		
Reino Unido	10		6	1	3
Rep Checa	1		1		
Romênia	3		3		
Suécia	6		4		2
Total	146	1	134	4	7

(1) Federal Reserve Banks; (2) National Commercial Banks; (3) Saving Institutions; (4) Others Depository Banks

3. Resultados e Discussão

3.1. Análise Descritiva

A Tabela 5, Painel A, apresenta a estatística descritiva das variáveis utilizadas. Para mitigar enviesamentos dos resultados por efeitos de escala, todas as variáveis contínuas foram winsorizadas a 1% e 99%. No painel A observa-se

que, em média, os Bancos divulgam 4 segmentos operacionais, sendo o valor mínimo 0 e o máximo 19 segmentos. Em relação aos segmentos por linha de negócios e geográficos, as médias são 3 e 2 segmentos, respetivamente, sendo o valor mínimo e máximo 0 e 10, quer nos segmentos por linha de negócio, quer por área geográfica. As médias das restantes variáveis, bem como os valores mínimos máximos e desvio padrão são também apresentados. Para analisarmos a tendência de mudança do número médio de segmentos operacionais, o Painel B apresenta as estatísticas descritivas para as mesmas variáveis, mas separadas nos dois períodos relevantes, ie, antes (2005-2008) e depois (2009-2017) da adoção da IFRS 8.

Tabela 4 – Definição das variáveis e literatura relevante

Variável	Definição	Literatura relevante
Dependentes:		
SO, SLN, SG	Número total de: segmentos operacionais, segmentos por linha de negócios, segmentos por geografias, respetivamente	Prencipe (2004), Chavent <i>et al.</i> (2006). Alfaraih, e Alanezi (2011), Lucchese e Di Carlo (2016), Pardal <i>et al.</i> (2015)
Independentes:		
ROE	Rentabilidade. Retorno sobre o património. Lucro Líquido/Capital Próprio	Alfaraih e Alanezi (2011); Alanezi <i>et al.</i> (2015)
LEV	Alavancagem. Dívida total/ativo total.	Prencipe, A. (2004).
OWN	Dispersão do capital, representa a percentagem de ações que se encontram em circulação livre no mercado, detidas por pequenos acionistas que as podem transacionar a qualquer momento.	Lucchese e Di Carlo, 2016.
XLIST	Cotação em bolsa de valores. Variável dummy codificada com 1 se o banco estiver cotado em mais de uma bolsa de valores; 0 em caso contrário.	Hermann and Thomas (1996); Pardal <i>et al.</i> (2015); Prather-Kinsey e Meek (2004).
SIZE	Dimensão. Logaritmo natural do total dos ativos.	Hermann e Thomas (1996); Farias e Rodríguez (2015); Alfaraih e Alanezi (2011); Prencipe (2004); Alanezi <i>et al.</i> (2015); Prather-Kinsey e Meek (2004); Amado <i>et al.</i> (2018).
GRW	Crescimento. Market-to-book rácio.	Farias e Rodríguez (2015); Alfaraih e Alanezi (2011); Alanezi <i>et al.</i> (2015); Penman (1996).
AUD	Tipo de auditor. Variável dummy codificada com 1 se uma empresa de auditoria BIG 4 (Deloitte, EY, KPMG e PwC) auditar as demonstrações financeiras do banco; 0 em caso contrário.	Farias e Rodríguez (2015); Alfaraih e Alanezi (2011); Alanezi <i>et al.</i> (2015); Prather-Kinsey e Meek (2004); Pardal <i>et al.</i> (2015); Kelly (1994).
DPS	"Depois". Variável dummy codificada com 1 se o ano de análise está incluído entre 2009-2017; 0 em caso contrário.	

Tabela 5 – Estatística descritiva

Painel A: Período completo (2005–2017)							
	Média/Proporção	Std.Dev.	Min	Max			
Dependentes:	12		11				
SO	4.929	4.194	0	19			
SLN	2.994	2.421	0	10			
SG	1.935	2.327	0	10			
Independentes:	1		1				
ROE	0.052	0.232	-1.620	0.498			
LEV	0.260	0.190	0	0.767			
OWN	0.393	0.294	0	1			
XLIST ^a	0.176	0.383	0	1			
SIZE	16.222	2.852	8.229	21.394			
GRW	1.321	1.292	0.001	8.540			
AUD ^a	0.865	0.342	0	1			

^a Por serem binárias, apresentam valores mínimo e máximo de 0 e 1, respetivamente.

Painel B: Amostra subdividida para períodos antes e depois da adoção da IFRS 8							
	Min		Max		Mean		Difference
	2005–2008	2009–2017	2005–2008	2009–2017	2005–2008	2009–2017	
<i>Dependentes:</i>							
SO	0	0	16	18	4.49	5.01	0.520***
SLN	0	0	9	10	2.80	3.01	0.210***
SG	0	0	10	9	1.69	2.06	0.910***
<i>Independentes:</i>							
ROE	-1.620	-1.550	0.498	0.430	0.124	0.022	-0.103***
LEV	0	0	0.767	0.741	0.288	0.248	-0.040***
OWN	0	0	1	1	0.380	0.398	0.018
XLIST ^a	0	0	1	1	0.178	0.176	-0.002
SIZE	8.229	8.124	21.394	21.264	15.965	16.336	0.371***
GRW	0.001	0.001	8.540	8.420	1.974	1.058	-0.916***
AUD ^a	0	0	1	1	0.863	0.865	0.002

Definição das variáveis: ver Tabela 4.

Quanto às restantes variáveis independentes, os resultados do Painel B salientam que os valores máximos e mínimos mantiveram semelhante padrão nos três períodos. Contudo, em termos médios, há uma tendência para a rentabilidade (ROE), o crescimento do Banco (GRW) e a alavancagem (LEV) do Banco diminuírem. A dimensão do banco (SIZE), assim como a concentração de capital acionista (OWN) também sofrem oscilações, diminuindo a primeira e aumentando a segunda. Resultados do teste t para a diferença de médias apontam para a rejeição da hipótese nula da igualdade de médias entre o período antes e depois da adoção da IFRS 8 para as variáveis ROE, LEV, SIZE e GRW, sugerindo-se que a média dos seus valores é diferente em ambos os períodos. Por seu lado, as variáveis OWN, XLIST e AUDIT não rejeitam idêntica hipótese, o que se pode justificar pelas suas características de menos variabilidade ao longo do tempo.

Foram ainda calculadas as correlações entre as variáveis contínuas (Pearson correlation) e binárias (Spearman correlation) revelando que não há indícios de forte correlação entre a maioria das variáveis, e, quando existe, os valores não parecem comprometer os resultados finais obtidos (valores não reportados).

3.2. Análise da regressão e discussão dos resultados

Os resultados da regressão linear da Equação (1) para segmentos operacionais estão apresentados na Tabela 6, na qual se expõem três colunas, especificamente para quando a variável dependente é SO (número de segmentos operacionais total), ou a sua substituição em SLN (número de segmentos operacionais por linha de negócios) e SG (número de segmentos operacionais por geografia).

Considerando o horizonte temporal total da amostra, o Painel A revela que quando a variável dependente é SO (coluna 1), o factor explicativo ROE não é estatisticamente significativo (coef.=-0.541, p-value=0.286). Por sua vez, o coeficiente da variável LEV é estatisticamente significativo (coef.=-2.819, p-value=0.000), sugerindo que os Bancos com maior alavancagem divulgam menos segmentos operacionais. Hope (2003) refere que o indicador de dívida pode ser usado para monitorizar o desempenho dos administradores de acordo com os interesses dos acionistas, o que poderia levar a uma menor divulgação. Os coeficientes de OWN (coef.=1.173, p-value=0.000) e de XLIST (coef.=0.6678, p-value=0.000) são positivos e estatisticamente significativos. Desta forma, os resultados sugerem que os Bancos com maior percentagem de ações que se encontram em circulação livre no mercado, detidas por pequenos acionistas que as podem transacionar a qualquer momento, divulgam mais segmentos operacionais. Tal pode ser explicado pelo facto de os Bancos, nestas condições, usarem o relato sobre segmentos para reduzir os custos de agência com acionistas que não estão diretamente envolvidos na gestão, e é consistente com Prencipe (2004).

Adicionalmente, evidencia-se que os Bancos com cotação em mais de uma bolsa de valores divulgam mais segmentos operacionais, o que é consistente com os resultados de Gray *et al.* (1994) e de Cooke (1989), assim como de Hermann e Thomas (1996), Hope (2003), Prather-Kinsey e Meek (2004) com empresas de diferentes sectores. Hope (2003) apontou duas razões para essa relação esperada: por um lado, os mercados estrangeiros podem induzir em requisitos de divulgação extra e, por outro, as empresas podem aumentar sua divulgação para obter fundos a um custo menor. Katselas *et al.* (2011), que investigaram atitudes de lobbying aquando da publicação do exposure draft sobre a nova norma IFRS 8, documentaram que as empresas cotadas internacionalmente suportam a IFRS 8, pelo facto dessas empresas já praticarem maior divulgação de segmentos e a maioria delas estar cotada em mercados dos Estados Unidos. Também o coeficiente da variável SIZE é estatisticamente significativo (coef.=1.045, p-value=0.000) revelando que

os Bancos maiores relatam mais segmentos operacionais, e confirma o valor esperado. Isso pode ser explicado, em especial, pelo facto de que Bancos maiores serem mais complexos e diversificados nos tipos de negócios desenvolvidos. O resultado suporta a literatura anterior sobre relação de dimensão da empresa e divulgação de informação (Alfaraih e Alanezi, 2011; Herrmann e Thomas, 1996; Pardal *et al.*, 2015; Prencipe, 2004; Alanezi *et al.*, 2015). O coeficiente da variável GRW é também positivo e estatisticamente significativo (coef.=0.513, p-value=0.000), sugerindo que os Bancos com maior evidência de crescimento divulgam mais segmentos operacionais. O valor difere do obtido na maioria dos estudos que não envolvem o sector bancário. A explicação do resultado pode residir no facto dos Bancos possuírem sistemas de informação que permitem facilmente, com custos mínimos, coletar e processar informação. Já o coeficiente da variável AUD, embora positivo (coef.=0.006) não é estatisticamente significativo (p-value=0.988), não sendo possível concluir sobre a relação com a variável dependente SO. Os resultados das Equação (1) não rejeitam a Hipótese 1, ou seja, existe uma associação direta entre o número de segmentos operacionais a reportar por um banco e algumas das suas características económico-financeiras: alavancagem (LEV), dispersão do capital (OWN), cotação em diversas bolsas de valores (XLIST), dimensão (SIZE) e crescimento (GRW). As colunas 2 e 3 do Painel A demonstram que idênticas evidências se obtêm quando se analisam os segmentos reportados por negócio ou por geografias, embora apenas neste último os coeficientes estatisticamente significativos se mantenham para todas as variáveis.

O Painel B da Tabela 6, por sua vez, apresenta os resultados da Hipótese 2, com base na Equação 2, que inclui no modelo as interseções (DPS*ROE, DPS*LEV, DPS*OWN, DPS*XLIST, DPS*SIZE, DPS*GRW, DPS*AUD) permitindo analisar o comportamento dos determinantes após o período de adoção da IFRS 8. A estatística descritiva já tinha evidenciado que o número de segmentos operacionais aumentou após a aplicação da IFRS 8 e os resultados são consistentes com estudos anteriores não aplicáveis especificamente ao sector bancário (Aleksanyan e Danbolt, 2015; Bugeja *et al.*, 2015; Franzen e Weißenberger, 2015; Leung e Verriest, 2015; Lucchese e Di Carlo, 2016; Kang e Gray, 2013; Nichols *et al.*, 2012; Mardini e Almujaed, 2016) e confirmam a expectativa do IASB, que uma abordagem do management approach conduz a esse aumento.

Especificamente na Coluna 1 do Painel B, onde se apresentam os resultados quando a variável dependente é SO, os resultados do modelo indicam que o coeficiente das variáveis sem ter em conta ainda o efeito das interações segue um comportamento idêntico aos resultados expostos no painel A, à exceção da variável crescimento (GRW). Esta última apenas se revela como determinante do número de segmentos operacionais após a adoção da IFRS 8, ie, o coeficiente de DPS*GRW assume um valor positivo (coef.=0.740) e estatisti-

camente significativo (p -value=0.000) em, ou após, 2009. Mas há outras características que também se alteram após a adoção da IFRS 8. Nomeadamente, as interações demonstram que a variável relativas à dimensão ($DPS*SIZE$, coef.=0.221, p -value= 0.000), e de capital ($DPS*OWN$, coef.=2.495, p -value=0.000) apresentam coeficientes positivos e estatisticamente significativos. Mas enquanto a primeira intensifica a associação positiva com o número de segmentos operacionais, a segunda ameniza o efeito negativo. Por outro lado, e após a adoção da IFRS 8, as características associadas à alavancagem ($DPS*LEV$) e cotação em diversas bolsas de valores ($DPS*XLIST$) apresentam coeficientes que não são estatisticamente significativos, sugerindo-se que o efeito negativo da alavancagem (positivo da diversidade de bolsas) no número de segmentos operacionais é semelhante antes e depois da alteração do normativo. Também os coeficientes das interações das variáveis $DPS*ROE$ (coef.= -0.018, p -value=0.960) e $DPS*AUD$ (coef.= -0.179, p -value=0.694) não são estatisticamente significativos e, como tal, evidenciam que a associação destes dois determinantes e o número total de segmentos operacionais não se altera após a adoção da IFRS 8. Contudo, neste caso, e como os coeficientes das variáveis rentabilidade (ROE) e tipo de auditor (AUD) não são estatisticamente significativas, continua sem ser possível concluir sobre a relação destas variáveis e a variável dependente (SO) após a alteração de normativo. Estes resultados vão em grande parte ao encontro na literatura anterior com empresas de outros sectores (Alanezi *et al.*, 2015; Alfaraih e Alanezi, 2011; Prather-Kinsey e Meek, 2004; Wallace *et al.*, 1994), embora a forma como se mensura a divulgação de segmentos possa diferir entre diversos estudos. Com base nos resultados, podemos sugerir que após a adoção da IFRS 8, a associação do nível de alavancagem e a diversidade de admissão em bolsas com o número de segmentos operacionais relatados mantém-se, mas a dispersão de capital, o crescimento do Banco e a sua dimensão preservam uma associação direta, mas diferente (mais intensa, ou inversa) com número de segmentos operacionais.

As Colunas 2 e 3 da Tabela 6 representam, respetivamente, os resultados da regressão linear da Equação (2) quando a variável dependente é SLN (número de segmentos operacionais por linha de negócios) e SG (número de segmentos operacionais por geografia). Como o mesmo racional de análise da Coluna 1 se aplica agora às Colunas 2 e 3, deste ponto em diante vamos apresentar os resultados sem o detalhe da estatística (ie, sem indicação dos coeficientes e p -value), e salientando apenas as diferenças estatisticamente significativas face à análise previamente realizada.

Genericamente, os resultados empíricos na determinação dos fatores explicativos do número de segmentos operacionais relatados pelos Bancos entre 2005 e 2017 mantêm-se quando decomponemos esses segmentos por linhas de negócios (SLN) ou por segmentos geográficos (SG). Há, contudo, algumas

diferenças a salientar quando analisamos as interações para aferir da adoção da IFRS 8, que poderão ser exploradas num estudo com características diferentes deste. Especificamente, a significância estatística do coeficiente positivo da interação $DPS \times XLIST$ revela que a diversidade de bolsas onde as ações do Banco são transacionadas apenas é um factor explicativo do número de segmentos quando estes são apresentados por geografias (SG), e não por linhas de negócios (SLN). Também o coeficiente da interação $DPS \times LEV$ sugere que a abrandamento do efeito negativo da alavancagem apenas para o número de segmentos geográficos (SG). Confirma-se, entretanto, que a variável $GROW$ apenas é estatisticamente significativa após a adoção da IFRS 8 tanto para o número de segmentos apresentados por linha de negócios (SLN) como por geografias (SG). Em conjunto, os resultados também permitem aferir que no período após a adoção da IFRS 8 (ie, analisando o coeficiente e o p-value de DPS) o número de segmentos por linhas de negócios e/ou por geografias é maior. Esta evidência está em linha com estudos anteriores que confirmam a expectativa do IASB de que a *management approach* leva ao aumento de número de segmentos relatáveis (não especificando a sua tipologia).

Assim, quando substituímos o total de número de segmentos relatados, decomposto em linhas de negócios e em áreas geográficas, as Hipóteses H1 e H2 continuam a ser validadas. Existem características económico-financeiras que são determinantes do número de segmentos por linha de negócios e por áreas geográficas a reportar por um banco, embora possa haver ligeiras diferenças entre ambos. Os resultados sugerem também que após adoção da IFRS 8 a associação dessas características financeiras com número de segmentos relatados pelos Bancos por linhas de negócios sofre algumas alterações.

Especificamente para os segmentos por linhas de negócio (SLN), e após a adoção da IFRS 8, a associação direta com as características económico-financeiras revela-se: i) positiva, mas mais acentuada (SIZE); ii) torna-se negativa (OWN); iii) mantém-se sem ser determinante estatisticamente significativo, como no período anterior à adoção (ROE, XLIST, AUD); iv) assume-se como determinante com efeito positivo (GROW); v) mantém o seu efeito negativo (LEV). No que concerne aos segmentos por áreas geográficas (SG), a associação direta com as características económico-financeiras revela-se: i) positiva, mas mais acentuada (SIZE); ii) negativa, mas menos acentuada (LEV, OWN); iii) mantém-se sem ser determinante estatisticamente válido, como no período anterior à crise financeira (ROE, AUD); iv) assume-se como determinante com efeito positivo (GROW); v) mantém o seu efeito positivo (XLIST).

Tabela 6 – Resultados da Regressão Linear

Painel A: Resultados para o período completo (2005–2017)						
Variáveis	(1)		(2)		(3)	
	Variável dependente = SO		Variável dependente = SLN		Variável dependente = SG	
	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value
Constant	-10.748	0.000	-6.665	0.000	-4.083	0.000
Independentes:						
ROE	-0.541	0.286	-0.373	0.219	-0.168	0.614
LEV	-2.819	0.000	-2.115	0.000	-0.704	0.142
OWN	1.173	0.000	0.114	0.522	1.287	0.000
XLIST	0.667	0.003	0.214	0.008	0.881	0.000
SIZE	1.045	0.000	0.605	0.000	0.440	0.000
GRW	0.513	0.000	0.130	0.000	0.384	0.000
AUD	0.006	0.988	0.643	0.005	-0.649	0.009
Adjusted R2	0.475		0.418		0.341	
Painel B: Resultados para o período completo, com interação do período após a adoção da IFRS 8 (2009–2017)						
Variáveis	(1)		(2)		(3)	
	Variável dependente = SO		Variável dependente = SLN		Variável dependente = SG	
	Coef.	p-value	Coef.	p-value	Coef.	p-value
Constant	-7.903	0.000	-4.825	0.000	-3.076	0.000
Independentes:						
ROE	-0.597	0.154	-0.319	0.107	-0.278	0.143
LEV	-2.228	0.000	-1.122	0.001	-1.107	0.001
OWN	-2.883	0.000	-0.709	0.000	-2.175	0.000
XLIST	1.385	0.000	0.185	0.400	1.200	0.000
SIZE	0.869	0.000	0.498	0.000	0.371	0.000
GRW	0.083	0.343	0.071	0.191	0.012	0.823
AUD	-0.050	0.896	0.182	0.441	-0.231	0.319
DPS	4.748	0.000	2.511	0.000	2.237	0.000
Interação:						
DPS*ROE	-0.018	0.960	-0.057	0.796	0.040	0.857
DPS*LEV	0.373	0.672	-0.512	0.350	0.886	0.001
DPS*OWN	2.495	0.000	1.243	0.000	1.253	0.000
DPS*XLIST	-0.584	0.169	-0.204	0.438	-0.380	0.144
DPS*SIZE	0.221	0.000	0.125	0.000	0.096	0.000
DPS*GRW	0.740	0.000	0.266	0.000	0.474	0.000
DPS*AUD	-0.179	0.694	0.050	0.859	-0.229	0.410
Adjusted R2	0.501		0.423		0.389	
Definição das variáveis: ver Tabela 4.						

4. Considerações Finais

O presente trabalho contribui para a literatura sobre a divulgação dos segmentos operacionais de acordo com a IFRS 8 e a associação entre o número de segmentos operacionais relatado pelo setor bancário da União Europeia e as características dos Bancos que as divulgam. Especificamente examina-se: a) a influência das características econômico-financeiras (dimensão, crescimento, rentabilidade, alavancagem, tipo de auditor, tipo de acionista e diversidade de bolsas de valores) dos Bancos em número de segmentos a reportar (Hipótese 1); b) a associação entre as características dos Bancos e o número de segmentos a relatar após o período de adoção da IFRS 8 (Hipótese 2).

Quanto à primeira hipótese, os resultados obtidos demonstram que a dimensão, o crescimento, a dispersão de capital acionista e a diversidade de bolsas onde o Banco tem as suas ações admitidas à cotação têm influência positiva e estatisticamente significativa no número de segmentos operacionais relatáveis, enquanto a alavancagem tem uma influência negativa. A rentabilidade e o tipo de auditor não se afiguraram como determinantes do número de segmentos operacionais. Os segmentos, porém, podem ser relatados por linha de negócio ou por área geográfica (ou ambos), e os resultados obtidos neste estudo apresentam algumas diferenças quando aos efeitos de fatores explicativos. Enquanto a dispersão de capital não se assume como determinante do número de segmentos apresentados por linhas de negócio, os Bancos auditados por uma BIG 4 têm tendência a reportar mais segmentos classificados desta forma. Por outro lado, enquanto Bancos com maior dispersão de capital tendem a reportar um maior número de segmentos apresentados por geografias, os Bancos auditados por uma BIG 4 têm tendência a reportar menos segmentos classificados desta forma.

Quanto à segunda hipótese, e em comparação com o período anterior, um maior número de segmentos por linha de negócios foi reportado por Bancos, de maior dimensão, em maior crescimento e com maior dispersão de capital detido por pequenos acionistas após a alteração da IFRS 8, mantendo-se as restantes associações idênticas em ambos os períodos. Já em relação aos segmentos por áreas geográficas, e em comparação com o período anterior, também os Bancos de maior dimensão e com crescimento mais elevado tendem a reportar mais segmentos desta natureza. Contudo, o efeito negativo da alavancagem e da dispersão do capital em bolsa desacelera após a adoção da IFRS 8, e a diversidade de bolsas onde as ações dos Bancos são transacionadas mantém-se em ambos os períodos, sendo apenas factor explicativo do número de segmentos quando estes são classificados por geografias.

Os resultados também sugerem que a adoção da IFRS 8 levou ao aumento de número médio dos segmentos operacionais relatáveis. Principalmente, os ban-



cos divulgam informações sobre segmento mais com base na linha de negócios do que por área geográfica. No entanto, o aumento do número de segmentos geográficos depois da adoção da IFRS 8 é maior do que o aumento de número de segmentos por linha de negócios, o que também evidencia um dos efeitos da adoção da nova norma. Genericamente, os resultados da análise suportam a expectativa do IASB, como descrita nas Basis for Conclusions da IFRS 8, movendo-se na direção de uma abordagem do *management approach*, traduzida no aumento do número de segmentos relatáveis no setor bancário.

A presente investigação sofre de algumas limitações. Primeiro, o facto da adoção da IFRS 8 ter coincidido com o início da crise financeira não permite separar os dois fatores. Tentou-se mitigar o efeito desta limitação retirando da amostra o período de três anos que mais poderiam enviesar os resultados (2008-2011), mas os resultados encontrados foram similares aos reportados. Contudo, sugere-se o desenvolvimento desta linha de investigação, analisando a amostra em subperíodos e incluindo variáveis macroeconómicas para controlar o efeito da crise financeira nos negócios do Bancos na Europa. Por outro lado, as conclusões estão sujeitas a um tamanho de amostra que poderia ser mais extensa se não fossem os movimentos de fusão, aquisição, suspensão e inatividade dos bancos ocorridos durante o período. Acresce que a escolha das características dos bancos para o estudo também foi limitada pela disponibilidade de informações, tendo sido escolhidas as variáveis que permitiram obter o máximo de informações possíveis, sob o chapéu da literatura existente para outros sectores de atividade. Investigações futuras sobre o impacto da IFRS 8 no setor bancário da Europa podem-se estender para estudos que examinem o número de itens relatáveis através de *Compliance Index* (nível de divulgação das informações exigidas pela IFRS 8 para cada segmento operacional), numa abordagem semelhante a Lucchese e Di Carlo (2016). Outras características do banco como fatores explicativos de divulgação também poderão ser analisadas, por exemplo, idade do banco (Alfaraih e Alanezi, 2011), complexidade dos negócios (Hossain, 2008) e composição dos Conselhos de Administração (*Board composition*) (Hossain, 2008).

Referências Bibliográficas

Alanezi, F. S., Alfraih, M. M., and Alshammari, S. S. (2015). Operating Segments (IFRS 8)-Required Disclosure and the Specific-Characteristics of Kuwaiti Listed Companies. *International Business Research* 9(1), pp.136-153.

Aleksanyan, M., and Danbolt, J. (2015). Segment Reporting: Is IFRS 8 Really Better? *Accounting in Europe* 12 (1), pp.37-60.

Alfaraih, M. M., and Alanezi, F. S. (2011). What explains variation in segment reporting? Evidence from Kuwait. *International Business and Economics Research Journal* 10(7), pp.31-46.

Ali, M. J., Ahmed, K., and Henry, D. (2004). Disclosure compliance with national accounting standards by listed companies in South Asia. *Accounting and Business Research* 34(3), pp.183-199.

Alsaeed, K. (2006). The association between firm-specific characteristics and disclosure: The case of Saudi Arabia. *Managerial Auditing Journal* 21(5), pp.476-496.

Amado, P., Albuquerque, F., and Rodrigues, N., (2018). The explanatory factors of segments disclosure in non-financial entities listed in European markets. *Contaduría y Administración* 63 (2), pp.1-23.

Beck, T., and Levine, R. (2002). Industry growth and capital allocation: Does having a market- or bank-based system matter? *Journal of Financial Economics* 64(2), pp.147-180.

Beck, T., and Levine, R., (2004). Stock markets, banks, and growth: panel evidence. *Journal of Banking and Finance* 28, pp.423-442.

Beck, T., Levine, R., and Loayza, N., (2000). Finance and the source of growth. *Journal of Financial Economics* 58, pp.261-300.

Berger, P. G., and Hann, R. (2003). The impact of SFAS no. 131 on information and monitoring. *Journal of Accounting Research* 41(2), pp.163-223.

Berger, P. G., and Hann, R. N. (2007). Segment profitability and the proprietary and agency costs of disclosure. *Accounting Review* 82(4), pp.869-906.

Birt, J., Kend, M., and Xian, H. (2007). Changes in segment reporting in the Australian banking industry. *Australian Accounting Review* 17 (3), pp.61-67.



Botosan, C. A., and Stanford, M. (2005). Managers' motives to withhold segment disclosures and the effect of SFAS No. 131 on analysts' information environment. *Accounting Review* 80(3), pp.751-771.

Bugeja, M., Czernkowski, R., and Moran, D. (2015). The impact of the management approach on segment reporting. *Journal of Business Finance and Accounting* 42 (3-4), pp.310-366.

Cetorelli, N., and Gambera, M. (2001). Banking market structure, financial dependence and growth: International evidence from industry data. *Journal of Finance* 56(2), pp.617-648.

Chavent, M., Ding, Y., Fu, L., Stolowy, H., and Wang, H. (2006). Disclosure and determinants studies: An extension using the Divisive Clustering Method (DIV). *European Accounting Review*, 15(2), pp.181-218.

Cooke, T.E. (1989). Voluntary corporate disclosure by Swedish companies. *Journal of International Financial Management and Accounting* 1, pp.171-195.

DeAngelo, L. E. (1981). Auditor size and audit quality. *Journal of Accounting and Economics* 3, pp.183-199.

Demirgüç-Kunt, A., and Maksimovic, V. (1998). Law, finance, and firm growth. *Journal of Finance* 53(6), pp.2107-2137.

Demirgüç-Kunt, A., and Maksimovic, V. (2002). Funding growth in bank-based and market-based financial systems: evidence from firm-level data. *Journal of Financial Economics* 65(3), pp.337-363.

eIFRS. (2018). Annotated Issued Standards (Red Book). Basis for Conclusions on IFRS 8 Operating Segments. Adoption of management approach. BC9, BC13, BC 60. Retrieved April 17, 2019, from [http://eifrs.ifrs.org/eifrs/ViewContent?num=8andfn=IFRS08o_2006-11-01_en-8.html&collection=2018_Annotated_Issued_Standards_\(Red_Book\)](http://eifrs.ifrs.org/eifrs/ViewContent?num=8andfn=IFRS08o_2006-11-01_en-8.html&collection=2018_Annotated_Issued_Standards_(Red_Book)).

Entwistle, G., Feltham, G., and Mbagwu, C. (2006). Misleading Disclosure of Pro Forma Earnings: An Empirical Examination. *Journal of Business Ethics* 69(4), pp.355-37.

Epstein, B. J., and Jermakowicz, E. K. (2009). IFRS Converges to U.S. GAAP on Segment Reporting. *Journal of Accountancy* 207(4), p.50.

Fama, E. F., and Jensen, M. C. (1983). Separation of ownership and control. *Journal of Law and Economics* 26, pp.301-325.

Fariás, P. (2014). Business group characteristics and firm operating performance: evidence from Chile. *Academia Revista Latinoamericana de Administración* 27(2), pp.226–235.

Fariás, P., and Rodríguez, R. (2015). Segment disclosures under IFRS 8's management approach: has segment reporting improved? *Spanish Journal of Finance and Accounting* 44(2), pp.117-133.

Franzen, N., and Weißenberger, B. E. (2015). The adoption of IFRS 8 - No headway made? Evidence from segment reporting practices in Germany. *Journal of Applied Accounting Research* 16(1), pp.88-113.

Gisbert, A., Navallas, B., and Romero, D. (2014). Proprietary costs, governance and the segment disclosure decision. *Journal of Management and Governance* 18(3), pp.733-763.

Goodhart, C. A. E. (2008). The Background to the 2007 financial crisis. *International Economics and Economic Policy* 4, pp.331-346.

Gray, S. J., Meek, G. K., and Roberts, C. B. (1994, April). International capital market pressures and voluntary disclosure decisions by U.S., U.K., and Continental European multinationals. *Paper presented at the 17th Annual Congress of the European Accounting Association, Venice.*

Healy, P. M., and Palepu, K. G. (2001). Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. *Journal of Accounting and Economics* 31(1-3), pp.405-440.

Herrmann, D., and Thomas, W. (1996). Segment reporting in the European Union: Analyzing the effects of country, size, industry, and exchange listing. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation* 5(1), pp.1-20.

Herrmann, D., and Thomas, W. B. (2000). An analysis of segment disclosures under SFAS No. 131 and SFAS No. 14. *Accounting Horizons* 14 (3), pp.287-302.

Hope, O. K., Kang, T., Thomas, W. B., and Vasvari, F. (2009). The effects of SFAS 131 geographic segment disclosures by US multinational companies on the valuation of foreign earnings. *Journal of International Business Studies* 40(3), pp.421-443.

Hope, O.K. (2003). Disclosure Practices, Enforcement of Accounting Standards, and Analysts' Forecast Accuracy: An International Study. *Journal of Accounting Research* 41(2), pp.235–272.



Hossain, M. (2008). The Extent of Disclosure in Annual Reports of Banking Companies: The Case of India. *European Journal of Scientific Research* 23(4), pp.659-680.

IASB (1997). International Accounting Standard 14 - Segment Reporting (Superseded).

IASB (2006). International Financial Reporting Standard 8 - Operating Segments.

Inchausti, B. (1997). The influence of company characteristics and accounting regulation on information disclosed by Spanish firms. *European Accounting Review* 6(1), pp.45-68.

Jensen, M.C., and Meckling W. H. (1976). Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure. *Journal of Financial Economics* 3(4), pp.305-360.

Kang, H., and Gray, S. J. (2013). Segment reporting practices in australia: Has IFRS 8 made a difference? *Australian Accounting Review* 23 (3), pp.232-243.

Katselas, D., Birt, J., and Kang, X.H. (2011). International firm lobbying and ED 8 operating segments. *Australian Accounting Review* 21(2), pp.154-166

Kelly, G. J. (1994). Unregulated Segment Reporting: Australian Evidence. *British Accounting Review* 26, pp.217-234.

King, R. G., and Levine, R. (1993). Finance and Growth: Schumpeter Might Be Right. *The Quarterly Journal of Economics* 108(3), pp.717-738.

Krugman, P. (2009). *O regresso da Economia da Depressão e a Crise Actual*. Lisboa: Editorial Presença.

Kwok, W. C. C., and Sharp, D. (2005). Power and international accounting standard setting: Evidence from segment reporting and intangible assets projects. *Accounting, Auditing and Accountability Journal* 18(1), pp.74-99.

Leung, E., and Verriest, A. (2015). The Impact of IFRS 8 on Geographical Segment Information. *Journal of Business Finance and Accounting* 42(3-4), pp.273-309.

Levine, R., Zervos, S., (1998). Stock markets, banks and economic growth. *American Economic Review* 88(3), pp537-558.

Lucchese, M., and Di Carlo, F. (2016). The Impact of IFRS 8 on Segment Disclosure Practice: Panel Evidence from Italy. *International Journal of Accounting and Financial Reporting* 6(1), pp.96-126.

Malone, D., Fries, C., and Jones, T. (1993). An Empirical Investigation of the Extent of Corporate Financial Disclosure in the Oil and Gas Industry. *Journal of Accounting, Auditing and Finance* 8(3), pp.249-273.

Mardini, G. H., and Almujaed, H. I. (2016). The adoption of IFRS 8: the case of Qatari listed companies. *International Journal of Managerial and Financial Accounting* 7 (3-4), pp.173-197.

Martin, P. (1997). The management approach. *CA Magazine* 130(9), pp.29-30.

McConnell, P., Pacter P. (1995). IASC and FASB proposals would enhance segment reporting. *The CPA Journal* 65(8), pp.32-51.

McKinney, J. A., Emerson, T. L., and Neubert, M. J. (2010). The Effects of Ethical Codes on Ethical Perceptions of Actions Toward Stakeholders. *Journal of Business Ethics* 97(4), pp.505-516.

McKinnon, J. L., and Dalimunthe, L. (1993). Voluntary disclosure of segment information by Australian diversified companies. *Accounting and Finance* 33(1), pp.33-50.

Morris, R. D. (1987). Signalling, Agency Theory and Accounting Policy Choice. *Accounting and Business Research* 18(69), pp.47-56.

Nichols, N. B., and Street, D. L. (2007). The relationship between competition and business segment reporting decisions under the management approach of IAS 14 Revised. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation* 16, pp.51-68.

Nichols, N. B., Street, D. L., and Cereola, S. J. (2012). An analysis of the impact of adopting IFRS 8 on the segment disclosures of European blue chip companies. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation* 21 (2), pp.79-105.

Nichols, N. B., Street, D. L., and Tarca, A. (2013). The impact of segment reporting under the IFRS 8 and SFAS 131 management approach: A research review. *Journal of International Financial Management and Accounting* 24 (3), pp.261-312.

Pacter, P. (1995). Segment Reporting: IASC Works To Meet User Needs Worldwide. *The Journal of Corporate Accounting and Finance* 6(4), 81-90.



Palmer, P. D. (2008). Disclosure of the impacts of adopting Australian equivalents of International Financial Reporting Standards. *Accounting and Finance* 48(5), pp.847-870.

Pardal, P. N., Morais, A. I., and Curto, J. D. (2015). Competitive Harm and Business Segment Reporting Under IFRS 8: Evidence From European Union Listed Firms. In EAA 38th Annual Congress. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10400.26/8880>

Penman, S. (1996). The articulation of price-earnings ratios and market-to-book ratios and the evaluation of growth. *Journal of Accounting Research* 34(2), pp.235-259.

Prather-Kinsey, J., and Meek, G. K. (2004). The effect of revised IAS 14 on segment reporting by IAS companies. *European Accounting Review* 13(2), pp.213-234.

Prencipe, A. (2004). Proprietary costs and determinants of voluntary segment disclosure: evidence from Italian listed companies. *European Accounting Review* 13(2), pp.319-340.

Sargu, A. C., and Roman, A. (2012). EU Banking Sector: Current Environment and Future Directions. *Economy Transdisciplinarity Cognition* 15(2), pp.68-75.

Shiller, R., J. (2005). *Irrational Exuberance*. Second Edition. Princeton: Princeton University Press.

Singhvi S., and Desai, H. (1971). An Empirical Analysis of the Quality of Corporate Financial Disclosure. *The Accounting Review* 46(1), pp.129-138.

Spence, M. (1973). Job Market Signaling. *The Quarterly Journal of Economics* 87, pp.355-374.

Street, D. L., and Nichols, N. B. (2002). LOB and geographic segment disclosures: An analysis of the impact of IAS 14 revised. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation* 11, pp.91-113.

Street, D. L., Nichols, N. B., and Gray, S. J. (2000). Segment disclosures under SFAS no. 131: Has business segment reporting improved? *Accounting Horizons* 14(3), pp.259-285.

Verrecchia, R. E. (1983). Discretionary Disclosure. *Journal of Accounting and Economics* 5(3), 179-194.

Wallace, R. S. O., Naser, K., and Mora, A. (1994). The Relationship Between the Comprehensiveness of Corporate Annual Reports and Firm Characteristics in Spain. *Accounting and Business Research* 25(97), pp.41–53.

Watts, R. L., and Zimmerman, J. L. (1983). Agency Problems, Auditing, and the Theory of the Firm: Some Evidence. *The Journal of Law and Economics* 1226, pp.613–634.



I

Estatuto da revista «Contabilidade e Gestão»**Artigo 1.º****Natureza e objeto**

A Contabilidade & Gestão é uma revista científica nas áreas da Contabilidade e afins, cujos objetivos, estrutura e funcionamento se encontram regulados no presente estatuto.

Artigo 2.º**Conteúdo**

Os artigos a publicar na revista terão de ser originais e serão sujeitos a pareceres de especialistas.

Artigo 3.º**Difusão**

A revista é distribuída gratuitamente às entidades definidas pela Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC).

Artigo 4.º**Destinatários**

A revista pretende constituir-se como uma referência e um meio de comunicação entre a comunidade científica, investigadores, docentes, estudantes, empresários e profissionais nas áreas da Contabilidade e afins.

Artigo 5.º**Propriedade**

A revista Contabilidade & Gestão é uma publicação propriedade da Ordem dos Contabilistas Certificados.



Artigo 6.º

Órgãos

São órgãos da revista Contabilidade e Gestão:

- a) O Conselho Diretivo;
- b) O Conselho Editorial.

Artigo 7.º

Conselho Diretivo

1. O Conselho Diretivo é constituído por um diretor.
2. O director é, por inerência, o bastonário da OCC.
3. Compete ao Conselho Diretivo:
 - a) Aprovar o Regulamento Interno;
 - b) Nomear, renovar e destituir os membros do Conselho Editorial e dos especialistas (*referees*);
 - c) Aprovar a linha de orientação estratégica da revista;
 - d) Manter em sigilo os autores dos artigos recebidos até decisão de publicação do Conselho Editorial, bem como daqueles que, por decisão do Conselho, não sejam publicados;
 - e) Tomar deliberação em quaisquer assuntos que não estejam previstos neste estatuto e no regulamento.

Artigo 8.º

Conselho Editorial

1. Compete ao Conselho Editorial:
 - a) Sob proposta da direção, promover e executar a linha de orientação da revista;
 - b) Propor à direção as regras de publicação na revista;
 - c) Propor à direção a nomeação ou destituição dos especialistas (*referees*);

- d) Analisar o teor dos artigos para publicação e pré seleccionar os especialistas (*referees*) para emissão de parecer;
- e) Ouvir a direção quanto à indicação dos especialistas (*referees*);
- f) Devolver à direção todos os artigos que não se enquadrem nas áreas científicas da revista definidas no artigo 1º;
- g) Devolver à direção os artigos após parecer final dos especialistas (*referees*);
- h) Definir o conteúdo da revista e promover a publicação dos artigos, de forma a salvaguardar a sua coerência e objetivos.

Artigo 9.º **Especialistas**

- 1 – Os especialistas (*referees*) são professores doutorados ou especialistas com currículo científico relevante nas áreas científicas da revista;
- 2 – Os especialistas têm autonomia científica para avaliarem os artigos que lhes são entregues pelo Conselho Editorial.

Artigo 10.º **Remuneração dos Órgãos**

Os Órgãos da Revista Contabilidade & Gestão e os especialistas que com ela colaboram na análise dos artigos, serão remunerados, nos termos e condições a definir pela direção da Ordem dos Contabilistas Certificados.

Artigo 11.º **Autonomia**

A revista Contabilidade & Gestão tem autonomia editorial face à OCC.

Artigo 12.º **Incompatibilidades**

- 1 – São incompatíveis as funções de membro do Conselho Diretivo, Conselho Editorial e especialista (*referees*).



2 – Não podem apresentar artigos para publicação.

Artigo 13.º

Interpretação

A resolução de quaisquer dúvidas e interpretações suscitadas com o presente estatuto são da competência do Conselho Diretivo da revista.

Artigo 14.º

Publicidade

O presente Estatuto será publicado nos meios de comunicação da Ordem dos Contabilistas Certificados e será disponibilizado permanentemente no *site* da internet.

Lisboa, 26 de junho de 2017
A Bastonária da OCC

II

Notas aos Autores
«Contabilidade e Gestão»***Portuguese Journal of Accounting and Management*****Notas para os autores**

«Contabilidade e Gestão» é a revista científica da OCC, sendo publicada semestralmente com o objectivo de proporcionar discussão profunda e análise crítica de desenvolvimentos que afectam os profissionais e académicos que trabalham na área da Contabilidade e Gestão. Publica artigos escritos por académicos e investigadores mas também por destacados profissionais. A revista tem interesse na publicação de artigos baseados em trabalhos de investigação e outros assuntos relevantes para profissionais, académicos, estudantes e organismos profissionais ligados à Contabilidade e áreas afins, que serão publicados em português, espanhol ou inglês.

Submissão de artigos

Os artigos devem ser submetidos ao Director da Revista, para Avenida Barbosa du Bocage, 45, 1049-013 Lisboa, em quatro cópias, quando em suporte de papel, ou em suporte informático para o e-mail:

revistacontabilidade@occ.pt

Informações adicionais podem ser obtidas através do telefone +351 217 999 715 ou pelo faxes 21 7957 332 / 21 7959 080 / 21 7959 208

Não há taxa de submissão nem qualquer custo por página publicada.

Se após uma primeira análise o artigo parecer aceitável e de acordo com os objectivos da Contabilidade e Gestão, será enviado pelo Conselho Editorial para dois *referees* com o objectivo de obter os comentários de (*double-blind review*).

Todos os artigos serão objecto de revisão anónima por, pelo menos, dois especialistas (*referees*).

O Conselho Editorial chegará a uma decisão sobre a publicação depois de ter em conta os relatórios dos *referees*. Os autores obterão os comentários dos *referees* e a decisão sobre a publicação ou não, dentro do mais curto espaço de tempo possível.

Os artigos só serão considerados pela Contabilidade e Gestão se não tiverem

sido publicados ou não estiverem submetidos em mais nenhuma revista. Se quadros, ilustrações ou qualquer outro material sujeito a *copyright* for usado, deverá ser pedida autorização pelo(s) autor(es) e incluída no momento da submissão. Deverá aparecer uma declaração clara no texto, se qualquer material tiver sido publicado anteriormente. Qualquer agradecimento deverá ser incluído junto do material usado.

Os autores que submetam artigos com o objectivo de publicação, terão de assegurar que o trabalho não infringe qualquer *copyright* existente e concordam indemnizar a revista contra os danos que tal facto lhe provoque.

Após a aceitação do artigo pela Contabilidade e Gestão, a transferência de *copyright* será feita do(s) autor(es) para a revista, através de formulário adequado.

Critérios de Avaliação

Os principais critérios usados na avaliação dos artigos submetidos à Contabilidade e Gestão são: relevância, novidade, utilidade, clareza, concisão, ligações à literatura existente, substância, rigor e validade dos resultados.

Preparação do Manuscrito

Formato e estilo

Os manuscritos devem ser em português, espanhol ou inglês e devem usar espaço-duplo com uma margem de 2,5 cm em cada parte da página, dimensão A4.

A primeira página (página do título) deverá conter o título do artigo, o nome dos autores e instituições a que pertencem. Deverá também conter a morada, o número de telefone, o número de fax e email do autor para quem serão enviadas as decisões, provas e offprints.

Os artigos devem conter informação completa sobre a afiliação de todos os autores, incluindo o nome da instituição de origem a três níveis (Ex: Universidade, Faculdade e Departamento/Centro), código postal, cidade, país e endereço de email. No caso de autores por correspondência, deverá acrescentar-se a respetiva morada completa.

Para apoiar a objectividade da avaliação o(s) autor(es), deve(em) ao longo do texto evitar qualquer referência a si próprio(os) que possibilite a sua identificação pelos *referees*.

Resumo

A segunda página deverá incluir o título do artigo, um resumo (até 200 palavras) idioma do texto do artigo e no idioma inglês e português, quando estes

não são o idioma do texto. O resumo deve ser uma representação precisa dos conteúdos do artigo. Não deverá haver nenhuma indicação sobre a identidade ou afiliações dos autores.

Referências

As citações no texto deverão seguir o estilo de Harvard (i.e. apelido(s) do(s) autor(es) seguido pelo ano de publicação e páginas quando relevantes, tudo entre parêntesis). Quando uma fonte tiver mais de dois autores deverá ser citado o primeiro seguido de *et al.*

Para múltiplas citações do mesmo ano usar a, b, and c imediatamente a seguir ao ano de publicação. O(s) número(s) da(s) página(s) a usar em transcrições, deve(m) ser colocado(s) depois da data separado por dois pontos (Ordelheide, (1993:87).

A secção das referências deverá apenas conter as referências citadas no texto. Deverão ser ordenadas por ordem alfabética do apelido do primeiro autor (e depois cronologicamente). Cada referência deverá conter detalhes bibliográficos completos.

Livro

Um autor: Gray, R.H. and Helliard, C. (eds) (1992) *The British Accounting Research Register*. London: Academic Press 5th ed.

Múltiplos autores: Brums, W.J. and Kaplan, R.S (eds) (1987) *Accounting and Management: Field Study Perspectives*. Boston, MA: Harvard Business School Press.

Artigos

Em Revista: Novin, A.M., Pearson, M.A. and Senge, S.V. (1990) Improving the curriculum for aspiring management accountants; the practitioner's point of view. *Journal of Accounting Education* 6(2) Fall, pp.207-24.

Em Livro: Walsh, A.J. (1988) The making of the chartered accountant. In D. Rowe (ed.) *The Irish Chartered Accountant*, pp.155-73. Dublin: Gill and Macmillan.

Relatório

Fitchew, G.E. (1990) "Summing up", in Commission of the European Communities, *The Future of Harmonization of Accounting Standards Within the European Communities*. Brussels.

Figuras e tabelas

Deverá ser dado um título claro e de suficiente dimensão (para ser reduzido caso necessário) a todas as figuras e tabelas.



As tabelas deverão ter um título numerado consecutivamente e de forma independente das figuras e referenciadas no texto.

Agradecimentos

Deverão aparecer no fim do artigo antes das referências.

Notas de rodapé

Devem ser reduzidas ao mínimo indispensável e aparecer no fim do artigo.

Provas e *offprints*

O autor designado receberá as provas em formato PDF que deverão ser corrigidas e devolvidas no prazo de seis dias. Alterações nas provas que não estavam no manuscrito original são difíceis e caras e, por isso desencorajadas.

Será enviada uma cópia da revista aos autores após a publicação.

III

**Versão em inglês das notas aos autores
«Contabilidade e Gestão»*****Portuguese Journal of Accounting and Management*****Instructions for authors**

The Portuguese Journal of Accounting and Management is the Portuguese Chartered Accountants Association (OCC) refereed journal. It is published two times a year with the objective of providing in-depth discussion and critical analysis of developments, which affect academics and professionals working in all areas of accounting and business. It publishes articles by academics and researchers as well as by leading practitioners. The journal is interested to publishing research-based papers and other information on key aspects of accounting and management of relevance to practitioners, academics, students and accounting professional bodies. Papers can be written in Portuguese, Spanish or English.

Submission of Papers

Manuscripts should be submitted (four hard copies) to the Director, Avenida Barbosa du Bocage, 45, 1049-013 Lisboa. Authors can also submit the article by email in MS Word format using the following email address: **revistacontabilidade@occ.pt**

Additional information can be obtained by phone or fax:

Phone number: +351 217 999 719

Fax number: +351 217 958 343

There is no submission fee and no page charges

If after a first analysis the paper appears to be generally suitable and in line with the aims of the Journal, the Editor will pass it on to at least two referees to comment on the paper via a double-blind review. All articles will be double blind refereed.

The Editor will reach a decision after taking into account the reports from referees. Authors will be provided with referees' reports and publishing decisions within as short a period as possible.

Submission of a paper to the Portuguese Journal of Accounting and Management will be taken to imply that it presents original, unpublished work not under consideration to publication elsewhere. If previously published tables, illustrations or copyright material are to be included then the copyright holder's written permission should be obtained, and included with the submission. A clear statement should appear in the text if any material has been published elsewhere in a preliminary form. Any acknowledgments should be included in the material captions.

Authors submitting articles with a view to publication warrant that the work is not an infringement of any existing copyright and agree to indemnify the publisher

against any breach of such warranty.

Upon acceptance of a paper by the Portuguese Journal of Accounting and Management the author(s) will be asked to transfer copyright, via a supplied form, to the publisher.

Evaluative Criteria

The main criteria by which submissions to the Portuguese Journal of Accounting and Management will be assessed are: relevance, novelty, usefulness, clarity, conciseness, linkages to existing literature, substance, rigour and validity of results.

Manuscript Preparation

Format and style

Manuscripts should be in Portuguese, Spanish or English and be typed in double spacing with a margin of 2.5 cm at each edge of each page on one side only of the paper, preferably of A4 size.

The cover page (title page) should contain the title of the manuscript, authors' names, positions and institutional affiliations. The address, telephone number, faxes number, and e-mail code (if available) of the author to whom decisions, proofs and offprints should be sent should also be given.

To assist objectivity, the author should avoid any reference to himself or herself over the article, which would enable identification by referees.

Abstract

The second page should include the paper's title and an abstract (up to 200 words). The abstract should be an accurate representation of the paper's contents. There should be no indication of the identity of the author(s) or the author's (or authors) affiliations.

Up to six keywords or descriptors that clearly describe the subject matter of the paper should be provided.

References

Citations in the text should follow the Harvard system (i.e. name(s) of author(s) followed by the year of publication and page numbers where relevant, all in parenthesis). Where a source has more than two authors quote the first author's name and *et al.* If an author has two references published in the same year, add lower case letters after the date to distinguish them. Page numbers are indicated by inserting the relevant numbers after the date, separated by a colon (Ordheide, 1993:87).

The reference section should only contain references quoted in the text. These should be arranged in alphabetical order by surname of the first author (then chronologically). Each reference should contain full bibliographic details.

Book

One author: Gray, R.H. and Helliard, C. (eds) (1992) *The British Accounting Research Register*. London: Academic Press 5th ed.

Multiple authors: Bruns, W.J. and Kaplan, R.S. (eds) (1987) *Accounting and Management: Field Study Perspectives*. Boston, MA: Harvard Business School Press.

Article

In Journal: Novin, A.M., Pearson, M.A. and Senge, S.V. (1990) Improving the curriculum for aspiring management accountants; the practitioner's point of view. *Journal of Accounting Education* 6(2) Fall, pp.207-24.

In Book: Walsh, A.J. (1988) The making of the chartered accountant. In D. Rowe (ed.) *The Irish Chartered Accountant*, pp.155-73. Dublin: Gill and Macmillan.

Report

Fitchew, G.E. (1990) "Summing up", in Commission of the European Communities, *The Future of Harmonization of Accounting Standards Within the European Communities*. Brussels.

Figures and tables

All figures and tables should be given titles, numbered consecutively in Arabic numerals, and referred to within the text. Labelling should be clear and of sufficient size to be legible after any necessary reduction.

Tables should be titled, numbered consecutively and independently of any figures, and referred to within the text.

Acknowledgements

Should appear at the end of the paper before the list of references.

Footnotes

Should be kept to a minimum and appear at the end of the paper on a separate page.

Proofs and offprints

The designated author will receive proofs in PDF format, which should be corrected and returned within six days. Amendments at the page-proof stage are difficult and expensive and any alteration to the original text is strongly discouraged.

A copy of the journal will be sent by post to all corresponding authors after publication. Corresponding authors will receive the article by email as a complete PDF and are allowed to print up to 50 copies, free of charge, and to deliver between colleagues.



IV

Conselho Editorial

- Aldónio Ferreira, Monash University – Austrália
- Alexandra Fontes, Instituto Politécnico de Viana do Castelo
- Amélia Pires, Instituto Politécnico de Bragança
- Ana Clara Borrego, Instituto Politécnico de Portalegre
- Ana Fialho, Universidade de Évora
- Ana Isabel Morais, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e Empresa
- Ana Maria Bandeira, Instituto Politécnico do Porto
- António Dias, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
- Antonio Duréndez Gómez-Guillamón - Facultad de Ciencias de la Empresa
- António Martins, Faculdade de Economia Universidade de Coimbra
- Augusta Ferreira, Universidade de Aveiro
- Brendan O’Connell, Deakin University – Austrália
- Brian West, Universidade de Ballarat – Austrália
- Carla Carvalho, Universidade de Aveiro
- Carlos Mallo, Universidade Carlos III, Madrid – Espanha
- Carlos Quelhas, ISVOUGA
- Cidália Lopes, Instituto Politécnico de Coimbra
- David Crowther, Montfort University, UK and London School of Commerce
- Elísio Brandão, Faculdade de Economia da Universidade do Porto
- Fátima David, Instituto Politécnico da Guarda

Francisco Carreira , Insituto Politécnico de Setúbal

Garry Carnegie, University of Ballarat – Austrália

Giuseppe Grossi, University of Kristianstad

Graça Azevedo, Universidade de Aveiro

Helena Coelho Inácio, Universidade de Aveiro

Hernâni Carqueja, Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Irvine Lapsley, Universidade de Edimburgo – Reino Unido

Isabel Blanco Dopico, Universidade de Santiago de Compostela – Espanha

Isabel Brusca , Universidade de Zaragoza - Espanha

Isabel Maria Lourenço, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e Empresa

João Carvalho das Neves, Instituto Superior de Economia e Gestão

João Ribeiro, Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Johan Christiaens, Ghent university – Bélgica

Jonas Oliveira, ISCTE-IUL

Jorge Tua Pereda, Universidade Autónoma de Madrid – Espanha

José Alberto Pinheiro Pinto, Faculdade de Economia da Universidade do Porto

José António Lainez Gadea, Universidade de Zaragoza – Espanha

José António Moreira, Faculdade de Economia da Universidade do Porto

José António Gonzalo Ângulo, Universidade Alcalá de Henares – Espanha

José Rodrigues de Jesus, Faculdade de Economia da Universidade do Porto

José Xavier de Basto, Faculdade de Economia Universidade de Coimbra

Kátia Lemos, Instituto Politécnico do Cávado e do Ave



Leandro Cañibano, Universidade Autónoma de Madrid – Espanha

Leonor Fernandes Ferreira, Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa

Liliana Pereira, Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

Luís Lima Santos, Instituto Politécnico de Leiria

Manuel Castelo Branco, Faculdade de Economia do Porto –UP

Manuela Sarmento, Universidade Lusíada de Lisboa

Márcia Annisette, York University – Canadá

Maria Antónia García Benau, Universidade de Valência – Espanha

María Consuelo Pucheta-Martínez , Universitat Jaume I , Castelló de la Plana

Maria do Céu Alves, Universidade da Beira Interior

Maria João Major, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e Empresa

Maria José Fernandes, Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

Mário Marques, Universidade do Minho

Mark Christensen, ESSEC Business School

Marta Guerreiro, Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Nuno Ribeiro, Instituto Politécnico de Bragança

Patricia Gomes, Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

Rui Almeida, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa

Rui Robalo, Instituto Politécnico de Santarém

Russell Craig, Australian National University – Austrália

Rute Abreu, Instituto Politécnico da Guarda

Santana Fernandes, Universidade do Algarve

Sérgio Pontes, Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE

Susana Jorge, Faculdade de Economia Universidade de Coimbra

Tânia Montenegro, Universidade do Minho

Teresa Eugénio, Instituto Politécnico de Leiria

Tom Groot, Accounting Amsterdam Business Research Institute - Faculty of Economics and Business Administration

Vicente Condor, Universidade de Zaragoza – Espanha

Vicente Montesinos Julve, Universidade de Valência – Espanha

Vicente Pina Martinez, Universidade de Zaragoza – Espanha

Victor Gonçalves, Instituto Superior de Economia e Gestão



Ficha Técnica da Revista | Journal Technical Note

Contabilidade & Gestão
Portuguese Journal of Accounting and Management

Propriedade | Ownership
Ordem dos Contabilistas Certificados

Conselho Diretivo | Board
Diretora | Director
Paula Franco

Conselho Editorial | Executive Direction

Editora | Editor
Paula Franco

Diretor Técnico | Managing Director
Carlos Menezes

Assessor do Conselho Diretivo | Board Adviser
João Pedro Ferreira da Silva

Capa e Paginação | Cover and Graphic Edition
DCI - Departamento de Comunicação e Imagem da OCC

Impressão | Print
Tiragem: 250

Depósito Legal: 230013/05
ISSN: 2184-0733

<http://www.occ.pt/contabilidadeegestao>

Indexada à Fundação para a Ciência e a Tecnologia e à Latindex

Contactos | Contacts

Ordem dos Contabilistas Certificados

Departamento de Comunicação e Imagem

Av. Barbosa du Bocage, 45

1049-013 Lisboa

Tel. +351 217 999 715

Fax: +351 21 7957 332 | 21 7959 080 | 21 7959 208

revistacontabilidade@occ.pt

<http://www.occ.pt/pt/a-ordem/publicacoes>

